

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD**  
**CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO**  
**COPEA - COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO**

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NESTE PDF:**

<b>DOCUMENTO</b>	<b>PAGINAÇÃO DO PDF</b>
<b>1 – RELATÓRIO FINAL DA AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD – UNOESC 2021-2024</b>	<b>2 a 49</b>
<b>2 – RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO</b>	<b>50 a 266</b>
<b>3 – DECLARAÇÃO DE OBSERVADORA EXTERNA (Prof. Doutora Elda Coelho de Azevedo Bussinguer)</b>	<b>268</b>
<b>4 – DECLARAÇÃO DE OBSERVADORA EXTERNA (Camila Michelin, presidenta da CPA – UNOESC)</b>	<b>269</b>
<b>5 – POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD</b>	<b>270</b>



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PPGD  
CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO  
COPEA - COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO

RELATÓRIO FINAL  
Autoavaliação – ciclo 2021-2024

Relatoria: Prof. Dr. Carlos Luiz Strapazzon  
Presidente CAA

Versão 1. 19/02/2025 16:41  
Discussão na COPEA: 21.02.2025, 22.02.2025, 14h as 17h  
Versão 2 08/03/2025 18:29  
Versão 3 13/03/2025 23:57  
Discussão na COPEA: 20.03.2025, 08h30  
Versão 4 20/03/2025 10:41



## SUMÁRIO

<b>RESUMO EXECUTIVO</b>	<b>5</b>	
<b>1. A POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD/UNOESC</b>	<b>7</b>	
Objetivo e natureza do processo autoavaliativo	7	
Composição e Funcionamento da Comissão de Autoavaliação (CAA)	7	
Princípios Orientadores	7	
Indicadores e Dimensões Avaliadas	7	
Cronograma e Etapas do Processo	8	
Instrumentos de avaliação	9	
Survey		9
Análise SWOT		9
Benchmarking		9
Observador(a) externo(a)		10
<b>Relatórios e Comunicação de Resultados</b>	<b>10</b>	
<b>Alinhamento Estratégico e Revisão</b>	<b>10</b>	
<b>2 - MEMÓRIA DA AUTOAVALIAÇÃO DO QUADRIENIO 2021-2024</b>	<b>10</b>	
<b>3 - RELATÓRIO QUALITATIVO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO</b>	<b>14</b>	
<b>3.1. RESULTADOS DO SURVEY</b>	<b>14</b>	
PLANEJAMENTO		14
AUTOAVALIAÇÃO		14
COORDENAÇÃO E SECRETARIA		14
COMISSÕES DE APOIO AO PLANEJAMENTO E GESTÃO		14
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA		14
PERFIL DE EGRESSO		15
GRUPOS E PROJETOS DE PESQUISA		15
ESTRUTURA CURRICULAR (carga horária, atualidade, suficiência)		15
COOPERAÇÃO ENTRE DOCENTES		15
ORIENTAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA		16
COMPROMETIMENTO DE ESTUDANTES E RESULTADOS DE APRENDIZAGEM		16
SISTEMA DE AVALIAÇÃO		16
PRODUÇÃO INTELECTUAL DE ESTUDANTES		16
PRODUÇÃO INTELECTUAL DE DOCENTES		17
EXTENSÃO		18
ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE CARREIRAS JURÍDICAS		18
DESENVOLVIMENTO REGIONAL		18
EXPERIÊNCIA FORMATIVA: SENTIDO AMPLO		19
RESPEITO E TRATO PESSOAL		19
PRODUÇÕES INTELECTUAIS DESTACADAS		19
Foco nos direitos fundamentais civis e sociais		20
Interdisciplinaridade e internacionalização		20
Produção didática e formação de recursos humanos		20
Contribuição para o debate público e políticas públicas		20
Abordagem crítica e inovadora		20
Impacto científico		21
Impacto social		21
Impacto econômico		21
Limitações e oportunidades percebidas		21



Conclusão		21
<b>EVENTOS</b>	<b>22</b>	
Tipos de eventos organizados		22
Organização por Temas		22
Contribuição para os Objetivos do PPGD		22
Impacto Científico		22
Impacto Social		22
Impacto Econômico		23
Impacto na Formação de Estudantes		23
Alinhamento com os objetivos estratégicos		23
Limitações e Oportunidades		23
<b>ATIVIDADES MIDIÁTICAS</b>	<b>23</b>	
Divulgação de conhecimento por meios jornalísticos, televisivos e outros tipos de mídia		23
<b>EGRESSOS</b>	<b>24</b>	
15 Respostas ao <i>Survey</i>		24
85 respostas - busca ativa de egressos na web		25
<b>3.2 - RESULTADOS DA ANÁLISE SWOT</b>	<b>27</b>	
<b>Relatório analítico das forças do PPGD - UNOESC</b>	<b>27</b>	
Temas mais frequentes		28
Temas menos frequentes		28
Avaliação qualitativa e ponderação das forças do PPGD		28
Conclusões parciais - forças		29
<b>Relatório analítico das fraquezas do PPGD - UNOESC</b>	<b>30</b>	
Temas mais frequentes		30
Temas menos frequentes		30
Avaliação qualitativa e ponderação das fraquezas do PPGD		31
Conclusões parciais - fraquezas		32
<b>Relatório analítico das oportunidades do PPGD UNOESC</b>	<b>32</b>	
Temas mais frequentes		32
Temas menos frequentes:		33
Avaliação qualitativa e ponderação das oportunidades do PPGD		33
Resultados parciais - oportunidades		34
<b>Relatório analítico das ameaças ou riscos para o PPGD</b>	<b>35</b>	
Temas mais frequentes		35
Temas menos frequentes		36
Avaliação qualitativa e ponderação das ameaças ou riscos para o PPGD		36
Resultados parciais – riscos e ameaças		37
<b>3.3. BENCHMARKING – AVALIAÇÃO COMPARADA – PPGDs nota 4 e 5 (2013-2023)</b>	<b>38</b>	
Quantidade de PPGDs, crescimento % e densidade por 100k/hab		38
Matriculados, abandonos e desligamentos		38
Relação entre discentes e docentes permanentes		38
Análise comparativa de áreas de concentração – PPGDs nota 4		39
Análise comparativa de áreas de concentração – PPGDs nota 5		39
Análise comparativa de Linhas de Pesquisa – PPGDs nota 4		40
Análise comparativa de linhas de pesquisa - PPGDs nota 5		41
<b>RECOMENDAÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025-2028</b>	<b>42</b>	
<b>Introdução</b>	<b>42</b>	
<b>Planejamento futuro: 50 ações recomendadas pela CAA</b>	<b>42</b>	
Recomendações a partir dos resultados do Survey com docentes, discentes e corpo técnico		42



Recomendações a partir dos resultados da análise SWOT com docentes

44

Recomendações a partir dos resultados do estudo de benchmark com PPGDs nota 4 e 5

48



## RESUMO EXECUTIVO

Este é um resumo executivo do Relatório Final de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) referente ao ciclo de 2021-2024. Elaborado pela Comissão de Autoavaliação (CAA). O relatório detalha o processo autoavaliativo implementado, analisa os resultados obtidos através de diversas metodologias, e oferece recomendações para o planejamento estratégico do PPGD para o quadriênio 2025-2028. O objetivo principal do processo autoavaliativo e do Relatório Final é promover uma reflexão crítica contínua sobre a qualidade do programa, alinhando suas ações às metas estratégicas e às melhores práticas acadêmicas. A autoavaliação abrange diversas dimensões do PPGD, desde sua estrutura e funcionamento interno até seu impacto na comunidade acadêmica e na sociedade.

Quando comparado com processos e resultados de ciclos avaliativos anteriores, o Relatório Final revela um **grau avançado de aprofundamento analítico**, explorando diversas dimensões nunca avaliadas e de forma integrada e detalhada. Desde a análise da estrutura curricular e do desempenho docente e discente até a avaliação do impacto da produção intelectual e do engajamento com a comunidade, o relatório demonstra um olhar abrangente sobre o funcionamento do PPGD. A preocupação em avaliar não apenas os resultados, mas também os processos internos e o ambiente de trabalho, evidencia a seriedade com que a UNOESC aborda a autoavaliação como ferramenta de gestão e melhoria contínua.

Para alcançar essa profundidade, a CAA lançou mão de um **conjunto diversificado de metodologias**, combinando abordagens quantitativas e qualitativas para obter uma compreensão rica e multifacetada da realidade do PPGD. O **Survey**, aplicado a docentes, discentes, egressos e corpo técnico, coletou dados sobre diversas dimensões do programa, permitindo identificar percepções e níveis de satisfação. A **Análise SWOT** envolveu os docentes na identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, oferecendo um diagnóstico estratégico do ambiente interno e externo ao PPGD. O **Benchmarking** promoveu uma avaliação comparada com Programas de Pós-Graduação em Direito (PPGDs) com notas 4 e 5 na avaliação da CAPES, buscando identificar práticas de excelência e tendências no cenário nacional. A participação de **Observadoras externas**, representado pela Presidenta da CPA da Unoesc e pela Coordenadora do PPGD da Faculdade de Direito de Vitória (nota CAPES 5), agregou uma perspectiva adicional e especializada ao processo avaliativo, enriquecendo a análise com experiências de outras instituições.

Os **principais achados** do relatório oferecem um panorama detalhado do PPGD UNOESC:

### Principais achados do Survey:

- **Planejamento e Gestão:** A maioria dos docentes percebe o PPGD como tendo um planejamento de ações, mas uma parcela minoritária demonstra menor compreensão dos objetivos estratégicos e da governança, indicando a necessidade de aprimorar a comunicação interna.
- **Corpo Docente e Pesquisa:** A alta qualificação e experiência do corpo docente, bem como a intensa atividade de pesquisa e a articulação em redes, são identificadas como **forças primordiais** do programa. A produção intelectual, focada em direitos fundamentais, demonstra maturidade e crescente reconhecimento. No entanto, há oportunidades para fortalecer a pesquisa aplicada, a inserção nacional/internacional e a difusão dos conhecimentos do PPGD, inclusive nas mídias sociais.
- **Corpo Discente e Formação:** A percepção da experiência formativa por parte dos estudantes é majoritariamente positiva. Contudo, o relatório aponta para a necessidade de compreender melhor o nível de comprometimento dos estudantes e de aprimorar o sistema de avaliação para otimizar os resultados de aprendizagem.
- **Estrutura Curricular:** Há diversidade de opiniões entre os docentes sobre a suficiência e a atualização da estrutura curricular, sugerindo a necessidade de reavaliação em alguns pontos.
- **Egressos:** Uma parcela significativa dos egressos atua na educação superior, mas muitos seguem outras trajetórias profissionais no campo jurídico, valorizando a formação recebida. A busca ativa de informações sobre os egressos se mostrou mais eficiente que o envio de formulários. Em um claro indicativo do sucesso formativo do PPGD UNOESC, o relatório de autoavaliação revela uma **inserção profissional diversificada e significativa de seus egressos**. Em um testemunho eloquente do impacto formativo do PPGD UNOESC, a análise dos egressos no relatório de autoavaliação revela não apenas uma expressiva inserção



profissional, mas também um retorno significativo para a própria UNOESC. Um dado crucial da pesquisa é que a UNOESC absorveu cerca de metade (44,5%) dos egressos do PPGD que atuam na educação superior, demonstrando um reconhecimento interno da qualidade da formação oferecida e fortalecendo seu próprio corpo docente. Paralelamente, o relatório aponta para um índice altíssimo de atuação profissional na área jurídica, com uma combinação robusta de egressos engajados na advocacia (47%) e na administração pública (45%), abrangendo esferas municipal, estadual e federal. Essa forte presença no mercado de trabalho jurídico, aliada à continuidade dos estudos por muitos, sublinha a relevância e a adaptabilidade da formação do PPGD UNOESC, consolidando o programa como um motor de desenvolvimento profissional e acadêmico na região oeste de Santa Catarina e além.

#### **Principais achados da análise SWOT:**

- **Forças:** Qualidade do corpo docente, atividade de pesquisa, estrutura do programa, gestão participativa e relações externas.
- **Fraquezas:** Engajamento do corpo discente, foco e impacto da pesquisa, estrutura e políticas internas, e recursos financeiros.
- **Oportunidades:** Expansão de redes e parcerias, aproveitamento de recursos financeiros, desenvolvimento institucional interno e contexto regional favorável.
- **Ameaças:** Perda de capital humano docente, obsolescência tecnológica e temática, qualidade discente e de egressos, questões estruturais e políticas, e fatores econômicos e de mercado.

#### **Principais achados do Benchmarking** (avaliação comparativa com PPGDs nota 4 e 5)

O PPGD UNOESC demonstra crescimento e uma relação discente/docente alinhada a programas nota 4. A área de concentração em direitos fundamentais com ênfase em direitos civis e sociais se destaca pela singularidade entre os PPGDs nota 4. Programas nota 5 enfatizam temas gerais do direito, interdisciplinaridade e pouca especialização em nichos temáticos. Há temas muito importantes para o campo do direito que são escassamente convertidos em linhas de pesquisa dos PPGDs nota 4 e 5.

A autoavaliação do PPGD UNOESC também evidenciou uma forte ênfase na consolidação e expansão de redes de pesquisa e parcerias nacionais e internacionais como vetores para o desenvolvimento futuro do PPGD. O relatório final destaca a articulação do programa em redes de colaboração nacionais e internacionais, que atualmente contribuem significativamente para as experiências internacionais de professores e estudantes e ampliação do alcance da produção intelectual. A busca ativa por novos acordos de cooperação, a participação em redes como a Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia (REDIDD) e a colaboração com universidades estrangeiras como Utaica, Salamanca, Granada, Oviedo e Lisboa, são exemplos do compromisso do PPGD com a inserção no cenário acadêmico global. Essa atuação em rede e as parcerias são vistas pelo Relatório como oportunidades decisivas para impulsionar também a pesquisa, o intercâmbio de conhecimento e a visibilidade do programa, sendo recomendadas ações para fortalecer ainda mais essa dimensão estratégica.

**A importância do Relatório final da CAA para o PPGD UNOESC criar o planejamento estratégico dos anos de 2025 a 2028 é inestimável.** As análises detalhadas e os principais achados fornecem uma base sólida e fundamentada para a definição de prioridades e a elaboração de ações estratégicas. As **recomendações** apresentadas ao final do relatório são diretamente derivadas dos resultados da autoavaliação e abrangem desde o aprimoramento da comunicação interna e da estrutura curricular até o fortalecimento da pesquisa, da internacionalização e do engajamento com os egressos.

Em suma, o Relatório Final de Autoavaliação do PPGD UNOESC não é apenas um documento formal, mas sim a síntese de um novo processo interno de autoavaliação e autorreconhecimento que se converteu num **instrumento estratégico de gestão** por oferecer um diagnóstico preciso da situação atual do programa e apontar caminhos concretos para o seu desenvolvimento futuro.



## 1. A POLÍTICA DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD/UNOESC

O Comunicado nº 11/2023, que institui a nova política de autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), estabelece um conjunto de diretrizes, procedimentos e instrumentos para orientar o trabalho da Comissão de Autoavaliação (CAA). Esse documento normativo foi proposto pela CAA e aprovado pelo Colegiado do PPGD no ano de 2023 para institucionalizar e consolidar um novo processo contínuo de reflexão crítica sobre a qualidade do programa, alinhando suas ações às metas estratégicas e às melhores práticas acadêmicas. A seguir, detalha-se o conteúdo da nova política de autoavaliação em linguagem simples.

**Objetivo e natureza do processo autoavaliativo**

A autoavaliação do PPGD é concebida como um processo permanente de diagnóstico coletivo, coordenado pela CAA, que busca analisar aspectos qualitativos do programa para subsidiar decisões, priorizar ações e promover seu aperfeiçoamento contínuo. Trata-se de um mecanismo de autoconhecimento institucional, que visa não apenas cumprir exigências externas, mas também fortalecer a governança interna e a transparência perante a comunidade acadêmica e a sociedade.

**Composição e Funcionamento da Comissão de Autoavaliação (CAA)**

A CAA é formada por representantes de todas as partes envolvidas no programa, incluindo docentes, discentes, técnicos administrativos e, quando pertinente, egressos e representantes da sociedade civil. A coordenação da comissão é exercida por um docente permanente do PPGD, garantindo liderança acadêmica e experiência no processo. Para evitar a estagnação de perspectivas, os membros da CAA são renovados a cada dois anos, enquanto a coordenação é alternada a cada quatro anos, assegurando diversidade de visões ao longo do tempo.

**Princípios Orientadores**

O processo de autoavaliação fundamenta-se em **oito princípios** essenciais. **Primeiro**, a clareza de objetivos, que vincula a avaliação ao cumprimento das metas estratégicas do programa. **Segundo**, o envolvimento das partes interessadas, garantindo que docentes, estudantes, egressos e técnicos participem ativamente das etapas de coleta e análise de dados. **Terceiro**, a confiabilidade, obtida por meio de métodos diversificados de coleta de dados, como questionários, entrevistas, observações e análise documental, que permitem a formação de uma base diversificada de informações. **Quarto**, a transparência, com resultados divulgados de forma acessível a toda a comunidade acadêmica. **Quinto**, destaca-se a avaliação de impacto, que monitora como as mudanças implementadas a partir dos resultados da autoavaliação influenciam o desenvolvimento do programa. **Sexto**, o princípio da melhoria contínua orienta a aplicação prática dos resultados, enquanto o **sétimo** princípio é o do aprendizado organizacional, que visa estimular a internalização das lições aprendidas para aprimorar processos e práticas. O **oitavo** princípio é o da metodologia adequada, que se define pela busca de critérios para coleta, análise e comparação de dados, incluindo o uso de técnicas estatísticas e o *benchmarking* com programas de pós-graduação da região Sul e com aqueles que possuem notas elevadas na avaliação da CAPES.

**Indicadores e Dimensões Avaliadas**

**Os indicadores** da autoavaliação são estruturados a partir de quatro fontes: (1) as políticas públicas de avaliação da pós-graduação (notadamente as da CAPES), (2) as diretrizes institucionais da UNOESC, (3) os objetivos do planejamento estratégico do PPGD e (4) as melhores práticas de programas congêneres. Esses indicadores são organizados em dez dimensões, que abrangem desde aspectos internos (como governança, infraestrutura e corpo docente) até externos (como impacto social e disseminação do conhecimento). As dimensões da política de autoavaliação incluem: (1) avaliação da autoavaliação, (2) avaliação comparativa com PPGDs nota 4 e 5, (3) avaliação da governança e infraestrutura do PPGD, (4) avaliação da percepção interna sobre a proposta do programa, (5) avaliação das políticas e planejamento do quadriênio (6), avaliação do ambiente de trabalho, (7) avaliação do desempenho dos docentes, (8) avaliação do processo de formação e egressos, (9) avaliação da produção intelectual e pesquisa, e (10) avaliação do impacto e da capacidade de disseminação de resultados.



Essas dimensões são organizadas em categorias que refletem diferentes aspectos do funcionamento, estrutura e desempenho do PPGD, permitindo uma visão detalhada e multifacetada do seu desenvolvimento e impacto.

A dimensão orgânica e processual da avaliação é fundamental para entender a estrutura e os processos internos do programa. Ela se desdobra em várias áreas, começando pela **meta-avaliação**, que envolve a avaliação do próprio processo de avaliação, garantindo que os métodos e procedimentos utilizados sejam eficazes e alinhados com os objetivos do programa. **A governança e infraestrutura** avaliam a organização e os fluxos decisórios internos, assegurando que a estrutura administrativa e operacional esteja alinhada com as melhores práticas e que suporte adequadamente as atividades acadêmicas e de pesquisa. **A formação e egressos**, por sua vez, focam na avaliação dos processos formativos e avaliativos adotados para alcançar os objetivos institucionalizados, garantindo que os métodos de ensino e avaliação sejam eficazes e contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos estudantes.

A **dimensão programática** da avaliação concentra-se na análise das soluções institucionalizadas para alcançar os objetivos de ensino, pesquisa e extensão do programa. Isso inclui a avaliação da proposta do programa, que examina como as atividades e iniciativas estão alinhadas com os objetivos estratégicos do PPGD. Além disso, as políticas e o planejamento do quadriênio são analisados para identificar as linhas prioritárias de ação programática, assegurando que as estratégias e planos de ação estejam alinhados com as metas de longo prazo do programa.

A **dimensão pessoal** da avaliação é crucial para entender o desempenho e o perfil das pessoas que compõem o programa. Ela abrange a avaliação dos docentes, focando no perfil e desempenho funcional dos professores, e da equipe técnica de apoio, garantindo que o suporte administrativo e operacional seja eficiente e eficaz. A coordenação também é avaliada, analisando o perfil e desempenho funcional dos coordenadores, que desempenham um papel fundamental na gestão e direção do programa. Por fim, os estudantes são avaliados quanto ao seu perfil e desempenho acadêmico, assegurando que o programa esteja atendendo às suas necessidades e promovendo seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

A **dimensão produtiva** da avaliação concentra-se na análise dos produtos da criação intelectual do programa. Isso inclui a avaliação da produção intelectual e pesquisa, examinando a qualidade e o impacto dos trabalhos acadêmicos e de pesquisa produzidos. Além disso, o impacto e a disseminação desses produtos são avaliados, analisando como os resultados da pesquisa estão sendo disseminados e seu impacto atual e potencial na comunidade acadêmica e além.

A **dimensão ambiental** da avaliação foca na percepção das condições do ambiente de trabalho, utilizando critérios de excelência amplamente adotados por organizações universitárias ou semelhantes. Isso garante que o ambiente seja propício para o desenvolvimento acadêmico e profissional de todos os envolvidos, promovendo um clima organizacional positivo e produtivo.

A **dimensão comparativa** da avaliação envolve a comparação dos resultados internos com padrões externos e internos. A avaliação comparativa externa utiliza padrões observados entre pares externos, permitindo uma análise contextualizada e benchmarking com outros programas. Já a avaliação comparativa interna compara os resultados com padrões observados em avaliações anteriores, proporcionando uma visão longitudinal do progresso e das áreas de melhoria.

Essas dimensões, quando analisadas de forma integrada, proporcionam uma visão completa e detalhada do desempenho e do impacto do PPGD, permitindo a identificação de áreas de excelência e oportunidades de melhoria, e garantindo que o programa continue a evoluir e a atender às necessidades de seus stakeholders.

Cronograma e Etapas do Processo

O processo de autoavaliação é organizado em três fases anuais. No primeiro quadrimestre (janeiro a abril), ocorre o planejamento das atividades do ano, a formação da CAA (caso necessário) e a divulgação dos resultados do ciclo anterior. No segundo quadrimestre (maio a agosto), são realizados ajustes metodológicos e preparados os instrumentos de avaliação, como questionários e roteiros de entrevista. O terceiro quadrimestre (setembro a dezembro) é dedicado à aplicação dos instrumentos, à análise dos dados e à estruturação do calendário para o ano seguinte.



## Instrumentos de avaliação

A autoavaliação é realizada por meio de quatro técnicas principais. Por um lado, com dados de um *survey* com docentes, discentes, corpo administrativo e egressos. Além disso, por meio de uma análise qualitativa do tipo SWOT com docentes, por fim, com análise de dados comparados de outros PPGDs, a partir da base de dados da CAPES, por fim, por meio de OBSERVAÇÃO EXTERNA.

### Survey

O termo *survey* vem do inglês e pode ser traduzido como "pesquisa", "inspeção" ou "levantamento" (cfe. *Collins Dictionary* e *Cambridge Dictionary on line*). No contexto de coleta de dados, um *survey* é uma forma estruturada de examinar ou avaliar opiniões, comportamentos, atitudes ou características de um grupo específico.

O modelo adotado pela CAA foi o de aplicação de um questionário estruturado, com perguntas fechadas ou abertas, para coletar informações específicas. O instrumento adotado foi um *survey Online (Web-based Survey)*, realizado via internet, usando a plataformas *Google Forms*. O objetivo do *survey* foi descritivo, ou seja, a CAA buscou respostas descritivas das percepções dos respondentes, com propósito de elaborar uma visão geral ou "retrato" das atividades do PPGD e coletar opiniões sobre os serviços e experiências acadêmicas.

O formato das perguntas definiu como os dados foram coletados e analisados. Parte do *survey* foi quantitativo, baseado em perguntas fechadas, com respostas pré-definidas, a fim de gerar dados numéricos que pudessem ser analisados estatisticamente. Outra parte foi qualitativa, baseada em perguntas abertas, permitindo que os respondentes expressem suas ideias livremente. O objetivo, aqui, foi capturar insights detalhados e percepções subjetivas.

Essa metodologia visa aparelhar o PPGD com um modelo estruturado para ser realizado repetidamente ao longo do tempo, permitindo acompanhar mudanças ou tendências, identificar padrões de evolução ou causalidade de eventos.

Os instrumentos de avaliação incluíram escalas de percepção (como "Ótimo", "Bom", "Regular", "Insatisfatório" e "Desconheço"), respostas binárias para verificar conformidade com requisitos legais ou normativos (Sim/Não) e campos abertos para descrição de opiniões. Dados quantitativos foram registrados em algarismos decimais, facilitando a análise estatística. Essa variedade de instrumentos permitiu capturar tanto a opinião subjetiva dos participantes quanto dados objetivos sobre o desempenho do programa.

### Análise SWOT

A análise SWOT foi adotada pelo PPGD como metodologia complementar ao SURVEY de perguntas respondidas pelos docentes, discentes, egressos e equipe administrativa. A análise SWOT, amplamente reconhecida na literatura de planejamento estratégico, configura-se como uma ferramenta diagnóstica frequentemente adotada para a compreensão do ambiente organizacional. Essa técnica foi recomendada pela Coordenação de Área na reunião de novembro de 2024, no Conpedi, em Brasília-DF e foi adotada também pela Reitoria da UNOESC como apoio para o planejamento estratégico de todo o sistema de PPG da Universidade.

SWOT é um acrônimo para Forças (*Strengths*), Fraquezas (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). Essa técnica propicia uma avaliação sistemática dos fatores internos e externos que influenciam uma organização ou projeto.

Internamente, a SWOT busca identificar as Forças, atributos positivos e capacidades distintivas que conferem vantagens, e as Fraquezas, aspectos limitantes ou deficiências que podem prejudicar o desempenho. Externamente, a análise visa mapear as Oportunidades, tendências ou situações favoráveis no ambiente externo que podem ser exploradas para benefício, e as Ameaças, elementos ou tendências externas que representam desafios ou riscos a serem mitigados.

### Benchmarking

O *benchmarking* é mais frequentemente associado à gestão estratégica e à melhoria contínua, mas pode ser uma ferramenta valiosa em estudos comparativos e avaliações de desempenho. A área do direito tem pouca experiência prática com *benchmarking*, mas é um procedimento de avaliação comparativa que pode ser utilizado para comparar modelos de organização interna, dados sobre docentes e discentes e desempenho de uma organização com os de outras organizações consideradas referências ou líderes em determinada área.



O objetivo principal desse procedimento ter sido adotado pela CAA é que por meio dele o PPGD pode identificar as práticas e padrões de excelência no SNPG que podem ser adotados para melhorar o desempenho e a eficiência do PPGD. Nessa primeira experiência, a CAA reuniu informações disponíveis na base de dados da CAPES, na plataforma Sucupira, em duas fontes conexas: a) o Painel de Dados do Observatório da Pós-Graduação e b) a base de Cursos Avaliados e Reconhecidos.

Os recortes adotados nesta primeira experiência buscaram dados comparados sobre PESSOAS (docentes e discentes), PROGRAMAS (tempo de existência, tipos, quantidades, distribuição regional e notas), ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO e LINHAS DE PESQUISA (temas, quantidades e momentos de alteração).

Observador(a) externo(a)

Seguindo a orientação da Coordenação de Área do Direito, o PPGD convidou duas observadoras externas ao PPGD para opinar sobre o processo avaliativo e sobre os resultados. De um lado, a Presidenta da CPA (Comissão Própria de Avaliação) da Unoesc, Professora Camila Michelon. De outro, a Coordenadora do PPGD da Faculdade de Direito de Vitória (CAPES 5), a Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer.

O PPGD decidiu convidar observadoras externas por entender que um observador externo pode fornecer uma perspectiva imparcial e objetiva sobre o programa, identificando pontos fortes e áreas de melhoria que podem não ser evidentes para a CAA e para a Coordenação, que estão diretamente envolvidos no dia a dia do programa. Além disso, observadoras externas como as professoras convidadas trazem uma vasta experiência e conhecimento de outros programas, da UNOESC e de outras instituições, o que enriquece o processo de avaliação com observações especiais e melhores práticas de fora do ambiente local. A participação dessas observadoras externas também teve por objetivo aumentar a credibilidade do processo de autoavaliação, na medida em que aumenta a transparência do processo também promove maior confiança entre os membros da comunidade acadêmica e outras partes interessadas.

Relatórios e Comunicação de Resultados

A CAA é responsável por elaborar relatórios que identificam potencialidades, fragilidades e propostas de ação. Esses relatórios destacam medidas imediatas (como ajustes em processos administrativos) e metas de médio e longo prazo (como a ampliação da produção científica). Os resultados são consolidados a cada dois anos e divulgados em seminários integradores, seguidos de assembleias com docentes, discentes e técnicos para discussão e aprovação de estratégias de melhoria.

Alinhamento Estratégico e Revisão

O plano estratégico da autoavaliação segue a estrutura de indicadores detalhada no Anexo I da Resolução, garantindo coerência com o planejamento quadrienal do PPGD e com as diretrizes da CAPES.

A política entrou em vigor imediatamente após a publicação da Resolução, revogando normas anteriores que contrariem suas disposições. A CAA monitora sua implementação e propõe atualizações periódicas, assegurando que o processo de autoavaliação permaneça dinâmico e alinhado às demandas do programa.

A política de autoavaliação do PPGD/UNOESC representa um compromisso institucional com a excelência acadêmica e a transparência. Ao integrar princípios participativos, metodologias consistentes e ciclos contínuos de reflexão e ação, o documento busca não apenas atender a requisitos externos, mas também fortalecer a cultura de qualidade do programa, posicionando-o como referência em sua área de atuação.

## **2 - MEMÓRIA DA AUTOAVALIAÇÃO DO QUADRIENIO 2021-2024**

Entre 2020 e 2024, a Comissão de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Unoesc realizou uma série de atividades progressivas e complementares para organizar e implementar a autoavaliação institucional. O processo, iniciado com a publicação de documentos fundamentais pela CAPES, evoluiu para discussões e aplicações práticas de uma nova política de autoavaliação, demonstrando um alto comprometimento com a excelência e a transparência.

A Comissão de Planejamento liderou discussões sobre a política de planejamento e autoavaliação, culminando na aplicação da primeira autoavaliação em dezembro de 2022. A análise dos resultados e o aperfeiçoamento contínuo dos procedimentos refletiram o empenho do PPGD em garantir um processo avaliativo coerente com as novas



diretrizes da CAPES. Em outubro de 2023, a nova política de autoavaliação foi aprovada, marcando um avanço significativo na estruturação do processo.

A formação de uma nova Comissão de Autoavaliação em dezembro de 2023 e a realização de um balanço geral das ações em julho de 2024 demonstraram a dedicação contínua à melhoria. A integração de tecnologias e a realização de análises comparativas com outros programas de pós-graduação destacaram o compromisso com a inovação e a busca por padrões elevados de qualidade.

A divulgação de resultados quantitativos e a discussão de avaliações qualitativas em dezembro de 2024, com a participação de observadores externos, reforçaram a transparência e a busca por feedback construtivo.

Este processo, como será explicitado em detalhes a seguir, reflete o alto comprometimento do PPGD Unoesc em garantir lisura e informações consistentes, orientando o planejamento futuro e a gestão cotidiana com base em dados sólidos e análises críticas. A participação de uma equipe diversificada e o alinhamento com diretrizes institucionais fortaleceram ainda mais a credibilidade e a eficácia do processo de autoavaliação.

Este memorial destaca a seriedade e o compromisso do PPGD Unoesc em promover um processo de autoavaliação rigoroso, transparente e orientado para a melhoria contínua, assegurando que o programa esteja alinhado com os mais altos padrões de qualidade e excelência acadêmica estabelecidos pela CAPES.

#### Etapas de implementação da autoavaliação

Entre os anos de 2020 e 2024, a Comissão de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Unoesc realizou uma série de atividades progressivas e complementares para organizar e implementar a autoavaliação institucional.

O processo começou com a publicação do "Documento de Área da CAPES" em julho de 2019, seguido pela publicação da "Ficha de Avaliação – Área do Direito" em junho de 2020, ambos sob a responsabilidade da CAPES.

A partir de julho de 2020, a COPEA – Comissão de Planejamento e Autoavaliação iniciou discussões sobre a nova política de planejamento e de autoavaliação da CAPES. Essas discussões se estenderam até dezembro de 2020. Em agosto de 2021, a COPEA propôs ao Colegiado do PPGD a versão atualizada do planejamento estratégico, definindo eixos, objetivos e metas de resultados esperados e já incorporando as novas orientações de planejamento e de autoavaliação. A aplicação da primeira autoavaliação ocorreu em dezembro de 2022, coordenada pela CPA e COPEA. Os insumos dessa autoavaliação favoreceram o processo de revisão de metodologias de planejamento e autoavaliação.

A discussão dos resultados da primeira autoavaliação do quadriênio 2021-2024 foi realizada em Colegiado, no meio do quadriênio, em dezembro de 2022. No período de março a agosto de 2023, a COPEA liderou discussões sobre o aperfeiçoamento da do planejamento e da política e dos procedimentos de autoavaliação. Em agosto e setembro de 2023, a COPEA elaborou uma nova proposta de institucionalização do planejamento e da autoavaliação, conjugando uma proposta que garantisse uma plena articulação entre autoavaliação e planejamento do PPGD.

A pré-aprovação dessa política foi deliberada pela COPEA em outubro de 2023, e a aprovação final foi realizada pelo Colégio em 30 de outubro de 2023, conforme a Resolução nº 1/2023.

Em dezembro de 2023, a COPEA conduziu a autoavaliação parcial do ano, analisando os resultados alcançados até aquela data. No mesmo mês, em conjunto com a Coordenação, foi aprovada a formação de uma



nova Comissão de Autoavaliação, marcando um avanço significativo no processo especialização de funções da COPEA: equipe de planejamento e equipe de autoavaliação.

Nessa data foi aprovada:

1. A nova composição da Comissão de Planejamento

Presidente: Coordenador do PPGD, Prof. Dr. Robison Tramontina

Membros:

Prof. Dr. Carlos Luiz Strapazon

Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz

\*\*\*Em Julho de 2024: ingresso do Prof. Dr. Cristhian Magnus De Marco

COMUNICADO DE COORDENAÇÃO n. 20/PPGD/UNOESC/2023

Composição da Comissão de Autoavaliação do PPGD Unoesc

Representantes do Corpo Docente:

Prof. Dr. Carlos Luiz Strapazon – Presidente

Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz – V. Pr.

Profa. Dra. Thais Janaina Wenczenovicz – Titular

Prof. Dr. Robison Tramontina – Suplente

Representantes do Corpo Discente:

Irenice Tressoldi - Doutorado - Titular

Émelyn Linhares – Doutorado - Suplente

Renan Eduardo da Silva - Doutorado - Titular

Rodrigo Brandão – Mestrado - Titular

Tiago Olympio Spezzatto – Doutorado – Titular

Corpo Técnico-Administrativo:

Natalie Vaillatti

Observadora e consultora externa :

Camila Michelin– CPA da Unoesc

Em julho de 2024, a nova Comissão de Autoavaliação (CAA) efetuou um balanço geral das ações desenvolvidas até junho, durante reunião realizada no dia 5 de julho. No mesmo mês a CAA promoveu alinhamentos procedimentais e de infraestrutura tecnológica com a equipe da CPA – Comissão Própria de Avaliação, da Unoesc. Neste momento, a Presidenta da CPA da Unoesc aceitou o convite para integrar a equipe da CAA do PPGD como observadora externa

Ainda em julho, a CAA promoveu reuniões de leitura e ajustes da proposta de instrumentos de avaliação, entre os dias 18 e 31, continuando essa atividade em 1º e 15 de agosto. Entre 16 de agosto e 30 de setembro de 2024, a CAA iniciou a criação e aplicação de instrumentos de avaliação online utilizando o Google Forms, além de divulgar o processo avaliativo por meio de redes sociais, reuniões e materiais informativos.

Em 17 de outubro de 2024, a Comissão de Planejamento realizou uma análise SWOT com os docentes, avaliando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, como parte do processo contínuo de coleta de informações para instrumentalizar o planejamento do novo quadriênio e fornecer novas informações para a CAA.

No período de setembro a outubro de 2024, a CAA conduziu a elaboração de uma análise comparativa com Programas de Pós-Graduação (PPGs) de nota 4 e 5, tanto no Brasil quanto na região Sul. Nesse mesmo período a CAA do PPGD integrou um comitê de Comissões de Avaliação de Programas de Pós-Graduação da Unoesc e participou da elaboração das diretrizes institucionais da Unoesc para esse tema. As diretrizes institucionais apenas acolheram as medidas já implantadas pelos PPGs da Universidade e convalidou os resultados já alcançados e



aprovados. Todavia, a ação foi importante para fortalecer o processo de institucionalização das funções das Comissões de Autoavaliação dos PPGs como parte do processo mais amplo de autoavaliação institucional conduzido pela CPA da Unoesc.

Em 17 de setembro de 2024, o Reitor da Unoesc publicou a PORTARIA N° 203/UNOESC-R/2024, convalidando a equipe da CAA do PPGD, embora tenha reduzido a quantidade de integrantes para fins de ações institucionais.

A nova composição passou a ser a seguinte:

Coordenador:

Prof. Dr. Carlos Luiz Strapazon

Representante dos docentes do Programa:

Titular: Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues da Cunha e Cruz

Suplente: Profa. Dra. Deise Helena Krantz Lora

Representante dos discentes do Programa:

Titular: Kiane Follmann da Silva

Suplente: Renan Eduardo da Silva

Representante dos egressos do Programa:

Titular: Claudia Cinara Locatelli

Suplente: Guilherme Luiz Guerini

Representante dos Técnicos Administrativos:

Titular: Natálie Vailatti

No dia 6 de dezembro de 2024, pela manhã, a CAA divulgou os resultados quantitativos obtidos junto a estudantes, docentes e observadores externos. Na parte da tarde do mesmo dia, a Comissão de Planejamento, a CAA e o Colegiado realizaram uma discussão sobre a avaliação qualitativa das ações de Grupos de Estudos e Pesquisa (GEP). Nesta reunião de apresentação de resultados, o PPGD contou com duas observadoras externas ao PPGD. De um lado, a Presidenta da CPA da Unoesc, Professora Camila Michelin. De outro, a Coordenadora do PPGD da Faculdade de Direito de Vitória (CAPES 5), a Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer.

Em fevereiro de 2025, a CAA e a COPEA finalizaram a primeira análise qualitativa comparativa de PPGDs, aprofundando a compreensão das melhores práticas e áreas de melhoria para o PPGD Unoesc.

Finalmente, entre 1º e 15 de março de 2025, a CAA finaliza o relatório qualitativo final, encerrando o ciclo de autoavaliação com uma visão abrangente e detalhada das ações e resultados alcançados. Como base no relatório qualitativo, a Comissão de Autoavaliação finaliza a primeira versão do Planejamento Estratégico para o ciclo 2025 e 2028.



### 3 - RELATÓRIO QUALITATIVO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

#### 3.1. RESULTADOS DO SURVEY

Este relatório técnico é a versão qualitativa dos dados quantitativos reunidos no documento em PDF elaborado pela CAA do PPGD Unoesc.

O relato qualitativo foi preparado com base nas informações reunidas nas seguintes bases: a) formulário de autoavaliação de quadriênio, aplicada no segundo semestre de 2024; b) formulário de primeira abordagem de produção destacada de docentes, para o quadriênio, aplicada no segundo semestre de 2024; c) formulário de matriz SWOT (forças, fraquezas, ameaças e oportunidades), aplicada no segundo semestre de 2024, para docentes; d) relatório de benchmark (avaliação comparativa), realizado no segundo semestre de 2024 pela CAA.

#### PLANEJAMENTO

Os dados indicam que para a ampla maioria dos professores o PPGD tem planejamento de ações. Isso sugere que o programa possui uma abordagem estruturada e organizada para alcançar seus objetivos. O planejamento de ações é essencial para garantir a eficácia e eficiência do programa, permitindo que os recursos sejam alocados de forma eficiente e que os objetivos sejam atingidos de maneira sistemática.

Dado que uma minoria de docentes ainda revela baixa compreensão dos objetivos estratégicos e do modelo de governança do PPGD, isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever medidas de *coordenação para aprimorar a comunicação interna e além de outras que possam garantir o alinhamento de todo o corpo docente com o processo de formulação, execução, monitoramento contínuo e avaliação de resultados do planejamento existente.*

#### AUTOAVALIAÇÃO

Os dados indicam que **todos os respondentes consideram que a CAA tem participação de todos os atores avaliados**. Isso sugere que a Comissão de Autoavaliação é representativa e inclusiva, o que é fundamental para uma autoavaliação eficaz e justa.

#### COORDENAÇÃO E SECRETARIA

**Em relação à Coordenação e Secretaria, para os docentes, a Coordenação do PPGD tem uma gestão administrativa eficiente, com competências e composição previstas em regimento.** Além disso, a maioria considera que as instalações administrativas e modelo de agendamentos e atendimento da Coordenação e da Secretaria Administrativa são adequados. No entanto, há uma parcela de docentes que considera que a equipe de apoio administrativo não é suficiente para as funções do programa. Entre os mestrandos e doutorandos, prevalece a percepção da maioria de que a equipe de apoio administrativo é suficiente e qualificada. As instalações administrativas da Secretaria Administrativa receberam avaliações um pouco mais variadas, mas ainda assim muito positivas entre docentes e discentes.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para ampliar o quadro de pessoas que atuam no apoio administrativo, incorporar novas tecnologias que possam ajudar a equipe administrativa a otimizar suas ações. Também pode ser útil reavaliar os processos internos e fluxos de ações, mantendo o modelo atual de capacitação para as funções específicas do PPGD.

#### COMISSÕES DE APOIO AO PLANEJAMENTO E GESTÃO

A maioria ampla dos docentes e discentes reconhece que a Coordenação conta com Comissões de apoio de planejamento e autoavaliação. No entanto, uma parcela significativa dos estudantes respondentes ainda desconhece essa informação.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever novas ações de comunicação sobre a existência dessas comissões, suas funções e seus integrantes.

#### ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E LINHAS DE PESQUISA

Os dados indicam que **a maioria expressiva dos docentes considera que a descrição de foco e escopo da Área de Concentração e das Linhas de pesquisa do PPGD permanece atual**. Isso sugere que o PPGD tem uma base sólida em termos de definição de suas áreas de concentração e linhas de pesquisa. No entanto, **quando se trata da suficiência das linhas de pesquisa atuais para realizar os objetivos e o potencial do PPGD, a opinião dos docentes é um pouco mais dividida.**



Isso indica a necessidade de o planejamento futuro discutir a criação de mais uma linha de pesquisa para o PPGD.

#### PERFIL DE EGRESSO

Os dados indicam que **há menos acordo de opiniões entre os docentes sobre o alinhamento de ideias e o grau de consenso em relação ao perfil desejado de egresso.**

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para melhorar a comunicação e o alinhamento entre docentes sobre a visão comum a respeito dos resultados esperados com a formação dos egressos.

#### GRUPOS E PROJETOS DE PESQUISA

Os dados indicam que **a ampla maioria dos docentes considera que o PPGD tem diretrizes para a institucionalização de grupos de pesquisa.** Isso sugere que o programa tem uma estrutura para apoiar a formação e o desenvolvimento de grupos de pesquisa. Além disso, **a maioria expressiva dos docentes considera que os projetos de pesquisa do PPGD estão bem alinhados com objetivos de área e de linhas de pesquisa.** Isso indica que o programa tem uma boa capacidade de direcionar os esforços de pesquisa para alcançar os objetivos estabelecidos. Os dados indicam que **a maioria expressiva dos professores considera que os projetos de pesquisa em andamento no PPGD são coletivos** e refletem o esforço conjunto de docentes na investigação científica. Isso sugere que o PPGD promove uma cultura de colaboração e trabalho em equipe entre os docentes, o que é fundamental para o desenvolvimento de projetos de pesquisa de alta qualidade. A percepção dos estudantes está bem alinhada com a visão dos docentes.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para que a Coordenação mantenha ativa a preocupação de refinar as diretrizes de planejamento e a institucionalização de processos internos de planejamento e registro de ações dos grupos de pesquisa, de modo a favorecer a compreensão e a geração de evidências mais detalhadas dos macroprocessos que são induzidos pelos grupos de pesquisa ou que contam com a atuação relevante deles.

#### ESTRUTURA CURRICULAR (carga horária, atualidade, suficiência)

Os dados indicam que há uma diversidade de opiniões entre os docentes sobre a estrutura curricular do PPGD. Embora uma maioria considere que a atual composição da estrutura curricular é suficiente para realizar os objetivos formativos do PPGD, há uma parcela significativa que discorda. Além disso, as respostas sugerem que a estrutura curricular vigente pode não estar totalmente atualizada para realizar os objetivos formativos do PPGD, e que a carga horária pode não ser suficiente para realizar os objetivos do PPGD. Quanto à bibliografia, os resultados da percepção dos docentes indicam que **a grande maioria dos docentes considera que a bibliografia das disciplinas evidencia a evolução mais recente do conhecimento no campo de estudos,** em termos nacionais e internacionais. Isso sugere que o PPGD está atualizado em relação às últimas tendências e desenvolvimentos no campo de estudos. A percepção dos estudantes, por outro lado, é muito mais otimista, dado que ampla maioria expressa enorme satisfação com o atual modelo.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para reavaliar aspectos pontuais da estrutura curricular, elevando o nível de consenso especialmente sobre a diversidade de temas e carga horária total de atividades.

#### COOPERAÇÃO ENTRE DOCENTES

**Dada a orientação estratégica da proposta do PPGD-UNOESC para os seminários de doutorado, nota-se que a grande maioria dos professores do PPGD colabora com colega(s) na condução de seminários avançados de doutorado.** Isso sugere uma boa cultura de colaboração e compartilhamento de conhecimento nesse nível de formação. A minoria que respondeu "Não" pode indicar diferentes abordagens pedagógicas ou áreas de especialização que não se alinham facilmente com colaborações.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para manter a prática dos Seminários Avançados de Doutorado com atividades integradas entre docente, podendo tais práticas serem aprimoradas a partir de um modelo mais flexível de planejamento desses seminários a partir do planejamento de atividades dos Grupos de Pesquisa. A oferta dos seminários avançados de doutorado, idealmente, poderia gerar melhores resultados de pesquisa em rede e também melhores oportunidades para que os grupos de pesquisa possam trazer para essas atividades, os temas que mais diretamente pesam em suas agendas no semestre da oferta desses seminários. Na



avaliação da CAA, assume-se que quanto maior for a convergência entre os Seminários Avançados de Doutorado e a agenda de pesquisa dos grupos de pesquisa, tanto mais qualificado tende a ser o resultado de pesquisa de teses e da produção intelectual de discentes e docentes.

#### ORIENTAÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA

A percepção dos estudantes em relação à comunicação e ao acompanhamento com seus orientadores é majoritariamente positiva. A maioria dos respondentes atribuiu conceitos "Ótimo" e "Bom" para a comunicação interpessoal, a frequência de recebimento de orientações, a frequência de busca por orientações, o comprometimento do orientador e o próprio comprometimento nas atividades recomendadas. Há uma parcela significativa de respostas "Bom". A percepção dos estudantes em relação à qualidade das atividades e experiências formativas, ao domínio do orientador sobre o tema de pesquisa e à contribuição da orientação para o desenvolvimento do trabalho final é majoritariamente positiva. A maioria dos respondentes atribuiu conceito "Ótimo" para a qualidade das atividades e experiências formativas, o domínio do orientador e a contribuição da orientação.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para manter o modelo atual de orientação e acompanhamento da pesquisa em andamento.

#### COMPROMETIMENTO DE ESTUDANTES E RESULTADOS DE APRENDIZAGEM

**A avaliação dos docentes sugere que o comprometimento dos estudantes no PPGD é predominantemente positivo.** No entanto, algumas avaliações classificadas como Regular merecem atenção. Embora não representem uma crítica severa, podem sinalizar que parte dos alunos apresentam desafios em manter um alto nível de comprometimento ou enfrentam dificuldades em cumprir integralmente as expectativas acadêmicas. Esses resultados da percepção dos docentes coincide fortemente com a autopercepção dos próprios estudantes. Quando conjugados os dados sobre COMPROMETIMENTO (realização de atividades, busca de orientação, participação em grupos de pesquisa) E RESULTADOS DE APRENDIZAGEM, vê-se que a maioria das respostas indica que os resultados de aprendizagem, em geral, são "Bons". A presença de avaliações "Ótimo" ainda é minoritária, o que sinaliza que alguns estudantes estão alcançando um alto nível de aprendizado e mantendo um alto nível de comprometimento.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para compreender melhor a eventual sobrecarga de trabalho, falta de entendimento nas diretrizes ou mesmo limitações pessoais que podem estar ocorrendo. Importante é identificar, o mais breve possível, se o nível atual de comprometimento "bom" percebido por todos é uma tendência ou se se trata de algo pontual e localizado no contexto imediato pós-pandemia. O tema é sensível para todos os objetivos do PPGD e representa um importante desafio para a autoavaliação e para a Coordenação.

#### SISTEMA DE AVALIAÇÃO

**A maioria dos professores e estudantes considera que o sistema atual de avaliação está "Bem" definido por resolução e planejamento,** enquanto uma parcela menor o avalia como "Ótimo". Quando se considera a **garantia de Imparcialidade, especialidade e diversidade nas bancas:** A grande maioria dos professores avalia como "Bom e Ótimo" o regime atual. A maioria dos professores e estudantes também considera que o PPGD tem um bom modelo para controlar fraudes e gerar bons resultados em ciência e desempenho dos estudantes.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para manter o modelo atual de regulação do sistema de avaliação. Contudo, quando comparados estes resultados com os de outros itens, parece haver espaço para aprimorar o sistema de avaliação a fim de assegurar melhores resultados de aprendizagem e de comprometimento dos estudantes. Ainda que todos reconheçam que o modelo atual de avaliação é bem organizado, parece ainda insuficiente para gerar um conceito "ótimo" nos indicadores de comprometimento e de resultados de aprendizagem.

#### PRODUÇÃO INTELECTUAL DE ESTUDANTES

A maioria dos estudantes não publicou livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, resumos ou trabalhos completos em anais de eventos nos últimos quatro anos. Além disso, a maioria dos estudantes não organizou eventos nesse período. Contudo, merece atenção diferente o caso dos doutorandos. A diversidade nas atividades acadêmicas dos doutorandos nos últimos quatro anos é significativa. A maioria dos respondentes não publicou livros, mas houve uma quantidade considerável de publicações de capítulos de livros, artigos em periódicos, resumos e trabalhos



completos em anais de eventos. A publicação de capítulos de livros foi bastante variada, com uma parcela dos doutorandos publicando um capítulo, e uma parcela menor publicando dois ou mais capítulos. A publicação de artigos em periódicos também foi diversificada, com uma parcela dos doutorandos publicando três artigos e uma parcela menor publicando seis artigos. A maioria dos doutorandos publicou pelo menos um resumo em anais de eventos, e uma parcela significativa publicou dois trabalhos completos em anais de eventos. Nota-se que uma parcela significativa dos doutorandos não organizou eventos nos últimos quatro anos.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para aprimorar os incentivos de produção intelectual de mestrandos e monitorar, com mais proximidade, a produção intelectual de doutorandos. No caso dos mestrandos, parece haver espaço para melhorias tanto em volume quanto em qualidade, isto é, melhor conexão entre produção intelectual e os projetos de pesquisa (visando a dissertação). No caso dos doutorandos, parece haver espaço para melhorar a diversidade de produções, ampliando a presença do PPGD em periódicos especializados em temas alinhados com a área de concentração e as linhas de pesquisa do PPGD. Nos dois casos, parece ser recomendável aprimorar o apoio metodológico para fortalecer o domínio de técnicas e tecnologias de pesquisa, aprimorar também o modelo de produção regular, eventualmente instituindo um regime de submissões de resultados parciais de pesquisas em andamento, como se vê nos principais centros de pesquisa do mundo.

#### PRODUÇÃO INTELECTUAL DE DOCENTES

Os resultados da autoavaliação revelam uma variação significativa na produção de artigos em periódicos entre os professores do PPGD. A média de 5,7 artigos por professor sugere um nível razoável de atividade de publicação. No entanto, a mediana de 4 artigos indica que a maioria dos professores publicou menos que a média. **Além disso, a distribuição mostra que** muitos estão ainda em processo de desenvolvimento de suas pesquisas e enfrentando desafios para que as revistas publiquem seus trabalhos.

**Os resultados revelam também uma clara diferença na produção entre livros individuais e capítulos de livros. Enquanto a média de publicações na forma de livros individuais é relativamente baixa (1,4) por professor, a produção em capítulos de livros é significativamente maior, com uma média aproximada de 14 capítulos por professor.** A mediana para os livros individuais é 0, indicando que muitos professores não publicaram nenhum livro individual no período avaliado. Em contraste, **a mediana para capítulos de livros é 10**, sugerindo que uma parte considerável dos professores tem se dedicado à publicação em formato de capítulo.

**Para além disso, os dados revelam uma diversidade significativa na produção técnica dos professores do PPGD.** Nota-se uma alta quantidade de pareceres sobre artigos e publicações em revistas. **Além disso, a produção em "Eventos Organizados" também é notável.** Isso reflete um forte engajamento do corpo docente na colaboração com o sistema brasileiro de pós-graduação, seja pela emissão de pareceres, seja pela promoção de atividades acadêmicas que beneficiam outros PPGs e Grupos de Pesquisa.

**A média de "Cursos de Formação Profissional" e "Produtos de Editoração" também demonstra um compromisso com a capacitação e a disseminação do conhecimento.** Como esperado, algumas categorias de produção intelectual não se realizaram, notadamente "Software/Aplicativo".

Isso indica que o PPGD se manteve coerente com seu objetivo de aprimorar sua produção de pesquisa teórica básica, ou seja, de pesquisa voltada para o conhecimento teórico e conceitual. O PPGD evitou, neste quadriênio, projetos voltados para pesquisa aplicada ou desenvolvimento de produtos técnicos ou processos técnicos, embora alguns grupos de pesquisa já iniciaram algumas ações nessa direção, em caráter exploratório.

**Os resultados da autoavaliação também apontaram que há no PPGD uma considerável atividade dos professores na oferta de cursos livres quanto na realização de palestras.** A diversidade de temas e locais dos cursos (nacional e exterior) demonstra um amplo alcance e engajamento dos professores em diferentes áreas do conhecimento, entidades e eventos. **O número expressivo de palestras realizadas sugere um forte envolvimento dos professores na disseminação de conhecimento e participação em eventos acadêmicos e profissionais.**

**Os resultados coletados também indicam que o programa tem recebido vários tipos de reconhecimento por meio de prêmios e distinções,** tanto em nível individual quanto coletivo, em premiações de entidades locais, como também de entidades nacionais e do exterior. Foram registradas moções de aplauso em Câmaras Municipais dos Municípios da Região (Joaçaba e Ponte Serrada), indicando um reconhecimento público do impacto do trabalho realizado pelo programa na comunidade local, particularmente pelos projetos de iniciativa do Prof. Cristhian Magnus



de Marco e Paulo Junior Trindade dos Santos, líderes do Grupo de Pesquisa Gepethos. Houve registro de um prêmio de 2o lugar em distinção de dissertações do IBCCrim. Também o reconhecimento de uma professora (Riva Sobrado de Freitas) como uma das docentes mais citadas pelo do "Índice Científico AD – Alper-Doger (AD Scientific Index 2023). O PPGD também foi contemplado pelo programa .... da União Europeia, com o projeto do professor Vinícius Mozetic (NOME DO PROGRAMA). Além disso, a tese de doutoramento de um professor do PPGD (Thiago dos Santos Rocha) foi premiada pela Universidade de Oviedo na Espanha, com o Prêmio Extraordinário de Doutorado da Universidade de Oviedo", pela tese correspondente ao ano 2022/2023. Além disso, uma professora do PPGD (Thais Wenczenovicz) participou de um processo seletivo nacional e foi contemplada pela CAPES Programa Cátedra Brasil na Universidade de Salamanca e de professora visitante da Universidade de Salamanca, Espanha – 2023 (CAPES Edital nº 35/2023 - Processo Nº 23038.007390/2023-11). Cabe destacar também que a mesma professora Thaís Wenczenovicz teve um de seus livros "Direitos humanos, educação escolar indígena e interculturalidade: cartografia das escolas indígenas brasileiras" indicado como finalista do "1º Prêmio Jabuti Acadêmico", de 2024.

#### EXTENSÃO

**A autoavaliação revelou que 40% dos professores do PPGD relataram envolvimento em atividades de extensão** no período 2021-2024. Este dado sugere uma participação importante do corpo docente em ações de extensão universitária, apontando uma melhoria do desempenho do programa em relação a períodos avaliativos anteriores. A maioria das atividades de extensão identificadas tem alcance nacional, indicando que o PPGD tem contribuído para o desenvolvimento e a disseminação de conhecimento em âmbito nacional. A maioria das atividades não contou com financiamento externo, o que pode ter limitado o alcance e o impacto dessas ações.

#### ATIVIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE CARREIRAS JURÍDICAS

Os resultados mostraram revelam uma participação limitada, porém importante, de docentes em atividades de formação continuada de carreiras jurídicas.

#### DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**A maioria dos professores e estudantes considera que a relação dos temas de dissertações e teses com o desenvolvimento regional foi "Ótima" ou "Boa" no quadriênio.** Apenas uma pequena fração considerou a relação como "Regular" e "Insuficiente".

Esse amplo conjunto de informações avaliadas indica a necessidade de que o planejamento futuro prever algumas ações para aprimorar o modelo atual de produção intelectual do PPGD.

É notável que os resultados coletados informam que o PPGD atingiu um alto nível de maturidade na forma de produção intelectual que, atualmente, revela-se associada a projetos de pesquisa e a grupos de pesquisa sobre direitos fundamentais. Além disso, revela-se bem articulada em redes de pesquisas ou em parcerias interinstitucionais, com alcance regional, nacional e internacional.

Chama a atenção, também, a distribuição da produção intelectual na forma de artigos, livros, capítulos de livros, produção técnica, extensão, cursos livres de formação técnica são a expressão dessa constatação. Para além disso, o PPGD começou a colher reconhecimentos de diferentes entidades, na forma de premiações, rankings de citações, bolsas especiais e prêmios pelo mérito de pesquisa.

Cabe dizer que algumas medidas podem aprimorar os resultados para o próximo quadriênio. Uma delas é a maior contribuição do PPGD em produção de periódicos com alto potencial de disseminar o conhecimento produzido pela pesquisa de docentes e discentes. A maior parte da produção intelectual do programa atualmente é disseminada por livros (na maioria, por capítulos de livros), em eventos acadêmicos, em palestras e cursos. O alcance dessa produção já aparenta ser muito superior ao de quatro anos atrás, mas um melhor direcionamento dessa produção para canais com melhor capacidade de conversão desses resultados em citações, em projetos transformadores (públicos e privados) é muito recomendável. Os docentes revelam plena consciência da alta relevância de suas produções para o desenvolvimento da pesquisa básica em direito. Um desafio importante parece ser alcançar um melhor nível de produção de pesquisa aplicada.

Além disso, vale destacar a produção intelectual que relaciona direitos fundamentais e temas de desenvolvimento regional. Essa temática do desenvolvimento regional é uma preocupação central do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNOESC e muitos esforços internos estão sendo realizados para aumentar o impacto da produção intelectual de toda a Universidade em temas relacionados ao desenvolvimento regional.



Ao comparar os resultados de avaliações de quadriênios anteriores sobre o mesmo tema, nota-se o importante avanço já alcançado pela produção intelectual mais recente do PPGD. No entanto, dada a natureza estratégica dessa temática para os objetivos institucionais de longo prazo da Universidade, recomenda-se que o planejamento do PPGD para o novo quadriênio incorpore novas ações, especialmente de pesquisa integrada com outros Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Universidade e com grupos de pesquisa de outras instituições, tanto no Brasil quanto no exterior. O PPGD já conta com o suporte de redes nacionais e internacionais. Nesse contexto, é altamente recomendável que o PPGD avalie consistentemente as possibilidades e oportunidades de pesquisa em redes nacionais e internacionais, buscando extrair o máximo de aprendizado e impacto dessa agenda. Essa integração, por fim, pode acelerar o aprendizado do PPGD com essa agenda institucional e inovar também no modo como é feita a pesquisa no campo do direito e da regulação de políticas de desenvolvimento.

#### EXPERIÊNCIA FORMATIVA: SENTIDO AMPLO

A pergunta aberta sobre a percepção dos doutorandos e mestrados em relação à sua experiência formativa no doutorado trouxe resultados majoritariamente positivos. A maioria consistente dos respondentes atribuiu o conceito "Ótimo" e "Bom", indicando um alto nível de satisfação com a experiência formativa no programa de doutorado.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para manter os avanços implementados atual quadriênio em relação ao processo formativo. A percepção dos estudantes pode ser ligeiramente corrigida pela percepção crítica do corpo de docentes, que entende que há espaço para que a experiência formativa possa melhorar, caso seja viável aprimorar o nível de comprometimento dos estudantes com resultados esperados.

A CAA entende que as mudanças implementadas nos processos internos de governança, no perfil atual dos docentes, na estrutura curricular do mestrado, na consolidação do doutorado, na forma de oferta de créditos, na reorganização das agendas de pesquisa, nas experiências acumuladas de trabalho em rede com outros PPGs e com Universidades do exterior repercutiu diretamente nessa percepção qualitativa majoritariamente otimista dos estudantes e docentes. Todavia, a repercussão positiva dessas iniciativas também podem ser inferidas pelos dados objetivos disponíveis no relatório técnico da autoavaliação realizada no final do quadriênio, no segundo semestre de 2024.

#### RESPEITO E TRATO PESSOAL

**A avaliação do ambiente de respeito e trato pessoal foi predominantemente positiva, com a grande maioria dos professores e estudantes considerando-o "Ótimo".** Isso sugere que o PPGD tem um ambiente acolhedor e respeitoso, o que é fundamental para promover a participação e o engajamento de todos. A pequena porcentagem de avaliações "Bom" pode indicar áreas específicas que podem ser aprimoradas, embora o panorama geral seja bastante positivo.

Isso indica a necessidade de o planejamento futuro prever ações para manter o modelo atual de respeito e trato pessoal entre coordenação, docentes, estudantes e equipe administrativa.

#### PRODUÇÕES INTELECTUAIS DESTACADAS

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) está concentrado no estudo e pesquisa de direitos fundamentais civis e sociais, com ênfase na efetivação desses direitos.

Neste quadriênio, o PPGD Unoesc inovou no formato de discussão interna sobre a produção destacada. O levantamento da produção destacada foi realizado em dois tempos: no primeiro momento, em 2024, no contexto do processo de autoavaliação geral de fim de quadriênio, antecipando as percepções ampla dos docentes sobre suas contribuições mais relevantes no quadriênio 2021-2024.

Essa abordagem inicial revelou-se altamente positiva para os trabalhos da CAA, pois facilitou o trabalho de segregação das informações consideradas mais importantes pelos próprios pesquisadores. O ganho qualitativo dessa medida foi especialmente percebido com a revelação da percepção individualizada dos docentes sobre o que consideram ser o mais importante dentre suas produções intelectuais.

Evidentemente que as informações desta primeira etapa, aqui relatadas, NÃO REPRESENTAM, nem substituem a visão final da CAA e do PPGD sobre quais são as produções que merecem o destaque. Estas últimas serão enviadas em abril de 2025, pelo procedimento indicado pela CAPES. Todavia, em termos qualitativos, as



informações colhidas na primeira fase revelaram-se extremamente úteis para uma análise mais acurada e contextualizada, bem como para o alinhamento sobre os critérios de escolha de produções que devem ser consideradas as mais importantes do programa.

Ao processar e avaliar essas produções em um panorama mais amplo de autoavaliação, a CAA conseguiu reunir subsídios valiosos que enriqueceram o processo interno de avaliação, contribuindo, inclusive, para o relatório da CAA sobre lacunas e oportunidades futuras. As produções informadas pelos pesquisadores na etapa inicial demonstram um esforço significativo para atender aos objetivos formativos e de pesquisa do programa, abrangendo temas como direitos humanos, políticas públicas, sustentabilidade, tecnologia e inclusão social.

Ao conduzir os docentes a refletirem previamente sobre suas produções mais significativas, o PPGD promoveu maior engajamento e autocrítica por parte dos pesquisadores, resultando em um mapeamento mais preciso das contribuições científicas e sociais geradas pelo programa. Além disso, essa metodologia permitiu que as produções destacadas fossem avaliadas não apenas individualmente, mas também em sua interação com os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD, criando uma base sólida para a interpretação dos indicadores qualitativos do processo de autoavaliação.

A seguir, a CAA apresenta uma análise crítica dessas produções:

#### Foco nos direitos fundamentais civis e sociais

Grande parte das produções está alinhada às linhas de pesquisa do PPGD, especialmente nas áreas de "Direitos Fundamentais Civis" e "Direitos Fundamentais Sociais". Exemplos incluem:

Artigos sobre Liberdade de Expressão e Proteção de Dados : Trabalhos como "Libertad de Expresión y Derecho a la Información en el Contexto Democrático Actual" e "O Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais" exploram o impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais, tema central para a compreensão dos desafios contemporâneos.

Estudos sobre Políticas Públicas e Direitos Sociais : Produções como "Direito Humano à Segurança Social" e "Impactos da Pandemia no Direito à Moradia" refletem a preocupação do grupo com a implementação de direitos fundamentais sociais, especialmente em contextos de crise.

#### Interdisciplinaridade e internacionalização

A interdisciplinaridade é evidente em diversas publicações, que combinam direito com outras áreas, como sociologia, economia e ciência política. Por exemplo:

A participação em redes internacionais, como a *Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia*, fortalece a internacionalização das pesquisas e amplia o alcance dos resultados.

#### Produção didática e formação de recursos humanos

Além de artigos e livros, há uma produção didática significativa, como cursos de extensão e materiais instrucionais. Exemplos incluem o curso "*Epistemologias do Sul e Cultura Jurídica*", que formou mais de 550 participantes de cinco regiões do Brasil e quatro países da América Latina, evidencia o compromisso com a formação continuada. O material didático sobre FUNDEB e políticas públicas de educação básica, usado na capacitação do TCE-SC demonstra a aplicabilidade prática das pesquisas desenvolvidas.

#### Contribuição para o debate público e políticas públicas

Várias produções têm impacto direto no debate público e na formulação de políticas públicas. Por exemplo, os estudos sobre o uso de imagens traumáticas em campanhas de saúde pública e sobre fake news no processo eleitoral fornecem subsídios para decisões judiciais e administrativas. Também a organização de eventos como o "*Congresso Repensar o Direito*" e o "*Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável*" promovem a disseminação de conhecimentos e a troca de experiências entre pesquisadores e formuladores de políticas.

#### Abordagem crítica e inovadora

As produções destacadas revelam uma postura crítica e inovadora, questionando paradigmas tradicionais e propondo novas interpretações. Exemplos incluem a análise do conceito de desinformação no controle judicial das eleições brasileiras e a revisão do papel do Estado na era digital, como discutido em "*Welfare Digital State*".



#### Impacto científico

As produções destacadas têm alto potencial de impacto científico, especialmente por sua contribuição ao avanço teórico e metodológico em áreas emergentes, como direitos digitais, segurança social e sustentabilidade. Publicações em periódicos Qualis A1 e A2, além de capítulos em obras internacionais, reforçam a relevância acadêmica dessas contribuições.

#### Impacto social

Muitas produções abordam questões de grande relevância social, como moradia, trabalho decente, proteção de dados e acesso à informação. Esses temas são cruciais para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas com potencial de inovar em políticas públicas na região Oeste de Santa Catarina, onde o PPGD está localizado.

#### Impacto econômico

Estudos sobre políticas públicas, como FUNDEB e programas habitacionais, têm potencial para influenciar decisões econômicas e melhorar a alocação de recursos públicos. Além disso, pesquisas sobre transição justa e emprego verde podem contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável.

### 1. Impacto na Formação de Estudantes

As produções destacadas servem como referências importantes para a formação de mestrandos e doutorandos, proporcionando bases teóricas sólidas e exemplos práticos de pesquisa aplicada. Eventos organizados pelo PPGD, como seminários e congressos, também enriquecem a experiência acadêmica dos estudantes.

#### Limitações e oportunidades percebidas

##### 1. Escassez de Estudos Empíricos

A maioria das produções é baseada em revisões bibliográficas e análises teóricas, com poucos estudos empíricos ou aplicados. A incorporação de métodos qualitativos e quantitativos poderia enriquecer as pesquisas e aumentar sua relevância prática.

##### 2. Internacionalização Parcial

Apesar dos esforços de internacionalização, muitas produções destacadas ainda têm foco predominantemente nacional. Ampliar a colaboração com instituições estrangeiras e publicar mais em língua inglesa poderia aumentar o impacto global das pesquisas destacadas.

##### 3. Desafios na Divulgação

A divulgação das produções por meio de meios jornalísticos e televisivos ainda é limitada. Maior investimento em estratégias de comunicação poderia ampliar o alcance social das pesquisas.

##### 4. Oportunidades para Exploração Futura

###### a) Expansão de Temas Emergentes

Investir em áreas emergentes, como inteligência artificial, blockchain e direitos digitais, direitos relacionados com desenvolvimento sustentável da região oeste de santa catarina pode posicionar o PPGD na vanguarda das discussões globais sobre direitos fundamentais.

###### b) Fortalecimento de Pesquisas Empíricas

Incentivar estudos empíricos, especialmente na região Oeste de Santa Catarina, pode gerar *insights* valiosos para políticas públicas locais.

###### c) Ampliação da Internacionalização

Promover parcerias de pesquisa com universidades parceiras no exterior pode fortalecer a presença internacional do PPGD.

###### d) Integração com Setores Produtivos

Estabelecer parcerias de pesquisa com entidades e organizações que o PPGD já tem laços consolidados pode ampliar o impacto econômico e social das pesquisas.

#### Conclusão

As produções destacadas pelos pesquisadores do PPGD UNOESC entre 2021 e 2024 demonstram um compromisso claro com a excelência acadêmica e a relevância social das pesquisas. No entanto, há oportunidades para expandir o escopo temático, fortalecer a internacionalização e ampliar o impacto regional das produções. Ao



abordar essas lacunas, a CAA entende que o PPGD pode consolidar-se como centro avançado de estudos em direitos fundamentais.

## EVENTOS

Tipos de eventos organizados

- **Seminários e Congressos:**
  - Temáticos sobre desenvolvimento sustentável e direitos fundamentais
  - De Teses de doutorado em desenvolvimento
  - De integração de grupos de estudos e pesquisas
  - Sobre Paradigmas do direito
  - Sobre segurança social e transformações digitais
  - Sobre democracia e cultura constitucional na era digital
  - Sobre desafios do presente e do futuro do direito do trabalho
  - Sobre teorias da justiça
  - Justiça Constitucional e Mulheres em Abya Yala
  - Legislação e Política de Proteção de Dados da UE e do Brasil

Organização por Temas

- **Direitos Fundamentais Cíveis e Sociais:**
  - Desenvolvimento sustentável
  - Proteção de dados
  - Justiça constitucional
  - Segurança social
  - Democracia e cultura constitucional
- **Formação e Integração Acadêmica:**
  - Teses de doutorado
  - Integração de grupos de pesquisa
  - Cursos de formação avançada

Contribuição para os Objetivos do PPGD

Os eventos organizados contribuem diretamente para os objetivos do PPGD, especialmente no foco em direitos fundamentais cíveis e sociais. Eles promovem a difusão de conhecimento, o diálogo internacional, e a integração de pesquisadores e estudantes. A produção de e-books e a realização de seminários e cursos refletem um compromisso com a pesquisa e o ensino, alinhando-se com a missão de fortalecer o entendimento e a aplicação dos direitos fundamentais.

Impacto Científico

- **Publicações:** A produção de e-books e artigos em revistas especializadas amplia a disseminação científica e consolida o conhecimento gerado no PPGD.
- **Inserção Internacional:** Eventos com participação de instituições estrangeiras, como as que integram a REDIDD – Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia, a New School of Law de Lisboa e a Universidade de Talca, no Chile, fortalecem o perfil internacional do programa.
- **Financiamento:** A obtenção de financiamento externo de agências como CAPES e FAPESC evidencia o reconhecimento da relevância científica dos projetos.
- **Infraestrutura:** Investimentos na infraestrutura tecnológica permitiram ao PPGD suportar eventos virtuais e híbridos, o que ampliou o alcance dos eventos realizados.

Impacto Social

- **Educação Gratuita:** O curso de formação avançada em Justiça Constitucional e Mulheres em Abya Yala, oferecido gratuitamente, demonstra um compromisso com a educação acessível e inclusiva.
- **Diálogo Público:** Os eventos abordam temas sociais relevantes, como segurança social e transformações digitais, promovendo um diálogo público informado.



#### Impacto Econômico

- **Financiamento de Projetos:** Os valores recebidos de agências de fomento contribuem para a economia local e sustentam a infraestrutura necessária para a pesquisa. Financiamentos externos (ex: FAPESC e CAPES) totalizaram mais de R\$ 145.000,00, viabilizando estruturas para eventos de alto nível.

#### Impacto na Formação de Estudantes

- **Integração Acadêmica:** Eventos como o V Seminário de Integração dos Grupos de Estudos e Pesquisas do PPGD Unoesc são cruciais para a formação interdisciplinar dos estudantes.
- **Exposição Internacional:** A participação em seminários internacionais oferece aos estudantes experiências únicas de aprendizado e relacionamentos acadêmicos e profissionais.
- **Organização.** Participação em comissões organizadoras e publicações preparou pós-graduandos para carreiras acadêmicas e profissionais.
- **Professores visitantes.** Programas como Professores Visitantes enriqueceram a grade curricular com perspectivas globais.

#### Alinhamento com os objetivos estratégicos

Os eventos organizados estão alinhados com a estratégia de posicionar o PPGD como um centro de estudos avançados de direitos fundamentais na região oeste de Santa Catarina. A realização de seminários e cursos internacionais, juntamente com a produção de publicações, reforça o compromisso do programa com a excelência acadêmica e a inovação.

#### Limitações e Oportunidades

- **Financiamento:** Embora haja financiamento externo, a dependência de agências específicas pode ser uma limitação. Diversificar as fontes de financiamento seria uma oportunidade a explorar.
- **Documentação:** A pouca especificação sobre detalhes de alguns produtos resultantes indica a necessidade de melhorar a documentação e o relato das atividades.
- **Engajamento Estudantil:** Aumentar a participação ativa dos estudantes na organização e apresentação de trabalhos pode enriquecer sua formação.
- **Monitoramento e Avaliação:** Implementar sistemas de monitoramento e avaliação para mensurar o impacto dos eventos e publicações de forma mais precisa.
- **Tecnologia:** A criação de um repositório online para os materiais produzidos nos eventos também pode aumentar sua visibilidade e impacto a longo prazo.

#### ATIVIDADES MIDIÁTICAS

Divulgação de conhecimento por meios jornalísticos, televisivos e outros tipos de mídia

#### Contribuição para os Objetivos do PPGD:

As atividades de divulgação realizadas contribuem para os objetivos do programa de pós-graduação em direito ao promoverem a disseminação do conhecimento jurídico para além dos muros acadêmicos. A participação em podcasts, a produção de vídeos e colunas de opinião ampliam o alcance dos temas relacionados aos direitos fundamentais civis e sociais, reforçando o papel do PPGD na sociedade e na formação de opinião pública informada.

#### Impacto Científico:

- **Divulgação de Pesquisas:** As atividades de mídia, como podcasts e vídeoCasts, permitem a divulgação científica de pesquisas e projetos do PPGD para um público mais amplo.
- **Publicações:** As colunas de opinião e notícias ampliam a visibilidade das pesquisas e dos temas abordados pelo programa.

#### Impacto Social:

- **Engajamento Público:** A divulgação por meios jornalísticos e televisivos engaja a comunidade em questões jurídicas relevantes, promovendo uma maior conscientização sobre direitos fundamentais.

#### Limitações e Oportunidades:

- **Política Institucional:** A ausência de uma política formal que incentive e organize essas atividades pode limitar sua expansão e eficácia.
- **Financiamento e Recursos:** A dependência de financiamento externo pontual e a falta de recursos dedicados para atividades de divulgação podem restringir a continuidade e o alcance dessas iniciativas.



#### Oportunidades para 2025:

- **Desenvolvimento de Política Institucional:** Implementar uma política que incentive e estruture a divulgação científica.
- **Diversificação de Fontes de Financiamento:** Buscar parcerias com veículos de comunicação e outras agências de fomento.
- **Capacitação:** Oferecer treinamentos para docentes e discentes em comunicação e divulgação científica.
- **Avaliação de Impacto:** Desenvolver métricas para avaliar o impacto das atividades de divulgação na sociedade e no meio acadêmico.

#### EGRESSOS

O relatório de egressos está dividido em duas partes. Na primeira, apresentamos os resultados das respostas ao *Survey*. Na segunda, apresentamos os resultados dos achados com a busca ativa de informações nas redes sociais, curriculum lattes e sites profissionais. A razão disso é que o modelo de busca informações de egressos por meio de formulário enviado aos emails individuais revelou-se pouco eficiente, neste quadriênio, gerando apenas 15 respostas, dentre 85 egressos.

Em vista disso, a CAA solicitou medidas especiais de apoio técnico à Coordenação, seguindo a linha de orientações apresentadas pela Coordenação de Área em reunião realizada no Conpedi de Brasília, em novembro de 2024. Em vista disso, o PPGD Unoesc mobilizou uma equipe administrativa especial para buscar ativamente informações complementares sobre egressos na web, tanto em sites, quanto em plataformas e também em redes sociais.

#### 15 Respostas ao *Survey*

Os resultados de 15 respostas recebidas indicam que uma parte significativa dos egressos do mestrado em Direito atua na educação superior, especificamente na graduação. Uma parcela menor dos egressos está envolvida na pós-graduação, tanto lato sensu quanto stricto sensu. Além disso, uma parcela considerável dos egressos não atua na área de educação superior.

**Nota-se também que muitos egressos do mestrado em Direito estão atuando na área técnico-jurídica, com um equilíbrio entre aqueles que trabalham na advocacia e aqueles que estão envolvidos na administração pública. A atuação na advocacia é relatada por uma parte expressiva dos egressos, indicando uma forte presença no exercício da profissão.**

**A atuação na administração pública também é significativa, com a maioria dos egressos trabalhando em cargos estaduais.** A presença de egressos atuando em níveis municipal e federal, embora menor, demonstra a diversidade de oportunidades disponíveis para os graduados.

**A maioria dos egressos está se dedicando à continuidade dos estudos, o que sugere um forte interesse em aprofundar seus conhecimentos e qualificações acadêmicas.** A assunção de postos de liderança na administração pública ou na sociedade civil é mencionada por uma minoria, indicando que, embora alguns egressos estejam se destacando em posições de liderança, essa não é uma tendência predominante entre os respondentes.

**O aprimoramento das habilidades de pesquisa e análise crítica é o tema mais mencionado,** indicando que o programa está cumprindo seu objetivo de formar pesquisadores qualificados e capazes de realizar análises aprofundadas no campo do Direito. **A abertura de oportunidades na docência também é um tema recorrente, demonstrando que o PPGD está contribuindo para a formação de professores para o ensino superior. O impacto na carreira e ascensão profissional e a contribuição para a formação continuada também são aspectos relevantes,** mostrando que o programa está impulsionando o desenvolvimento profissional dos egressos e incentivando a continuidade dos estudos em nível de doutorado. A qualificação profissional e aumento de remuneração são temas menos frequentes, mas ainda importantes, indicando que o programa também está contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos egressos.

Em relação à produção intelectual, a publicação de capítulos de livros é a mais representativa, com muitos egressos tendo publicado nesse formato. A publicação de artigos em periódicos também é significativa, demonstrando o impacto do programa na formação de pesquisadores capazes de disseminar seus resultados em revistas especializadas, contribuindo para o avanço do conhecimento na área. A publicação de livros é menos



frequente, mas ainda relevante, indicando que alguns egressos estão desenvolvendo projetos de pesquisa mais amplos e resultando em obras autorais. A participação em eventos, tanto na apresentação de resumos quanto de trabalhos completos, e a organização de eventos são atividades realizadas por uma parte significativa dos egressos, demonstrando um engajamento ativo na comunidade acadêmica e na disseminação do conhecimento. Ainda assim, a existência de egressos que não apresentaram produção em nenhuma das categorias avaliadas sugere a diversidade de trajetórias profissionais após a conclusão do mestrado e a importância de compreender os fatores que influenciam a produção acadêmica.

Os resultados coletados pelo formulário de perguntas dirigidas a todos os egressos gerou algumas importantes conclusões para a CAA.

Dentre os respondentes, nota-se que os egressos estão buscando múltiplas inserções no mercado de trabalho, não havendo uma preferência por nenhuma delas, nem mesmo a educação superior. Uma parcela considerável dos egressos não atua na área de educação superior, nem pretende atuar. Contudo, valorizam a formação recebida e a consideram útil. Isso indica a importância do modelo atual de pesquisa e formação para o mestrado, abrindo oportunidades para caminhos profissionais que os egressos estão seguindo.

A produção intelectual parece estar concentrada em um grupo específico de egressos, enquanto outros não apresentam produção nas categorias avaliadas, o que pode indicar a necessidade de identificar e apoiar os egressos com menor produção. A publicação de livros ainda é pouco frequente, o que pode ser explicado pelo nível de estudos ainda não ser o mais avançado. Em geral, espera-se que egressos do doutorado publiquem seus trabalhos em forma de livros.

85 respostas - busca ativa de egressos na web

O presente relatório analisa o panorama profissional dos 85 egressos do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), com base nos dados fornecidos referentes ao período de 2020 a 2024. A análise busca identificar as principais áreas de atuação desses ex-alunos, sua distribuição geográfica e, conseqüentemente, inferir sobre a relevância da formação oferecida pelo programa para suas trajetórias profissionais.

#### **Metodologia:**

A análise foi realizada a partir da tabulação e categorização das informações contidas na planilha anexada, que abrange dados como nome do egresso, ano de conclusão (mestrado ou doutorado), atuação na administração pública, advocacia, educação superior, instituição de ensino superior (IES) e local de atuação (município, estado e país). A identificação da principal atividade profissional foi priorizada, considerando a seguinte ordem: atuação na administração pública, advocacia e educação superior. Em casos em que múltiplas atividades foram indicadas, buscou-se identificar a função de maior destaque ou aquela explicitamente mencionada como cargo principal.

A análise da ocupação atual (dez/2024) dos 85 egressos do PPGD Unoesc (2020-2024) revela uma diversidade de caminhos profissionais, com forte presença em setores importantes para o desenvolvimento jurídico e social.

#### **1. Atuação na Advocacia:**

A advocacia se configura como uma importante área de atuação para os egressos do PPGD Unoesc. Identificamos **40** egressos que atuam na advocacia, representando cerca de **47%** do total. Essa atuação se manifesta de diversas formas:

- **Advocacia Privada:** A maioria dos egressos identificados como advogados atua na esfera privada, seja de forma autônoma ou em escritórios de advocacia. A diversidade de locais de atuação (em diferentes municípios e estados) sugere uma abrangência da formação oferecida pelo PPGD Unoesc.
- **Combinação com a Docência:** É importante notar que 18 egressos (21%) que atuam na advocacia também exercem a função de professores no ensino superior (conforme detalhado na seção seguinte), demonstrando uma versatilidade profissional e a capacidade de integrar teoria e prática jurídica.

#### **2. Atuação na administração pública:**

Um número significativo de egressos do PPGD Unoesc demonstra inserção e relevância no setor público, abrangendo diferentes esferas e poderes. Identificamos **38 egressos atuando em cargos na administração pública, representando 45% do total.** Essa atuação se distribui da seguinte forma:



**Esfera estadual (28 egressos; 33%):** A maioria dos egressos que ingressaram na administração pública concentra-se na esfera estadual, ocupando cargos como Promotor de Justiça (4), Servidor (diversas áreas como TRE, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Universidade, Casan), Policial, Delegada de Polícia Civil, Oficial de Justiça, Cartorária, Procurador Municipal (em municípios catarinenses) e Juiz de Direito. Essa forte presença no âmbito estadual, especialmente em órgãos como o Ministério Público e o Poder Judiciário, demonstra a qualificação dos egressos para funções de alta responsabilidade e impacto social dentro do estado de Santa Catarina.

**Esfera municipal (8 egressos; 9,5%):** Oito egressos foram identificados atuando na administração pública municipal, em cargos como Servidora Pública, Vereadora e Procurador Municipal. Desses, 7 atuam em SC e um atua no PR. Essa atuação demonstra a contribuição dos egressos para a gestão e o desenvolvimento jurídico nos âmbitos da região próxima da sede do PPGD.

**Esfera federal (2 egressos; 2,5%):** Dois egressos exercem cargos na administração pública federal, ambos no Poder Judiciário, sendo que um atua em SC e outro no MT.

**Poder Judiciário (15 egressos; 17,6%):** Quinze egressos foram identificados como agentes do Poder Judiciário. Destes, 2 são juízes e os demais ocupam posições de servidores.

**Poder Legislativo: 1 (1,2%) egressa atua como vereadora.**

**Poder Executivo: 3 (3,5%) egressos** atuam como procuradores municipais, portanto, vinculam-se a estrutura de Poder Executivo, na administração pública local.

**Combinação com a Docência:** É importante notar que 9 egressos (10,6%) que atuam na administração pública também exercem a função de professores no ensino superior (conforme detalhado na seção seguinte), demonstrando uma versatilidade profissional e a capacidade de integrar teoria e prática jurídica.

### 3. ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:

A formação no PPGD Unoesc também se mostra um diferencial para a inserção no ensino superior. Identificamos **27** egressos que atuam como professores em diversas Instituições de Ensino Superior (IES), representando aproximadamente **32%** do total. As IES onde esses egressos atuam incluem:

- **Unoesc:** A própria Universidade do Oeste de Santa Catarina absorveu quase a metade de seus egressos do PPGD nesse quadriênio, demonstrando o reconhecimento da qualidade da formação oferecida pelo programa. Dos 27 egressos que atuam na docência, 12 deles (44,5%) foram contratados pela UNOESC
- **Outras IES:** Além dos egressos contratados pela UNOESC, outros 14 foram identificados como professores em outras instituições como UCEFF, UNC, Unijuí, Unemat, Faipe, FIMCA, IDP, Univag e IFPR. Essa dispersão em diferentes IES, tanto em Santa Catarina quanto em outros 4 estados (RS, MT, RO, PR), evidencia o alcance da formação do PPGD Unoesc e a qualificação de seus egressos para atuarem em diferentes contextos acadêmicos.
- **Exclusivamente na educação superior:** 4 (15%) egressos atuam exclusivamente na educação superior, sendo 2 deles contratados pela UNOESC.

#### Outras ocupações:

Além das categorias principais, identificamos outros egressos com ocupações específicas:

- **Cartorários:** Três egressos atuam como cartorários, evidenciando a formação para a área notarial e registral.
- **Sem Informação Detalhada:** Dois egressos não possuem informações detalhadas sobre sua ocupação.
- **Pesquisa:** 3 (3,5%) egressos não estavam exercendo uma atividade profissional em dez/24. Encontravam-se matriculados no curso de doutorado em direito da Unoesc, com dedicação exclusiva aos estudos e à pesquisa.
- **Sem ocupação identificada:** apenas 3 (3,5%) egressos não tinham uma ocupação declarada.

#### Análise da distribuição geográfica dos egressos:

A distribuição geográfica dos egressos do PPGD Unoesc reflete a abrangência do programa e sua capacidade de formar profissionais que atuam em diferentes localidades.

**Chapecó (SC):** Identificamos **18** (21%) egressos atuando em Chapecó, município sede da Unoesc. Essa concentração é natural, considerando a localização da instituição e a possibilidade de egressos permanecerem na região após a conclusão do curso.



**Santa Catarina (outros municípios):** Além de Chapecó, outros **37** egressos (43,5%) atuam em outros municípios de Santa Catarina, como São Miguel do Oeste, Araquari, Iporã do Oeste, Florianópolis, Xanxerê, Concórdia, Joaçaba, Videira, São Lourenço do Oeste, Sombrio, Quilombo, Mondaí, Porto Belo, Nova Erechim, Dionísio Cerqueira, Tangará, Seara, Maravilha, Bom Jesus e Xaxim.

**Outros estados do Brasil:** Um número importante de **30** egressos (**35%**) atua em outros estados do Brasil, como Rio Grande do Sul (Erechim, Ijuí), Paraná (Capitão Leônidas Marques, Pato Branco, Guarapuava, Clevelândia, Foz do Iguaçu), Mato Grosso (Cáceres, Diamantino, Várzea Grande, Jauru, Sorriso, Cuiabá, Sinop, Rondonópolis), Rondônia (Vilhena) e São Paulo (São Paulo). Essa ampla distribuição geográfica nacional evidencia o impacto do PPGD UNOESC para além das fronteiras de Santa Catarina.

#### **Considerações finais:**

A primeira conclusão importante é que 96,5% dos egressos do PPGD Unoesc tinham uma ocupação no momento da pesquisa (dez/2024). Todas as ocupações identificadas são diretamente relacionadas com a formação jurídica e com os estudos realizados no PPGD Unoesc. Dentre os ocupados, 79 (93%) tinha uma ocupação profissional, 3 (3,5%) estavam dedicados exclusivamente ao curso de doutorado e apenas 3 (3,5%) não apresentaram ocupação definida.

As duas ocupações mais expressivas dos egressos são (1) a advocacia (47%), (2) a administração pública (predominantemente estadual) (45%). A terceira ocupação mais frequente é (3) a docência (32%).

É bom notar que apenas 4 egressos atuavam exclusivamente na docência no mês de dez/24 e que, assim, podemos afirmar que a docência é uma atividade complementar para o maior grupo de 23 egressos que atuam em alguma IES. O padrão observado de atuação na educação superior é combinarem a atividade docente com a advocacia e a administração pública.

A forte presença de egressos em diversas cidades catarinenses (55 egressos, 65%) demonstra a relevância do PPGD Unoesc para o desenvolvimento jurídico da grande região oeste do estado. Por outro lado, um terço dos egressos do PPGD atua fora de SC, o que, notadamente, demonstra o alcance nacional da formação oferecida pelo PPGD Unoesc em um cenário nacional. Isso também atesta a capacidade do programa em formar profissionais qualificados e competitivos em diferentes contextos regionais.

### **3.2 - RESULTADOS DA ANÁLISE SWOT**

O relatório a seguir organiza-se em três partes principais.

A Parte 1, intitulada "Classificação das Respostas por Temas (Frequência)", estrutura-se em dois subitens: "Temas Mais Frequentes" e "Temas Menos Frequentes". Esta seção dedica-se a categorizar as respostas dos docentes, agrupando-as por temas recorrentes e menos recorrentes, e resumindo a preocupação central de cada tema identificado.

A Parte 2, "Avaliação Qualitativa e Ponderação das Ameaças ou Riscos para o PPGD", avança na análise, ponderando a relevância estratégica e a urgência de mitigação de cada ameaça. Esta parte subdivide-se em três subitens que hierarquizam as ameaças por "Peso Estratégico e Urgência" (maior peso), "Peso Estratégico Médio" e "Ameaças de Menor Peso Estratégico (ou Contextuais/Periféricas)", permitindo uma visualização clara da priorização das ameaças.

Por fim, a Parte 3, "Conclusões parciais", apresenta uma síntese narrativa e avaliativa, integrando as informações precedentes para oferecer uma visão concisa e abrangente do tópico.

#### **Relatório analítico das forças do PPGD - UNOESC**

##### Parte 1: Classificação das Respostas por Temas (Frequência)

A análise das respostas dos docentes permitiu identificar temas recorrentes que refletem as principais forças percebidas no PPGD. Para melhor organização, as respostas foram agrupadas em categorias temáticas, buscando identificar a frequência com que cada tema emergiu nas diferentes manifestações dos professores.



## Temas mais frequentes

**Qualificação e experiência do corpo docente:** Este tema foi o mais citado, englobando a alta qualificação acadêmica, a experiência em diferentes instituições, o corpo docente qualificado em si, e a qualificação tanto do corpo docente quanto técnico-administrativo. A ênfase recai sobre a qualidade e o preparo dos professores como um pilar fundamental do PPGD.

**Foco em grupos de pesquisa e atividade de pesquisa:** A atuação e consolidação dos grupos de pesquisa, seu foco, e a articulação com redes de pesquisa nacionais e internacionais foram mencionados repetidamente. Este tema também abrange a produção científica (publicações, revista EJLL), os eventos científicos aderentes e a própria agenda de pesquisa vinculada às disciplinas, demonstrando a centralidade da pesquisa para o programa.

**Ambiente interno e relações interpessoais positivas:** A qualidade do ambiente de trabalho, o clima interrelacional tranquilo, a integração da equipe docente, a existência de um ambiente compassivo e respeitoso, e o bom relacionamento com a gestão institucional (reitoria e outras instâncias da UNOESC) foram temas que emergiram com frequência. Este conjunto de respostas aponta para um ambiente de trabalho saudável e colaborativo como um diferencial do PPGD.

**Estrutura e qualidade do programa:** Diversos aspectos relacionados à estrutura e qualidade do PPGD foram destacados, incluindo a oferta de mestrado e doutorado, o reconhecimento externo pela nota 4 na CAPES, a proposta do PPGD considerada contemporânea e atrativa, o ensino presencial e com muitos incentivos na forma de bolsas, e a infraestrutura do PPGD e da UNOESC como um todo. A qualidade do programa e sua estrutura consolidada são vistas como forças importantes.

**Gestão e governança participativa:** A boa gestão do PPGD, com processos decisórios debatidos e compartilhados, o funcionamento harmônico do Colegiado, a autonomia para o trabalho dos docentes foram mencionados, indicando uma percepção positiva da gestão do PPGD e de seus mecanismos de governança.

**Relações internas, externas e engajamento comunitário:** As boas relações com a Reitoria, com outros PPGs, com a comunidade em geral, a procura constante por novos acordos de cooperação, a articulação com redes de pesquisa, e a realização de projetos de extensão foram citados como forças. Este tema ressalta a importância da capacidade do PPGD de construir e manter relacionamentos positivos com diversos atores e de se engajar com a entidades públicas, organizações e outros centros de pesquisa.

## Temas menos frequentes

Alguns temas, embora relevantes, foram mencionados com menor frequência, indicando que, na percepção geral, podem não ser considerados as forças mais proeminentes, ou talvez estejam implícitos em categorias mais amplas. Entre estes, destacam-se: Infraestrutura local (Chapecó), marketing e propaganda institucional, avaliação processual no PPGD, compromisso com valores na Unoesc, existência de alunos bolsistas comprometidos, ações de internacionalização.

Avaliação qualitativa e ponderação das forças do PPGD

## Forças de maior peso estratégico:

**Qualidade do corpo docente e atividade de pesquisa:** Estes dois temas, que se mostraram os mais frequentes, são, sem dúvida, os pilares de um programa de pós-graduação de excelência. Em um PPGD com 12 anos e em busca de consolidação, a alta qualificação do corpo docente, aliada a uma produção científica robusta e engajada em redes de pesquisa, representa a base para o desenvolvimento futuro e para a sustentabilidade do programa. A



nota 4 na CAPES, mencionada como força, é um reflexo direto da qualidade destes dois pilares. Em uma universidade comunitária do interior de Santa Catarina, o PPGD se destaca pela capacidade de atrair e manter um corpo docente qualificado e produtivo.

**Ambiente interno positivo e gestão participativa:** Em um contexto universitário, um ambiente de trabalho saudável e uma gestão que valoriza a participação docente são forças cruciais para a retenção de talentos e para a promoção de um clima de colaboração e produtividade. Para um PPGD com aproximadamente 120 alunos, a gestão eficiente e um ambiente de trabalho positivo facilitam a condução das atividades acadêmicas e a coesão do programa. Em uma universidade comunitária, como a UNOESC, onde os laços interpessoais e o senso de pertencimento são frequentemente valorizados, estas forças se tornam ainda mais relevantes.

**Estrutura e reconhecimento do programa:** A oferta de dois níveis de pós-graduação (mestrado e doutorado), a nota 4 na CAPES, e a percepção de uma proposta programática contemporânea e atrativa conferem ao PPGD um reconhecimento importante no cenário acadêmico e das profissões jurídicas. Em um contexto de universidade comunitária, o PPGD se posiciona como um programa de pós-graduação com qualidade reconhecida, o que é fundamental para atrair bons alunos e fortalecer sua reputação.

#### **Forças de menor peso estratégico:**

**Relações externas e engajamento comunitário em projetos de extensão:** A capacidade de estabelecer boas relações com outras instituições, com a comunidade e de promover o engajamento por meio de projetos de extensão contribui para a visibilidade e o impacto social do PPGD. Em uma universidade comunitária, o engajamento com a comunidade é um valor central, e a capacidade do PPGD de desenvolver projetos de extensão e manter boas relações externas fortalece sua missão institucional.

**Infraestrutura:** A infraestrutura da UNOESC e do PPGD, embora mencionada com menor frequência, é um fator facilitador para o desenvolvimento das atividades acadêmicas.

#### **Forças de peso estratégico complementar**

Infraestrutura Local (Chapecó), Marketing, Potencial de Talentos: Estes temas, embora representem aspectos positivos do PPGD, parecem ter um peso estratégico menor em comparação com os temas centrais já mencionados. Alguns podem ser considerados como resultados ou desdobramentos das forças principais (ex: o potencial de talentos pode ser visto como um resultado da qualidade da pesquisa e dos docentes), ou como fatores contextuais (ex: infraestrutura de Chapecó) ou de gestão interna (ex: avaliação processual). O marketing, embora importante para a visibilidade, é menos central que a qualidade das ações do próprio programa.

Conclusões parciais - forças

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC Chapecó, com seus doze anos de experiência, consolida-se como uma referência na região Oeste de Santa Catarina e também na região sul do Brasil e noutras regiões de influência do PPGD, notadamente, o centro-oeste e o nordeste do Brasil, sustentado por um conjunto robusto de forças. A principal delas reside na qualidade notável de seu corpo docente, composto por professores qualificados, experientes e engajados com a formação e a pesquisa.

Este capital humano impulsiona a intensa atividade de pesquisa do programa, materializada em grupos de pesquisa consolidados e em uma produção científica relevante, que se articula com redes de colaboração nacionais e internacionais, conferindo reconhecimento e visibilidade ao PPGD.

Este pilar central da pesquisa e da qualificação docente é complementado por um ambiente interno de trabalho visivelmente positivo, onde a colaboração, o respeito e a integração da equipe se destacam, facilitando a gestão e o desenvolvimento das atividades acadêmicas. A gestão do PPGD, percebida como participativa e eficiente,



promove um clima de confiança e autonomia docente, contribuindo para o bom funcionamento do programa como um todo.

A estrutura consolidada do PPGD, com seus cursos de mestrado e doutorado e o reconhecimento externo conferido pela nota 4 na CAPES e por dezenas de termos de cooperação e parcerias relevantes corroboram a percepção de qualidade do programa e sua relevância no cenário acadêmico nacional.

Ademais, o PPGD se beneficia de relações externas profícuas, mantendo um diálogo constante com a Reitoria, com outros programas de pós-graduação com mesma área de concentração e linhas de pesquisa afins (PUCRS, UNIFOR, FDV, IDP-DF) e com a comunidade, por meio de projetos de extensão que ampliam seu impacto social. Embora outros fatores como a infraestrutura, o potencial de desenvolvimento de talentos e a localização estratégica de Chapecó também contribuam para o sucesso do PPGD, são a qualidade de seu corpo docente, a força de sua pesquisa, o ambiente interno positivo, a gestão participativa, a estrutura consolidada e as relações externas engajadas que se destacam como forças que sustentam o presente e pavimentam o futuro do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNOESC.

### **Relatório analítico das fraquezas do PPGD - UNOESC**

Seguindo a metodologia utilizada para interpretar as forças, apresentamos agora o relatório analítico referente às fraquezas do programa, conforme identificadas nas respostas dos professores. Este documento também está estruturado em três partes, visando classificar, avaliar e apresentar de forma discursiva as principais áreas de fragilidade do PPGD.

#### **Classificação das Respostas por Temas (Frequência)**

A análise das respostas dos docentes sobre as fraquezas do PPGD permitiu identificar temas recorrentes que apontam para áreas de melhoria. Similarmente ao relatório das forças, as respostas foram agrupadas em categorias temáticas para facilitar a identificação da frequência com que cada tema se manifestou.

#### **Temas mais frequentes**

**Qualidade e Engajamento do Corpo Discente:** Este tema emergiu com alta frequência, abrangendo a qualidade formativa insuficiente dos alunos, a baixa formação prévia, o baixo comprometimento com atividades de pesquisa, a falta de compromisso geral dos alunos, e a baixa demanda por pós-graduação stricto sensu na região. A preocupação centraliza-se na preparação e no engajamento dos estudantes como um ponto vulnerável do PPGD.

**Foco e Impacto da Pesquisa:** A fragilidade da pesquisa foi outro tema recorrente, manifestando-se na percepção de falta de pesquisa importante, falta de consenso sobre a importância da pesquisa para o ensino, pouca produção de impacto, e necessidade de melhorar o intercâmbio de pesquisas entre os Grupos de Pesquisa. A ênfase recai na necessidade de fortalecer a cultura de pesquisa e aumentar o impacto da produção científica do programa.

**Estrutura e Políticas Internas do PPGD:** Diversos aspectos relacionados à estrutura e políticas internas foram apontados como fraquezas, incluindo a falta de padrões homogêneos de ensino, orientação e avaliação, falta de uma política institucional de desenvolvimento estratégico dos PPGs, falta de paradigma de credenciamento/descredenciamento, ausência de regras específicas para grupos de pesquisa, falta de integração entre PPGs, ausência de escritório de gerenciamento de projetos (PMO), e alta discrepância de critérios avaliativos. Este conjunto de respostas indica a necessidade de maior clareza, homogeneidade e institucionalização de processos e políticas internas.

**Recursos e Incentivos:** A questão dos recursos e incentivos foi levantada como uma fraqueza, expressa na falta de incentivo financeiro para formação docente (doutorado, pós-doutorado), pouca disponibilidade de recursos para participação em eventos, e ausência de incentivo (bolsas ou prêmios) para superação de metas de produtividade, e ausência de bolsistas de iniciação científica selecionados pelo PPGD. A percepção é de que a falta de recursos e incentivos financeiros pode limitar o desenvolvimento do programa e o engajamento de docentes e discentes.

#### **Temas menos frequentes**

Alguns temas, embora relevantes, foram mencionados com menor frequência, indicando que, na percepção geral, podem não ser considerados as fraquezas mais proeminentes ou são percebidos como de menor impacto imediato. Entre estes, destacam-se:



Natureza Teórica do Mestrado: A característica teórica do mestrado, especialmente em uma cidade do interior, foi apontada como uma possível fraqueza em relação àqueles que buscam algo mais profissionalizante.

Questões Logísticas e de Acesso: Dificuldades logísticas como a falta de alternativas para não residentes em Santa Catarina para integralizar as 40h, a distância dos alunos, a falta de acesso a acervos digitais e a menor interação em redes sociais foram mencionadas.

Infraestrutura Física: A necessidade de melhorar o espaço físico do PPGD, tornando-o mais bonito e atraente, foi apontada como fraqueza pontual.

Visibilidade Nacional: A pouca visibilidade nacional do programa foi mencionada, sugerindo uma necessidade de maior projeção externa.

Mensalidades Elevadas: O valor considerado alto da mensalidade foi citado como uma possível barreira.

Restrição das Linhas de Pesquisa: A percepção de linhas de pesquisa muito restritas foi mencionada uma vez.

Competitividade e Ensino EAD: A forte competitividade no ensino superior e a concorrência com cursos EAD foram citadas como desafios externos.

Fragilidade do Ensino Médio: A fragilidade do ensino médio e a diminuição de concluintes foram apontadas como um fator externo que pode impactar a demanda.

Integração Regional e Internacional: A necessidade de maior integração do corpo docente em atividades de internacionalização e regionalização foi mencionada, mas com baixa frequência.

Prazos de Titulação: O descumprimento de prazos para titulação de mestrandos e doutorandos foi citado uma vez.

Metodologia de Registro de Informações: A necessidade de melhorar a metodologia para registro de informações foi mencionada pontualmente.

Avaliação qualitativa e ponderação das fraquezas do PPGD

Considerando o contexto do PPGD da UNOESC Chapecó, a avaliação qualitativa das fraquezas identificadas permite ponderar sua relevância estratégica e urgência de tratamento.

#### **Fraquezas de maior peso estratégico e urgência:**

Qualidade e Engajamento do Corpo Discente e Foco e Impacto da Pesquisa: Estas duas categorias, que se destacaram pela alta frequência e pela sua natureza intrínseca à missão de um programa de pós-graduação, representam as fraquezas mais críticas e urgentes. A baixa qualidade formativa e engajamento dos discentes, juntamente com a fragilidade da pesquisa em termos de foco, impacto e consenso sobre sua importância, minam a qualidade do programa como um todo e comprometem seu desenvolvimento futuro. Em um contexto de universidade comunitária, fortalecer a qualidade discente e a cultura de pesquisa é fundamental para diferenciar o PPGD e garantir sua sustentabilidade.

Estrutura e Políticas Internas do PPGD: A falta de clareza, homogeneidade e institucionalização de processos e políticas internas gera insegurança, inconsistência e dificulta a gestão eficiente do programa. Em um PPGD com 12 anos e 120 alunos, a ausência de políticas claras e processos bem definidos pode levar a ineficiências, conflitos e dificuldades na gestão acadêmica e administrativa. Resolver as fragilidades na estrutura e políticas internas é crucial para consolidar o programa e garantir um ambiente acadêmico organizado e previsível.

#### **Fraquezas de Peso Estratégico Médio:**

Recursos e Incentivos: A falta de recursos e incentivos financeiros, embora menos frequente que as fraquezas centrais, é um fator limitante importante. A ausência de apoio financeiro adequado pode desmotivar docentes e discentes, dificultar a participação em eventos, restringir a produção científica e comprometer a atratividade do programa. Em um contexto de universidade comunitária, onde os recursos podem ser mais limitados, a busca por alternativas de financiamento e a otimização dos recursos existentes são essenciais.

Natureza Teórica do Mestrado e Questões Logísticas/Acesso: A natureza mais teórica do mestrado e as questões logísticas e de acesso, embora menos críticas que as fraquezas centrais, representam desafios importantes para a atratividade e alcance do programa. Em uma cidade do interior e em um contexto onde alguns alunos buscam formação mais profissionalizante, o PPGD precisa equilibrar a profundidade teórica com a relevância prática e buscar soluções para facilitar o acesso e a participação de alunos diversos.

#### **Fraquezas de Menor Peso Estratégico**



Infraestrutura Física, Visibilidade Nacional, Mensalidades Elevadas, Restrição das Linhas de Pesquisa, Competitividade, Fragilidade Ensino Médio, Integração Regional/Internacional, Prazos, Metodologia de Registro: Estas fraquezas, embora relevantes para aspectos específicos do programa, parecem ter um peso estratégico menor em comparação com as categorias centrais. Algumas são de natureza mais contextual ou externa (ex: competitividade, fragilidade ensino médio), outras referem-se a aspectos operacionais ou de melhoria contínua (ex: infraestrutura física, prazos, metodologia de registro), e outras ainda podem ser consideradas como sintomas ou desdobramentos das fraquezas centrais (ex: baixa visibilidade nacional pode ser consequência da fragilidade da pesquisa). Ainda que importantes para o aperfeiçoamento do PPGD, o tratamento destas fraquezas deve ser priorizado após o enfrentamento das questões centrais.

#### Conclusões parciais - fraquezas

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC Chapecó, apesar de suas inegáveis forças, enfrenta desafios importantes que precisam ser endereçados para garantir seu desenvolvimento pleno e sustentável. A principal área de fragilidade reside na qualidade e engajamento de seu corpo discente, que, em média, apresenta uma formação prévia aquém do desejável e um comprometimento com a pesquisa ainda insuficiente. Esta questão central se interconecta com outra fraqueza crítica: a necessidade de fortalecer o foco e o impacto da pesquisa no programa, superando a percepção de falta de pesquisa relevante e construindo um consenso sobre a centralidade da atividade científica para o ensino. A fragilidade da pesquisa, por sua vez, é exacerbada pela ausência de uma estrutura e políticas internas do PPGD suficientemente claras e homogêneas. A falta de padrões de ensino, de critérios de avaliação consistentes e de políticas institucionais bem definidas gera insegurança e dificulta a gestão eficiente do programa. A estas fraquezas centrais, soma-se a limitada disponibilidade de recursos e incentivos financeiros, que pode desmotivar docentes e discentes e restringir o desenvolvimento de atividades essenciais como a participação em eventos científicos e a produção de pesquisa de alto impacto. Embora outras questões como a natureza mais teórica do mestrado, as dificuldades logísticas, a infraestrutura física e a visibilidade nacional também representem desafios a serem considerados, são a qualidade discente, a fragilidade da pesquisa, as lacunas na estrutura e políticas internas e a escassez de recursos que constituem as fraquezas mais estratégicas e urgentes do PPGD. Superar estas fragilidades, com ações focadas e coordenadas, é fundamental para que o PPGD da UNOESC Chapecó possa consolidar sua excelência e alcançar seu pleno potencial como um programa de pós-graduação de referência.

#### Relatório analítico das oportunidades do PPGD UNOESC

Dando continuidade à análise SWOT e ao planejamento estratégico do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC Chapecó, apresento agora o relatório referente às oportunidades que se apresentam ao programa, com base nas respostas dos professores. Este documento, seguindo a mesma estrutura dos relatórios anteriores, é dividido em três partes: classificação temática, avaliação qualitativa e apresentação discursiva.

##### Parte 1: Classificação das Respostas por Temas (Frequência)

A análise das respostas dos docentes sobre as oportunidades do PPGD revelou um panorama rico em possibilidades de crescimento e desenvolvimento. As respostas foram agrupadas em categorias temáticas, buscando identificar a frequência e a relevância de cada conjunto de oportunidades.

##### Temas mais frequentes

**Expansão e Fortalecimento de Redes e Parcerias Externas:** Este tema foi o mais expressivo, englobando a importância das redes de relacionamento internacionais já existentes, o potencial para novas parcerias interinstitucionais, o uso de tecnologias online para colaboração com outras IES, a prestação de serviços para o poder público e empresas, os acordos de Minter e Dinter, a exploração do mercado de PCI em outras regiões, o atendimento à demanda por parcerias com atores sociais e intercâmbios, a articulação em redes de pesquisa nacionais e internacionais, a cooperação em projetos nacionais e internacionais, a participação em aulas de outros PPGs, a realização de palestras com diversas instituições, a integração com o Inova Unoesc e a publicação com atores internacionais. A ênfase recai sobre a vasta gama de oportunidades de crescimento e visibilidade que podem ser alcançadas através da expansão e consolidação de redes e parcerias externas.

**Aproveitamento de Recursos e Apoios Financeiros Crescentes:** A disponibilidade crescente de recursos e apoios financeiros emergiu como um tema central, incluindo o apoio da CAPES à pesquisa de impacto e aos



doutorados, o programa Universidade Gratuita com mais recursos para a UNOESC, o aumento de bolsas e recursos pelos governos federal e estadual, o estímulo à pesquisa com fomento externo, a captação de recursos externos de diversas fontes e o potencial para organizar o conhecimento acumulado para maximizar a obtenção de financiamento externo. Este tema ressalta a importância de capitalizar as oportunidades de financiamento para impulsionar a pesquisa e o desenvolvimento do PPGD.

**Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional Interno:** O fortalecimento e desenvolvimento institucional da UNOESC e do PPGD foram apontados como oportunidades relevantes, abrangendo os investimentos institucionais em profissionalização de servidores, a autorização para criação de PPGs institucionais (aproveitando a estrutura já consolidada do PPGD), o apoio institucional para pesquisas não fomentadas, o intercâmbio entre Grupos de Pesquisa com carga horária específica, o fortalecimento geral dos PPGs, o apoio institucional para pós-doutorados e consolidação de redes, o apoio para reformular a EJJL e o estabelecimento de um programa de iniciação científica vinculado à FAPESC. Este tema destaca a importância de aproveitar o momento institucional favorável para consolidar e aprimorar a estrutura e o funcionamento interno do PPGD.

**Inovação e Modernização:** A busca por inovação e modernização foi mencionada como oportunidade, incluindo a maior probabilidade de criar inovação, o uso de tecnologias online, a oferta de suporte de Inteligência Artificial para pesquisadores, o avanço para acordos de dupla titulação e o aproveitamento do aprendizado com parcerias para selecionar parceiros futuros com critérios qualitativos. Este tema aponta para a necessidade de o PPGD se manter na vanguarda, incorporando novas tecnologias e abordagens para aprimorar suas atividades.

**Contexto Regional e Local Favorável:** O contexto regional e local favorável emergiu como uma oportunidade, compreendendo o crescimento de Chapecó, o pequeno número de PPGs em Direito no oeste de SC, o mercado para PCI em outras regiões, a demanda regional por especialização e atualização, o potencial de integração Universidade-Sociedade regional e estadual e o aumento da conexão com cursos de graduação do oeste catarinense. Este tema destaca a importância de o PPGD se consolidar como referência regional, aproveitando as características e demandas específicas do contexto local.

Temas menos frequentes:

Alguns temas, embora relevantes, foram mencionados com menor frequência, indicando que, na percepção geral, podem ser considerados oportunidades de menor prioridade ou já englobados em categorias mais amplas. Entre estes, destacam-se:

**Criação de PPGs Institucionais:** Embora mencionada, a criação de PPGs institucionais pode ser vista como um desdobramento do fortalecimento institucional interno.

**Intercâmbio entre GEPs com Carga Horária:** Similarmente, o intercâmbio entre GEPs pode ser considerado parte do desenvolvimento institucional.

**Programa de Iniciação Científica FAPESC:** A criação de um programa IC FAPESC pode ser vista como um exemplo de captação de recursos externos e fortalecimento institucional.

**Reformulação da EJJL:** A reforma da revista pode ser entendida como parte da busca por inovação ou fortalecimento institucional.

**Acordos de Dupla Titulação:** Os acordos de dupla titulação podem ser vistos como um tipo específico de parceria externa ou inovação.

**Organizar Conhecimento para Financiamento:** A organização do conhecimento para financiamento é um meio para aproveitar as oportunidades de recursos financeiros.

**Aprendizado com Parcerias para Seleção Qualitativa:** Este aprendizado é um mecanismo para otimizar as parcerias externas.

**Avaliação qualitativa e ponderação das oportunidades do PPGD**

Considerando o contexto do PPGD da UNOESC Chapecó, a avaliação qualitativa das oportunidades identificadas permite ponderar sua relevância estratégica e potencial de impacto.

**Oportunidades de Maior Peso Estratégico e Impacto:**

**Expansão e Fortalecimento de Redes e Parcerias Externas e Aproveitamento de Recursos e Apoios Financeiros Crescentes:** Estes dois temas, que se destacaram pela alta frequência e pela sua capacidade de gerar transformações significativas para o programa, representam as oportunidades mais estratégicas e de maior impacto



potencial. A expansão de redes e parcerias, especialmente no âmbito internacional, pode impulsionar a pesquisa, a visibilidade e a qualidade do PPGD, enquanto o aproveitamento dos recursos financeiros crescentes é fundamental para viabilizar projetos, bolsas, eventos e outras iniciativas que fortaleçam o programa. Em um contexto de universidade comunitária, estas oportunidades podem alavancar o PPGD para um novo patamar de excelência e reconhecimento.

**Desenvolvimento e Fortalecimento Institucional Interno:** O fortalecimento institucional interno é crucial para criar as condições favoráveis para que o PPGD possa aproveitar ao máximo as oportunidades externas e de financiamento. Investir em profissionalização, políticas internas claras, apoio à pesquisa e inovação e na consolidação da estrutura do programa é fundamental para garantir a sustentabilidade e o crescimento do PPGD a longo prazo. Em uma universidade comunitária, um PPGD institucionalmente forte contribui para o fortalecimento da instituição como um todo.

**Oportunidades de Peso Estratégico Médio:**

**Inovação e Modernização:** A busca por inovação e modernização, embora menos central que as oportunidades anteriores, é importante para manter o PPGD relevante e competitivo no cenário acadêmico. A incorporação de novas tecnologias, metodologias e abordagens pedagógicas pode aprimorar a qualidade do ensino e da pesquisa, atrair novos alunos e fortalecer a imagem do programa. Em um contexto de rápidas mudanças tecnológicas e sociais, a capacidade de inovar e se modernizar é um diferencial importante.

**Contexto Regional e Local Favorável:** O contexto regional e local favorável oferece oportunidades importantes para o PPGD se consolidar como referência e atender às demandas específicas da região. Aproveitar o crescimento de Chapecó, a demanda regional por pós-graduação e especialização e o potencial de integração com a sociedade local fortalece o vínculo do PPGD com a comunidade e contribui para o desenvolvimento regional. Em uma universidade comunitária, a conexão com o contexto local é um valor fundamental.

**Oportunidades de Menor Peso Estratégico (ou Complementares):**

**Criação de PPGs Institucionais, Intercâmbio GEPs, Programa IC FAPESC, Reformulação EJJL, Acordos Dupla Titulação, Organizar Conhecimento Financiamento, Aprendizado Parcerias Qualitativas:** Estas oportunidades, embora representem ações concretas e importantes para o PPGD, podem ser consideradas como desdobramentos ou meios para alcançar as oportunidades de maior peso estratégico já mencionadas. São iniciativas valiosas que contribuem para o fortalecimento do programa, mas que se inserem em um contexto mais amplo de expansão de redes, aproveitamento de recursos, desenvolvimento institucional e busca por inovação.

**Resultados parciais - oportunidades**

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC Chapecó encontra-se em um momento singularmente oportuno para impulsionar seu crescimento e consolidar sua excelência. As oportunidades de expansão e fortalecimento de redes e parcerias externas se apresentam como o vetor mais promissor para o futuro do programa. A vasta teia de relacionamentos internacionais já estabelecida, somada ao potencial para novas colaborações interinstitucionais, oferece um terreno fértil para a internacionalização da pesquisa, o intercâmbio de conhecimento e a ampliação da visibilidade do PPGD. Paralelamente, a disponibilidade crescente de recursos e apoios financeiros, impulsionada por políticas de fomento à pesquisa e ao ensino superior, configura-se como um catalisador para a concretização de projetos ambiciosos e para a sustentabilidade financeira do programa. Aproveitar de forma estratégica estes recursos é fundamental para investir em infraestrutura, bolsas de estudo, eventos científicos e outras iniciativas que fortaleçam a qualidade do PPGD. Para capitalizar ao máximo estas oportunidades externas, o programa precisa investir no desenvolvimento e fortalecimento institucional interno, consolidando sua estrutura, aprimorando seus processos e incentivando a profissionalização de seus docentes e servidores. Um PPGD institucionalmente robusto estará mais bem preparado para absorver os recursos disponíveis e para gerenciar a expansão de suas redes e parcerias. A busca contínua por inovação e modernização também se apresenta como uma oportunidade estratégica, permitindo ao PPGD incorporar novas tecnologias, metodologias e abordagens pedagógicas que o mantenham relevante e competitivo no cenário acadêmico. Por fim, o contexto regional e local favorável, com o crescimento de Chapecó e a demanda por pós-graduação na região, oferece ao PPGD a chance de se consolidar como referência regional, atendendo às necessidades específicas da comunidade e contribuindo para o desenvolvimento local. Ao aproveitar de forma integrada e estratégica estas oportunidades, o Programa de Pós-



Graduação em Direito da UNOESC Chapecó poderá trilhar um caminho de crescimento sustentável, fortalecendo sua posição como um centro de excelência em pesquisa e formação jurídica.

### **Relatório analítico das ameaças ou riscos para o PPGD**

Prosseguindo com o ciclo de análise SWOT para o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC Chapecó, e em alinhamento com os relatórios anteriores, apresento agora o relatório concernente às ameaças ou riscos que se configuram para o programa, com base nas percepções dos docentes. Este relatório, mantendo a estrutura tripartite, visa classificar, avaliar e apresentar de forma discursiva as principais barreiras e desafios que podem impactar negativamente o PPGD.

#### **Classificação das Respostas por Temas (Frequência)**

A análise das respostas dos docentes sobre as ameaças e riscos ao PPGD revelou um conjunto de preocupações que se agrupam em torno de temas centrais. As respostas foram categorizadas tematicamente para identificar a frequência e a concentração das principais apreensões.

#### **Temas mais frequentes**

**Qualidade e Desempenho do Corpo Docente e Egressos:** Este tema emergiu como o mais recorrente, abrangendo a preocupação com a qualidade dos egressos (especialmente de turmas de parcerias), o impacto negativo da baixa produção científica dos egressos nos indicadores do programa, a baixa procura de discentes da região, a crise nas instituições de ensino superior e a menor oferta de empregos para egressos, e a não valorização do egresso no mercado de trabalho. A ênfase reside no receio de que a qualidade e o desempenho dos alunos e egressos possam comprometer a reputação e a avaliação do PPGD.

**Obsolescência e Defasagem (Tecnológica e Temática):** A ameaça da obsolescência e defasagem, tanto tecnológica quanto temática, foi mencionada com alta frequência. Isto inclui o risco de defasagem tecnológica pela rápida evolução da infraestrutura de pesquisa e tecnologia, o risco de defasagem temática diante da emergência de novos temas e da possível perda de apelo da área de direitos fundamentais, e a necessidade de inclusão nas mídias digitais e no uso da Inteligência Artificial (com ressalvas ao plágio). A preocupação centraliza-se na necessidade de o PPGD acompanhar as rápidas transformações tecnológicas e as novas demandas temáticas para manter sua relevância e competitividade.

**Perda e Dificuldade de Atração de Capital Humano (Docente):** A ameaça de perda de capital intelectual e a dificuldade em atrair e reter docentes qualificados foram apontadas repetidamente. Isto se manifesta no risco de perda de docentes de alto nível para universidades públicas, na crescente dificuldade em recrutar docentes qualificados ou manter bons docentes no PPGD, e na presença de um quadro docente com professores de estados distantes. A preocupação central é a de que a fragilidade do corpo docente possa comprometer a qualidade do ensino e da pesquisa no PPGD.

**Questões Estruturais e Políticas Internas (PPGD e Institucional):** Diversas questões estruturais e políticas internas, tanto do PPGD quanto da instituição, foram identificadas como ameaças. Isto inclui o risco de falta de homogeneidade do corpo docente para atender parcerias de alto nível, a falta de uma política de institucionalização das relações internacionais, a falta de apoio institucional geral, a falta de um paradigma de credenciamento/descredenciamento docente, a ausência de política de extensão definida para o PPGD, e a volatilidade das regras de avaliação das agências de regulação. Este conjunto de respostas aponta para a necessidade de maior clareza, estabilidade e apoio institucional para garantir o bom funcionamento e o desenvolvimento estratégico do PPGD.

**Fatores Econômicos e de Mercado (Competitividade e Custos):** As ameaças relacionadas a fatores econômicos e de mercado também foram mencionadas com frequência. Isto engloba a crise econômica geral, a concorrência de outros programas (inclusive EAD) em face de convênios, a implantação de novos cursos stricto sensu na região, a oferta crescente de cursos de mestrado e doutorado EAD, a desvalorização do stricto sensu pelo mercado, a concorrência da rede pública de ensino regional e estadual, a evasão de alunos devido ao custo da mensalidade, e a instabilidade econômica global. A preocupação central reside na capacidade do PPGD de se manter competitivo e financeiramente sustentável em um cenário econômico adverso e de crescente concorrência.



#### Temas menos frequentes

Alguns temas, embora relevantes, foram mencionados com menor frequência, indicando que, na percepção geral, podem não ser considerados as ameaças mais proeminentes, ou talvez sejam vistos como desdobramentos ou componentes de categorias mais amplas. Entre estes, destacam-se:

**Falta de Integração Comunitária e Extensão:** A ausência de integração com a comunidade local e regional e o baixo desenvolvimento de ações de extensão foram mencionados como ameaças à visibilidade e ao impacto do PPGD.

**Pequena Equipe Administrativa:** A fragilidade da pequena equipe administrativa do PPGD foi apontada como um risco operacional.

**Dificuldades de Compreensão e Acompanhamento Discente:** A dificuldade em compreender a caminhada dos alunos em sua formação e em acompanhar o uso da IA pelos alunos foram mencionadas como desafios para a gestão acadêmica.

**Redução do Número de Alunos em Chapecó:** A possível redução no número de alunos em Chapecó foi mencionada como um fator de risco para a sustentabilidade do programa.

**Avaliação qualitativa e ponderação das ameaças ou riscos para o PPGD**

Considerando o contexto do PPGD da UNOESC Chapecó, a avaliação qualitativa das ameaças identificadas permite ponderar sua relevância estratégica e urgência de mitigação.

**Ameaças de Maior Peso Estratégico e Urgência:**

**Perda e Dificuldade de Atração de Capital Humano (Docente), Obsolescência e Defasagem (Tecnológica e Temática) e Qualidade e Desempenho do Corpo Discente e Egressos:** Estes três temas, que se destacaram pela alta frequência e pela sua natureza crítica para a qualidade e a sustentabilidade do PPGD, representam as ameaças mais graves e urgentes. A perda ou a não atração de docentes qualificados mina a base do programa. A obsolescência temática e tecnológica coloca em risco sua relevância e competitividade. E a percepção de baixa qualidade discente e de egressos pode comprometer a avaliação e a reputação do PPGD. Em um contexto de universidade comunitária, onde os recursos e a visibilidade podem ser mais limitados, estas ameaças, se não mitigadas, podem comprometer seriamente o futuro do programa.

**Questões Estruturais e Políticas Internas (PPGD e Institucional):** As fragilidades estruturais e a ausência de políticas internas claras e estáveis representam uma ameaça transversal que agrava as demais. A falta de homogeneidade docente, a ausência de uma política de internacionalização, a volatilidade das regras e a falta de apoio institucional criam um ambiente de insegurança e dificultam a gestão estratégica do PPGD. Resolver estas questões estruturais é fundamental para fortalecer o programa e torná-lo mais resiliente às ameaças externas.

**Ameaças de peso estratégico médio**

**Fatores Econômicos e de Mercado (Competitividade e Custos):** As pressões econômicas e a crescente competitividade no mercado de pós-graduação representam ameaças significativas, mas talvez menos urgentes que as categorias centrais. A crise econômica, a concorrência de cursos EAD e a expansão da rede pública podem impactar a demanda e a sustentabilidade financeira do PPGD. Monitorar o cenário econômico e buscar estratégias de diferenciação e de otimização de custos é importante para mitigar estes riscos.

**Falta de Integração Comunitária e Extensão:** A falta de integração com a comunidade e o baixo desenvolvimento da extensão, embora menos críticas que as ameaças centrais, representam uma perda de oportunidade para o PPGD ampliar sua visibilidade, seu impacto social e seu engajamento com o contexto local. Em uma universidade comunitária, fortalecer a extensão e a integração com a comunidade é crucial para cumprir sua missão institucional.

**Ameaças de menor peso estratégico**

**Pequena Equipe Administrativa, Dificuldades de Compreensão/Acompanhamento Discente, Redução Alunos em Chapecó:** Estas ameaças, embora representem desafios operacionais ou conjunturais, parecem ter um peso estratégico menor em comparação com as categorias centrais. A fragilidade administrativa, as dificuldades de acompanhamento discente e a possível redução de alunos em Chapecó podem ser gerenciadas com medidas operacionais e ajustes na gestão do programa.



#### Resultados parciais – riscos e ameaças

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC Chapecó, em sua trajetória de doze anos, enfrenta um conjunto de ameaças e riscos que exigem atenção estratégica e ações coordenadas para garantir sua sustentabilidade e excelência futura. A ameaça mais premente reside na possível perda de capital humano docente, com a crescente dificuldade em atrair e reter professores qualificados em um cenário de expansão das universidades públicas. Esta fragilidade no corpo docente se soma ao risco de obsolescência temática e tecnológica, diante da rápida evolução do conhecimento e das demandas da sociedade, exigindo uma constante atualização das linhas de pesquisa e da infraestrutura do programa. Estas ameaças centrais se interligam com a preocupação com a qualidade e o desempenho do corpo docente e de seus egressos, cujo reconhecimento e sucesso são cruciais para a avaliação e a reputação do PPGD. A gravidade destas ameaças é exacerbada por questões estruturais e políticas internas, como a falta de homogeneidade docente, a ausência de uma política clara de internacionalização e a volatilidade das regras de avaliação, que geram insegurança e dificultam a gestão estratégica do programa. Ademais, o PPGD está exposto a fatores econômicos e de mercado, como a crise econômica, a concorrência de cursos EAD e a expansão da rede pública, que podem impactar a demanda e a sustentabilidade financeira do programa. Embora outras questões como a falta de integração comunitária e a fragilidade administrativa também representem desafios, são a perda de capital humano docente, a obsolescência temática e tecnológica, a qualidade docente e de egressos e as fragilidades estruturais e políticas que configuram as ameaças mais estratégicas e urgentes para o PPGD. Enfrentar estas ameaças com medidas proativas e inovadoras é fundamental para que o Programa de Pós-Graduação em Direito da UNOESC Chapecó possa superar os desafios e consolidar sua posição como um centro de excelência em ensino e pesquisa jurídica.



### 3.3. BENCHMARKING – AVALIAÇÃO COMPARADA – PPGDs nota 4 e 5 (2013-2023)

Quantidade de PPGDs, crescimento % e densidade por 100k/hab

O crescimento percentual de PPGDs em SC não se traduziu, até 2023, em programas com nota 5, sugerindo uma defasagem qualitativa para SC e, também, que os novos PPGDs de SC ainda estão em fase de consolidação. O Paraná mantém a maior oferta regional na categoria de PPGDs com nota 4, com programas em instituições comunitárias e privadas. O RS mantém-se como referência em nota 5, combinando tradição (ex.: UFRGS) com iniciativas inovadoras, consolidando-se como líder qualitativo na Região Sul.

Matriculados, abandonos e desligamentos

No período analisado de 10 anos, o PPGD UNOESC apresentou um crescimento significativo no número de matriculados e titulados, com um aumento muito especial entre 2021 e 2023 (28,9%). Isso indica um fortalecimento do programa ao longo do tempo e, particularmente, no momento da pandemia.

Quando analisamos a taxa anual de abandono/desligamento vemos que o PPGD UNOESC tem um histórico de taxa menor que 10% e que, por esse prisma, acompanha a taxa média dos PPGDs nota 4 e 5, que é baixa.

Contudo, o PPGD UNOESC apresenta números crescentes de abandono e desligamento entre 2017 para 2023, passando de 2,3% para 6,7%. Vale destacar, porém, que houve uma diminuição importante nessa taxa de abandono e desligamento a partir de 2021 até 2023. A taxa de desligamentos e abandonos no PPGD Unoesc nesse período foi de -20,9%, indicando uma melhoria relativa num momento muito difícil da situação sanitária do Brasil.

Quando comparamos isoladamente a taxa de abandono/desligamento do PPGD UNOESC nos anos de 2021 e 2023 — com os PPGs de nota 4 e 5 do Brasil e os da região Sul — vemos que a taxa do PPGD UNOESC é relativamente alta nesses dois anos isolados. No entanto, os dados sugerem que a taxa de desligamento e abandono particularmente elevadas nos anos de 2021 e 2023 está diretamente relacionada com os efeitos da pandemia da COVID19.

Corroborando esta interpretação o fato de que os PPGDs de nota 4 e 5 no Brasil e na região Sul apresentaram elevação significativa em suas taxas de abandono/desligamento entre 2021 a 2023. No conjunto de todos os PPGDs nota 4 do Brasil a taxa de desligamento e abandono aumentou 13%. No caso dos PPGDs nota 5 do Brasil, vemos que, de 2021 para 2023, a taxa de desligamento e abandono aumentou 169%.

No sul do Brasil o desligamento e abandono nos PPGDs nota 4 caiu entre 2021-2023 (9%), porém caiu menos que a taxa decrescente do PPGD da UNOESC. Já no caso dos PPGDs nota 5 do sul do Brasil, vimos um aumento drástico de 939,2% nessa taxa de abandono e desligamentos nesse período crítico.

Em síntese, entre 2021 a 2023, a taxa de matrícula do PPGD UNOESC aumentou e a de desligamento e abandono iniciou um movimento contrário do que ocorria no cenário médio dos PPGDs do Brasil e acompanhava a queda que vinha ocorrendo entre os PPGDs nota 4 sediados no sul.

Relação entre discentes e docentes permanentes

O PPGD UNOESC demonstra um claro crescimento na relação discente/docente ao longo da década analisada, alcançando um nível levemente superior aos padrões observados em PPGDs Acadêmicos Nota 4, tanto em âmbito nacional quanto regional. A relação discente/docente do PPGD UNOESC, em 2023, encontra-se em um patamar similar ou levemente superior à média de PPGDs Nota 4, mas ainda consideravelmente inferior à média de PPGDs Nota 5.

A diferença observada em relação aos PPGDs Nota 5, indica que, se a ambição do PPGD UNOESC for alcançar níveis de excelência (nota 5 ou superior), pode ser necessário um planejamento estratégico diferenciado, que envolva, por exemplo, um aumento proporcional do corpo docente permanente para manter a relação discente/docente em níveis mais próximos aos dos programas com notas superiores.

Em resumo, os dados comparados indicam que o PPGD UNOESC está em um processo de crescimento e consolidação, com uma relação discente/docente levemente acima dos padrões de programas de pós-graduação com nota 4 da CAPES.

A gestão do programa deve acompanhar de perto essa evolução, buscando um equilíbrio que permita o crescimento sustentável sem comprometer a qualidade e buscando, se for o caso, estratégias específicas para alcançar



níveis comparáveis aos programas nota 5, considerando as especificidades e os objetivos estratégicos do PPGD UNOESC.

Análise comparativa de áreas de concentração – PPGDs nota 4

A tabela 5 analisa todos os **24 PPGDs com nota 4** e oferece um panorama sobre a distribuição de suas Áreas de Concentração. São PPGDs, como o da UNOESC, que oferecem tanto o curso de Mestrado quanto o de Doutorado.

Os resultados revelam tendências importantes nas escolhas temáticas dos PPGDs de Direito, que podem refletir tanto a tradição acadêmica da área quanto as demandas contemporâneas da sociedade e do campo jurídico. Os resultados podem ser agrupados em cinco grandes grupos, facilitando a identificação de padrões e prioridades desses PPGDs.

A distribuição das Áreas de Concentração nos PPGDs de Direito Nota 4 revela clara hierarquia temática, com o "**Direito (sentido amplo)**" e o "**Direito Ambiental**" ocupando as posições de maior destaque, seguidos, em menor proporção, pelos "**Direitos Humanos**" e "**Direitos Fundamentais**". Os "**Direitos Especiais/Emergentes/Coletivos/Setoriais**" representam uma diversidade de nichos temáticos com baixa representação individualizada, mas que, em conjunto, demonstram a fragmentação e a especialização do campo. A coexistência desses temas mais recorrentes sugere um **equilíbrio entre a tradição acadêmica do Direito e a crescente demanda por temas contemporâneos e socialmente relevantes**.

Dentre os PPGDs com nota 4, o tema dos Direitos Fundamentais representa apenas 13% do total de áreas de concentração existentes nesse grupo com nota 5. Dentre os PPGDs com nota 4, o grupo de PPGDs com temas voltados para Direito Constitucional e Direitos Fundamentais é o terceiro mais representado, o que indica uma preocupação especial relativamente recente da CAPES de estruturar esse campo de pesquisa em direito.

A proeminência do Direito Ambiental, conjugado com Direitos Humanos, Direito Constitucional e Direitos Fundamentais refletem a crescente **preocupação social e política em relação a essas temáticas** no Brasil e no mundo.

Chama atenção também a grande diversidade temática do grupo classificado como "Direitos Especiais" (42% das áreas de concentração), evidenciando tendência da CAPES de promover **especialização e a diversificação temática** dentro da pós-graduação em Direito.

Essa análise comparativa mostrou que a Área de Concentração do PPGD UNOESC – Direitos fundamentais, com ênfase em direitos civis e sociais - coincide apenas com um outro PPGD nota 4, localizado no estado de Minas Gerais (PPGD Universidade Itaúna). Essa escassez de PPGDs especializados nessa abordagem indicando a alta relevância desse foco temático para a pesquisa em direito no amplo ecossistema de PPGDs do Brasil.

Análise comparativa de áreas de concentração – PPGDs nota 5

A tabela 6 analisa todos os 18 PPGDs com nota 5 e complementa a análise anterior.

Esta tabela organiza as informações em torno de dois focos temáticos para cada Área de Concentração: o Foco 1 - Direito (o núcleo central da área) e o Foco 2 - Complemento (temas que complementam ou especificam o foco principal). Esta estrutura dual permite uma análise até mais refinada das prioridades temáticas dos PPGDs com nota 5. A combinação dos Focos 1 e 2 em cada Área de Concentração revela algumas tendências interessantes:

Dentre os PPGDs com nota 5, o tema dos Direitos Fundamentais representa apenas 14% do total de áreas de concentração existentes nesse grupo com nota 5. Ademais disso, há outro grupo de PPGDs com área de concentração aparentemente semelhante: é o dos PPGDs com área de concentração em direito constitucional. Contudo, essas são áreas próximas e afins, porém o foco especializado em direitos fundamentais é um grupo à parte, dada a natureza específica da abordagem em direitos e a abordagem na categoria específica de direitos chamada de "fundamentais". Algo parecido ocorre com o tema dos direitos humanos. Os conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais são frequentemente utilizados de forma intercambiável. Os direitos humanos referem-se a um campo de estudos focado nos direitos básicos e inerentes a todos os seres humanos, independentemente de sua nacionalidade, raça, gênero, religião ou qualquer outra característica. Esses direitos são considerados universais, inalienáveis e indivisíveis, e incluem direitos como o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade. Já os direitos fundamentais são um conceito jurídico que se refere aos direitos considerados mais importantes e essenciais em um ordenamento jurídico específico. Esses direitos podem incluir direitos humanos, mas também podem abranger outros direitos que são



considerados fundamentais para a sociedade em questão. Os direitos fundamentais são geralmente consagrados em constituições e leis, e são protegidos pelo Estado. Como se pode ver, há diferenças importantes entre eles e essas diferenças ganham ainda mais importância quando os PPGDs precisam estruturar os macroprocessos que sustentam as ações de ensino, pesquisa e extensão para sustentar o desenvolvimento da área de concentração.

**Direito constitucional e temas valorativos:** As Áreas de Concentração que têm Direito Constitucional ou Direitos Fundamentais como Foco 1 frequentemente se complementam com temas como Garantias, Função Social, Acesso à Justiça e Democracia no Foco 2. Isso reforça a interpretação de que PPGDs com foco em direitos fundamentais enfatizam a pesquisa da dimensão material, a pesquisa sobre a efetivação desses direitos e com o papel do sistema de justiça na promoção e proteção desses direitos.

**Direito e Desenvolvimento com complementos diversos:** O amplo tema "DIREITO E DESENVOLVIMENTO" no Foco 1 combina uma variedade de temas no Foco 2, como Desenvolvimento, Efetividade, Regulação, Teoria, e Função Social. Essa diversidade de complementos pode indicar que PPGDs com essa área de concentração buscam explorar o tema do desenvolvimento a partir de diferentes perspectivas jurídicas, abrangendo desde a teoria do direito até a regulação de atividades econômicas e a efetivação de direitos sociais.

A análise das Áreas de Concentração dos PPGDs de Direito Nota 5 revela um cenário de pós-graduação jurídica, caracterizada por:

- **Foco em temas centrais e valorativos do direito:** Direito Constitucional, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos emergem como áreas nucleares desse prestigioso grupo de PPGDs, indicando uma preocupação da política nacional de Pós-Graduação em Direito com os fundamentos do sistema jurídico e com a proteção de direitos.

- **Forte interdisciplinaridade e contextualização social:** A análise do Foco 2 (complemento do direito previsto na área de concentração) demonstra uma tendência à interdisciplinaridade e à análise do Direito em sua relação com a sociedade, a política e a economia.

- **Busca por especificidade temática e relevância social:** Embora a categoria "Direito (sentido amplo)" ainda esteja presente como área de concentração desse grupo, há uma clara inclinação para áreas de concentração mais específicas e temáticas, que dialogam com as demandas contemporâneas e com os desafios sociais.

- **Dinamismo e atenção às transformações:** A presença de temas como transformações e evolução social indica uma postura dinâmica e prospectiva dos PPGDs de excelência, atentos às mudanças e evoluções do campo jurídico e da sociedade.

Em suma, os PPGDs de Direito com Nota 5 se caracterizam por um equilíbrio entre a solidez teórica e a relevância social, pela busca de interdisciplinaridade e contextualização, e por uma constante atualização e adaptação às novas demandas do campo jurídico e da sociedade.

Essa análise pode ser valiosa para o PPGD UNOESC no seu planejamento estratégico, permitindo identificar as tendências e prioridades temáticas dos programas pares e dos melhor avaliados e inspirando a busca por abordagens inovadoras e socialmente relevantes.

Análise comparativa de Linhas de Pesquisa – PPGDs nota 4

A Tabela 7 apresenta um panorama detalhado das Linhas de Pesquisa adotadas pelos 24 Programas de Pós-Graduação em Direito (PPGDs) brasileiros com nota 4 na avaliação da CAPES, totalizando 64 linhas de pesquisa. A análise da distribuição dessas linhas, organizadas em 13 grupos temáticos, revela as principais tendências e focos de investigação na pós-graduação em direito, de nível 4.

**Força dos temas amplos:** Os temas amplos ("Direito" e "Direitos Humanos") dominam a distribuição, indicando que muitos PPGDs ainda priorizam abordagens teóricas e generalistas.

**Relevância do direito ambiental:** O direito ambiental emerge como uma área central, refletindo preocupações contemporâneas com sustentabilidade e desenvolvimento.



Baixa representação de linhas especializadas em direitos fundamentais civis e direitos fundamentais sociais. Também é baixa a representação de linhas de pesquisa em temas relacionados à regulação de instituições criadas para executar políticas públicas relacionadas a esses temas. No caso das regulações de políticas públicas a situação é surpreendente, visto que nenhuma das 64 linhas de pesquisa dos PPGDs com nota 4 se dedica, explicitamente, a pesquisar a dimensão jurídico-política das políticas públicas direcionadas para concretizar direitos fundamentais civis e direitos fundamentais sociais.

**Ausências notáveis: temas como Direito Penal, Tributário, Tecnologia e políticas públicas não aparecem explicitamente, sugerindo lacunas ou baixa representatividade nesses PPGDs acadêmicos e com nota 4.**

Em suma, a análise da Tabela 7 oferece um panorama das prioridades temáticas e das tendências da pesquisa nos PPGDs de Direito com nota 4, revelando um campo dinâmico, multifacetado e atento aos desafios contemporâneos, que busca equilibrar a tradição jurídica com a inovação, a amplitude com a especialização e o rigor teórico com o engajamento social. Essa análise pode ser um importante subsídio para o PPGD UNOESC na reflexão sobre suas próprias linhas de pesquisa e no planejamento estratégico de sua atuação na pós-graduação jurídica brasileira.

Análise comparativa de linhas de pesquisa - PPGDs nota 5

A Tabela 8 apresenta a distribuição das Linhas de Pesquisa de 18 Programas de Pós-Graduação em Direito (PPGDs) brasileiros que alcançaram a nota Nota 5, na avaliação da CAPES e que oferecem Mestrado e Doutorado. Ao todo, são 56 linhas de pesquisa organizadas em 10 grupos temáticos, revelando os focos de investigação predominantes nos PPGDs de excelência em Direito no Brasil.

#### **Análise geral da distribuição das linhas de pesquisa (PPGDs Nota 5):**

A distribuição das linhas de pesquisa nos PPGDs de Direito Nota 5 (Tabela 8) revela um cenário de **pós-graduação caracterizado por:**

**Foco mantido na amplitude das linhas de pesquisa, com especificidade crescente:** Apesar da forte presença do grupo "Direito" (sentido amplo), observa-se uma **maior diversificação temática** em comparação com os PPGDs Nota 4, com um número significativo de linhas de pesquisa concentradas em áreas específicas como Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito das Políticas Públicas e Direitos Humanos.

**Centralidade de temas valorativos e estruturantes:** Direito Constitucional, Direitos Fundamentais e Direitos Humanos, juntos, continuam a representar uma parcela expressiva das linhas de pesquisa, confirmando a **centralidade desses temas** na agenda de pesquisa jurídica de excelência.

**Aumento de temas contemporâneos e interdisciplinares:** A presença marcante do Direito Empresarial, Direito das Políticas Públicas e a recorrência de temas como desenvolvimento, sustentabilidade, inclusão social, transformações sociais e novas tecnologias demonstram a **atenção dos PPGDs aos desafios contemporâneos e a busca por abordagens interdisciplinares** na pesquisa jurídica.

**Diferenciação em Relação aos PPGDs Nota 4:** Comparativamente aos PPGDs Nota 4, observa-se uma **menor proporção do grupo "Direito" (sentido amplo)** e uma **maior concentração em grupos temáticos um pouco mais específicos** (Direito Constitucional, Direitos Fundamentais, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito das Políticas Públicas e Direitos Humanos). Isso pode indicar que os PPGDs de excelência tendem a **direcionar suas linhas de pesquisa para áreas mais definidas e especializadas**, buscando aprofundamento e excelência em nichos temáticos específicos.

Em suma, a análise da Tabela 8 revela que os PPGDs de Direito com Nota 5 configuram um **padrão de pós-graduação jurídica brasileira**, caracterizado por um **equilíbrio entre a amplitude e a especialização temática**, pela **centralidade de temas valorativos e estruturantes**, pela **atenção aos desafios contemporâneos** e pela **busca por interdisciplinaridade**.



Essa análise oferece um panorama realista para o PPGD UNOESC, permitindo identificar modelos, tendências e prioridades da pesquisa jurídica de ponta e orientando o planejamento estratégico do programa em busca da excelência.

## RECOMENDAÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2025-2028

### Introdução

A percepção dos docentes, doutorandos e mestrandos em relação às suas experiências no PPGD UNOESC é majoritariamente positiva. Os dados quantitativos e qualitativos depositados na base de dados da CAA não deixam dúvidas quanto a isso.

A maioria consistente dos atores envolvidos no processo avaliativo atribuiu o conceito "Ótimo" e "Bom" como um padrão recorrente de respostas, indicando um alto nível de satisfação com a experiência formativa no programa.

A CAA entende que as mudanças implementadas a partir de 2018 nos processos internos de governança, no perfil do corpo docente, na estrutura curricular do mestrado, na implementação do doutorado, na forma flexível de oferta de créditos, na reorganização das agendas de pesquisa e a institucionalização dos grupos de pesquisa, nas experiências acumuladas de trabalho em rede com outros PPGs e com Universidades do exterior, tudo isso repercutiu diretamente nessa percepção qualitativa majoritariamente positiva e otimista dos estudantes, docentes e equipe administrativa.

A percepção majoritariamente positiva, sobretudo dos estudantes, pode ser ligeiramente contrastada por críticas pontuais, fragilidades e ameaças externas que também foram identificadas.

Tudo isso leva a CAA do PPGD UNOESC a recomendar fortemente a necessidade de o planejamento futuro prever ações para manter o modelo atual de planejamento, gestão, monitoramento, execução e autoavaliação. Para além disso, a CAA vê oportunidade para o PPGD implementar uma série de medidas que resultam do processo autoavaliativo e se apresentam como úteis para qualificar ainda mais as ações futuras do PPGD Unoesc.

Planejamento futuro: 50 ações recomendadas pela CAA

Recomendações a partir dos resultados do Survey com docentes, discentes e corpo técnico

- 1) **Aprimorar a comunicação interna e garantir melhor alinhamento de todo o corpo docente com o planejamento existente.**
- 2) **Melhorar o alinhamento entre docentes sobre a visão comum a respeito dos resultados esperados** com a formação de mestrandos e doutorandos e com a produção intelectual do PPGD.
- 3) **Ampliar o quadro de pessoas que atuam no apoio administrativo.**
- 4) **Incorporar novas tecnologias que possam ajudar a equipe administrativa a otimizar suas ações.** Também pode ser útil reavaliar processos internos e fluxos de ações, mantendo o modelo atual de capacitação para as funções administrativas específicas do PPGD.
- 5) **Gerar novas ações de comunicação sobre a existência, funções e formas de participação em comissões internas.**
- 6) **Reavaliar aspectos pontuais da estrutura curricular**, para aumentar a possibilidade de oferta de atividades ligadas a temas emergentes.
- 7) **Manter a prática dos Seminários Avançados de Doutorado com atividades integradas entre docentes, adotando um modelo mais flexível de planejamento desses Seminários a partir do planejamento de atividades dos Grupos de Pesquisa.** Quanto maior for a convergência entre os Seminários Avançados de Doutorado e a agenda de pesquisa dos grupos de pesquisa, tanto mais qualificado tende a ser o resultado de pesquisa de teses e da produção intelectual de discentes e docentes. Essa melhor integração entre Seminários Avançados de Doutorado também pode gerar melhores resultados de pesquisa em rede e melhores oportunidades para que os grupos intensifiquem atividades em temas que mais diretamente pesam em suas agendas.
- 8) **Criar mais uma linha de pesquisa para o PPGD** que induza a pesquisa em direitos materiais com a pesquisa em instituições e processos de proteção e garantia de direitos fundamentais.



9) **Manter o modelo atual de orientação e acompanhamento da pesquisa em andamento**, que se revelou muito bem sucedido e altamente reconhecido por todos.

10) **Manter o modelo atual de avaliação de desempenho de estudantes**. Contudo, parece ser necessário aprimorar alguns processos para assegurar melhores resultados de aprendizagem e de comprometimento dos estudantes.

11) **Compreender melhor as causas do que pode estar afetando o nível de comprometimento dos estudantes para cumprir integralmente as expectativas acadêmicas**. O tema é sensível para todos os objetivos do PPGD e representa um importante desafio para a autoavaliação e para a Coordenação.

12) **Incorporar orientações e incentivos para novos projetos voltados para pesquisa aplicada ou desenvolvimento de produtos técnicos ou processos técnicos**, embora alguns grupos de pesquisa já iniciaram algumas ações nessa direção, em caráter exploratório.

13) **Aprimorar os incentivos para elevar a quantidade e qualidade da produção intelectual de mestrandos e doutorandos**. No caso dos mestrandos, parece haver espaço para melhorias tanto em volume quanto em qualidade, isto é, para melhorar a conexão entre produção intelectual e os projetos de pesquisa em andamento (visando a dissertação). Pode ser útil introduzir créditos com laboratórios de escrita científica, laboratório de editoração científica, introduzir prêmios, reconhecimentos e distinções etc).

14) **Criar novos procedimentos e incentivos para orientadores e grupos de pesquisa monitorarem com mais frequência os resultados parciais da produção intelectual de doutorandos**. No caso dos doutorandos, parece haver espaço para explorar novos tipos de produções, ampliando a presença do PPGD em periódicos especializados, inclusive internacionais, em temas alinhados com a área de concentração, linhas de pesquisa do PPGD e linhas de pesquisa dos Grupos de Pesquisa. Tanto no caso de mestrandos quanto de doutorandos, parece ser recomendável aprimorar o apoio metodológico para fortalecer o domínio de técnicas e tecnologias de pesquisa.

15) **Aprimorar o sistema de registros de produções diretas e indiretas dos eventos promovidos ou que tem a participação do PPGD**. Nota-se a pouca especificação sobre detalhes de alguns produtos resultantes de eventos do PPGD, o que indica a necessidade de melhorar a documentação e o relato das atividades.

16) **Aumentar a participação ativa dos estudantes na organização de eventos** e apresentação de trabalhos pode enriquecer sua formação.

17) **A criação de um repositório online para os materiais produzidos** nos eventos também pode aumentar sua visibilidade e impacto a longo prazo.

**Aprimorar o modelo atual de produção intelectual do PPGD**. É notável que o PPGD atingiu um alto nível de maturidade na forma de produção intelectual que, atualmente, revela-se associada a projetos de pesquisa e a grupos de pesquisa sobre direitos fundamentais. Além disso, a atual produção intelectual do PPGD revela-se bem articulada em redes de pesquisas ou em parcerias interinstitucionais, com alcance regional, nacional e internacional. Chama a atenção, também, a distribuição da produção intelectual na forma de artigos, livros, capítulos de livros, produção técnica, extensão, cursos livres de formação técnica são a expressão dessa constatação. Para além disso, o PPGD começou a colher reconhecimentos de diferentes entidades, na forma de premiações, rankings de citações, bolsas especiais e prêmios pelo mérito de pesquisa. Algumas medidas podem aprimorar os resultados para o próximo quadriênio, tendo em vista o objetivo do PPGD UNOESC de incorporar as melhores práticas dos programas nota 5, 6 e 7.

18) **Macroprocessos e Redes de Pesquisa**. Dada a natureza estratégica dessa temática para os objetivos da política nacional de ciência, bem como da Universidade e do PPGD, recomenda-se que o planejamento da produção intelectual do PPGD para o novo quadriênio incorpore novas ações que fortaleçam a pesquisa integrada dos Grupos de Pesquisa do PPGD com outros Programas de Pós-Graduação (PPGs) da UNOESC e de outras instituições experientes, tanto no Brasil quanto no exterior. O PPGD já atua em redes nacionais e internacionais. Em vista disso, é altamente recomendável que explore mais eficientemente as possibilidades e oportunidades dessas redes nacionais e internacionais, buscando extrair o máximo de aprendizado e impacto dessas relações para a produção intelectual de docentes e de estudantes.

19) **Disseminação da pesquisa**. A maior parte da produção intelectual do programa atualmente é disseminada por livros (na maioria, por capítulos de livros), em eventos acadêmicos, em palestras e cursos. O alcance dessa



produção já aparenta ser muito superior ao do quadriênio anterior, mas um melhor direcionamento dessa produção para canais com melhor capacidade de conversão desses resultados em citações, em projetos transformadores (públicos e privados) é muito recomendável. Uma opção sempre disponível é a maior contribuição do PPGD em produção de periódicos com alto potencial de disseminar o conhecimento nos nichos e grupos relevantes para os objetivos do PPGD.

- 20) **Desenvolvimento regional.** Vale destacar a oportunidade de induzir a produção intelectual que relaciona e articula direitos fundamentais e temas importantes para o desenvolvimento regional. Essa temática do desenvolvimento regional é uma preocupação central do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNOESC e muitos esforços e incentivos internos estão sendo realizados para aumentar o impacto do ensino, da extensão e da produção intelectual de toda a Universidade em temas relacionados ao desenvolvimento regional. Ao comparar os resultados de avaliações de quadriênios anteriores sobre o tema do desenvolvimento regional, nota-se o importante avanço já alcançado pela produção intelectual mais recente do PPGD. Todavia, esta é uma agenda que oferece muitas oportunidades a serem exploradas.
- 21) **Pesquisa empírica.** A maioria das produções intelectuais do PPGD é baseada em revisões bibliográficas e análises teóricas, com poucos estudos empíricos ou aplicados. A incorporação de mais pesquisa empírica pode enriquecer o aprendizado metodológico e aumentar o impacto da produção intelectual do PPGD.
- 22) **Inserção internacional da pesquisa.** Muitas produções destacadas ainda têm foco predominantemente nacional e as atuais redes de ações internacionais podem gerar novos projetos de pesquisa e novas produções intelectuais. Ampliar a colaboração de pesquisa e publicações com instituições estrangeiras e publicar mais em língua inglesa poderia aumentar o impacto das pesquisas do PPGD. Estabelecer parcerias de pesquisa com entidades e organizações que o PPGD já mantém laços consolidados de amizade e de intercâmbio de experiências pode ampliar o impacto econômico e social das pesquisas.
- 23) **Pesquisa na mídia.** A divulgação das produções por meio de meios jornalísticos e televisivos ainda é limitada no PPGD. Maior investimento em estratégias de comunicação poderia ampliar o alcance social das pesquisas.
- 24) **Temas emergentes de pesquisa.** Investir recursos e tempo de pesquisa em áreas emergentes, como inteligência artificial, blockchain e direitos digitais, direitos relacionados com desenvolvimento sustentável da região oeste de Santa Catarina pode posicionar o PPGD na vanguarda das discussões sobre direitos fundamentais, além de influenciar políticas públicas e os serviços jurídicos em temas de grande apelo econômico, político e jurídico.
- 25) **Novas métricas.** Desenvolver métricas para avaliar o impacto das atividades de divulgação na sociedade e no meio acadêmico.
- 26) **Egressos.** O modelo de busca informações de egressos por meio de formulário enviado aos emails individuais revelou-se pouco eficiente. O PPGD deve manter e aprimorar o modelo atual de busca ativa de egressos na web, que trouxe excelentes informações ao processo de autoavaliação.

Recomendações a partir dos resultados da análise SWOT com docentes

**Riscos e ameaças.** Embora outras questões como a falta de integração comunitária e a fragilidade administrativa também representem desafios, são os riscos de perda de capital humano docente, a obsolescência temática das linhas de pesquisa e a obsolescência tecnológica dos grupos de pesquisa, a qualidade discente e de egressos e as fragilidades estruturais e políticas internas de apoio a pesquisa que configuram as ameaças mais estratégicas e urgentes para o PPGD. Enfrentar estas ameaças com medidas proativas e inovadoras é fundamental para os desafios do novo quadriênio.

- 27) **Recomendações para o PPGD:** Implementar um programa contínuo de desenvolvimento profissional docente, com foco em atualização pedagógica, metodológica e tecnológica. Promover a participação em eventos científicos e a colaboração com pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais. Estimular a criação de grupos de pesquisa interdisciplinares e a revisão periódica das linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa, garantindo sua aderência a temas emergentes e relevantes para a sociedade e para a área de conhecimento.
- 28) **Recomendações para a Universidade:** Criar programas de bolsas de produtividade. Investir em infraestrutura de pesquisa, incluindo laboratórios multiprofissionais de uso comum para todos os grupos de pesquisa dos PPGs,



acesso a recursos digitais e plataformas de colaboração online. Estabelecer políticas claras de apoio à internacionalização da pesquisa e à transferência de conhecimento para a sociedade.

**Fraquezas.** A principal fragilidade do PPGD UNOESC reside no engajamento de seu corpo discente, que, em média, apresenta uma formação prévia aquém do desejável e um comprometimento com a pesquisa ainda insuficiente. Esta questão central se interconecta com outra fraqueza: a necessidade de fortalecer o foco e o impacto da pesquisa no programa, superando a percepção de falta de pesquisa relevante e construindo um consenso sobre a centralidade da atividade científica para todos os processos internos, seja de ensino, seja de extensão, seja de inserção regional e internacional. A fragilidade dos processos e infraestrutura da pesquisa, por sua vez, está conectada com a ausência de uma estrutura e políticas internas da Unoesc em relação à pesquisa, que sejam suficientemente claras e homogêneas. Enfrentar estas fragilidades internas com medidas proativas e inovadoras é fundamental para os desafios do novo quadriênio.

- 29) **Recomendação 1 para o PPGD:** Implementar um programa de acolhimento e nivelamento para os novos discentes, oferecendo cursos, oficinas e mentorias que abordem as lacunas de formação identificadas. Desenvolver estratégias de incentivo ao engajamento na pesquisa desde o início do programa, como a participação em projetos de pesquisa de docentes.
- 30) **Recomendação 1 para a Universidade:** Criar programas de apoio pedagógico para a pós-graduação visando o desenvolvimento de habilidades para os estudantes de pós-graduação.
- 31) **Recomendação 2: Para o PPGD:** Definir de forma clara e participativa as prioridades de pesquisa do programa, alinhadas às necessidades da região e aos avanços da área de conhecimento. Implementar mecanismos de avaliação do impacto da pesquisa realizada, considerando sua relevância social, econômica e acadêmica. Estimular a divulgação da pesquisa em diferentes formatos e para diferentes públicos, buscando aumentar sua visibilidade e impacto.
- 32) **Recomendação 2: Para a Universidade:** Estabelecer políticas institucionais que valorizem e incentivem a pesquisa em todas as áreas do conhecimento. Criar mecanismos de financiamento interno para projetos de pesquisa inovadores e relevantes. Promover a interação entre os diferentes programas de pós-graduação e os grupos de pesquisa da universidade, buscando sinergias e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares. Reconhecer e premiar as atividades de pesquisa de destaque, tanto de docentes quanto de discentes.
- 33) **Recomendação 3 para o PPGD:** Identificar as novas necessidades de infraestrutura de pesquisa do programa e buscar o apoio da universidade para suprir essas demandas. Promover a capacitação dos docentes e discentes em relação ao uso de novas ferramentas e tecnologias para a pesquisa.

**Recomendação 3 para a Universidade:** Elaborar e implementar uma política institucional de pesquisa clara e abrangente, que defina diretrizes, responsabilidades e mecanismos de apoio à atividade científica. Investir na modernização e ampliação da infraestrutura de pesquisa, incluindo laboratórios, equipamentos, softwares e acesso a bases de dados. Criar um sistema de gestão da pesquisa que permita o acompanhamento e a avaliação das atividades de pesquisa realizadas na universidade. Estabelecer canais de comunicação e colaboração entre a gestão da universidade, os programas de pós-graduação e os grupos de pesquisa para garantir a efetividade das políticas e o alinhamento das ações.

**Oportunidades.** As oportunidades de expansão e fortalecimento de redes e parcerias externas se apresentam como o vetor mais promissor para o futuro do programa. A vasta teia de relacionamentos internacionais já estabelecida, somada ao potencial para novas colaborações interinstitucionais, oferece um terreno fértil para a internacionalização da pesquisa, o intercâmbio de conhecimento e a ampliação da visibilidade do PPGD. Paralelamente, a disponibilidade crescente de recursos e apoios financeiros, impulsionada por políticas de fomento à pesquisa e ao ensino superior, configura-se como um catalisador para a concretização de projetos ambiciosos e para a sustentabilidade financeira do programa. O programa deve investir no desenvolvimento e fortalecimento dos grupos de pesquisa, consolidando sua estrutura, aprimorando seus processos. A busca contínua por inovação e modernização também se apresenta como uma oportunidade estratégica, permitindo ao PPGD incorporar novas



tecnologias, metodologias e abordagens pedagógicas que o mantenham relevante e competitivo no cenário acadêmico.

#### **Recomendações para o PPGD:**

- 34) Definir metas claras para o intercâmbio de estudantes e pesquisadores, para a realização de projetos de pesquisa conjuntos com instituições estrangeiras e nacionais, e para a participação em redes internacionais de pesquisa.
- 35) Oferecer bolsas de estudo complementares, auxílio para participação em eventos internacionais e suporte para o processo de obtenção de vistos e outras documentações necessárias.
- 36) Buscar ativamente parcerias com universidades estrangeiras para oferecer programas de dupla titulação, atraindo estudantes de alto potencial e aumentando a visibilidade internacional do PPGD.
- 37) Oferecer capacitação para docentes e discentes em novas abordagens de pesquisa, análise de dados e ferramentas tecnológicas relevantes para suas áreas de atuação.
- 38) Promovendo seminários interdisciplinares e encontros regulares.
- 39) Oferecer suporte técnico e administrativo para a elaboração de propostas de projetos de pesquisa para agências de fomento nacionais e internacionais.
- 40) Identificar fontes de financiamento externas, como empresas, fundações e órgãos governamentais, e desenvolver estratégias para a obtenção de recursos adicionais para o programa.
- 41) Utilizar ferramentas de gestão para monitorar o desempenho do programa, otimizar processos administrativos e garantir a transparência na utilização dos recursos.
- 42) Explorar oportunidades de geração de receita própria, como a oferta de cursos livres de qualificação profissional, a prestação de serviços especializados e a comercialização de produtos e tecnologias desenvolvidos no âmbito do programa.

#### **Recomendações para a Universidade:**

**Fortalecimento da pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação:** Ampliar a equipe e os recursos da pró-reitoria para oferecer suporte estratégico e administrativo aos programas de pós-graduação na gestão de recursos e na busca por financiamento.

**Criação de um escritório de relações internacionais fortalecido:** Ampliar a equipe e os recursos do escritório para oferecer suporte abrangente aos programas de pós-graduação na busca e gestão de parcerias internacionais.

**Alocação de recursos específicos para a internacionalização:** Criar linhas de financiamento para apoiar projetos de pesquisa colaborativos internacionais, a vinda de pesquisadores visitantes e a participação de docentes e discentes em eventos no exterior.

**Desenvolvimento de parcerias com o setor produtivo:** Estabelecer convênios com empresas e outras organizações para o desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada e para a captação de recursos para a pós-graduação.

**Criação de um programa de incentivo à doação para a pós-graduação:** Desenvolver estratégias para atrair doações de ex-alunos, empresas e outras entidades para apoiar os programas de pós-graduação da universidade.

**Criação de um fundo de apoio à pesquisa institucional:** Destinar recursos para financiar projetos de pesquisa inovadores e de alto impacto desenvolvidos pelos grupos de pesquisa da universidade.

**Implementação de políticas de reconhecimento e premiação da produção científica:** Valorizar e divulgar as publicações, patentes e outras formas de produção científica dos grupos de pesquisa, incentivando a busca pela excelência.

**Modernização da infraestrutura de pesquisa:** Investir na atualização e ampliação dos laboratórios, equipamentos e recursos tecnológicos disponíveis para os grupos de pesquisa.

**Forças.** O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC Chapecó, com seus doze anos de experiência, consolida-se como uma referência na região Oeste de Santa Catarina e também na região sul do Brasil e noutras regiões de influência do PPGD, notadamente, o centro-oeste e o nordeste do Brasil, sustentado por um conjunto robusto de forças. A principal delas reside na qualidade notável de seu corpo docente, composto por professores qualificados, experientes e engajados com a formação e a pesquisa. Este capital humano impulsiona a intensa



atividade de pesquisa do programa, materializada em grupos de pesquisa consolidados e em uma produção científica relevante, que se articula com redes de colaboração nacionais e internacionais, conferindo reconhecimento e visibilidade ao PPGD. Este pilar central da pesquisa e da qualificação docente é complementado por um ambiente interno de trabalho visivelmente positivo, onde a colaboração, o respeito e a integração da equipe se destacam, facilitando a gestão e o desenvolvimento das atividades acadêmicas. A gestão do PPGD, percebida como participativa e eficiente, promove um clima de confiança e autonomia docente, contribuindo para o bom funcionamento do programa como um todo. A estrutura consolidada do PPGD, com seus cursos de mestrado e doutorado e o reconhecimento externo conferido pela nota 4 na CAPES e por dezenas de termos de cooperação e parcerias relevantes corroboram a percepção de qualidade do programa e sua relevância no cenário acadêmico nacional. Ademais, o PPGD se beneficia de relações externas profícuas, mantendo um diálogo constante com a Reitoria, com outros programas de pós-graduação com mesma área de concentração e linhas de pesquisa afins (PUCRS, UNIFOR, FDV, IDP-DF) e com a comunidade, por meio de projetos de extensão que ampliam seu impacto social. Embora outros fatores como a infraestrutura, o potencial de desenvolvimento de talentos e a localização estratégica de Chapecó também contribuam para o sucesso do PPGD, são a qualidade de seu corpo docente, a força de sua pesquisa, o ambiente interno positivo, a gestão participativa, a estrutura consolidada e as relações externas engajadas que se destacam como forças que sustentam o presente e pavimentam o futuro do Programa de Pós-Graduação em Direito da UNOESC.

#### **Recomendações para o PPGD:**

43. **Investir na divulgação da produção científica em plataformas de alto impacto:** Incentivar e apoiar a publicação de artigos em periódicos indexados em bases de dados internacionais relevantes para a área do Direito, bem como a participação em eventos científicos de destaque nacional e internacional.
44. **Implementar um programa de incentivo à pesquisa colaborativa e interdisciplinar:** Estimular a formação de projetos de pesquisa que envolvam diferentes grupos de pesquisa do PPGD e, potencialmente, pesquisadores de outras áreas do conhecimento dentro e fora da UNOESC, reconhecendo a importância da interdisciplinaridade para a produção de conhecimento inovador.
45. **Criar mecanismos de apoio à transferência de conhecimento e à inovação:** Estimular a divulgação dos resultados das pesquisas para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, buscando formas de aplicar o conhecimento produzido para a solução de problemas concretos.
46. **Fortalecer os mecanismos de participação discente na gestão do programa:** Ampliar a representatividade dos estudantes nos órgãos colegiados do PPGD e incentivar a sua participação ativa nas decisões que afetam o programa.

#### **Recomendações para a Universidade:**

**Implementar políticas de reconhecimento e valorização do corpo docente e discente:** Criar prêmios e outras formas de reconhecimento para destacar as conquistas e contribuições dos docentes e discentes da universidade.

**Incentivar a realização de pesquisas sobre o clima organizacional e a cultura institucional:** Utilizar os resultados dessas pesquisas para identificar oportunidades de melhoria no ambiente de trabalho e estudo da universidade, promovendo uma cultura de colaboração, respeito e bem-estar.

**Criar um fundo de apoio à pesquisa estratégica e inovadora:** Destinar recursos para projetos de pesquisa que demonstrem potencial para gerar impacto social, econômico ou tecnológico relevante para a região e para o país.

**Promover a integração entre os diferentes programas de pós-graduação da UNOESC:** Incentivar a realização de eventos e projetos conjuntos entre os PPGs de diferentes áreas do conhecimento, fomentando a interdisciplinaridade e a criação de novas linhas de pesquisa.

**Investir em infraestrutura de pesquisa de ponta:** Atualizar e ampliar os laboratórios, equipamentos e recursos tecnológicos disponíveis para os pesquisadores da universidade, garantindo as condições necessárias para a realização de pesquisas de alta qualidade.



**Criar um programa de apoio à internacionalização seletiva dos PPGs:** Oferecer recursos para missões de trabalho de docentes e discentes em instituições parceiras, para a tradução e publicação de artigos em línguas estrangeiras e para a organização de eventos internacionais em Chapecó.

**Fortalecer a infraestrutura de apoio à pesquisa internacional:** Disponibilizar serviços de apoio linguístico, assessoria para a obtenção de vistos e outras documentações, e suporte para a gestão de projetos de pesquisa internacionais.

**Incentivar a celebração de acordos de dupla titulação ou cotutela com universidades de reconhecida excelência:** Facilitar os trâmites burocráticos e oferecer apoio jurídico para a formalização de acordos, ampliando as oportunidades para os estudantes do PPGD.

Recomendações a partir dos resultados do estudo de benchmark com PPGDs nota 4 e 5

**BENCHMARK.** Os principais achados com a pesquisa de benchmark entre PPGDs com foco em direitos fundamentais e nota 4 e 5, revelam que esses PPGDs enfatizam a pesquisa da dimensão material, a pesquisa sobre a efetivação desses direitos e com o papel do sistema de justiça na promoção e proteção desses direitos. Além disso, temas como Direito Penal, Tributário, Tecnologia e políticas públicas não aparecem explicitamente nas linhas de pesquisa de PPGDs nota 4, sugerindo lacunas ou baixa representatividade nos PPGDs acadêmicos e com nota 4. Por fim, os PPGDs com nota 5 tendem a direcionar suas linhas de pesquisa para áreas mais definidas e especializadas, buscando aprofundamento e excelência em nichos temáticos específicos. Com base nas descobertas do estudo de benchmark, seguem 5 recomendações para o PPGD da UNOESC incorporar em seu futuro planejamento estratégico:

- 47. Fortalecer a pesquisa em direitos fundamentais com foco na materialidade e efetivação:** O PPGD da UNOESC deve consolidar e aprofundar suas linhas de pesquisa estimulando projetos que investiguem a dimensão da concretização dos direitos, ou seja, como eles se traduzem em condições concretas de vida para os indivíduos e grupos. Além disso, é crucial fomentar pesquisas sobre a efetividade desses direitos, analisando se e como eles estão sendo implementados e quais os obstáculos para sua plena realização. O papel do sistema de justiça como agente de promoção e proteção desses direitos também deve ser um foco central.
- 48. Explorar a incorporação de novas áreas temáticas com potencial de inovação:** Diante da baixa representatividade de temas como Direito Penal, Tributário, Tecnologia e Políticas Públicas em PPGDs nota 4, o PPGD da UNOESC pode se destacar ao considerar a inclusão de linhas de pesquisa ou projetos específicos nessas áreas. Essa iniciativa pode atrair novos pesquisadores e alunos com interesse nesses campos emergentes e relevantes para a sociedade contemporânea. A incorporação dessas temáticas deve ser feita de forma estratégica, considerando a expertise do corpo docente e o potencial de desenvolvimento de pesquisas originais e impactantes.
- 49. Desenvolver iniciativas de pesquisa interdisciplinar:** A identificação de lacunas em áreas como Tecnologia e Políticas Públicas sugere uma oportunidade para o PPGD da UNOESC promover a interdisciplinaridade em suas pesquisas. Projetos que conectem o Direito com outras áreas do conhecimento, como Ciência da Computação, Engenharia, Sociologia, Ciência Política e Economia, podem gerar resultados inovadores e relevantes para a compreensão e solução de problemas complexos. Incentivar a colaboração entre pesquisadores de diferentes áreas pode ser um diferencial importante para o programa.
- 50. Fomentar a especialização em nichos temáticos específicos dentro da linha de direitos fundamentais:** Inspirado na tendência de PPGDs nota 5 de direcionar suas linhas de pesquisa para áreas mais definidas e especializadas, o PPGD da UNOESC pode buscar aprofundamento e excelência em nichos temáticos específicos dentro do campo dos direitos fundamentais. Isso poderia envolver a criação de grupos de pesquisa focados em temas como direitos sociais e políticas públicas, direitos humanos e meio ambiente, direitos digitais, ou outros nichos que possuam relevância regional e potencial de produção científica de alto nível.

# Avaliação Geral - Mestrandas e Mestrandos

54 respostas

[Publicar análise](#)

## COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD UNOESC

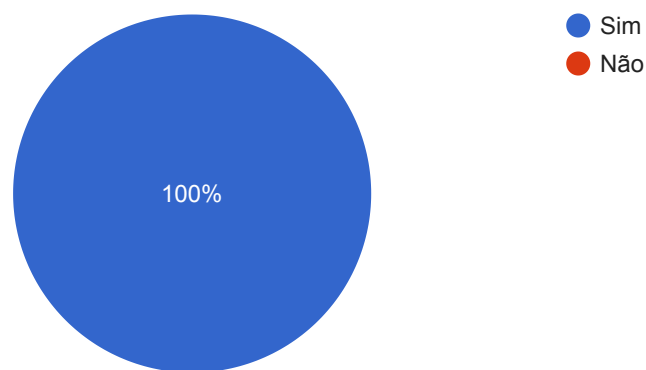
### Dimensão 1 - AUTOAVALIAÇÃO

O PPGD tem política de avaliação adequada para:

Avaliar a realização do planejamento do PPG?

[Copiar](#)

54 respostas



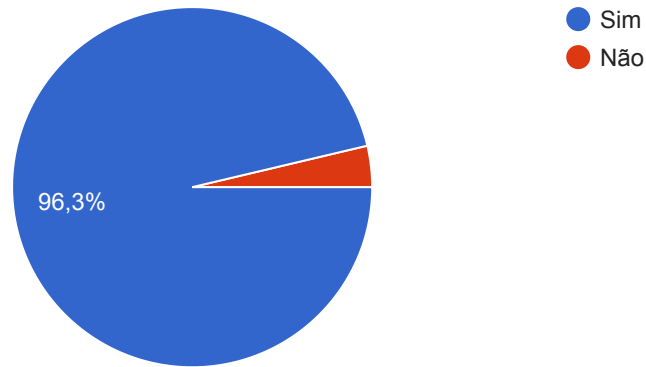
### Dimensão 4 - PROPOSTA DO PROGRAMA



**A seu ver, a atual estrutura curricular:**  
Realiza os objetivos formativos do PPG?

 Copiar

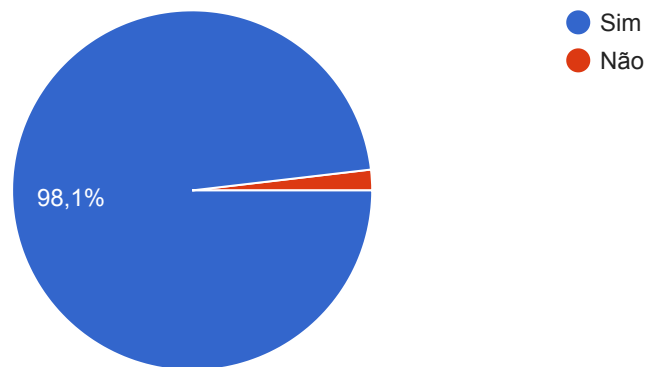
54 respostas



**Permanece atual?**

 Copiar

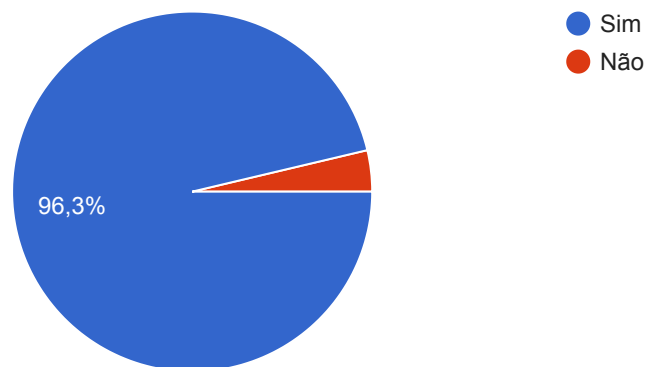
54 respostas



**A carga horária é suficiente?**

 Copiar

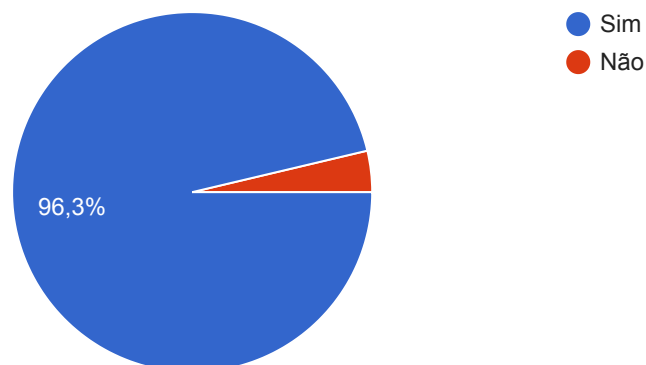
54 respostas



É suficientemente especializada?

 Copiar

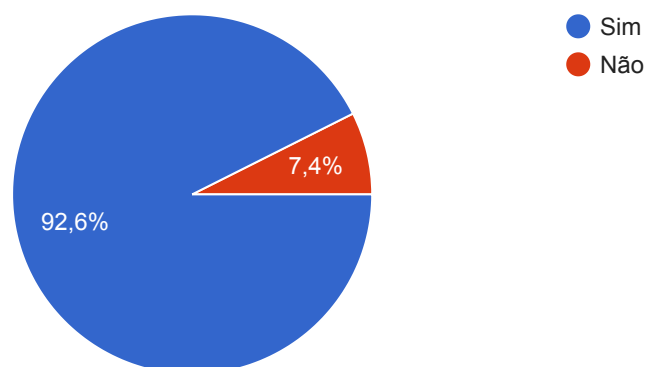
54 respostas



É suficientemente flexível?

 Copiar

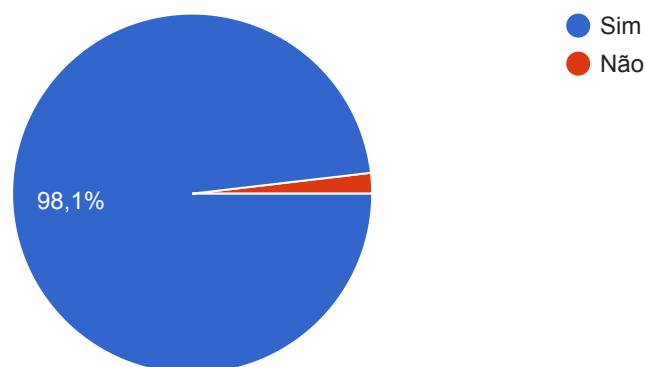
54 respostas



A seu ver, a bibliografia das disciplinas evidencia a evolução mais recente do conhecimento no campo de estudos, em termos nacionais e internacionais?

 Copiar

54 respostas



### Dimensão 3. GOVERNANÇA E INFRAESTRUTURA

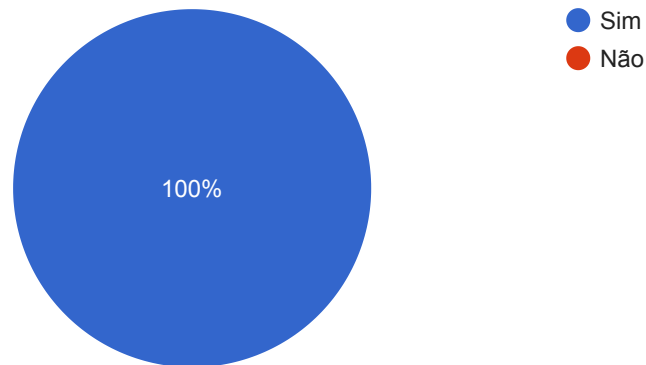


### Coordenação e Secretaria Administrativa:

 Copiar

As Competências e composição da Coordenação do Programa estão previstas em regimento?

54 respostas

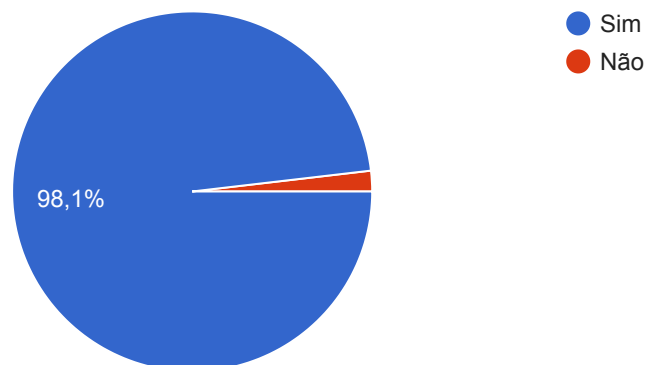


### Coordenação e Secretaria Administrativa:

 Copiar

As instalações administrativas da Coordenação do Programa são adequadas?

54 respostas

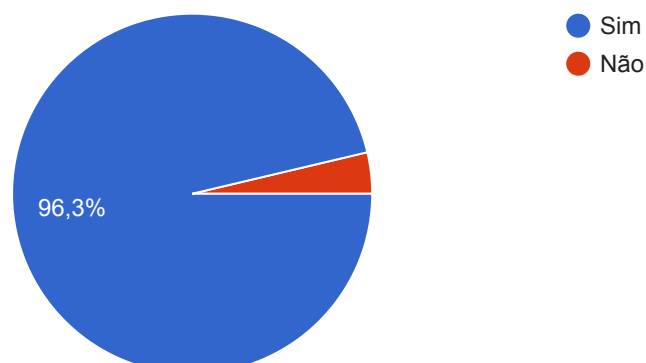


### Equipe de apoio administrativo:

 Copiar

É suficiente?

54 respostas

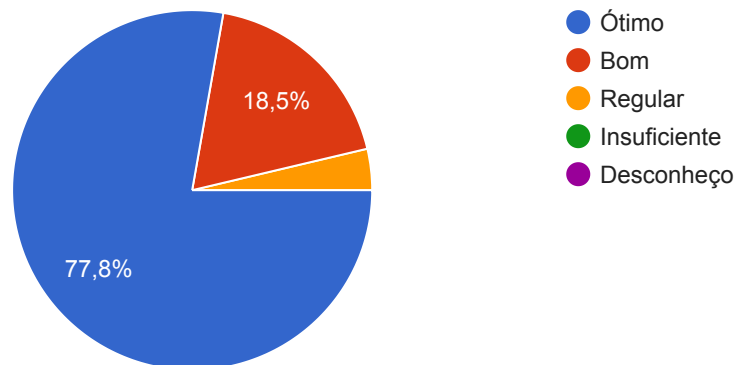


### Equipe de apoio administrativo:

 Copiar

É qualificada para as funções do programa?

54 respostas

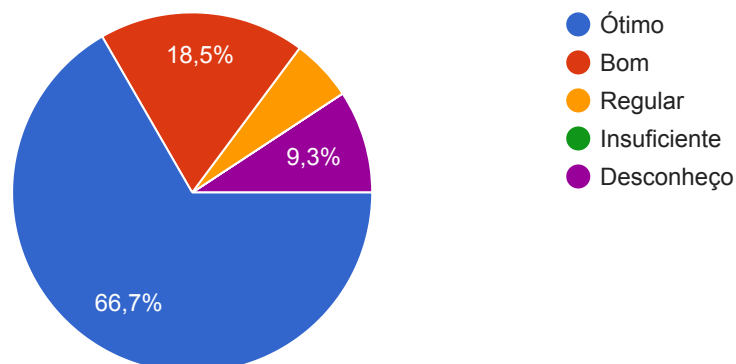


### Equipe de apoio administrativo:

 Copiar

As instalações administrativas da Secretaria Administrativa são adequadas?

54 respostas

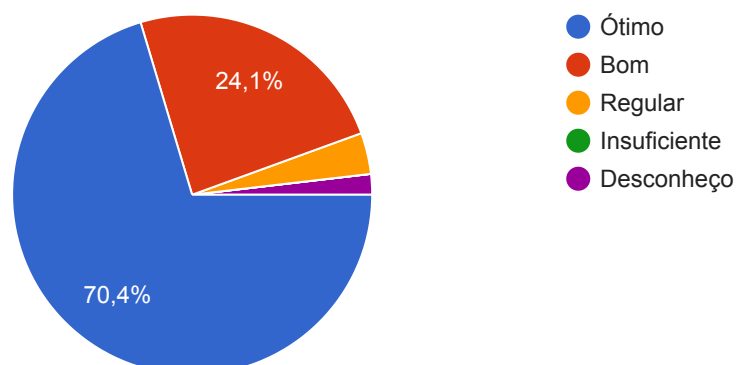


### Atendimento e serviços: COORDENAÇÃO

 Copiar

Como você avalia a eficiência do modelo atual de agendamentos e atendimentos da Coordenação?

54 respostas

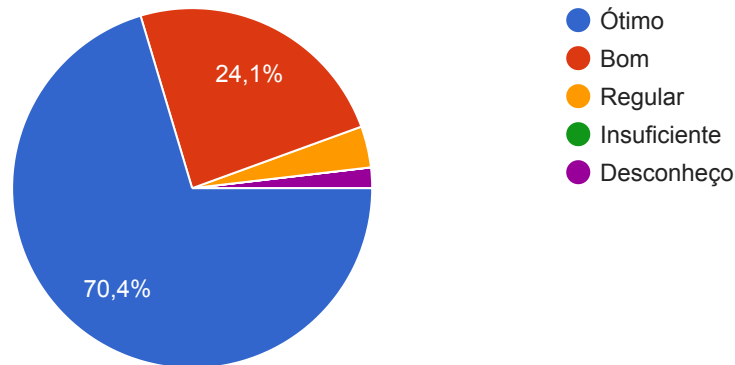


### Atendimento e serviços: COORDENAÇÃO

 Copiar

Como você avalia a celeridade, adequação e objetividade dos encaminhamentos da Coordenação?

54 respostas

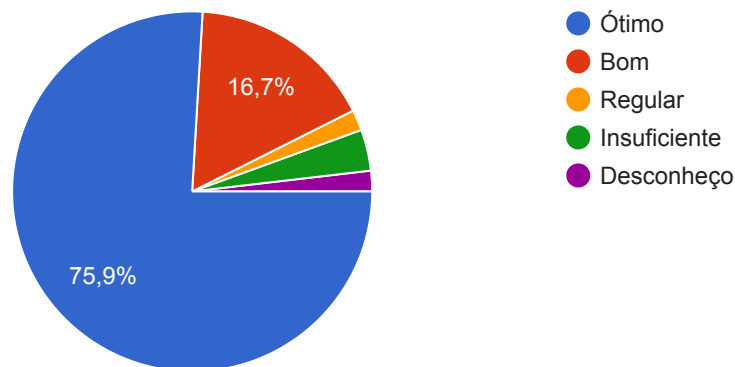


### Atendimento e serviços: SECRETARIA

 Copiar

Como você avalia a eficiência do modelo atual de agendamentos e atendimentos da Secretaria Administrativa?

54 respostas

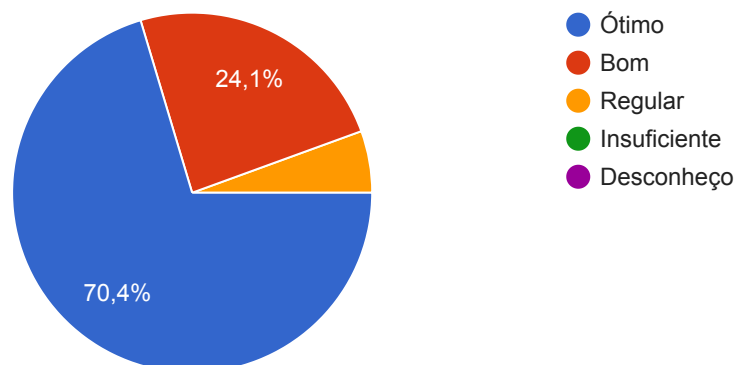


### Atendimento e serviços: SECRETARIA

 Copiar

Como você avalia a celeridade, adequação e objetividade dos encaminhamentos da Secretaria Administrativa?

54 respostas

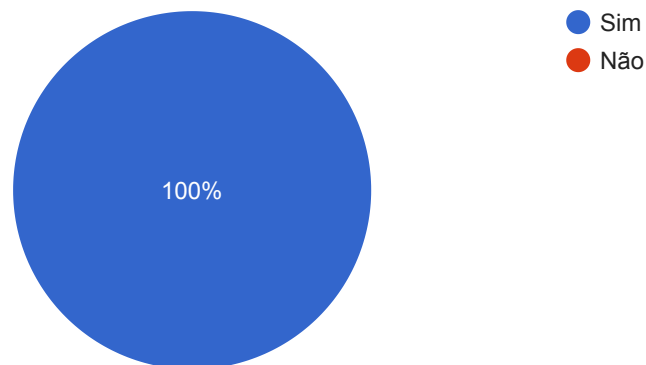


### Comissões de apoio ao planejamento e autoavaliação:

 Copiar

A Coordenação conta com Comissões de apoio ao planejamento e autoavaliação?

54 respostas

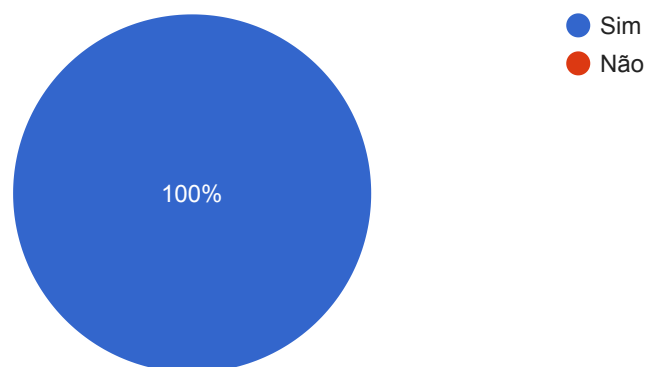


### Comissões de apoio ao planejamento e autoavaliação:

 Copiar

As competências e composição estão previstas em regimento?

54 respostas

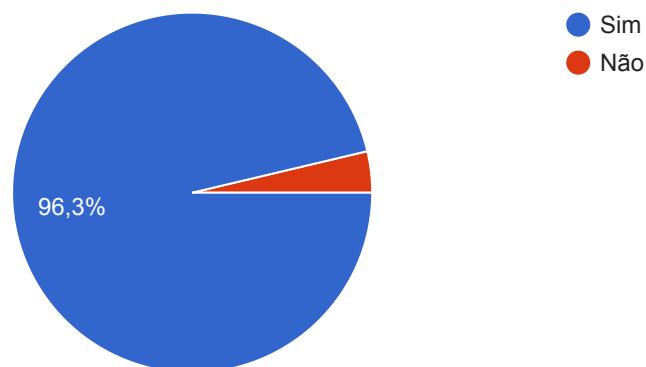


### Comissões de apoio ao planejamento e autoavaliação:

 Copiar

A CAA - Comissão de Autoavaliação tem participação de todos os atores avaliados?

54 respostas



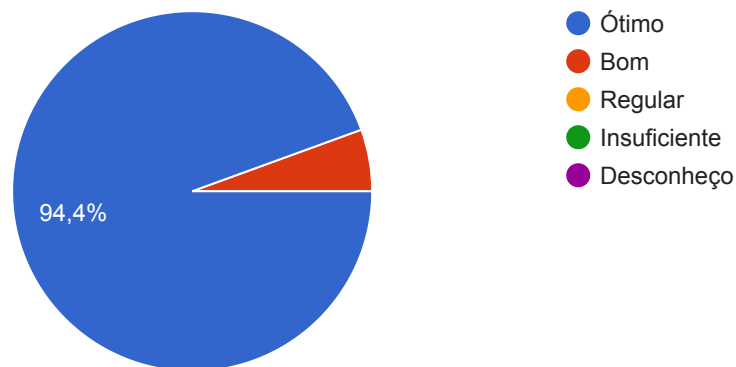
## Sobre a qualidade das aulas

Qual é o conceito que você atribui para:

 Copiar

Domínio do conteúdo pelos docentes:

54 respostas

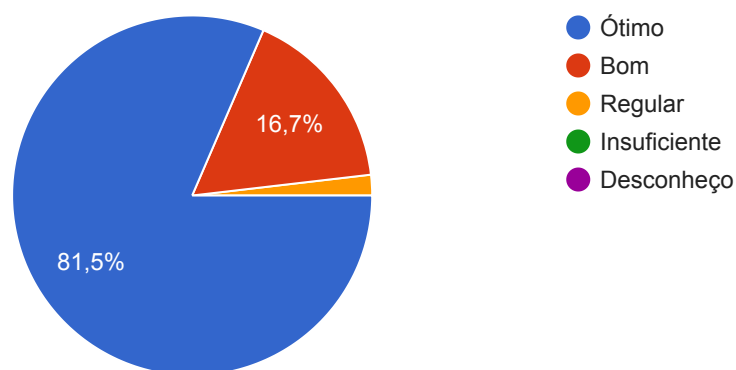


Qual é o conceito que você atribui para:

 Copiar

O programa e o Plano de Aulas

54 respostas

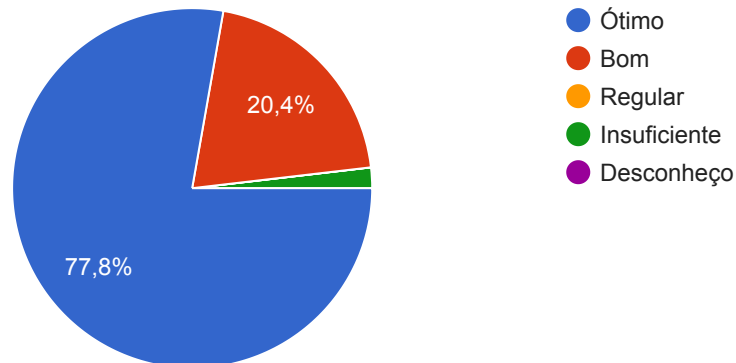


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

A metodologia adotada para os encontros

54 respostas

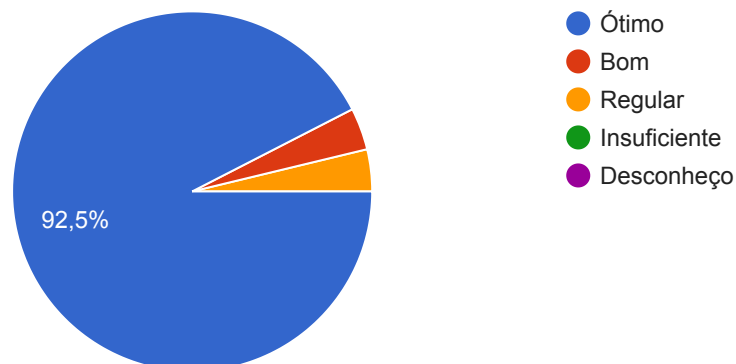


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

O aprofundamento, a especialidade técnica e a análise crítica :

53 respostas

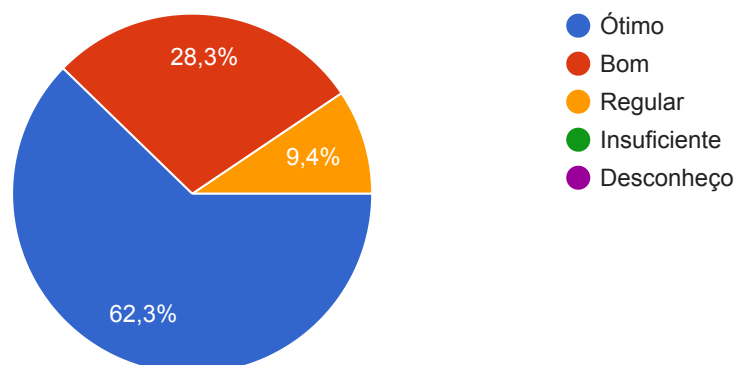


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

As formas de avaliação:

53 respostas

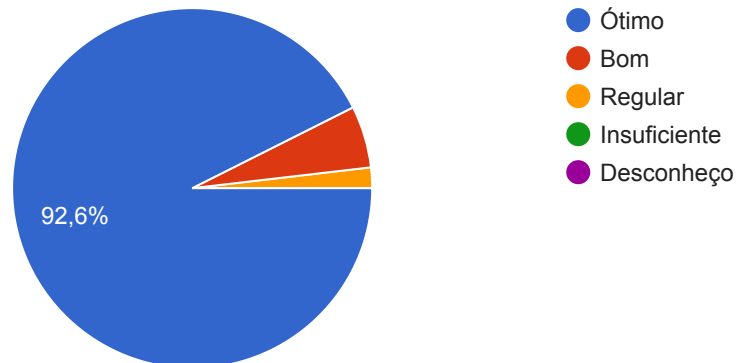


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

O ambiente de respeito e trato pessoal :

54 respostas

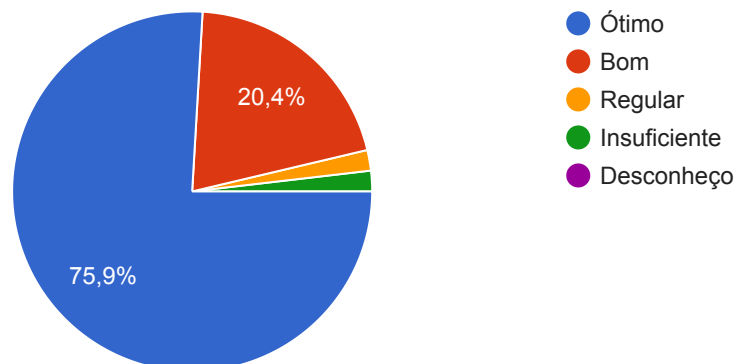


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

Os resultados de aprendizagem :

54 respostas



## Comentários adicionais

8 respostas

Excelente gestão

Nenhum

Parabéns pelo excelente quadro de colaboradores (Professores e equipe técnica)

excelente

Todos os professores são bons. Destaque para a Profª Dra. Beatriz.

EXCELENTE

A instituição superou a expectativa

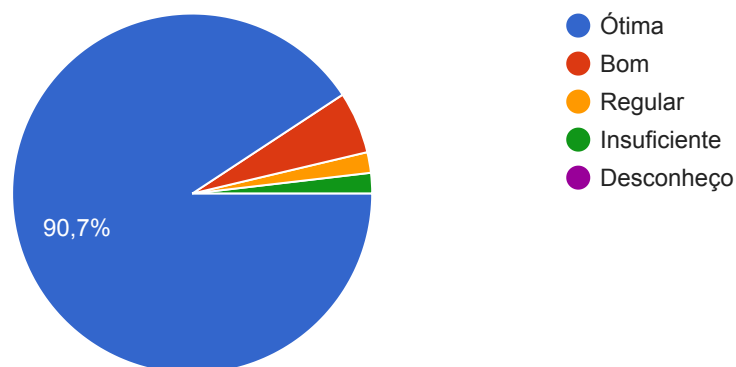
.

## PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DA ORIENTAÇÃO

Qual é o conceito que você atribui para a comunicação interpessoal com seu/sua orientador(a)?

 Copiar

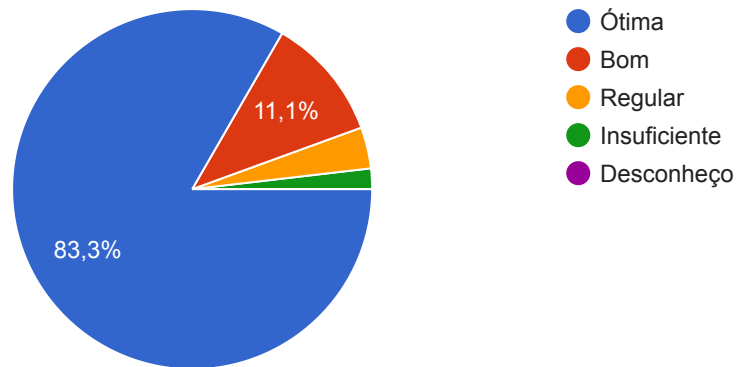
54 respostas



A frequência que você recebe orientações e acompanhamento do(a) seu(sua) orientador(a)

 Copiar

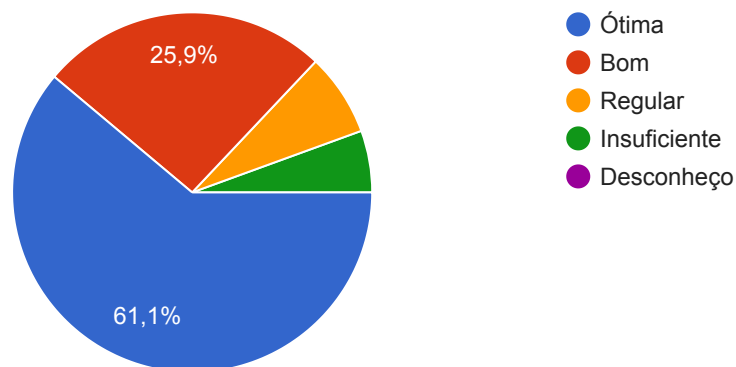
54 respostas



A frequência que você busca orientações e acompanhamento do(a) seu(sua) orientador(a):

 Copiar

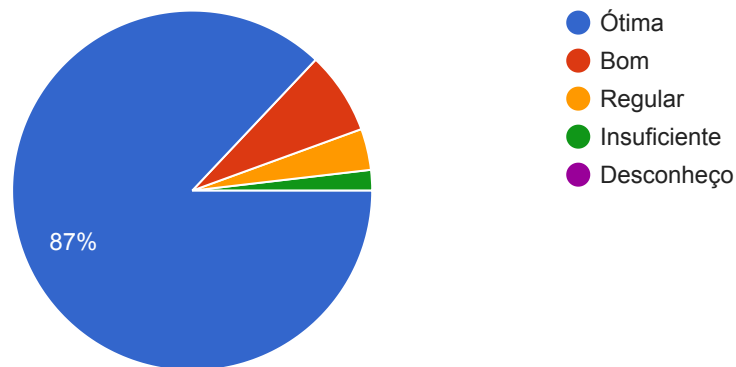
54 respostas



O comprometimento de seu/sua orientador(a) com o seu desenvolvimento e com o desenvolvimento de seus estudos?

 Copiar

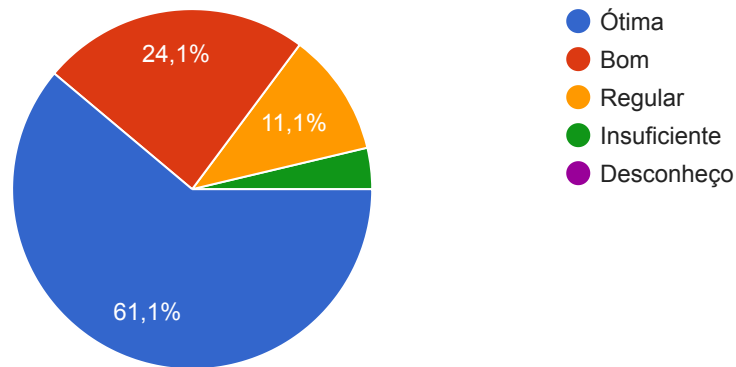
54 respostas



O seu comprometimento nas atividades recomendadas por seu/sua orientador(a)

 Copiar

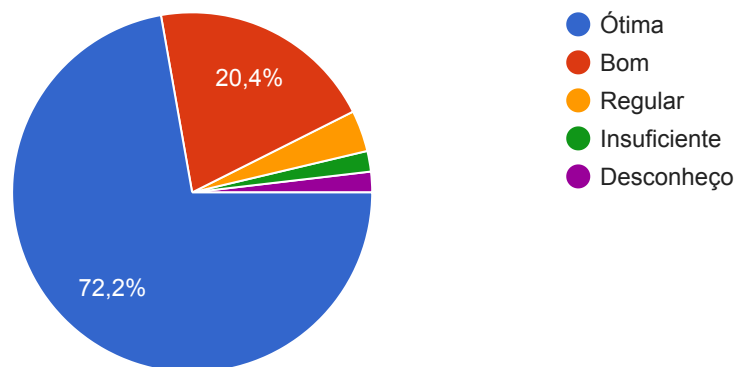
54 respostas



A qualidade das atividades e das experiências formativas de seu Grupo de Pesquisa?

 Copiar

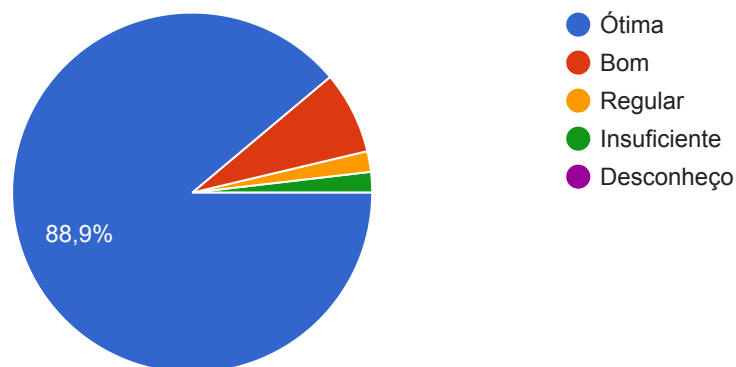
54 respostas



O domínio do seu(sua) orientador(a) sobre o assunto de seu tema de pesquisa?

 Copiar

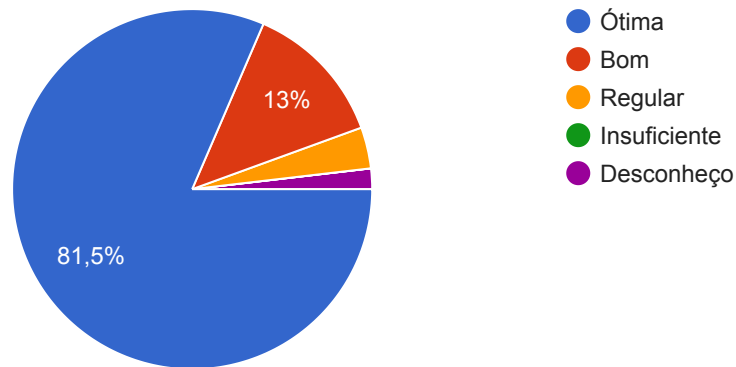
54 respostas



A contribuição da orientação para o desenvolvimento de seu trabalho final.

 Copiar

54 respostas

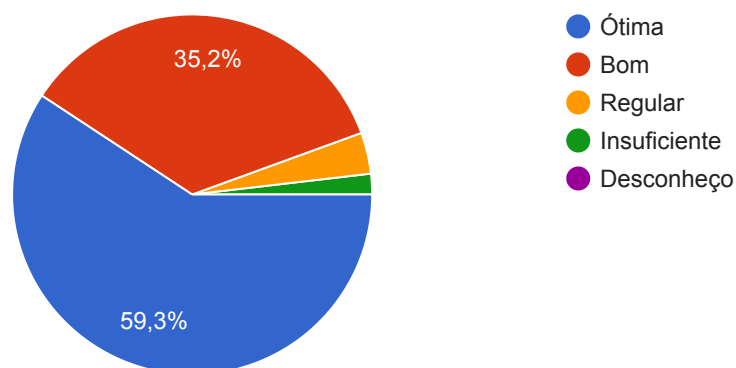


## EXPERIÊNCIA FORMATIVA

De um modo geral, e considerando sua evolução individual, como você avalia sua experiência formativa?

 Copiar

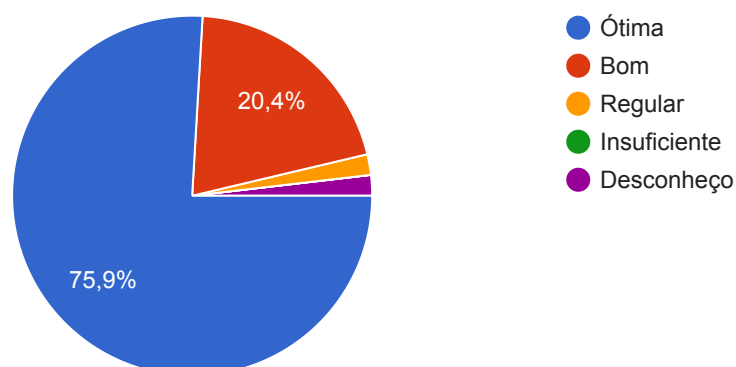
54 respostas



De um modo geral, como você avalia o modelo adotado pelo PPG para controlar fraudes e gerar bons resultados em ciência e desempenho dos estudantes?

 Copiar

54 respostas



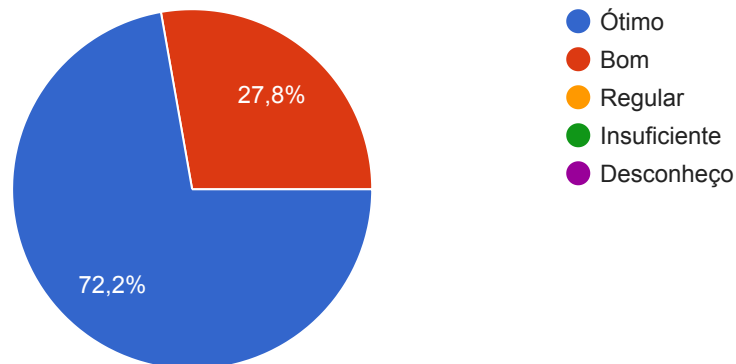
## Dimensão 9. PRODUÇÃO INTELECTUAL E PESQUISA

### Quanto ao sistema de avaliação de desempenho de estudantes em pesquisa preparatória para dissertações

Está bem definido por resolução e planejamento?

 Copiar

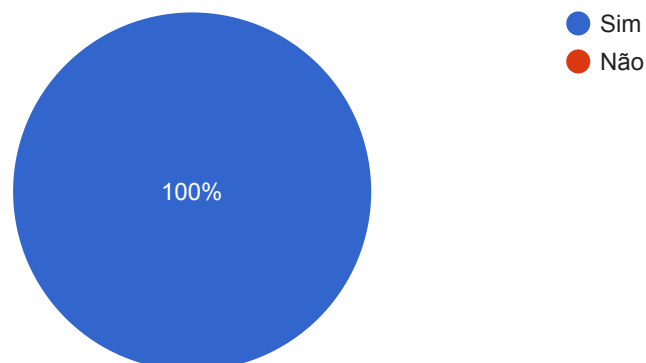
54 respostas



Tem etapas de qualificação prévia à defesa final?

 Copiar

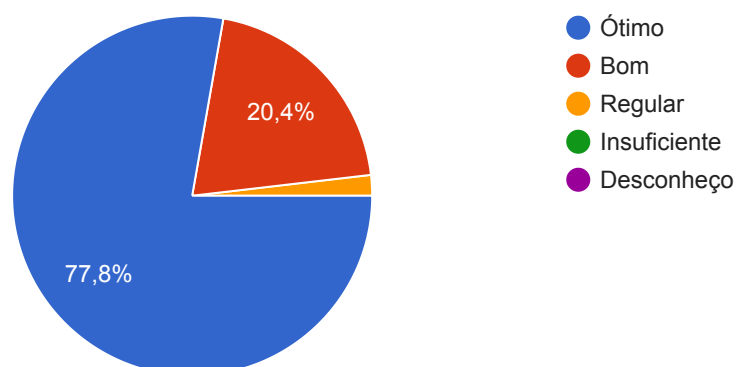
54 respostas



É adequado e suficiente para assegurar a realização do perfil desejado de egresso?

 Copiar

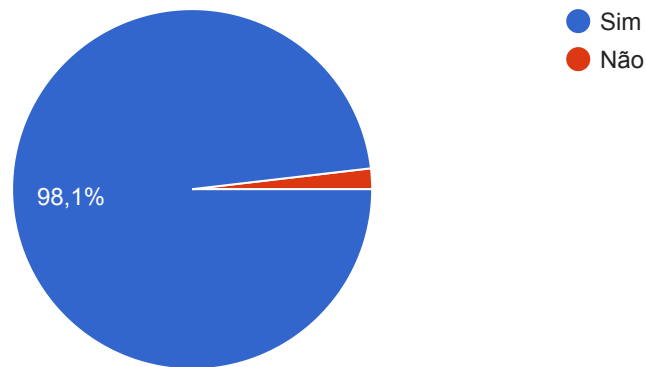
54 respostas



O PPGD tem regime definido de composição e deliberação de banca final de avaliação?

 Copiar

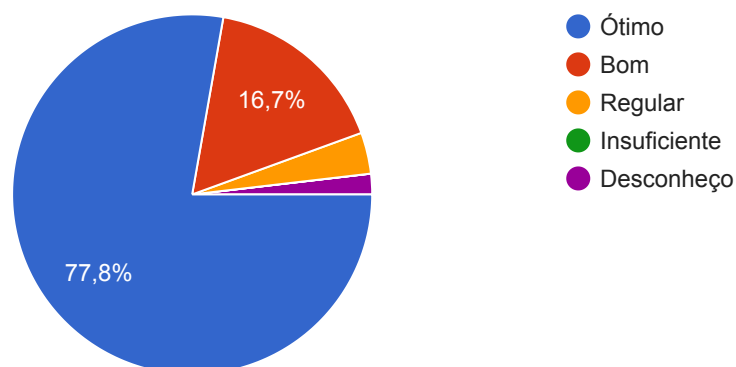
54 respostas



Como você avalia o regime definido de composição e deliberação de bancas finais de avaliação, em termos de garantia de imparcialidade, especialidade e diversidade dos integrantes das comissões avaliadoras?

 Copiar

54 respostas



## Dimensão 9. Produção e pesquisa



Quantos livros você publicou nos últimos 4 anos? (sozinho(a) ou com, no máximo, 3 autores). Escreva a referência completa.

54 respostas

0

Nenhum

Nenhum

nenhum

Não publiquei

zero

1

nenhum

Não publiquei

não publiquei

Nenhum.

SANTOS, Suzamira. R. M, As Comissões Parlamentares de Inquérito no âmbito do controle externo exercido pelo Poder Legislativo, ed.1. São Luís: Suzamira Ramos Moura Santos, 2023, v.1., p.75. E-book

Não

5

2

N/C

Zero



Quantos capítulos de livros você publicou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa.

54 respostas

Nenhum

0

1

Nenhum

nenhum

2

Somente 1

VILELA, Alex Bruno; WENCZENOVICKZ, T. J. . O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA. In: Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Desenvolvimento humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente interdisciplinar: volume 1. 1ed.Chapecó: Editora UNOESC, 2024, v. 1, p. 23-43.

Não publiquei

dois

um capítulo

publiquei em 04 (não tenho as referências)

A LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS E TELEVISITAS NO SISTEMACARCERÁRIO BRASILEIRO À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. In: Legal Tech, Artificial Intelligence and the Future of Legal Practice. 1ªed.Porto/Portugal: Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos e AFM Kraków University, 2022, v.1, p. 377-388. Referências adicionais: Portugal/Português.

AS TELEVISITAS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E OS LIMITES NA PROTEÇÃO DO DIREITO A PRIVACIDADE À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. In Ensaios sobre temas emergentes em bioética / Janaína Reckziegel, (org.). – Joaçaba: Editora Unoesc, 2022. 124 p.: il.; 23 cm

um

3

2.



SANTANA, P. C. ; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina ; BRANDÃO, R. . TAYLORISMO, FORDISMO E TOYOTISMO: A FALÊNCIA DESSES SISTEMAS DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA INDÚSTRIA FRIGORÍFICA SOB UM VIÉS TRABALHISTA HUMANISTA. In: Paulo Campanha Santana; Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Direitos humanos, cidadania e mundo do trabalho. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2024, v. 1, p. 221-244.

BRANDÃO, R.. COLONIALIDADE DO PODER NA SOCIEDADE E NO MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES BRASILEIRAS (2000 - 2022). In: THAIS JANAINA WENCZENOVICZ. (Org.). DESENVOLVIMENTO HUMANO E INTERCULTURALIDADE: DISCUSSÕES TRANSDICCIPLINARES. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2023, v. 1, p. 141-164.

CORRÊA VIEIRA, R.; BATISTA, A. COLONIALIDADE DO PODER E TRABALHO PRECÁRIO: O IMPACTO DA COVID-19 NOS NEGÓCIOS DE EMPREENDEDORAS NEGRAS. Gavagai - Revista Interdisciplinar de Humanidades, v. 9, n. 2, p. 12-27, 22 mar. 2023.

1. Livro: Desenvolvimento Humano e Interculturalidade. Org. Thaís Janína Wenczenovicz. Capítulo: "ORÇAMENTO PÚBLICO E NECROPOLÍTICA: UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO PARA POPULAÇÃO NEGRA NO PLANO PLURIANUAL 2024-2027 DO ESTADO DO MARANHÃO", Volume 2. Editora Unoesc.

SANTOS, Suzamira R. M, A Ocupação colonial e a Política da Morte. in WENCZENOVICZ, T. J. Desenvolvimento Humano e Interculturalidade, reflexões desde a práxis discente interdisciplinar, vol 2, ed.1. Joaçaba: Editora UNOESC, 2024, v.2, p. 167 - 180. E-book

VILELA, Alex Bruno; WENCZENOVICKZ, T. J. . O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DECOLONIAL NA AMÉRICA LATINA. In: Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Desenvolvimento humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente interdisciplinar: volume 1. 1ed.Chapecó: Editora UNOESC, 2024, v. 1, p. 23-43.

Não

1 capítulo

Um

13

Não publiquei

Dois.

Uma Análise da Defesa Realizada por Michael J. Sandel sobre Justiça Como Virtude e do Desenvolvimento de uma Teoria de Justiça Comunitarista. Publicado no E-book: Pensando a justiça com Aristóteles, Martha Nussbaum, John Rawls / organizadores Robison Tramontina, Irenice Tressoldi, Izabelle Epifânio. – Joaçaba: Editora Unoesc, 2020.

O Significado da Dignidade Humana na Teoria dos Direitos Fundamentais de Robert Alexy e suas Implicações no Regime Jurídico-Constitucional Brasileiro/ organizador Wilson Steinmetz.



Publicado no E-book: Direitos fundamentais: estudos de teoria e dogmática (II). 1. ed. Joaçaba (SC): Editora Unoesc, 2021

N/C

Zero



Quantos artigos em periódicos você publicou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa.

54 respostas

0

Nenhum

2

nenhum

CRUZ, M. A. R. C. E. ; VILELA, Alex Bruno . OS EFEITOS DO RE Nº 865.401/MG NA REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS PELOS DEPUTADOS ESTADUAIS DO MARANHÃO: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS ANOS DE 2015 E 2023. Direitos e garantias fundamentais II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI, v. 1, p. 255-273, 2024.

Nenhum

1

2 artigos em revista Qualis UNDB é um na revista Nexus

Dois

Não publiquei

SARAIVA, George Dantas. O conceito de “dia” e a execução de mandado de busca e apreensão domiciliar com a entrada em vigor da Lei nº 13.869/19 (abuso de autoridade). Revista Brasileira de Direito Público – RBDP, Belo Horizonte, ano 19, n. 74, p. 105-119, jul./set. 2021.

SARAIVA, George Dantas. Nova qualificadora do §13 do art. 129 do Código Penal (lesão corporal por razões da condição do sexo feminino) – Adequação típica e suas consequências na Delegacia de Polícia. Revista Fórum de Ciências Criminais – RFCC, Belo Horizonte, ano 9, n. 18, p. 133-140, jul./dez. 2022.

Estou iniciando agora as primeiras publicações com auxílio dos professores nas disciplinas.

dois

Dois

apenas um artigo publicado - discente novata

publiquei em 02 anais (não tenho a referência)



não publiquei

um

BRANDÃO, R.; MONTANHANA, B. C. . Tema 1.046 do STF: o direito fundamental ambiental do trabalho e a impossibilidade de prevalência de negociação coletiva restritiva sobre adicional de insalubridade frente à Súmula nº 448 do TST. REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, v. 90, p. 194-209, 2024.

zero

SANTOS, S. R. M. OS REQUISITOS CONSTITUCIONAIS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOB A ÓTICA DE LIMITES AO PODER LEGISLATIVO. REVISTA DE ESTUDOS LEGISLATIVOS. Recife.v.1, p.65 - 69, 2024.

SANTOS, M. V.; BOITA, R. K. ; RE, J. A. . Novos Adornos da Justiça e os Impactos no Modelo ? Civil Law?. Revista de Derecho, Cultura y Proceso: de la complejidad social a la experiencia jurídica, v. 2, p. 143-157, 2024.

SANTOS, M. V.; FREITAS, M. M. D. . Instrumentos Processuais Tributários Como Mecanismo Garantidor de Direitos do Contribuinte. Revista de Derecho, Cultura y Proceso: de la complejidad social a la experiencia jurídica, v. 2, p. 113-142, 2024.

ROSA, M. M.; FREITAS, M. M. D. . Vesting Empresarial: limites entre a relação de emprego e a participação societária.

1 artigo

Nenhum. Agora terei.

<https://ambitojuridico.com.br/interferencia-politica-na-escolha-de-membros-do-poder-judiciario-e-do-ministerio-publico>.

<https://ambitojuridico.com.br/hipoteses-supralegais-em-que-stf-e-stj-autorizam-aborto>.

4

N/C

Zero



Quantos resumos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa.

54 respostas

0

Nenhum

2

nenhum

Nenhum

zero

1

4

01

CAVALCANTI, Nanderton Barbosa. O IMPACTO DO CORONAVÍRUS NO SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS.. In: Anais do Congresso de Ciências Forenses e Criminologia. Anais...Recife(PE) Online, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/congressodeforense/439577-O-IMPACTO-DO-CORONAVIRUS-NO-SISTEMA-PRISIONAL--UMA-ANALISE-SOB-A-OTICA-DOS-DIREITOS-HUMANOS>. Acesso em: 24/09/2024;

CAVALCANTI, Nanderton Barbosa. LIBERDADE E DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO PROJETO "ESCOLA SEM PARTIDO".. In: Anais do X Congresso ABraSD - Recife - 2019 Anais...Recife(PE) Online, 2020. P. 514 e 515. Disponível em: [https://www.abrasd.com.br/\\_files/ugd/203511\\_556b3e0510a44605b9607a12db5dac2d.pdf](https://www.abrasd.com.br/_files/ugd/203511_556b3e0510a44605b9607a12db5dac2d.pdf) Acesso em: 24/09/2024;

Não publiquei

nenhum

Estou iniciando agora as publicações.

Dois

publiquei 01 resumo (não tenho a referencia)

AS TELEVISITAS NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E OS LIMITES NA PROTEÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE



DA PESSOA HUMANA, 2021. (Seminário, Apresentação de Trabalho).

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital; Local: UNOESC; Cidade: Chapecó-SC; Evento: noll Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's); Inst. promotora/financiadora: Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc.

DIREITO FUNDAMENTAIS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO SISTEMA PENAL: Uma análise crítica da restrição da liberdade aplicada no período da calamidade pública (COVID-19) ,2021. (Seminário, Apresentação de Trabalho).

Referências adicionais: Brasil/Português; Local: ON LINE; Cidade: VITÓRIA-ES; Evento: I SEMINÁRIO DE PESQUISA EEXTENSÃO FDV E UNOESC; Inst. promotora/financiadora: Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória e pelo Programa de Pós-graduação em Direitos Fundamentais da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

2.

BRANDÃO, R.. O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE. 2024. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

não

Agora terei publicações.

Não publiquei

Ao menos 4

VI Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais: Diálogos Hispano-Brasileiros, do PPGD da Unoesc.

V Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas” (GEPs) do Programa de Pós-graduação em Direito da Unoesc (26.07.2024)

IV Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas do Programa de Pós-graduação em Direito da Unoesc (29/09/2023)

X Jornada Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia (27.10.2023) pela Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia e Faculdade de Direito de Vitória (27.10.2023)

N/C

Zero



Quantos resumos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa.

54 respostas

0

Nenhum

2

nenhum

1

Nenhum

zero

4

01

CAVALCANTI, Nanderton Barbosa. O IMPACTO DO CORONAVÍRUS NO SISTEMA PRISIONAL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS.. In: Anais do Congresso de Ciências Forenses e Criminologia. Anais...Recife(PE) Online, 2021. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/congressodeforense/439577-O-IMPACTO-DO-CORONAVIRUS-NO-SISTEMA-PRISIONAL--UMA-ANALISE-SOB-A-OTICA-DOS-DIREITOS-HUMANOS>. Acesso em: 24/09/2024;

CAVALCANTI, Nanderton Barbosa. LIBERDADE E DEMOCRACIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DO

PROJETO "ESCOLA SEM PARTIDO".. In: Anais do X Congresso ABraSD - Recife - 2019

Anais...Recife(PE) Online, 2020. P. 514 e 515. Disponível em:

[https://www.abrasd.com.br/\\_files/ugd/203511\\_556b3e0510a44605b9607a12db5dac2d.pdf](https://www.abrasd.com.br/_files/ugd/203511_556b3e0510a44605b9607a12db5dac2d.pdf)

Acesso em: 24/09/2024;

Não publiquei

nenhum

Estou iniciando agora as publicações.

quatro

Dois

não lembro



não publiquei

2.

BRANDÃO, R.. O DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE. 2024. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

não

Agora terei.

Não publiquei

Ao menos 4

VI Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais: Diálogos Hispano-Brasileiros, do PPGD da Unoesc.

V Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas” (GEPs) do Programa de Pós-graduação em Direito da Unoesc (26.07.2024)

IV Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas do Programa de Pós-graduação em Direito da Unoesc (29/09/2023)

X Jornada Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia (27.10.2023) pela Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia e Faculdade de Direito de Vitória (27.10.2023)

N/C

Zero



Quantos trabalhos completos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos?  
Escreva a referência completa.

54 respostas

0

Nenhum

nenhum

2

Nenhum

zero

não publiquei

Nenhum

01

Não publiquei

nenhum

Estou iniciando agora as publicações.

quatro

0.

MONTANHANA, B. C. ; BRANDÃO, R. . OS REFLEXOS DO SEXISMO ESTRUTURAL NO MERCADO DE TRABALHO: BRASIL (2000 - 2023). 2024. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

não

Agora terei.

Não publiquei

1

N/C



Zero

Quantos eventos você organizou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa.

54 respostas

0

Nenhum

Nenhum

nenhum

nenhum

zero

Não organizei

Nenhum.

cinco

Organizo os eventos da ANOREG/MT ( não tenho as referências).

0.

1 - VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais ( Comissão Organizadora)

Não organizei evento, mas participei de três.

1

N/C

Zero

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários





# Avaliação Geral - Doutorandas e Doutorandos

42 respostas

[Publicar análise](#)

## COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD UNOESC

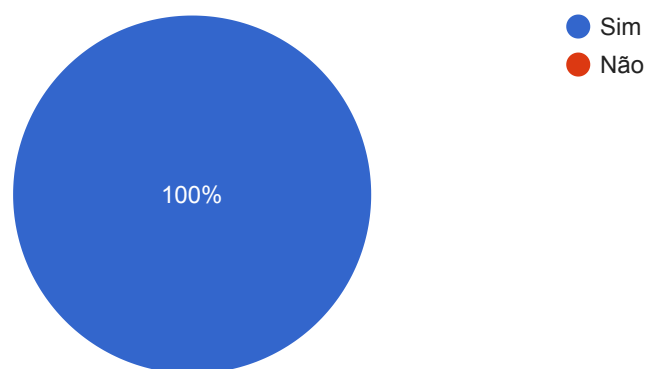
### Dimensão 1 - AUTOAVALIAÇÃO

O PPGD tem política de avaliação adequada para :

Avaliar a realização do planejamento do PPG?

 Copiar

42 respostas



### Dimensão 4 - PROPOSTA DO PROGRAMA

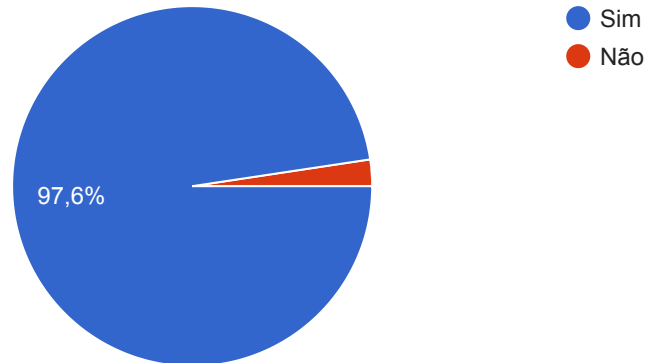


### A seu ver, a atual estrutura curricular:

 Copiar

Realiza os objetivos formativos do PPG?

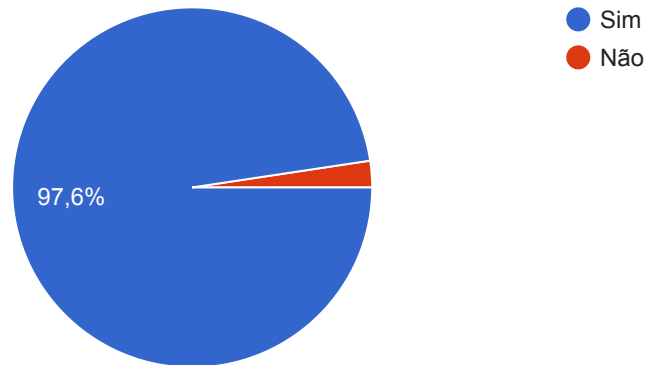
42 respostas



Permanece atual?

 Copiar

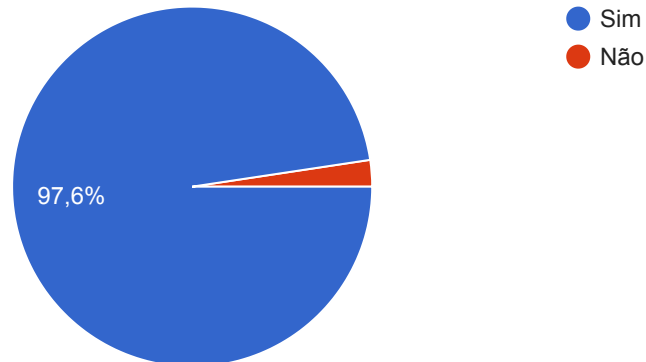
42 respostas



Tem carga horária suficiente?

 Copiar

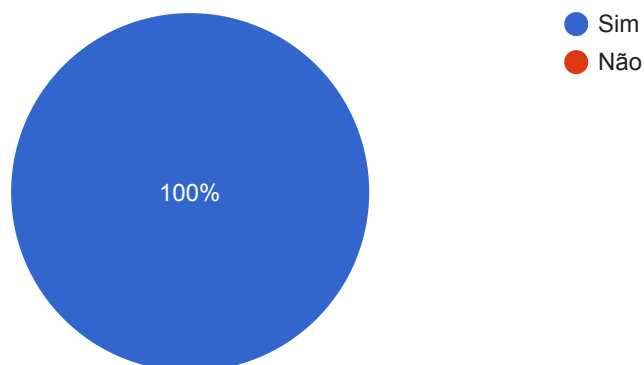
42 respostas



É suficientemente especializada?

 Copiar

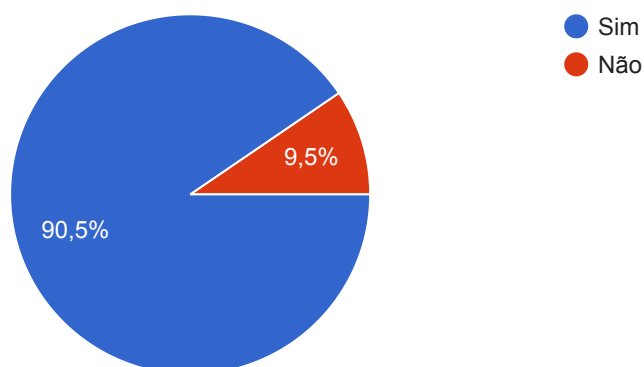
42 respostas



É suficientemente flexível?

 Copiar

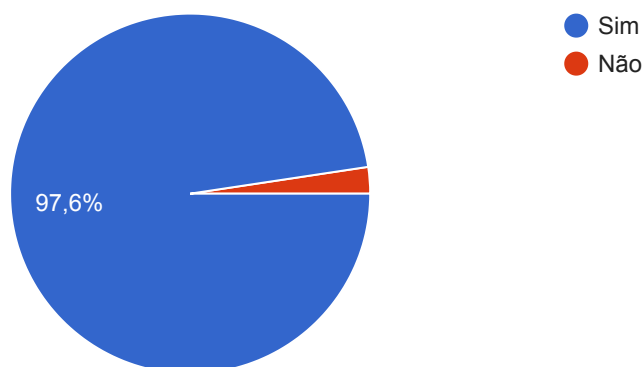
42 respostas



A seu ver, a bibliografia das disciplinas evidencia a evolução mais recente do conhecimento no campo de estudos, em termos nacionais e internacionais?

 Copiar

42 respostas



### Dimensão 3. GOVERNANÇA E INFRAESTRUTURA

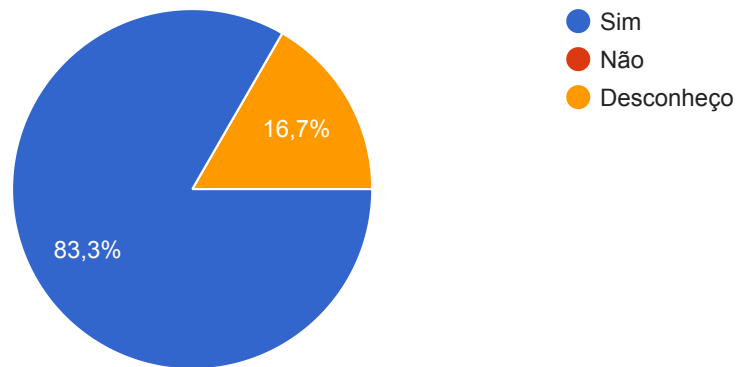
Coordenação e Secretaria Administrativa:



As competências e composição da **Coordenação** do Programa estão previstas em regimento?

 Copiar

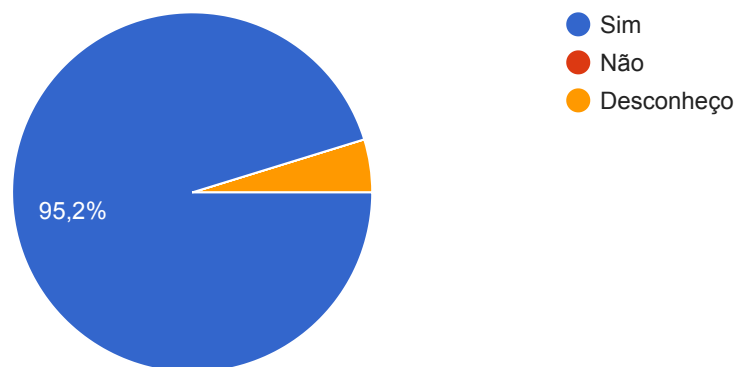
42 respostas



As instalações administrativas da **Coordenação** do Programa são adequadas?

 Copiar

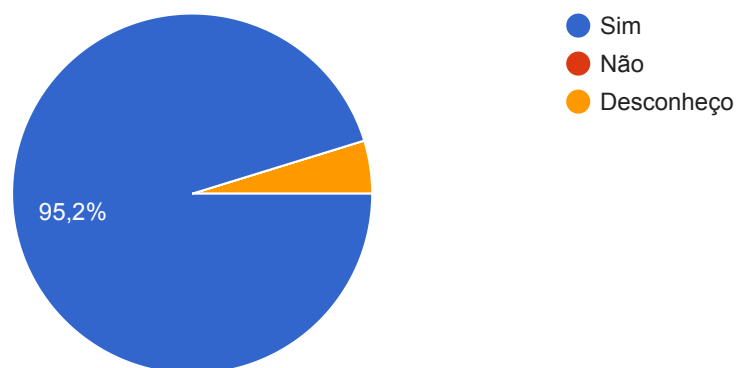
42 respostas



A **equipe de apoio administrativo** é suficiente?

 Copiar

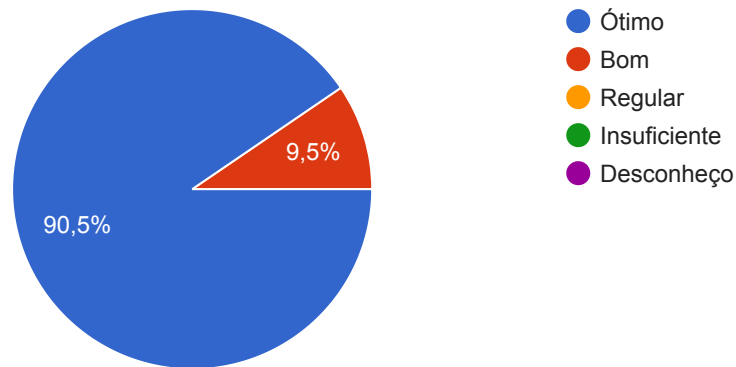
42 respostas



A **equipe de apoio administrativo** é qualificada para as funções do programa?

 Copiar

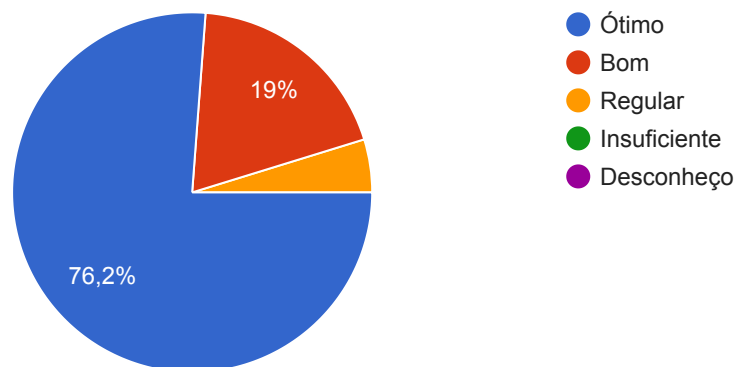
42 respostas



As instalações administrativas da **Secretaria Administrativa** são adequadas?

 Copiar

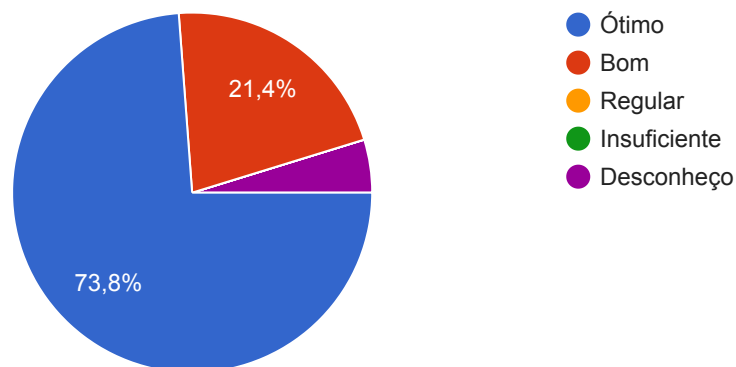
42 respostas



Como você avalia a eficiência do modelo atual de agendamentos e atendimentos da **Coordenação**?

 Copiar

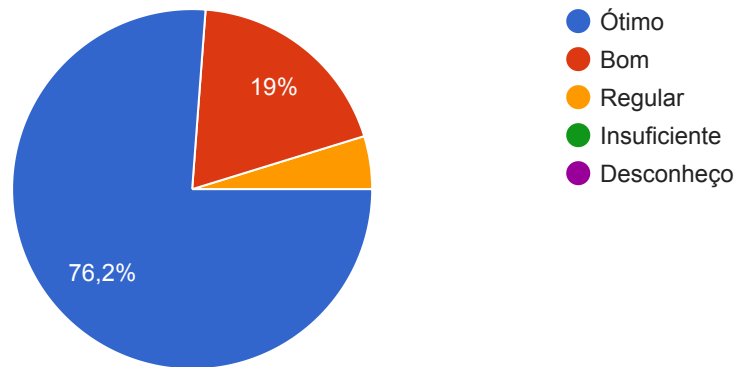
42 respostas



Como você avalia a celeridade, adequação e objetividade dos encaminhamentos da **Coordenação**?

 Copiar

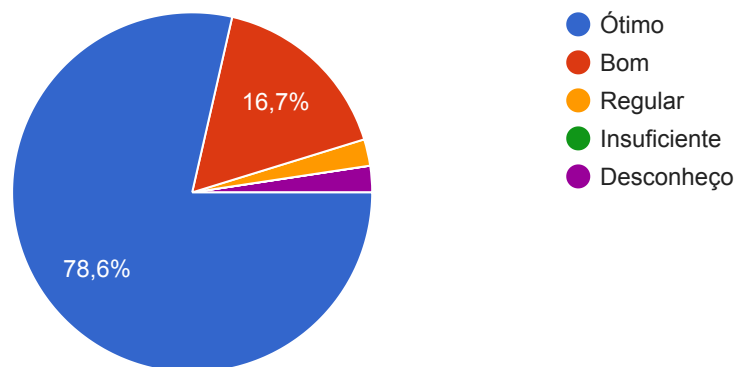
42 respostas



Como você avalia a eficiência do modelo atual de agendamentos e atendimentos da **Secretaria Administrativa**?

 Copiar

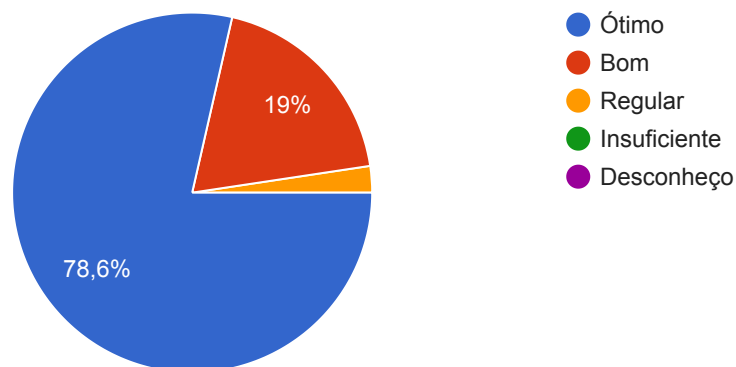
42 respostas



Como você avalia a celeridade, adequação e objetividade dos encaminhamentos da **Secretaria Administrativa**?

 Copiar

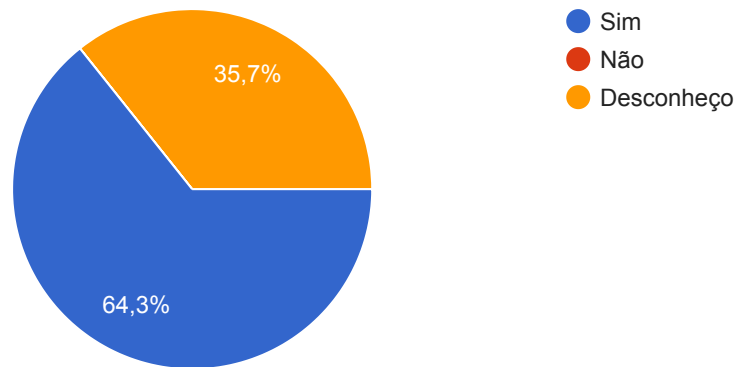
42 respostas



A Coordenação conta com **Comissões de apoio** ao planejamento e autoavaliação?

 Copiar

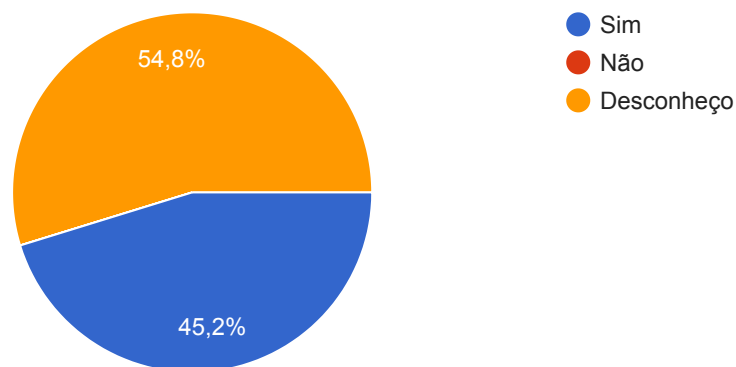
42 respostas



As competências e composição das **Comissões de apoio** estão previstas em regimento?

 Copiar

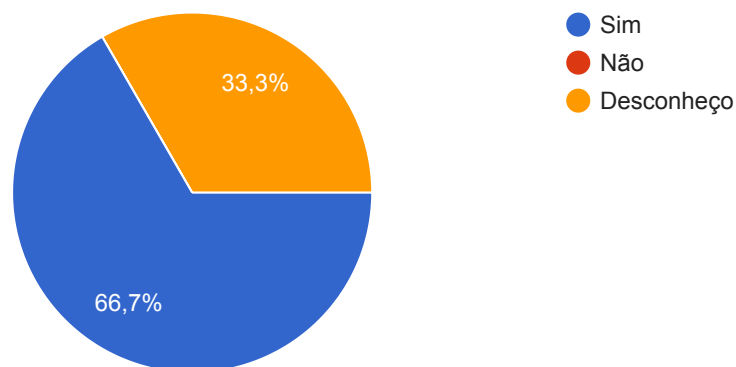
42 respostas



A CAA - **Comissão de Autoavaliação** tem participação de todos os atores avaliados?

 Copiar

42 respostas



## DIMENSÃO 8 - FORMAÇÃO E EGRESSOS

Sobre a qualidade das aulas

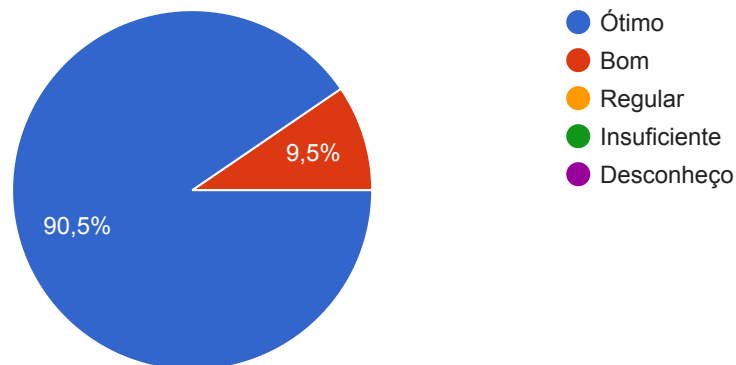


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

Domínio do conteúdo pelos docentes:

42 respostas

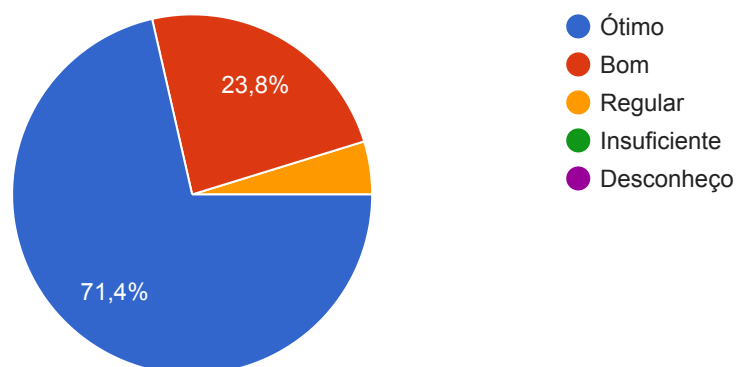


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

O programa e o Plano de Aulas

42 respostas

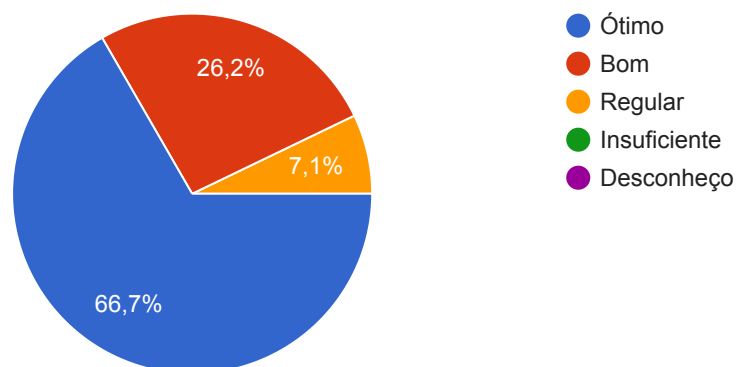


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

A metodologia adotada para os encontros

42 respostas

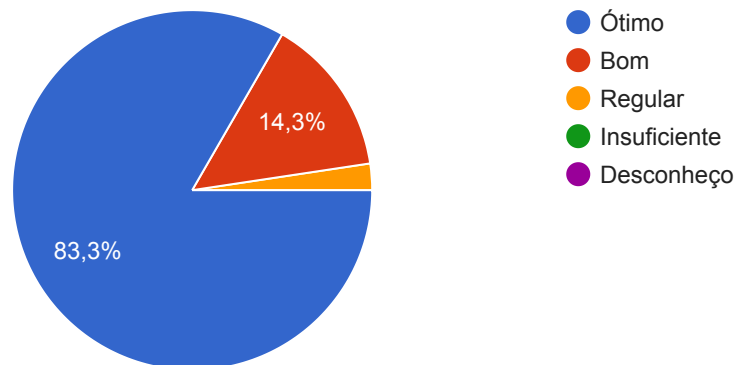


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

O aprofundamento, a especialidade técnica e a análise crítica :

42 respostas

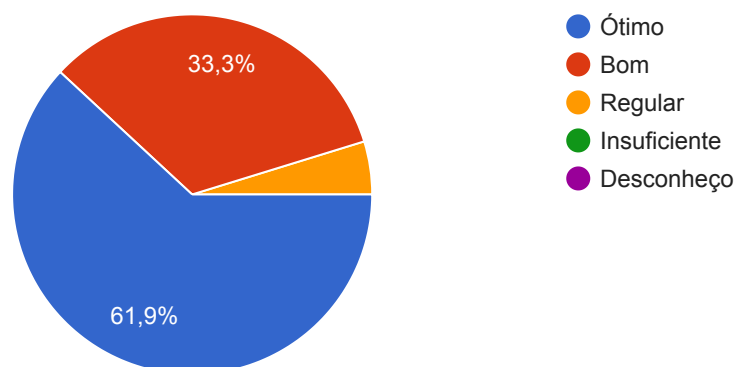


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

As formas de avaliação:

42 respostas

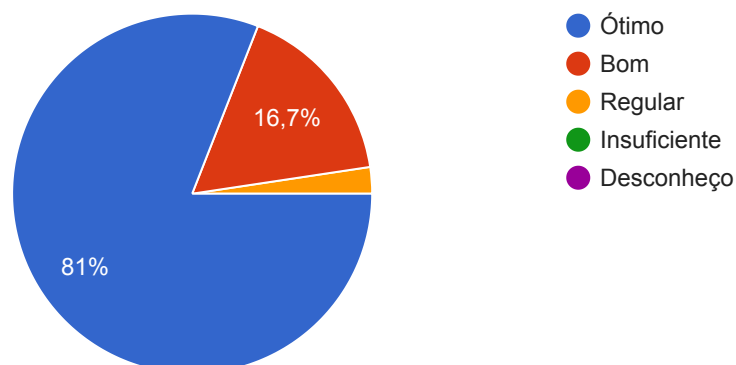


**Qual é o conceito que você atribui para:**

 Copiar

O ambiente de respeito e trato pessoal :

42 respostas

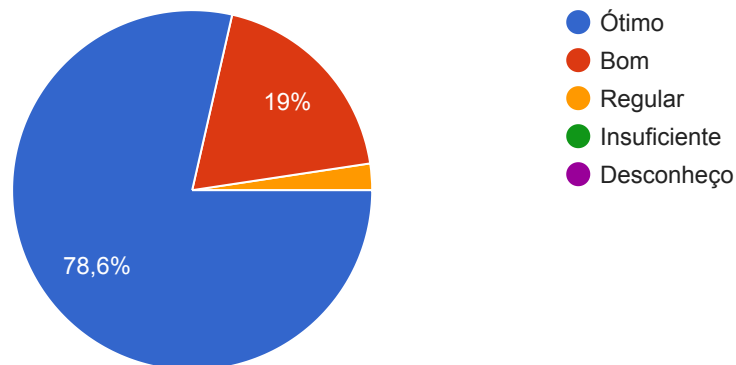


## Qual é o conceito que você atribui para:

 Copiar

Os resultados de aprendizagem :

42 respostas



## Comentários adicionais

2 respostas

Estou muito satisfeito com o Programa.

Falta disciplinas de direito civil e penal, quando tem penal foca muito em psicanalise. Assim, acabamos optando por disciplinas optativas, como trabalho, previdência e tecnologia da informação que não contribuem diretamente para a formação de algumas dissertações ou tese de alguns discentes afetos a penal. Poderia estender as opções de optativas com disciplinas afetas a direitos fundamentais ou direitos humanos.

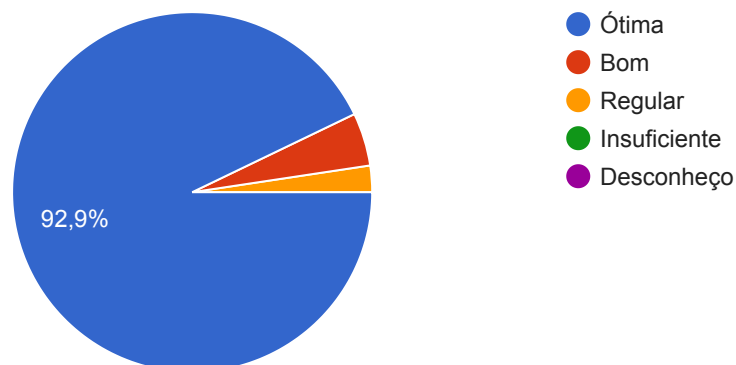
## PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DA ORIENTAÇÃO



Qual é o conceito que você atribui para a comunicação interpessoal com seu/sua orientador(a)?

 Copiar

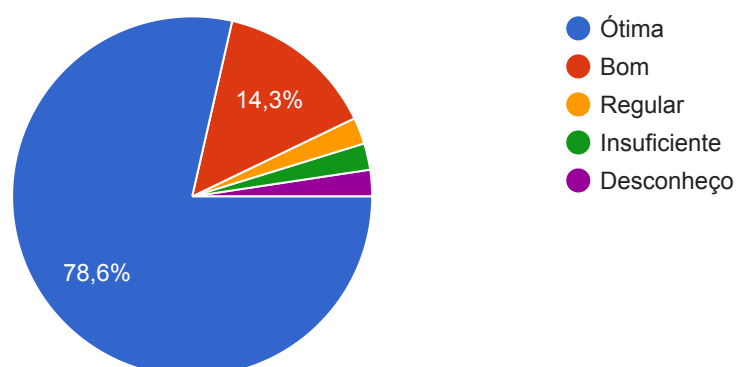
42 respostas



A frequência que você recebe orientações e acompanhamento do(a) seu(sua) orientador(a)

 Copiar

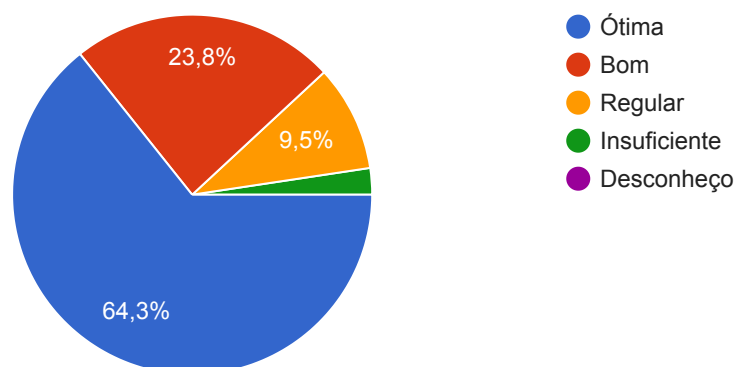
42 respostas



A frequência que você busca orientações e acompanhamento do(a) seu(sua) orientador(a):

 Copiar

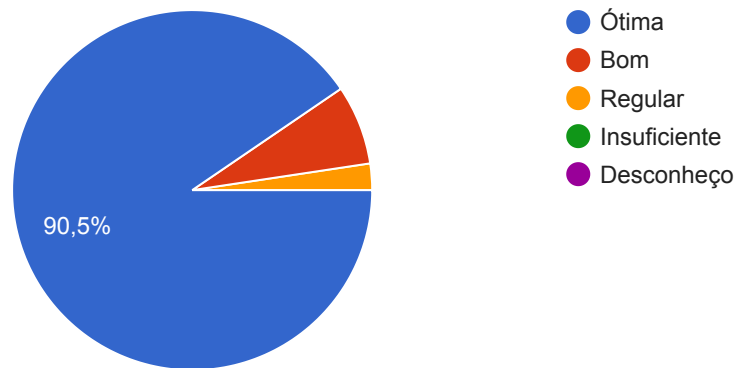
42 respostas



O comprometimento de seu/sua orientador(a) com o seu desenvolvimento e com o desenvolvimento de seus estudos?

 Copiar

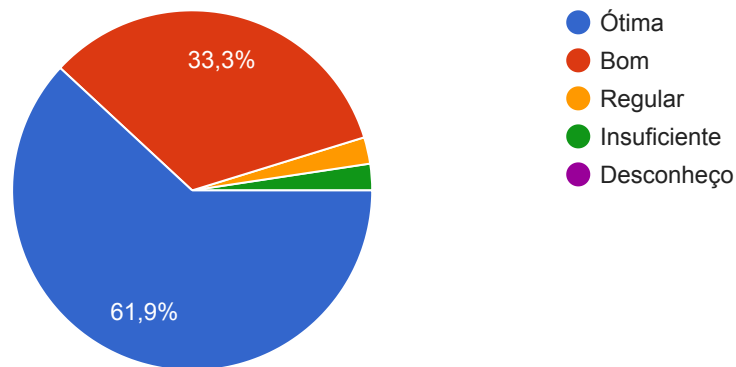
42 respostas



O seu comprometimento nas atividades recomendadas por seu/sua orientador(a)

 Copiar

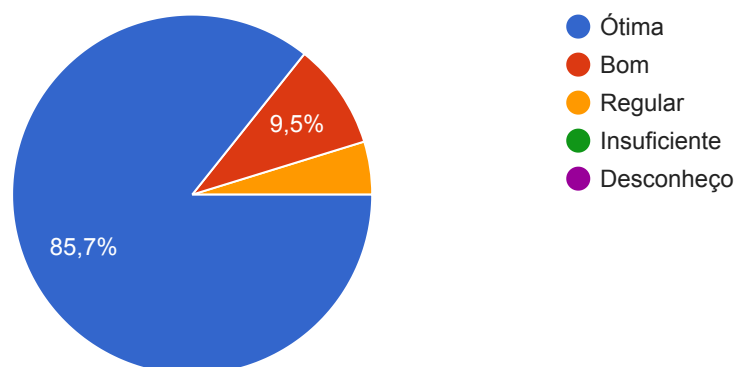
42 respostas



A qualidade das atividades e das experiências formativas de seu Grupo de Pesquisa?

 Copiar

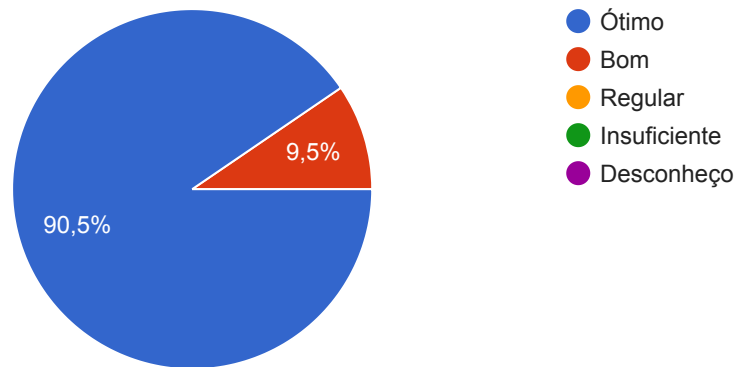
42 respostas



O domínio do seu(sua) orientador(a) sobre o assunto de seu tema de pesquisa?

 Copiar

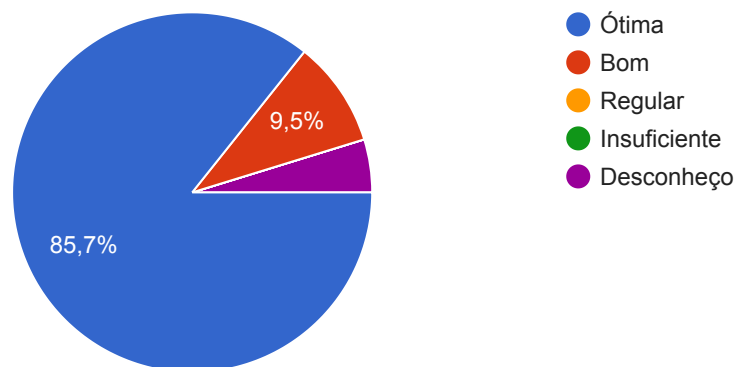
42 respostas



A contribuição da orientação para o desenvolvimento de seu trabalho final.

 Copiar

42 respostas

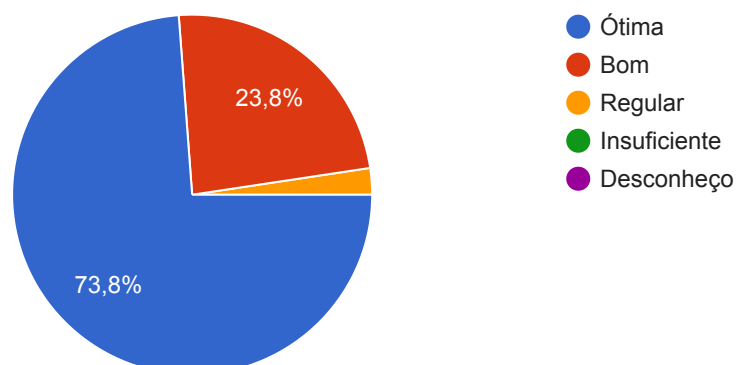


## EXPERIÊNCIA FORMATIVA

De um modo geral, e considerando sua evolução individual, como você avalia sua experiência formativa no doutorado?

 Copiar

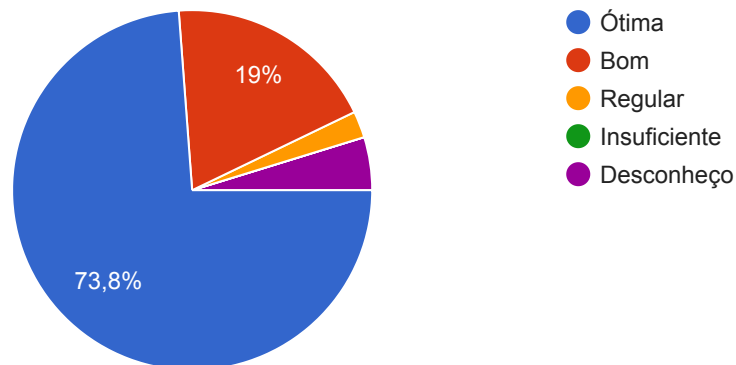
42 respostas



De um modo geral, como você avalia o modelo adotado pelo PPG para controlar fraudes e gerar bons resultados em ciência e desempenho dos estudantes?

 Copiar

42 respostas



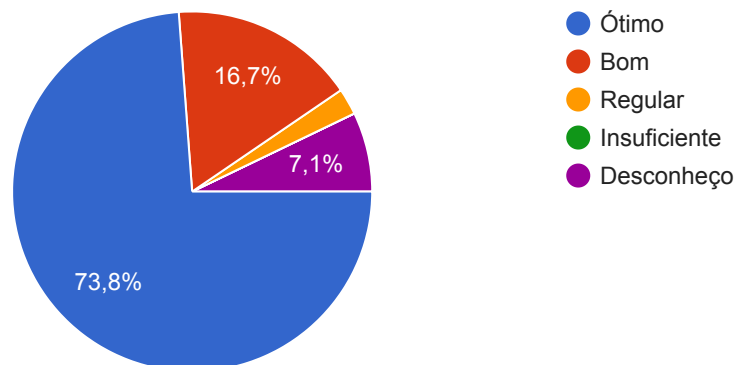
### Dimensão 9. PRODUÇÃO INTELECTUAL E PESQUISA

**Quanto ao sistema de avaliação de desempenho de estudantes em pesquisa de tese**

Está bem definido por resolução e planejamento?

 Copiar

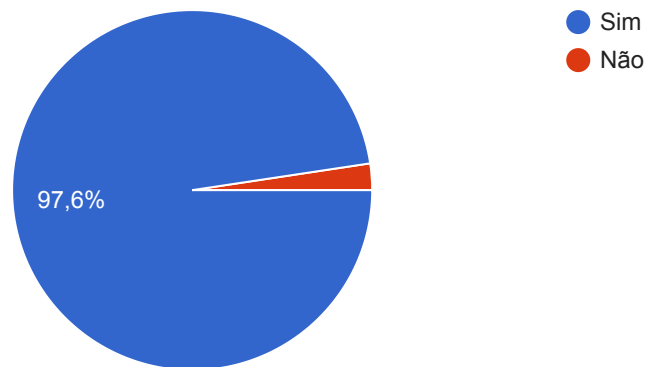
42 respostas



Tem etapas de qualificação prévia à defesa final?

 Copiar

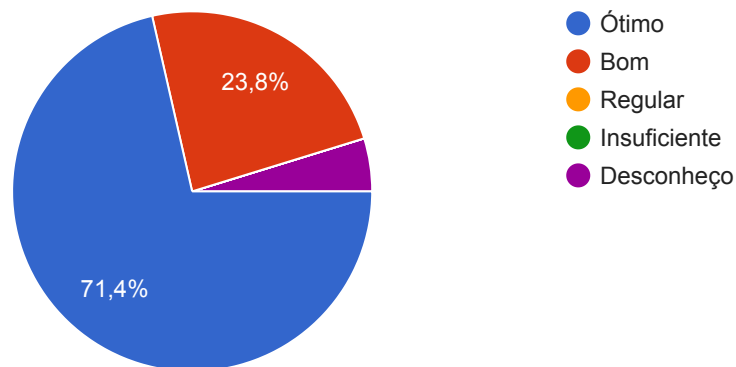
42 respostas



É adequado e suficiente para assegurar a realização do perfil desejado de egresso?

 Copiar

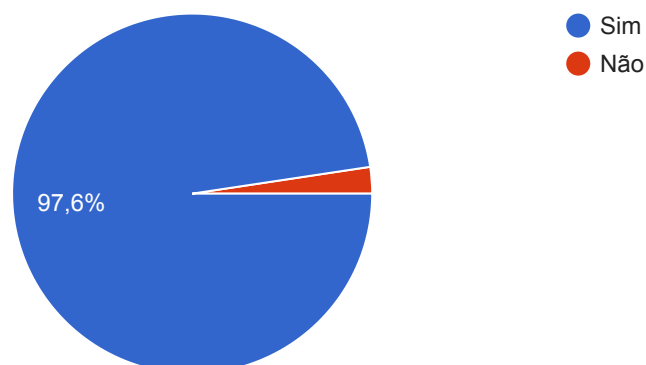
42 respostas



O PPGD tem regime definido de composição e deliberação de banca final de avaliação?

 Copiar

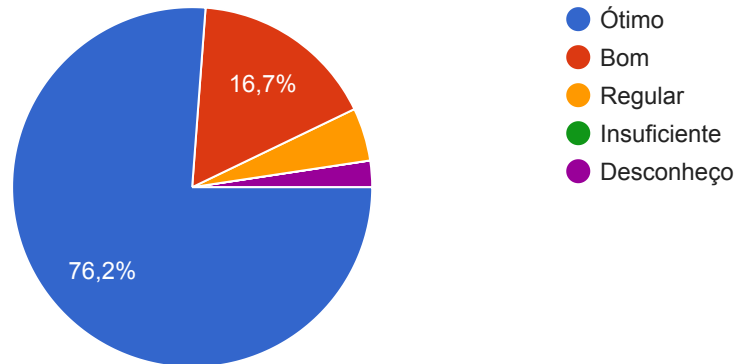
42 respostas



Como você avalia o regime definido de composição e deliberação de bancas finais de avaliação, em termos de garantia de imparcialidade, especialidade e diversidade dos integrantes das comissões avaliadoras?

 Copiar

42 respostas



Quantos livros você publicou nos últimos 4 anos? (sozinho ou com, no máximo, 3 autores). Escreva a referência completa

42 respostas

0

Nenhum

1

2

nenhum

1.

MOLLER, G. S.. Proteção à moradia adequada pelo processo estrutural: litígios e comportamento das Cortes. 1. ed. Londrina: Toth, 2021. v. 1. 375p .

2.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1. ed. Joaçaba: Unoesc, 2021. 294p .

3.

MOLLER, G. S.; TRINDADE DOS SANTOS, P.J . Repensando a ciência do processo na busca da tutela judicial efetiva: a (necessária) passagem do paradigma moderno ao paradigma da complexidade. 168. ed. Joaçaba: Unoesc, 2020.

4.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J . Direito à cidade & democracia: sociedade de consumo e contexto de pandemia (os desafios decorrentes do processo de gentrificação e as urgências do livre desenvolvimento da personalidade). 1. ed. Joaçaba: Unoesc, 2020. v. 1. 214p .

1 . COSTA, Benedito Antonio da. Gestão Participativa dos riscos & cidades sustentáveis. Belo Horizonte: Fórum, 2024.

Publicado em 2022: ERROVIA EM MATO GROSSO Impressão sob demanda (capa comum) – Edição padrão, 9 fevereiro 2022 Edição Português por GUSTAVO NAHSAN (Autor) Editora : UICLAP (9 fevereiro 2022) Idioma : Português Impressão sob demanda (capa comum) : 90 páginas  
ISBN-10 : 6590052700 ISBN-13 : 978-6590052704 Dimensões : 21 x 15.7 x 0.6 cm

Em fase de finalização para publicação em 2024, versão prévia: POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RENÚNCIAS DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS Impressão sob demanda (capa comum) – Edição padrão, 14 setembro 2024 Edição Português por GUSTAVO NAHSAN (Autor) Editora : UICLAP



(14 setembro 2024) Idioma : Português Impressão sob demanda (capa comum) : 172 páginas ISBN-10 : 6598134307 ISBN-13 : 978-6598134303 Dimensões : 21 x 15.7 x 1 cm

Um, sozinho.

1. TRAMONTINA, Robison. (Org.) ; TRESSOLDI, Irenice. (Org.) ; EPIFANIO, I. (Org.) . 50 anos de 'Uma Teoria da Justiça' de John Rawls: temas, problemas e interlocuções. 1. ed. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021. v. 1. 235p .

2. TRAMONTINA, Robison. (Org.) ; TRESSOLDI, Irenice. (Org.) ; EPIFANIO, I. (Org.) . Pensando a Justiça com Aristóteles, Martha Nussbaum, John Rawls. 1. ed. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. v. 1. 430p .

um

5 (cinco):

1 - SOUZA, Carlos Eduardo Silva e; ZAGO, Camila Torres; CALDEIRA, Helder (et.al.). O Direito Civil Contemporâneo e sua intersecção com os Direitos Fundamentais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024. (ISBN 978-85-519-3022-9);

2 - CALDEIRA, Helder; THEODORO, Marcelo Antônio (Orgs.) Direitos Fundamentais e Constituição: olhares contemporâneos, v. 5. 1ª ed. Curitiba, CRV, 2023. (ISBN 978-65-251-4719-2);

3 - MAZZUOLI, Valério de Oliveira; CALDEIRA, Helder (et. al.). Direitos Humanos Contemporâneos: perspectivas da proteção internacional e impactos no direito brasileiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. (ISBN 978-85-519-2230-9);

4 - CALDEIRA, Helder. Águas Turvas. 2ª ed. São Paulo: Verba Editorial, Quatro Cantos, 2021. (ISBN 978-85-994147-3-2);

5 - CALDEIRA, Helder. (Quase) Borboleta. São Paulo: Quatro Cantos, 2020. (ISBN 978-65-88672-00-6).

DA Silva, Kiane Follmann. MBL, crise política e conflitos de classe no Brasil. Ed CRV, Curitiba. 2020

zero

Publiquei 1 livro no ano de 2021, anterior ao ingresso no doutorado.

Um.

1.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de. As misérias da corrupção: o direito fundamental ao governo honesto. 1. ed. Curitiba: Instituto Memória, 2020. 250p .

SALLES, E. B. C. (Org.) ; LAZARETTI, I. K. (Org.) ; MAISONNETT, L. H. (Org.) . Direito e tecnologias emergentes: a multiplicidade dos desafios contemporâneos. 1. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch. v. 1.



LAZARETTI, ISADORA KAUANA. Sociedades e poderes: o poder intransitivo dos movimentos sociais globais como emergentes atores não estatais. 1. ed. Curitiba: CRV. v. 1. 110p .

Zero



Quantos capítulos de livros você publicou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

42 respostas

2

0

16

Nenhum

nenhum

4

OLIVEIRA, ALEXANDRE HERRERA DE; PRUX, OSCAR IVAN. A conciliação como parte do sistema multiportas de acesso aos direitos da personalidade do consumidor In: Gestão de Conflitos: A contribuição da tecnologia para os mecanismos de resolução de conflitos, ed.1. LONDRINA/PR: ENGENHO DAS LETRAS, 2021, v.1, p. 17 - 377

1.

MOLLER, GABRIELA SAMRSLA; DE MARCO, CRISTHIAN MAGNUS . AS DEFICIÊNCIAS PERCEBIDAS NA DEMOCRACIA BRASILEIRA E AS CONTRIBUIÇÕES DE JÜRGEN HABERMAS: UMA PROPOSTA PARA SE REPENSAR A DEMOCRACIA. In: Robison Tramontina; José Jorge Figueiredo dos Anjos. (Org.). Questões e desafios aos Direitos Fundamentais e ao Judiciário na Sociedade Digital : homenagem ao Desembargador Paulo Sérgio Pereira Velten. 1ed.São Luis: ESMAN, 2023, v. 1, p. 83-103.

2.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; SILVA, R. D. . A IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 5 (IGUALDADE DE GÊNERO) NOS MUNICÍPIOS DE VARGEM BONITA E JOAÇABA: ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; DA SILVA, Magda Cristiane. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça: Coletânea de artigos 2022. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2023, v. 9, p. 7-39.

3.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; BRAGA, G. . A PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE ODS: ANÁLISE DAS METAS E INDICADORES BRASILEIROS. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; DA SILVA, Magda Cristiane. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça: Coletânea de artigos 2022. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2023, v. 9, p. 41-71.

4.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; OLIARI, A. . DANO MORAL COLETIVO: A TUTELA COLETIVA CONSTITUCIONAL DOS DANOS MORAIS E O ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; DA SILVA, Magda Cristiane. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça: Coletânea de artigos 2022. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2023, v. 9, p. 207-240.



5.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TEIXEIRA, C. L. . DISCRIMINAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA: A BUSCA PELA CONCRETIZAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNEROS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA DEMOCRACIA. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Crithian Magnus; DA SILVA, Magda Cristiane. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça: Coletânea de artigos 2022. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2023, v. 9, p. 271-300.

6.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; ZAGONEL, A. . NA BUSCA POR CIDADES SUSTENTÁVEIS E INTELIGENTES: UM ESTUDO DO PLANO DIRETOR DE JOAÇABA/SC FRENTE ÀS METAS DO ODS 11. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Crithian Magnus; DA SILVA, Magda Cristiane. (Org.). <https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2023/05/Dialogos-sobre-direito-e-justica-2022.pdf>. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2023, v. 9, p. 335-364.

7.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; FELDER, T. K. . O BRASIL E AS EMPRESAS DIANTE DO OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 13 PARA A AGENDA DE 2030 DA ONU. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Crithian Magnus; DA SILVA, Magda Cristiane. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça: Coletânea de artigos 2022. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2023, v. 9, p. 365-406.

8.

MOLLER, G. S.; MARCO, C. M. . APONTAMENTOS SOBRE O ATIVISMO JUDICIAL NO PROCESSO ESTRUTURAL: DO ATIVISMO MONOLÓGICO AO DIALÓGICO. In: Eduarda Peixoto da Cunha França; Matheus Casimiro. (Org.). DIREITO E POLÍTICA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?. 1ed.Londrina/PR: Editora Toth, 2023, v. 1, p. 1-1.

9.

MOLLER, G. S.; SANTOS, P. J. T. ; RIBEIRO, D. G. . Do debate processual e desenvolvimento do processo - o contraditório como direito fundamental ao justo processo. In: Robison Tramontina; José Jorge Figueiredo dos Anjos. (Org.). Questões e Desafios aos Direitos Fundamentais e ao Judiciário na Sociedade Digital: homenagem ao Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira. 1ed.São Luís: ESMAM, 2023, v. , p. 241-268.

10.

MOLLER, G. S.; SANTOS, P. J. T. ; MARCIO, C. . A FILOSOFIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E O DIREITO FUNDAMENTAL AO PROCESSO JUSTO: JUSTIÇA PELO PROCESSO CIVIL. In: Robison Tramontina; José Jorge Figueiredo dos Anjos. (Org.). Questões e Desafios aos Direitos Fundamentais e ao Judiciário na Sociedade Digital: homenagem ao Desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira. 1ed.São Luís: ESMAM, 2023, v. , p. 268-284.

11.

MOLLER, G. S.; MATOS, L. M. . APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL PELO JUDICIÁRIO CATARINENSE E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: DA POSSIBILIDADE E DOS LIMITES. In: MÖLLER, G.S.; SILVA, M.D.; DE MARCO, C.M.. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2022, v. 1, p. 223-256.

12.

MOLLER, G. S.; PREZOTTO, L. . DA BANALIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PELO DIREITO BRASILEIRO A UMA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO CONCEITUAL: ANÁLISE A PARTIR DE SARLET, NOVAIS, SARMENTO E BARROSO. In: MÖLLER, G.S.; SILVA, M.D.; DE MARCO, C.M.. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2022, v.



1, p. 341-374.

13.

MOLLER, G. S.; BONAMIGO, J. . DIREITO À MORADIA DIGNA E POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO ESTADO NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À MORADIA NO MUNICÍPIO DE CAPINZAL-SC. In: MÖLLER, G.S.; SILVA, M.D.; DE MARCO, C.M.. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2022, v. 1, p. 375-422.

14.

MOLLER, G. S.; KIELING, T. C. . DIREITOS HUMANOS COMO LIMITAÇÃO ÉTICO ? JURÍDICA AO TRANSUMANISMO. In: MÖLLER, G.S.; SILVA, M.D.; DE MARCO, C.M.. (Org.). Diálogos sobre Direito e Justiça. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2022, v. 1, p. 455-482.

15.

MOLLER, G. S.; CANALE, T. . A Responsabilidade Civil dos Atos Autônomos da Inteligência Artificial. In: Cristiano Colombo; José Luiz de Moura Faleiros Jr.; Wilson Engelmann.. (Org.). Tutela jurídica do corpo eletrônico: novos desafios ao direito digital. 1ed.Indaiatuba: Editora Foco, 2022, v. 1, p. 1-738.

16.

MÖLLER, GABRIELA SAMRSLA; MARCO, C. M. . A RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS À MORADIA E À PERSONALIDADE: MORADIA ADEQUADA COMO REQUISITO PARA O LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE (E VICEVERSA). In: Ana Carolina Martins da Silva, Thais Janaina Wenczenovicz. (Org.). Direitos humanos, educação e políticas públicas. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2022, v. 1, p. 119-150.

17.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . Tecnologia Disruptiva e Direito Disruptivo: Compreensão do Direito em um Cenário de Novas Tecnologias. In: MIRANDA, José Eduardo de; HUPFFER, Haide Maria. (Org.). Ensino Jurídico na Era Disruptiva. 1ed.Boa Vista: IOLE, 2022, v. 1, p. 210-246.

18.

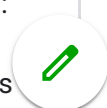
MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; SANTOS, P. J. T. . Impactos da Pandemia no Direito à Moradia e Propostas para a Proteção desse Direito em tempos de crise: da urgência de se repensar à moradia para além de um objeto de consumo.. In: Stefano Civitarese Matteucci, Paulo Junior Trindade dos Santos,Cristhian Magnus de Marco. (Org.). Liberdade, contrato e propriedade: por um direito privado contemporâneo frente à complexidade social e a experiência jurídica. 1ed.JOAÇABA: UNOESC, 2022, v. , p. 1-

19.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. . Processo Estrutural e Decolonialidade. In: Eduarda Peixoto da Cunha França , Matheus Casimiro. (Org.). Processos Estruturais no Sul Global. 1ed.Londrina: Toth, 2022, v. , p. 39-

20.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . DESVELANDO O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL A PARTIR DE UM ESTUDO SÓCIO-FILOSÓFICO DO DIREITO: UMA LEITURA A PARTIR DA CONFLITOLOGIA E SUA JUSTAPOSIÇÃO CONTEXTUAL E TEXTUAL. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 115-132.



21.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . O PROCESSO CIVIL CONSTITUCIONALIZADO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS: DA ABERTURA PROCESSUAL COMO ESPAÇO DEMOCRÁTICO PARA DEBATE. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 39-.

22.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E AS NOVAS TENDÊNCIAS AO DIREITO: O DIREITO COMO PROCESSO?. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 67-.

23.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . UMA REFLEXÃO SOBRE A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 133-.

24.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . A FILOSOFIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E O DIREITO FUNDAMENTAL AO PROCESSO JUSTO: JUSTIÇA PELO PROCESSO CIVIL. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 159-.

25.

MOLLER, G. S.; TRINDADE DOS SANTOS, P.J ; DE MARCO, C.M. . FILOSOFIA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL: NOVOS ATORES SOCIAIS PARA UM NOVO CPC. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 179-.

26.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . DO DEBATE PROCESSUAL E DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO: O CONTRADITÓRIO COMO DIREITO FUNDAMENTAL AO JUSTO PROCESSO. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 203-.

27.

MOLLER, G. S.; TRINDADE DOS SANTOS, P.J ; DE MARCO, C.M. . MEDIDAS ESTRUTURANTES PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À MORADIA: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CIDADE. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 251-.



28.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . ARBITRAGEM E SEUS REFLEXOS JURISDICIONAIS: UMA LEITURA A PARTIR DO ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. In: MOLLER, Gabriela Samrsla; DE MARCO, Cristhian Magnus; TRINDADE DOS SANTOS, Paulo Junior. (Org.). Constitucionalização do direito processual: entre (des)leituras e possibilidades contextuais para o direito. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 276-.

29.

MOLLER, G. S.; SANTOS, P. J. T. . Por uma nova racionalidade (complexa) ao direito: bases para se (re)pensar o direito. In: Paulo Junior Trindade dos Santos; Cristhian Magnus de Marco; Vinícius Almada Mozetic. (Org.). Liberdade, contrato e propriedade: da ressignificação dos pilares dos Direitos Fundamentais Civis frente a sociedade da incerteza (entre espetáculo e informação). 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 1-334.

30.

MOLLER, G. S.; RIZZARDO FILHO, A. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . Os negócios jurídicos em formato de rede: entre a boa-fé e a contratualização da vida. In: Paulo Junior Trindade dos Santos; Cristhian Magnus de Marco; Vinícius Almada Mozetic. (Org.). Liberdade, contrato e propriedade: da ressignificação dos pilares dos Direitos Fundamentais Civis frente a sociedade da incerteza (entre espetáculo a informação). 2ed.Joaçaba: Unoesc, 2020, v. 1, p. 1-334.

31.

MOLLER, G. S.; TRINDADE DOS SANTOS, P.J ; RIBEIRO, D. G. . Do Debate Processual e Desenvolvimento do Processo: o contraditório como direito fundamental ao justo processo. In: JOBIM, Marco Félix; VITORELLI, Edilson; OSNA, Gustavo; ZANETI JR. Hermes; REICHELTL, Luis Alberto; ARENHART, Sérgio Cruz.. (Org.). Coletivização e Unidade do Direito. 1ed.: Toth, 2020, v. 2, p. 1-624.

32.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . A Teoria da Justiça Revisitada pela Teoria da Injustiça:. In: GUERINI; Luiz Guilherme; VAILATTI, Natálie; TRAMONTINA, Robison.. (Org.). Temas de Filosofia da Justiça. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2020, v. , p. 1-142.

33.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . Medidas estruturantes para a efetivação do direito humano à moradia: desenvolvimento sustentável e cidade. In: DUARTE, Fernanda, et. Al.. (Org.). Escritos sobre direito, cidadania e processo : discursos e práticas. 1ed.Niterói / RJ: Núcleo de Ciências do Poder Judiciário, 2020, v. 3, p. 1-476.

34.

MOLLER, GABRIELA SAMRSLA; MARCO, C. M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J. . DEMOCRACIA RADICAL E NOVOS ESTÍMULOS JUNTO AOS SISTEMAS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS. In: s Elda Coelho de Azevedo Bussinguer; Robison Tramontina; Bruno Meneses Lorenzetto. (Org.). Direitos fundamentais e democracia. 1ed.Vitória: FDV Publicações, 2020, v. 1, p. 169-204.

5

1. COSTA, Benedito Antonio da. A família democrática de Tocqueville a Giddens: a espiritualização do conceito de família na democracia. In: Carlos Eduardo Silva e Souza, Julia



Natália Araújo Santos. (Org.). Estudos de Direito Civil Contemporâneo - 2020. 1ed.: Editora Lumen Juris, 2020, v. 1, p. 231-.

1 capítulo.

Referência:

A reinterpretção do artigo 142 da Constituição Federal de 1988: uma análise pelo fenômeno da psicologia das massas. In: Handel Martins Dias; Anizio Pires Gavião Filho; Rogério Gesta Leal.. (Org.). Coletânea do VIII Seminário Internacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis. 1ed.São Paulo: Editora Dialética, 2024, v. 1, p. 299-314.

Capítulo de livro 1

NAHSAN, G. P. S.; TEODORUS, R. . PELA COVID-19: RESTRIÇÕES ÀS GARANTIAS INDIVIDUAIS E A AUSÊNCIA DE NORMAS GERAIS ESTRUTURADAS. In: ROSÂNGELA ANGELIN CHARLISE, PAULA COLET GIMENEZ, LUANA MAÍRA MOURA DE ALMEIDA. (Org.). DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE DIREITO E SOCIEDADE. 2ed.Santo Ângelo RS: Edu URI, 2022, v. 1, p. 1-510.

Capítulo de livro 2

NAHSAN, G. P. S.; TEODORUS, R. . OS DIREITOS DOS IDOSOS EM TEMPO DE PANDEMIA CAUSADO PELA COVID-19: RESTRIÇÕES ÀS GARANTIAS INDIVIDUAIS E A AUSÊNCIA DE NORMAS GERAIS ESTRUTURADAS.. In: ROSÂNGELA ANGELIN CHARLISE, PAULA COLET GIMENEZ, LUANA MAÍRA MOURA DE ALMEIDA. (Org.). DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE DIREITO E SOCIEDADE. 1ed.Santo Ângelo ? RS: EdiUri, 2022, v. 1, p. 1-510.

Tenho mais:

2 capítulos de livros aprovados em 2024 pela ed.Santo Ângelo RS: EdiUri para ser publicado  
2 capítulos em livros diferentes para serem publicados com os professores Robison Tramontina - aprovado em 2024 e Cristian Magnus, aprovado em 2024  
1 capítulo aprovado em 2024, aguardando publicação pela FDV de Vitória,.

Nenhum

10 - <http://lattes.cnpq.br/5910406786475583>

3

1.AZEVEDO, ANDERSON SOBRAL DE. O Tratamento dos Crimes contra o Sistema de Telecomunicações pelos Tribunais Superiores. In: Denise Hammerschmidt. (Org.). Comentários às Leis Penais e Processuais Penais. Curitiba: Juruá, 2023.

2. AZEVEDO, ANDERSON SOBRAL DE. Princípios de Justiça e Cooperação Social: Do Monismo ao Dualismo Moral. In: Robson Tramontina; José Jorge Figueiredo dos Anjos. (Org.). Princípios de Justiça e Cooperação Social: Do Monismo ao Dualismo Moral. 1ed.São Luís/MA: Editora ESMAM, 2022, v. , p. 79-92.

3. AZEVEDO, ANDERSON SOBRAL DE. A Urbanização brasileira - resenha. In: Cristhian Magnus De Marco. (Org.). Cidades sustentáveis, desenvolvimento e direitos fundamentais. 1ed.Chapecó: Editora UNOESC, 2022, v. 1, p. 7-17.

1. TRESSOLDI, Irenice.; DUARTE, B. . O enfoque das capacidades de Martha Nussbaum como uma perspectiva para superação de desigualdades de gênero e da violência doméstica contra a mulher. In: Michelle de Souza Gomes Hugill; Salette Silva Sommariva; Grazielly Alessandra



Baggenstoss; Adriano Beiras; Poliana Ribeiro dos Santos. (Org.). SISTEMA DE JUSTIÇA, GÊNERO E DIVERSIDADES: Estudos e práticas sobre violências domésticas, familiares e acesso à justiça. 1ed.Florianópolis: Editora Academia Digital, 2023, v. 1, p. 337-351.

2. TRAMONTINA, Robison. ; TRESSOLDI, Irenice. . A razão pública da teoria da justiça como equidade de John Rawls como meio de conferir legitimidade social às decisões proferidas por tribunais constitucionais. In: Robison Tramontina e José Jorge Figueiredo dos Anjos. (Org.). QUESTÕES E DESAFIOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E AO JUDICIÁRIO NA SOCIEDADE DIGITAL: homenagem ao desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira. 1ed.São Luís: ESMAM, 2023, v. 1, p. 49-66.

3. TRESSOLDI, Irenice.; DUARTE, B. . Financeirização e acesso à moradia adequada sob a ótica dos dois princípios da justiça de John Rawls. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio. (Org.). 50 anos de 'Uma Teoria da Justiça' de John Rawls: temas, problemas e interlocuções. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 99-129.

4. TRESSOLDI, I.. A construção da dignidade humana no contexto jurídico brasileiro e a dimensão conferida pelo Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade. In: Wilson Steinmetz. (Org.). Direitos Fundamentais: estudos de teoria e dogmática. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 7-44.

5. TRESSOLDI, I.. Diversidade das sociedades latino-americanas e consenso sobreposto na teoria da justiça como equidade de John Rawls. In: Thaís Janaina Wenczenovicz; Natálie Vailatti; Ana Cláudia Rockemback. (Org.). Desenvolvimento humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 2, p. 119-143.

6. TRESSOLDI, I.. A razão pública da Teoria da Justiça como Equidade de John Rawls como meio de conferir legitimidade social às decisões proferidas por tribunais constitucionais. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio. (Org.). Pensando a Justiça com Aristóteles, Martha Nussbaum, John Rawls. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 189-238.

7. TRESSOLDI, Irenice.; TRAMONTINA, Robison. . As políticas públicas sob o enfoque das capacidades de Amartya Sen. In: Robison Tramontina; Elda Coelho de Azevedo Bussinguer; Bruno Lorenzetto. (Org.). Direitos Fundamentais e Políticas Públicas. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2020, v. 1, p. 25-48.

cinco

4 (quatro):

1 - CALDEIRA, Helder. O “cala a boca” que nunca morre: a tutela da liberdade de expressão exercida pelo STF. In: SOUZA, Carlos Eduardo Silva e; ZAGO, Camila Torres (Org.). Direito Civil contemporâneo e sua interatividade com os Direitos Fundamentais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2023;

2 - CALDEIRA, Helder; SEMELER, Bárbara Cardozo Bender. Constitucionalismo abusivo e erosão democrática: os caminhos de fenecimento de uma democracia. In: CALDEIRA, Helder; THEODORO, Marcelo Antônio. Direitos Fundamentais e Constituição: olhares contemporâneos, v. 5. Curitiba, CRV, 2023, p. 89-106;

3 - CALDEIRA, Helder. Ecos do sistema interamericano de proteção aos direitos dos povos



indígenas: traços históricos e contemporaneidade. In: MAZZUOLI, Valério de Oliveira (Org.). Direitos humanos contemporâneos: perspectivas da proteção internacional e impactos no direito brasileiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2022, p. 261-302;

4 - CALDEIRA, Helder. Oração da canoa jurídica. In: CARVALHO, Felipe Rodolfo de; ALGAYER, Cecília de Castro (Orgs.). O estrangeiro: cadernos marginais de Filosofia, Literatura e Direitos Humanos, v. 2. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2022, p. 33-39.

DA Silva, Kiane Follmann; SOARES, Jeferson Cancian . Aspectos jurídicos da abordagem policial e a busca pessoal. In: Golart, Eduarda Aparecida Santos; Krzysczak, Fábio Roberto. (Org.). Direito em perspectiva. 1ed.Londrina/ Paraná: Editora Científica, 2023, v. 1, p. 55-69.

SILVA, Kiane Follmann. A atuação do Movimento Brasil Livre na política recente (2013-2016). In: Mayara APª Machado Balestro Dos Santos; João Elter Borges de Miranda. (Org.). A atuação do Movimento Brasil Livre na política recente (2013-2016). 1ed.Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, v. IX, p. 188-213.

Dois.

A colonialidade da expressão nas redes sociais: uma leitura a partir do pensamento decolonial. Desenvolvimento Humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente: volume III. 1ed.: , 2021, v. , p. 85-106.

A aplicabilidade dos direitos fundamentais em face das políticas da comunidade no Facebook: um estudo do tratamento da liberdade de expressão na rede social. Direitos fundamentais: estudos de teoria e dogmática III. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc,, 2021, v. , p. 29-53.

1.

ROCKEMBACK, Ana Claudia ; LOCATELI, Cláudia Cinara . Democracia e desigualdade social: gênero, raça e classe como objeção à representação das mulheres na vida pública. In: Riva Sobrado de Freitas, Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Interculturalidade, intersubjetividade de gênero e personalidade. Iled. Joaçaba: Editora Unoesc, 2023, v. , p. 13-30.

2.

ROCKEMBACK, Ana Claudia ; VIEIRA, Regina Stela Corrêa . Louise Michel: memórias, luta e cuidado na Comuna de Paris. In: Carla Benitez Martins; Flávio Roberto Batista; Gustavo Seferian. (Org.). Comuna de Paris, Estado e Direito. 1ed.BeloHorizonte: RTM, 2021, v. 1, p. 189-200.

3.

LOCATELI, Cláudia Cinara ; ROCKEMBACK, Ana Claudia . Desigualdades Coloniais: violência obstétrica pelas intersecções de gênero, raça e classe. In: Riva Sobrado de Freitas; Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Interculturalidade, identidade de gênero e personalidade. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 41-58.

4.

VAILATTI, Natálie ; ROCKEMBACK, Ana Claudia. O Feminismo Decolonial Latino-americano: as vozes das silenciadas. In: Thais Janaina Wenczenovicz. (Org.). Desenvolvimento Humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente.1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 231-248.

5.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina . Violência doméstica e Covid-19: o retrato da mulher negra sob a ótica da interseccionalidade. In: Maria Cristina Schefer, Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Direito à educação e identidades: questões indígenas e perspectivas raciais. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 203-228.

6.



ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . A informalidade das mulheres negras nas relações de trabalho pela perspectiva da interseccionalidade. In: Thaís Janaina Wenczenovicz, Ana Claudia Rockemback e Natálie Vailatti. (Org.).Desenvolvimento humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente: volume II. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc,2020, v. 2, p. 241-257.

7.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . A dignidade da pessoa humana e a autonomia da parturiente: uma breve análise da inconstitucionalidade da Lei da Cesárea. In: Wilson Steinmetz. (Org.). Direitos Fundamentais: estudos de teoria e dogmática (I). 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 107-128.

8.

ROCKEMBACK, Ana Claudia ; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina ; VIEIRA, Regina Stela Corrêa . Violações a direitos fundamentais nos casos de violência obstétrica. In: Carlos L Strapazon e Regina Stela Corrêa Vieira. (Org.). Direitos fundamentais e políticas públicas no Brasil: conexões entre segurança social, trabalho decente e desenvolvimento.1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 105-110.

9.

ROCKEMBACK, Ana Claudia ; VAILATTI, Natálie . A licença-paternidade como ação afirmativa para oportunizar o (re)ingresso das mulheres mães no mercado de trabalho. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio.(Org.). Pensando a justiça com Aristóteles, Martha Nussbaum, John Rawls. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 35-56.

10.

ROCKEMBACK, Ana Claudia ; VAILATTI, Natálie . A violência obstétrica sob o enfoque das capacidades de Martha Nussbaum. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio. (Org.). Pensando a justiça com Aristóteles, Martha Nussbaum, John Rawls. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 239-257.

11.

LOCATELI, Cláudia Cinara ; ROCKEMBACK, Ana Claudia ; ARCARO, Larissa Thielle . Cuidado e maternagem: subalternização de mulheres em relações familiares pelas intersecções de gênero, raça e classe.. In: Elda Bussinguer; Patrícia Tuma Martins Bertolin; Regina Stela Corrêa Vieira. (Org.). Feminismo, Trabalho e Direitos Humanos: diálogos entre grupos de pesquisa.. 1ed.Vitória/ES: FDV, 2020, v. 1, p. 249-278.

2 em ebooks

Nenhum.

Oito.

1.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de; STEINMETZ, W. A. . A negociação por meio de acordos de não persecução penal e cível nos ilícitos de corrupção. In: Andrea Abrahao Costa; Daniela Marques de Moraes; Paulo Cezar Dias. (Org.). Formas consensuais de solução de conflitos. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2023, v. 1, p. 88-109.

2.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de; COSTA, Carlos Humberto Lopes ; CARVALHO, Rafael Vinícius Monetta de . Identificando possíveis irregularidades em licitações por meio do cruzamento de dados abertos: uma análise sobre a contratação de pessoa jurídica da qual um servidor público seja sócio. In: Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná. (Org.). Auditoria, perícia, e investigação de fraudes contábeis e financeiras. 1ed.Curitiba: Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná, 2023, v. 2, p. 28-42.



3.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de. Considerações acerca da prescrição intercorrente na Lei nº 8.429/1992. In: Eduardo Cambi. (Org.). MP, justiça e sociedade : vol. 3. 3ed.Curitiba: Escola Superior do MPPR, 2022, v. 3, p. 299-324.

4.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de; STEINMETZ, Wilson Antônio . A vedação de alterações no projeto de lei do plano diretor pela câmara municipal sem a participação popular. In: Adriana Fasolo Pilati; Cláudia Franco Corrêa; Rosângela Lunardelli Cavallazzi. (Org.). Direito urbanístico, cidade e alteridade. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2022, v. 1, p. 106-124.

5.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de. Corrupção estrutural. In: Giovani da Silva Corralo; Janaína Rigo Santin.. (Org.). Direito administrativo e gestão pública I. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2022, v. 1, p. 238-258.

6.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de. O estamento contra-ataca: a ofensiva dos donos do poder contra o ministério público. In: Eduardo Cambi. (Org.). MP, justiça e sociedade. 1ed.Curitiba: Escola Superior do MPPR, 2021, v. 2, p. 192-225.

7.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de. Os 30 anos do ECA à luz da Constituição de 1988: os casos de adoção avoenga na perspectiva pós-positivista. In: Mário Luiz Ramidoff. (Org.). ECA 30 anos. 1ed.Curitiba: Instituto Memória, 2020, v. , p. 315-.

8.

OLIVEIRA JÚNIOR, José de. A atuação do ministério público do estado do paraná no combate à corrupção. In: Eduardo Cambi. (Org.). MP, justiça e sociedade. 1ed.Curitiba: Escola Superior do MPPR, 2020, v. 1, p. 97-116.

1. OLIVEIRA, Fábio Gondinho de. A serendipidade decisória à luz da Teoria da Justiça de Rawls: entre a segurança jurídica e a decisão individualmente justa. In Ciência e Justiça: reflexões sobre o papel do Poder Judiciário na efetivação dos Direitos Fundamentais - estudos em homenagem ao desembargador Lourival Serejo / Organizadores: Robinson Tramontina e José Jorge Figueiredo do Anjos. São Luis: ESMAM, 2022.

2. OLIVEIRA, Fábio Gondinho de. O controle penal da macrocriminalidade no município de São Francisco do Maranhão: um retrato da seletividade e da manutenção das estruturas de poder nos rincões do Brasil. In Macrocriminalidade e sistema de justiça criminal: debates criminológicos e doutrinários. Organizadora: Carolina Costa Ferreira. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

3. OLIVERA, Fábio Gondinho de. Formação continuada de magistrados para além de um dever ético: uma tentativa de mensuração do interesse nos cursos judiciais de aprimoramento. In Caminhos para a Educação Judicial Brasileira. Organizador: Mauro Campbell Marques. Brasília: ENFAM, 2024.



2 capítulos de livro estão no prelo.

1.

LAZARETTI, I. K.. O trabalho decente no direito brasileiro: de ideal moral a direito subjetivo?. In: Ivan Obando Camino. (Org.). Anuario del Programa de Doctorado en Derecho de La Universidad de Talca (2021-2022). 1ed.Santiago, Chile: Thomson Reuters, 2023, v. 1, p. 299-314.

2.

LAZARETTI, I. K.. A trajetória do trabalho decente no Brasil. In: Regina Stela Correa Vieira; Ana Claudia Rockemback; Natalie Vailatti;. (Org.). Temas emergentes de Direitos Sociais no Século XXI. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2022, v. 1, p. 65-84.

3.

LAZARETTI, I. K.; PROVIN, A. F. . AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19. In: Ivan Dias da Motta; Julia Maurmann Ximenes; Samyra Haydêe Dal Farra Napolini;. (Org.). DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS I. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2021, v. 1, p. 393-411.

4.

RIBEIRO, V. H. A. S. ; OLSSON, G. ; LAZARETTI, I. K. . A SEGURANÇA HUMANA NA AGENDA INTERNACIONAL E O BRASIL: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. In: Florisbal de Souza Del Olmo; Frederico Eduardo Zenedin Glitz;. (Org.). DIREITO INTERNACIONAL I. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2021, v. 1, p. 55-70.

5.

LAZARETTI, I. K.. Uma vida "all on-line" e o mal-estar do trabalho: reflexões sobre os ideais freudianos e a (des) conexão do indivíduo. In: Matheus Felipe de Castro; Riva Sobrado de Freitas. (Org.). Liberdades: diálogos transversais entre direitos fundamentais e psicanálise. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 69-78.

6.

LAZARETTI, I. K.. A justiça distributiva rawlsiana e o alcance do ODS n. 10 da Agenda 2030 das Nações Unidas. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Isabelle Epifânio. (Org.). 50 anos de "Uma Teoria da Justiça" de John Rawls: temas, problemas e interlocuções. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 39-56.

7.

LAZARETTI, I. K.; PROVIN, A. F. . A RECONFIGURAÇÃO DO TRABALHO PELA TECNOLOGIA: CRÍTICAS À PRECARIZAÇÃO LABORAL. In: Aires Jose Rover; Alexandre Moraes da Rosa; José Renato Gaziero Cella;. (Org.). Direito, governança e novas tecnologias I. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2021, v. 1, p. 353-368.



8.

PROVIN, A. F. ; LAZARETTI, I. K. . O EFEITO MANADA DECORRENTE DAS REDES SOCIAIS COMO TRANSFORMADOR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO. In: Aires Jose Rover; Danielle Jacón Ayres Pinto; Fernando Galindo Ayuda; José Renato Gaziero Cella;. (Org.). Direito, governança e novas tecnologias II. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2021, v. 1, p. 107-122.

9.

LAZARETTI, I. K.; FOLLE, M. L. R. . O poder dos movimentos sociais no sistema político estatal: o impacto da ação coletiva a partir dos fluxos da sociedade em rede. In: Maria Aparecida Lucca Caovilla; Silvana Terezinha Winckler; Bruna Fabris. (Org.). Cinco anos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito - PPGD - Unochapecó: ensaios sobre direito, cidadania e atores internacionais. 1ed.Chapecó - SC: Argos, 2020, v. 2, p. 57-73.

10.

LAZARETTI, I. K.. A construção do trabalho decente na era da revolução tecnológica. In: Eduardo Baldissera Carvalho Salles; Isadora Kauana Lazaretti; Luiz Henrique Maisonnnett. (Org.). Direito e tecnologias emergentes: a multiplicidade dos desafios contemporâneos. 1ed.São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020, v. 1, p. 107-116.

11.

LAZARETTI, I. K.. Trabalho decente como categoria conceitual: um aporte teórico necessário. In: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer; Robison Tramontina; Bruno Meneses Lorenzetto;. (Org.). Direitos fundamentais e democracia. 1ed.Vitória: FDV Publicações, 2020, v. 1, p. 371-400.

12.

LAZARETTI, I. K.; BONISSONI, L. D. . O DISCURSO DA FOME E O USO DE AGROTÓXICOS: REFLEXOS DA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS TRANSNACIONAIS NA EFETIVAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGENDA 2030 DA ONU. In: Fernanda da Silva Lima; Giovana Ilka Jacinto Salvaro; Jackson da Silva Leal;. (Org.). Direitos humanos, cidadania e sociedade. 1ed.: , 2020, v. 1, p. 268-280.

13.

VIEIRA, R. S. C. ; LAZARETTI, I. K. ; VAILON, K. . IGUALDADE DE GÊNERO E TRABALHO DECENTE NA PANDEMIA: PAUTAS DAS MULHERES NOS FRIGORÍFICOS DA MICRORREGIÃO DE CHAPECÓ, OESTE DE SANTA CATARINA. In: Ida Coelho de Azevedo Bussinguer; Patricia Tuma Martins Bertolin; Regina Stela Corrêa Vieira;. (Org.). Feminismo, trabalho e direitos humanos : diálogos entre grupos de pesquisa. 1ed.Vitória - ES: FDV Publicações, 2020, v. 1, p. 229-256.

Dois

NERY DA SILVA, Rogério Luiz; MATTIELLO, Darléa Carine Palma. Índice de Bem-Estar Urbano: análise de efetivação do direito à cidade para pessoas com deficiência. In: Questões e desafios aos direitos fundamentais e ao Judiciário na sociedade digital: homenagem ao desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira.1 ed. São Luís: ESMAM, 2023, v.1, p. 175-197. Disponível em:



[https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/edicoes\\_esmam/livro\\_ebook\\_questoes\\_e\\_desafios\\_24\\_02\\_23\\_27\\_02\\_2023\\_13\\_46\\_53.pdf](https://novogerenciador.tjma.jus.br/storage/arquivos/edicoes_esmam/livro_ebook_questoes_e_desafios_24_02_23_27_02_2023_13_46_53.pdf)

NERY DA SILVA, Rogério Luiz; MATTIELLO, Darléa Carine Palma. Educação domiciliar para pessoas com deficiência: aplicabilidade no sistema educacional brasileiro In: Anuario del Programa de Doctorado en Derecho de la Universidad de Talca: 2021-2022.1 ed. Santiago: Thomson Reuters, 2023, v.1, p. 105-.

Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9789564003344

NERY DA SILVA, Rogério Luiz; MATTIELLO, Darléa Carine Palma. Educação, desenvolvimento e cidadania: uma conjugação necessária. In: Carolina Martins da Silva; Thais Janaina Wenczenovicz. (Org.). Direitos humanos, educação e políticas públicas. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 15-36. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/editora/livros-single/e-book-gratuito-direitos-humanos-educacao-e-politicas-publicas>

1. BALBINOT, Katsura Nayane; RENK, Arlene Anélia. Globalização, Hidrelétricas e Resistência. Anais do V Congresso Internacional História, Regiões e Fronteiras (CIHRF). Org. MACHADO, Ironita A. Policarpo; GOLIN, Luiz Carlos Tau; GERHARDT, Marcos. Universidade de Passo Fundo. São Leopoldo, 2021, pp. 1120-1135.



Periódicos: quantos artigos em periódicos você publicou nos últimos 4 anos?

Escreva a referência completa

42 respostas

0

6

1

5

um

Nenhum.

nenhum

Nenhum

Melo, D. C. de, Prux, O. I., & Oliveira, A. H. de. (2020). ESTATUTO DO IDOSO: UMA ANÁLISE DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR HIPERVULNERÁVEL À LUZ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE. *Revista De Direito, Globalização E Responsabilidade Nas Relações De Consumo*, 6(1), 100–120. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0030/2020.v6i1.6682>

1.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. . O paradigma da transição justa (OIT) e a importância para a América Latina e Caribe (ALC): sustentabilidade, ecologização e emprego verde para não deixar ninguém para trás. *REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL*, v. 1, p. 163-204, 2024.

2.

MOLLER, G. S.; FRANCA, E. P. C. . DESVELANDO AS TÉCNICAS ESTRUTURAIS PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARADA A PARTIR DO CASO GROOTBOOM. *REVISTA DE PROCESSO*, v. 352, p. 1-20, 2024.

3.

MOLLER, G. S.; FRANCA, E. P. C. . REVERTENDO REALIDADES INCONSTITUCIONAIS EM FAVOR DE GRUPOS VULNERÁVEIS: A EXPERIÊNCIA DA CORTE CONSTITUCIONAL COLOMBIANA COM A PROTEÇÃO DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA. *REVISTA GENERAL DE DERECHO CONSTITUCIONAL (INTERNET)*, v. 40, p. 1-33, 2024.

4.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. . PODEMOS FALAR EM ?CRISE DA DEMOCRACIA BRASILEIRA?? : DAS POSSÍVEIS CAUSAS E PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DEMOCRÁTICO. *REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA*, v. 11, p. 1-20, 2023.

5.

MOLLER, GABRIELA SAMRSLA; DOS SANTOS, PAULO JUNIOR TRINDADE ; DE MARCO,



CRISTHIAN MAGNUS . DO ESTADO DE DIREITO SOCIAL SUSTENTÁVEL PARA UMA DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS. DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA, v. 15, p. 247-275, 2022.

6.

MOLLER, G. S.; FRANCA, E. P. C. ; NOBREGA, F. F. B. . A proteção de grupos subalternizados pelos processos estruturais: uma análise a partir das experiências do Sul Global. REVISTA DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS - UNIFAFIBE, v. 10, p. 233-261, 2022.

7.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J . Impactos da Pandemia no Direito à Moradia e Propostas para a Proteção desse Direito em Tempos de Crise: da urgência de se repensar a moradia para além de um objeto de consumo. DIREITO DA CIDADE, v. 13, p. 775-819, 2021.

8.

MOLLER, G. S.; TRINDADE DOS SANTOS, P.J ; DE MARCO, C.M. . Democracia Radical como Proposta do Direito visto como Discurso de Combate às Opressões: por uma abordagem do panorama atual dos conflitos sociais e sua (in)operância institucional. Revista Direito & Paz, v. 42, p. 21-43, 2020.

9.

MOLLER, G. S.; RIBEIRO, D. G. ; TRINDADE DOS SANTOS, P.J . Do Debate Processual e Desenvolvimento do Processo: o contraditório como direito fundamental ao justo processo. Revista eletrônica de direito processual, v. 21, p. 31-58, 2020.

10.

MARCO, CRISTHIAN MAGNUS DE ; SANTOS, PAULO JUNIOR TRINDADE DOS ; MÖLLER, GABRIELA SAMRSLA . Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. URBE. REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO URBANA, v. 12, p. 1-13, 2020.

2

COSTA, Benedito Antonio da. CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DIREITO FUNDAMENTAL À USUCAPIÃO ESPECIAL: INSTRUMENTOS, GOVERNANÇA E EFETIVIDADE. Joaçaba: Editora UNOESC, 2020

COSTA, Benedito Antonio da. CRÍTICAS À ABORDAGEM UTILITARISTA DA JUSTIÇA NA GESTÃO PÚBLICA DA COVID-19. Joaçaba: Editora UNOESC, 2020

COSTA, Benedito Antonio da. ENTRE O SER E O DEVER SER HUMANO: DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA À ALTERIDADE IGUALITÁRIA DA PESSOA. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020

3 artigos.

Referências:

A necessidade de fundamentação das decisões judiciais como meio de legitimação do estado democrático de direito. CADERNOS UNIFOA (IMPRESSO), v. 17, p. 75-85, 2022.

ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS NO PROCESSO PENAL. Revista Querubim (Online), v. 04, p. 41-47, 2021.



SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIREÇÃO SOB O ASPECTO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. Revista Eletrônica da OAB Joinville, v. 1, p. 290-302, 2021.

1.

NAHSAN, G. P. S.; MARTINS, J. N. ; DALTRO, O. F. ; BIANCHI, E. . A JUSTIÇA ENQUANTO CONCEITO INDIVIDUAL E O DIREITO GERAL DE IGUALDADE.. Revista Faipe, v. 10, p. 1-11, 2021.

2.

NAHSAN, G. P. S.; MARTINS, J. N. ; FONSECA, A. M. ; NOCCHI, N. A. S. . A COLISÃO ENTRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O IMPACTO DA PANDEMIA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Revista Faipe, v. 10, p. 12-22, 2021.

3.

NAHSAN, G. P. S.; MARTINS, J. N. ; FONSECA, A. M. ; NOCCHI, N. A. S. . O DESMONTE ESTATAL E A DEMOCRACIA. Revista Faipe, v. 10, p. 23-34, 2021.

4.

NAHSAN, G. P. S.; MARTINS, J. N. ; DALTRO, O. F. ; BIANCHI, E. . O DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL À SAÚDE. Revista Faipe, v. 10, p. 35-46, 2021.

5.

NAHSAN, G. P. S.; MARTINS, J. N. ; ECHEVERRIA, E. L. ; VARGAS, D. M. . O DIREITO SOCIAL FUNDAMENTAL E A PREVIDÊNCIA.. Revista Faipe, v. 10, p. 46-54, 2021.

6.

NAHSAN, G. P. S.; MARTINS, J. N. ; ECHEVERRIA, E. L. ; VARGAS, D. M. . PENSAR COM CONCEITOS, DIREITOS HUMANOS E FILOSOFIA DA CIÊNCIA.. Revista Faipe, v. 10, p. 55-66, 2021.

7.

NAHSAN, G. P. S.; MARTINS, J. N. . O QUE É TEORIA COMO MÉTODO DA PESQUISA NO DIREITO. Revista Faipe, v. 10, p. 67-78, 2021.

8.

JESUS, M. M. ; MARTINS, J. N. ; NAHSAN, G. P. S. . DIREITOS POSSESSÓRIOS: CONCEITUAÇÃO JURÍDICA E FUNÇÃO SOCIAL.. Revista Faipe, v. 10, p. 90-108, 2021.

9.

NAHSAN, G. P. S.; MARTINS, J. N. ; OLIVEIRA, T. J. . COLONIALIDADE DO PODER, EUROCENTRISMO E AMÉRICA LATINA. Revista Faipe, v. 1, p. 79-90, 2021.

Nenhum

3 - <http://lattes.cnpq.br/5910406786475583>

7

1. AZEVEDO, ANDERSON SOBRAL DE; CUNHA E CRUZ, MARCO AURÉLIO RODRIGUES DA . DADO PESSOAL E INFORMAÇÃO: UMA TAUTOLOGIA NÃO DISCUTIDA. Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias, v. 9, p. 38/2-54, 2024.



A liberdade de expressão e a cultura do cancelamento  
efeitos sociais e jurídicos

Guilherme Jonas Mattia Conte, Eduardo Puhl

459-483

2023-05-19

O reconhecimento de pessoas e a seletividade do sistema penal

João Henrique Ribeiro Detoni, Eduardo Puhl

1234-1251

2024-07-04

A hipercriminalização e o combate à criminalidade

Eduarda Krissy Spellmeier, Eduardo Puhl

789-805

2021-08-31

A concretização dos direitos sociais como instrumento de prevenção criminal no Estado Democrático de Direito

Valéria Massocco Woloszyn, Eduardo Puhl

1081-1102

2022-07-28

A (im)parcialidade do juiz em caso de rescisão do acordo de não persecução penal frente a suspensão da eficácia do juiz de garantias

Hellen Gabriela Fischer, Eduardo Puhl

283-304

2024-05-28

A tensão entre o acordo de não persecução penal e o estado de inocência

Cristiane Mara Dallelaste Telles, Eduardo Puhl

961-977

2022-05-04

A necessária adoção de um standard probatório no processo penal

Julia Heloisa de Moraes Vieira, Eduardo Puhl

744-761

2023-08-28

Pirâmide financeira e marketing multinível  
identificação, diferenças e crimes correlatos

Paulo Roberto Kaefer, Eduardo Puhl

567-585

2021-06-28

Criminologia e seletividade punitiva  
considerações sobre a Comarca de Concórdia/SC

Maria Eduarda Provin, Julia Heloisa de Moraes Vieira, Eduardo Puhl

262-282

2022-02-24

A criminalização da homotransfobia pelo Supremo Tribunal Federal

Luane Trentin Niero, Eduardo Puhl



633-648

2023-08-28

A inovadora audiência de custódia por videoconferência frente ao princípio constitucional da vedação ao retrocesso

Rikelly Mazetto, Eduardo Puhl

1397-1416

2022-09-20

O direito à morte digna em tempos de pandemia

Renan Matheus Deparis de Carli, Eduardo Puhl

564-589

2023-06-22

A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado

Nadine Biazim Roesel, Eduardo Puhl

1603-1624

2022-09-30

Violência doméstica e familiar contra a mulher  
a desigualdade de gênero

Ana Paula Camargo, Eduardo Puhl

1200-1214

2021-11-29

Modelo policial bipartido

limitação da atuação funcional e violação do princípio constitucional da eficiência

Joziel Antunes Ferreira; Eduardo Puhl

281-305

2023-05-18

A influência da teoria do etiquetamento social na análise dos delitos

Alexandre Ramiro Zampieri, Eduardo Puhl

237-264

2021-03-04

Banco de dados de DNA sob o prisma da criminologia crítica

Alessandra Pereira da Silva Raldi, Eduardo Puhl

124-142

2021-02-10

A aplicabilidade da qualificadora do feminicídio à mulher transexual

João Guilherme Reisdorfer, Eduardo Puhl

715-736

2020-11-13

O princípio constitucional do estado de inocência e o cumprimento antecipado de pena  
criminal

Eduardo Puhl, Matheus Felipe de Castro

18-38

2019-11-20

Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição

OLHOS QUE CONDENAM: PRECONCEITO RACIAL, PUNITIVISMO SELETIVO E RELEVÂNCIA DO ESTADO DE INOCÊNCIA 10.26668/indexlawjournals/2526-0200/2020.v6i1.6450

1. TRESSOLDI, IRENICE; TRAMONTINA, ROBISON . Razão pública e amicus curiae no Supremo Tribunal Federal: análise dos argumentos utilizados na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.543. REVISTA ESPAÇO JURÍDICO, v. 23, p. 1-28, 2022.

2. CRUZ, M. A. R. C. E. ; TRAMONTINA, Robison. ; TRESSOLDI, Irenice. . Imagens Traumáticas



para campanha de prevenção e controle de transmissão da Covid-19: um estudo do caso do Município de Xaxim-SC. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1039, p. 147-167, 2022.

3. TRESSOLDI, IRENICE; TRAMONTINA, ROBISON . PARALELO ENTRE A TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS E A IGUALDADE DE CAPACIDADES DE AMARTYA SEN. REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, v. 9, p. 208-223, 2021.

nenhum

1 - Revista de Direito Ambiental da UCS

Dois.

O EMPREENDEDOR MORAL NAS REDES SOCIAIS: AÇÃO PERSUCUTÓRIA E LINCHAMENTOS VIRTUAIS. <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0065/2022.v8i2.9250>, v. 8, p. 22-43, 2023.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO ATUAL: A DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS. *Conpedi Law Review*, v. 7, p. 97-118, 2022.

zero

3 artigos

2 artigos.

1. OLIVEIRA, Fábio Gondinho de (2024). O EMPREGADOR PODE EXIGIR A APRESENTAÇÃO DE PASSAPORTE VACINAL CONTRA COVID-19?. *Revista De Direitos Fundamentais Nas Relações Do Trabalho, Sociais E Empresariais*, <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-009X/2023.v9i2.10148>

1.

OLSSON, G. ; LAZARETTI, I. K. . CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS E ELISÃO COMBINADA DE SISTEMAS JURÍDICOS: a dinâmica da precarização laboral glocalizante. *Revista sobre acesso à justiça e direitos nas Américas*, v. 4, p. 74-110, 2021.

2.

LAZARETTI, ISADORA; OLSSON, GIOVANNI . A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO JURÍDICA NO SÉCULO XXI: A FORMAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS OPERADORES DO DIREITO. *Revista de Pesquisa e Educação Jurídica*, v. 5, p. 72-94, 2020.

3.

LAZARETTI, ISADORA; BOTH VOOS, YANA PAULA ; STECANELLA, ELOUISE MILENI . O ACESSO À INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR A PARTIR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. *Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias*, v. 6, p. 65-81, 2020.



4.

LAZARETTI, ISADORA; OLSSON, GIOVANNI . CRISE DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA, POBREZA E DESIGUALDADE: RUMO AO DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL?. Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, v. 6, p. 57-73, 2020.

NERY DA SILVA, Rogério Luiz ; MATTIELLO, Darléa Carine Palma . PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PSICANÁLISE: INTERSECÇÃO PELA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE. Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas, v. 7, p. 69-89, 2022.

NERY DA SILVA, Rogério Luiz ; MATTIELLO, Darléa Carine Palma . DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: ELEMENTOS DE EFETIVAÇÃO E VINCULATIVIDADE. Revista Brasileira de Filosofia do Direito, v. 7, p. 221-237, 2021.

NERY DA SILVA, Rogério Luiz ; MATTIELLO, Darléa Carine Palma . DIREITO À CIDADE E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: O BEM-ESTAR URBANO COMO VETOR PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS. Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade, v. 6, p. 01-17, 2020.

Justiça Distributiva Global e Cosmopolitismo versus o dever de assistência de John Rawls. REVISTA FISIO&TERAPIA, v. 26, p. 40, 2022.

1. BALBINOT, Katsura Nayane; RENK, Arlene Anélia. Central Hidrelétrica Sardar Sarovar (Índia): uma breve biografia social. XXXIII Congresso Interamericano de Sociologia. Ciudad de México, Guadalajara, São Luis Potosí e Mérida, 2022.

2. BALBINOT, Katsura Nayane; RENK, Arlene Anélia. Usina Hidrelétrica de Barra Grande (Brasil): uma breve biografia social. XXXIII Congresso Interamericano de Sociologia. Ciudad de México, Guadalajara, São Luis Potosí e Mérida, 2022.



Quantos resumos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

42 respostas

0

1

3

2

Nenhum.

1) OLIVEIRA, ALEXANDRE HERRERA DE. Semana Jurídica Fcarp, 2020.

1.

MOLLER, GABRIELA SAMRSLA; DE MARCO, C.M. . O DIREITO À MORADIA E SUA EFETIVAÇÃO POR VIA DAS MEDIDAS ESTRUTURANTES: CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL. In: Abrasd, 2021, online. Anais do XI Congresso Internacional da ABraSD: resumos SOCIOLOGIA JURÍDICA HOJE: cidades inteligentes, crise sanitária e desigualdade social, 2021. p. 1-570.

2.

MOLLER, G. S.; SEBEM, N. ; BURATTO, D. . LITIGÂNCIA ESTRATÉGICA DE DIREITOS SOCIAIS: ANÁLISE DOS PROCESSOS ESTRUTURAIS DE INTERESSE PÚBLICO NO JUDICIÁRIO CATARINENSE. In: Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021, Joaçaba. II Circuito Regional do XXVII Seminário de Iniciação Científica. E, XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Joaçaba: Unoesc, 2021. v. 1. p. 1-1.

3.

MOLLER, G. S.; ZANELLA, A. K. . A ARBITRAGEM COMO ALTERNATIVA AO PROCESSO TRADICIONAL : UMA ANÁLISE DO INSTITUTO A PARTIR DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO. In: Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021, Joaçaba. II Circuito Regional do XXVII Seminário de Iniciação Científica. E, XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Joaçaba: Unoesc, 2021. v. 1. p. 1-2.

4.

MOLLER, G. S.; ANTONELLO, L. . POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS VOLTADAS À PERSECUÇÃO DO ODS 5 DA ONU: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS PARA ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS. In: Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021, Joaçaba. II Circuito Regional do XXVII Seminário de Iniciação Científica. E, XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Joaçaba: Unoesc, 2021. v. 1. p. 1-2.

5.

MOLLER, G. S.; BRESSAN, A. P. . NOVA ADVOCACIA: OS DESAFIOS À PROFISSÃO JURÍDICA



FRENTE AO CENÁRIO DE DISRUPÇÃO TECNOLÓGICA. In: Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021, Joaçaba. II Circuito Regional do XXVII Seminário de Iniciação Científica. E, XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Joaçaba: Unoesc, 2021. v. 1. p. 1-2.

6.

MOLLER, G. S.; MATOS, L. M. . APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL PELO JUDICIÁRIO CATARINENSE E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: DA POSSIBILIDADE E DOS LIMITES. In: Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2021, Joaçaba. II Circuito Regional do XXVII Seminário de Iniciação Científica. E, XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Joaçaba: Unoesc, 2021. v. 1. p. 1-2.

7.

MOLLER, G. S.; ANTONELLO, L. . POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS VOLTADAS À PERSECUÇÃO DO ODS 5 DA ONU: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS PARA ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS. In: Sociology of Law: crise sanitária e regulações democráticas, 2021, Canoas - RS. Anais Sociology of Law 2021: crise sanitária e regulações democráticas. Canoas: Unilasalle, 2021. v. 6. p. 724-726.

8.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. . DA PRODUÇÃO NORMATIVA E RECOMENDAÇÕES PARA A PROTEÇÃO DO DIREITO À MORADIA ADEQUADA NA PANDEMIA: ANÁLISE DO CENÁRIO BRASILEIRO E DO DIREITO COMPARADO. In: Sociology of Law: crise sanitária e regulações democráticas, 2021, Canoas - RS. Anais Sociology of Law 2021: crise sanitária e regulações democráticas. Canoas: Unilasalle, 2021. v. 6. p. 727-731.

9.

MOLLER, G. S.; TESSARO, G. . A Arbitragem como Alternativa ao Processo Tradicional. In: Seminário De Iniciação Científica E Seminário Integrado De Ensino, Pesquisa E Extensão, 2020, online. Seminário De Iniciação Científica E Seminário Integrado De Ensino, Pesquisa E Extensão. Joaçaba: Unoesc, 2020. v. 1. p. 1-1.

10.

MOLLER, G. S.; ZAGONEL, A. . NA BUSCA POR CIDADES SUSTENTÁVEIS E INTELIGENTES: UM ESTUDO DO PLANO DIRETOR DE JOAÇABA/SC FRENTE ÀS METAS DO ODS 11. In: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe/issue/view/498>, 2022, Joaçaba. Anais eletrônicos [do] III Circuito Regional do XXVIII Seminário de Iniciação Científica. E, XV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. Joaçaba: Unoesc, 2022. v. I. p. 1-5.

11.

MOLLER, G. S.; CANALE, T. . A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ATOS AUTÔNOMOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. In: Sociology of Law, 2021, Canoas-RS. Anais Sociology of Law 2021: crise sanitária e regulações democráticas. Canoas: Unilasalle, 2021. v. 6. p. 790-806.

12.

MOLLER, G. S.. Impactos no Direito à Moradia no Período de Pandemia e Propostas para a Proteção. In: Seminário de Pós-Graduação - INOVAMUNDI, 2020, Novo Hamburgo/RS. XIII Seminário de Pós-Graduação. Novo Hamburgo/RS: Universidade Feevale, 2020. v. 1. p. 1-3885.



Não publiquei

1 resumo.

Referência: MERCADO DE TRABALHO E TECNOLOGIA: PERSPECTIVAS SOBRE O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO E INSTITUIÇÕES: Diálogos institucionais e políticas de enfrentamento da crise, 2020, Rio de Janeiro. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO E INSTITUIÇÕES: Diálogos Institucionais e Políticas de Enfrentamento da Crise. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2020. p. 82-87.

1.

NAHSAN, G. P. S.; STRAPAZZON, C. L. . ?RENÚNCIAS DE RECEITAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: NOVOS CAMINHOS PARA ENTENDER O REGIME JURÍDICO DO DÉFICIT?, em Grupo de Trabalho, no dia 11 de novembro de 2022, no SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONEXÕES E IDEIAS EM AMARTYA SEN,. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONEXÕES E IDEIAS EM AMARTYA SEN,, 2022. ?RENÚNCIAS DE RECEITAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL: NOVOS CAMINHOS PARA ENTENDER O REGIME JURÍDICO DO DÉFICIT?, em Grupo de Trabalho, no dia 11 de novembro de 2022, no SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONEXÕES E IDEIAS EM AMARTYA SEN,, 2022.

4

Nenhum

7 - <http://lattes.cnpq.br/5910406786475583>

um

1

FALHAS NO RECONHECIMENTO DE PESSOAS: A REALIZAÇÃO DA SELETIVIDADE PUNITIVA <https://eventos.congresso.me/conditec/edicoes/conditec-2-edicao>

1. TRESSOLDI, Irenice.; EPIFANIO, I. . DESIGUALDADE DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DAS MULHERES: uma análise a partir da proposta de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. 2022.

quatro

BASSO, D. F. ; PALUDO, J. C. ; ZUNKOWSKI, A. L. ; SILVA, K. F. . Termo de ajustamento de conduta como instrumento de reparação de danos ambientais na propriedade rural. In: 26º encontro de atividades científicas, 2023. Encontro de Atividades Científicas. Londrina/ Paraná: Unopar Editora, 2023. p. <https://eac.pgs>.

FAROFA, A. R. ; MARINHO, J. C. R. ; SILVA, K. F. . O perdão judicial nos crimes de homicídio culposo e suas admissões. In: 26º encontro de atividades científicas, 2023. Encontro de Atividades Científicas. Londrina/ Paraná: Unopar Editora, 2023. p. <https://eac.pgs>.



LEMOS, T. M. B. ; BORGES, H. Y. ; SILVA, K. F. . Análise das hipóteses de intervenção dos Entes Federativo após a Constituição Federal de 1988. In: 26º encontro de atividades científicas, 2023. Encontro de Atividades Científicas. Londrina/ Paraná: Unopar Editora, 2023. p. <https://eac.pgs>.

ALLEGRETTI, A. L. S. ; DEBONI, M. F. ; SIMONETTO, Francelli ; SILVA, K. F. . Os impactos no ordenamento jurídico da lei Maria da Penha. In: 26º encontro de atividades científicas, 2023. Encontro de Atividades Científicas. Londrina/ Paraná: Unopar Editora, 2023. p. <https://eac.pgs>.

SILVA, Kiane Follmann. Debates sobre os impactos para o ordenamento jurídico brasileiro do foro por prerrogativa de função. In: 25º encontro de atividades científicas, 2022, Londrina/PR. Encontro de Atividades Científicas. Londrina/ Paraná: Unopar Editora, 2022. p. <https://eac.pgs>.

Nenhum

1.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie. ; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. . Liberdade Religiosa e o usosacramental da Ayahuasca: perspectivas em direito fundamental, práticas de culto e de crença. In: I Congresso Internacional sobre o Comum e os Commons, 2020, Caxias do Sul. Congresso Internacional sobre o Comum e os Commons. Caxias do Sul: EDUCS, 2020. v. 1. p. 57-58.

2.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie ; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina . Corpos, Direito e Maternidade: perspectivas e trajetórias das mulheres indígenas. In: I Congresso Internacional sobre o Comum e os Commons, 2020, Caxias do Sul. Congresso Internacional sobre o Comum e os Commons. Caxias do Sul: EDUCS, 2020. v. 1. p. 121-122.

3.

ROCKEMBACK, Ana Claudia. A informalidade das mulheres negras nas relações de trabalho pela perspectiva da interseccionalidade. In: II SIDIAL - Seminário Internacional Diálogos Interculturais na América Latina: saberes populares IV Congresso Internacional Pluralismo Jurídico, Constitucionalismo, Buen Vivir, e Justiça Ambiental na América Latina, 2020, Chapecó. Anais do II Seminário Internacional Diálogos Interculturais na América Latina: saberes populares e IV Congresso Internacional Pluralismo Jurídico, Constitucionalismo, Buen Vivir, e Justiça Ambiental na América Latina. Chapecó: Livrologia, 2019. p. 929-930.

4 resumos.

nenhum

.

1 publicação. VII Encontro Virtual Conpedi (2024) - "DIREITO AO MEIO AMBIENTE E À ÁGUA POTÁVEL: CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL NAS CONSTITUIÇÕES DO BRASIL E DO CHILE". URL <https://http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z>

1.



LAZARETTI, I. K.; STRAPAZZON, C. L. . A natureza jurídica do ideal de trabalho decente. In: Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, 2022, Chapecó. Anais Eletrônicos do Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022. v. 1. p. 21-28.

2.

LAZARETTI, I. K.. O futuro do trabalho no cenário pós Covid-19: limites e possibilidades. In: VIII Semana do Conhecimento da UPF, 2021, Passo Fundo - RS. VIII Semana do Conhecimento UPF - A transversalidade da ciência e da tecnologia e inovação na solução dos problemas globais, 2021. v. 1.

3.

PROVIN, A. F. ; LAZARETTI, I. K. . Impactos do Efeito Manada das redes sociais. In: VIII Semana do Conhecimento da UPF, 2021, Passo Fundo - RS. VIII Semana do Conhecimento UPF - A transversalidade da ciência e da tecnologia e inovação na solução dos problemas globais, 2021.

4.

STECANELLA, E. M. ; LAZARETTI, I. K. ; OLSSON, GIOVANNI . A barreira digital como obstáculo à educação inclusiva no contexto da pandemia: um olhar sobre as possibilidades da Agenda 2030 da ONU. In: I Seminário Internacional sobre Estados e Instituições: dialogos institucionais e políticas de enfrentamento da crise, 2020, Rio de Janeiro. Anais do Seminário Internacional sobre Estado e Instituições. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2020. v. 1. p. 97-101.

5.

CAMARGO, M. P. Z. ; LAZARETTI, I. K. ; BOITO, F. . Os desafios do Desenvolvimento Sustentável Pluridimensional na crise pandêmica da Covid--19: o trabalho decente versus o 'novo normal'. In: I Seminário Internacional sobre Estados e Instituições: dialogos institucionais e políticas de enfrentamento da crise, 2020, Rio de Janeiro. Anais do Seminário Internacional sobre Estado e Instituições. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2020. v. 1. p. 90-93.

6.

LAZARETTI, I. K.; STRAPAZZON, C. L. . A natureza jurídica do trabalho decente: caminhos metodológicos. In: III Circuito Regional do XXVIII Seminário de Iniciação Científica e XV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2022, Chapecó. Seminário de Iniciação Científica (28. : 2022, 24 a 28 out. : Joaçaba, SC). Anais eletrônicos [do] III Circuito Regional do XXVIII Semi-nário de Iniciação Científica. E, XV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2022. v. 1. p. e31883.

02

MATTIELLO, D. C. P.; ROSSI, J. A.. ALIMENTAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS NO CONTEXTO DO DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA In: XVI Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Compartilhando conhecimento., 2023, Chapecó. Anais eletrônicos [do] XVI Seminário Integrado de Ensino,



Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Compartilhando conhecimento. Joaçaba: Editora Unoesc, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; GUERRA, M. E. B. DIREITO FUNDAMENTAL À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: DESAFIOS DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NAS PERIFERIAS In: XVI Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Compartilhando conhecimento., 2023, Chapecó. Anais eletrônicos [do] XVI Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Compartilhando conhecimento. Joaçaba: Editora Unoesc, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; KAPP, D. P. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTA CATARINA: A IMPORTÂNCIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL In: XVI Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Compartilhando conhecimento., 2023, Chapecó. Anais eletrônicos [do] XVI Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Compartilhando conhecimento. Joaçaba: Editora Unoesc, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; KAPP, D. P. . DIREITO À EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: ELEMENTOS DE CONECTIVIDADE. In: III Circuito Regional do XXVIII Seminário de Iniciação Científica e XV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Unoesc. Tema: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, 2022, Chapecó. III Circuito Regional do XXVIII Seminário de Iniciação Científica e XV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Unoesc. Tema: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; BATISTA, A. R. S. . DIREITO SOCIAL À MORADIA: CONCEPÇÃO EXTENSIVA NO CONTEXTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; SALVADOR, D. V. O. . DIREITOS FUNDAMENTAIS: ANÁLISE INTERPRETATIVA CONCEITUAL DO DIREITO À VIDA. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; CERVEIRA, F. C. . DIREITOS FUNDAMENTAIS E PANDEMIA: LIMITAÇÃO DE DIREITOS EM PROL DA EFETIVAÇÃO DA SAÚDE. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; DORNELES, I. B. . TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO: APLICABILIDADE NA INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO SÉCULO XXI. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; CONTERATO, J. V. . A REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS NA EMPRESA ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL NO BRASIL. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia



nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; ASCARI, L. A. . DIREITOS FUNDAMENTAIS: EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA EM DEBATE. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; MINUZZO, L. E. . DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CUSTO DO DIREITO À SAÚDE. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; DORNELES, M. . TRIPARTIÇÃO DOS PODERES: ANÁLISE JURISPRUDENCIAL NO ATUAL CONTEXTO BRASILEIRO. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; PEREIRA, V. C. . DISCRIMINAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS: ÓBICE AO DIREITO À EDUCAÇÃO. In: ACADEMIC WEEK: inovação e tecnologia nas profissões, 2022, Chapecó. Anais Academic week: Inovação e tecnologia nas profissões. Joaçaba: Editora Unoesc, 2022.

MATTIELLO, D. C. P.; PERIN, A. M. H. . PRESTAÇÃO EDUCACIONAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA: O ENSINO DOMICILIAR COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA. In: II Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento do XXVII Seminário de Iniciação Científica e XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Unoesc. Tema: Megatendências, perspectivas e desafios na formação profissional, 2021, Chapecó. II Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento do XXVII Seminário de Iniciação Científica e XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Unoesc. Tema: Megatendências, perspectivas e desafios na formação profissional. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; KAPP, D. P. . EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO BÁSICO: PANORAMA DE EFETIVIDADE NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XXI. In: II Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento do XXVII Seminário de Iniciação Científica e XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Unoesc. Tema: Megatendências, perspectivas e desafios na formação profissional, 2021, Chapecó. II Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento do XXVII Seminário de Iniciação Científica e XIV Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Unoesc. Tema: Megatendências, perspectivas e desafios na formação profissional. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; SONAGLIO, D. O. . ROMPIMENTO DAS BARRAGENS DE MINERAÇÃO NO BRASIL: IMPACTOS AMBIENTAIS E ANÁLISE NORMATIVA DE RESPONSABILIZAÇÃO. In: Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira, 2020, Chapecó. Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Joaçaba: Unoesc, 2020. v. 1. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>



MATTIELLO, D. C. P.; CARNIATO, D. L. . A CAUSA MODIFICATIVA DA PRESCRIÇÃO CONTIDA NO ARTIGO 200 DO CÓDIGO CIVIL: ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDENCIAIS DE INTERPRETAÇÃO. In: Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento: Inteligência artificial: a nova fronteira da ciência brasileira - XXVI Seminário de Iniciação Científica - XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2020, Chapecó. Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; CHAGAS, L. M. . OS LIMITES PARA PROVIMENTO DOS CARGOS EM COMISSÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. In: Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira, 2020, Chapecó. Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; ROSA, G. M. . APLICABILIDADE DA TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO. In: Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira, 2020, Chapecó. Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; ALMEIDA, V. S. . O INSTITUTO DA EMANCIPAÇÃO E SEUS LIMITES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. In: Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira, 2020, Chapecó. Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>

MATTIELLO, D. C. P.; CORREA, M. L. . DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO: ITINERÁRIO JURÍDICO-FACTUAL DO SUJEITO SURDO. In: Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira, 2020, Chapecó. Circuito Regional do XXVI Seminário de Iniciação Científica e XIII Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão / Universidade do Oeste de Santa Catarina. Tema: Inteligência Artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe>



Quantos trabalhos completos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos?  
Escreva a referência completa

42 respostas

2

0

Nenhum.

nenhum

3

1)OLIVEIRA, A. H.; MELO, D. C.; Prux, Oscar Ivan. PENSÃO ALIMENTÍCIA E SUA CONVERGÊNCIA COM DIREITOS DA PERSONALIDADE In: CONPEDI, 2020, florianopolis. I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI DIREITO DE FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES I. 2020, p.172 - 187, CONPEDI, 2020.

2)OLIVEIRA, A. H.. DIREITOS FUNDAMENTAIS E DA PERSONALIDADE DIANTE DA AUSÊNCIA DE SANEAMENTO BÁSICO, 2024. CONPEDI, 2024.

3)OLIVEIRA, A. H.. ESTADO DE DIREITO E A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE PERSUASÃO, 2024. CONPEDI, 2024.

1.

MOLLER, G. S.. A SOCIEDADE QUE PREGA A LIBERDADE É A QUE EXCLUI DELIBERADAMENTE: A REPRESSÃO JURÍDICA E POLÍTICA ÀS SEXUALIDADES NÃO-HETERONORMATIVAS E SEUS EFEITOS NOS DIREITOS HUMANOS. In: II Congresso internacional 'Dignidade humana em tempos de (pós) pandemia: direito e democracia no Brasil contemporâneo, 2023, Blumenau. Anais do II Congresso internacional "Dignidade humana em tempos de (pós) pandemia: direito e democracia no Brasil contemporâneo, 2023. v. 1. p. 1-18.

1

COSTA, Benedito Antonio da. RISCOS SISTÊMICOS AO ESTADO DE DIREITO EM AMBIENTE DE MODERNIDADE LÍQUIDA E PÓS-VERDADE. CONPEDI:2024. Disponível em <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/2t2r8zif/MX7u4R2Q1B86E05K.pdf>.

10

11

Foram 4 ou 5, mas, não consigo atualizaer esta informação agora.

Zero

Nenhum



Nenhum

7 - <http://lattes.cnpq.br/5910406786475583>

1. AZEVEDO, ANDERSON SOBRAL DE. CONSENTIMENTO INFORMADO E A DISPOSIÇÃO DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS: O QUE O DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PODE APRENDER COM A BIOÉTICA?. In: XXX Congresso Nacional do CONPEDI, 2024, Fortaleza. XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS II, 2024.

3

RECONHECIMENTO FACIAL COMO MEIO DE PROVA NO PROCESSO PENAL 2023

<https://http://site.conpedi.org.br/publicacoes/w7dsqk3y/7m7qi5sg/mdc8noS7L8m36CQo.pdf>

O ANPP-ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A REVISIBILIDADE JURISDICIONAL DO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO 2022

<https://http://site.conpedi.org.br/publicacoes/129by0v5/502849so>

A RELATIVIZAÇÃO DO ESTADO DE INOCÊNCIA PELA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO 2020

<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/nl6180k3/d6l42fld/jdG584Y23EB2Ppl5.pdf>

1. TRESSOLDI, Irenice.; EPIFANIO, I. . Desigualdade de gênero e desenvolvimento das capacidades das mulheres: uma análise a partir da proposta de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. In: XXIX Congresso Nacional do Conpedi: Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities, 2022, Balneário Camboriu. Teorias da justiça, do direito, da decisão, da argumentação e do realismo jurídico. Florianópolis: Conpedi, 2022. v. 1. p. 98-114.

dois

1 (um):

1 - CALDEIRA, Helder. Erosão da democracia e fake news. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Anais da XIII Mostra da Pós-Graduação. Cuiabá: UFMT, PROPG, 2022, p. 181. (ISSN 2359-4985).

Um

SOBRADO DE FREITAS, RIVA . LIBERDADE: A EXPRESSÃO E OS FATORES DE RISCO NO DEBATE PÚBLICO DAS REDES SOCIAIS. In: XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2022, BALNEÁRIO CAMBORIU. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS I. Florianópolis: Conpedi, 2022. p. 40-61.

1.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; BOTELHO FILHO, Joao Carlos. ; EUZEBIO, Gabriela Salvan . Uma análise sobre racismo e gênero a partir do cárcere. In: VIII Congresso Brasileiro de Direito Penal, 2023, Natal. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Direito Penal. Natal: Grupo Notorium, 2023. v. 1. p. 1175-1195.

2.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie. Mulheres encarceradas e a violência obstétrica a partir das intersecções de raça, sexo/gênero e classe. In: Congresso Internacional de Ciências Criminais Jurisdição Constitucional e Reformas Penais em tempos de Pandemia,



2021, Porto Alegre. Anais do II Congresso Internacional de Ciências Criminais Jurisdição Constitucional e Reformas Penais em tempos de Pandemia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. v. 1. p. 1-15.

2 trabalhos.

.

1. OLIVEIRA, Fábio Gondinho de. "DEMOKRATIA" E A CULTURA DA RUPTURA: UMA ANÁLISE DO EU NA ERA DAS MASSAS DIGITAIS E A APRESENTAÇÃO DA TENACIDADE COMO ESPERANÇA (Páginas 85 a 102). in Teorias da democracia, direitos políticos, movimentos sociais e filosofia do estado [Recurso eletrônico on-line]. Organização CONPEDI.

Coordenadores: Adriana Fasolo Pilati; Frederico Thales de Araújo Martos; Lucas Catib De laurentiis. – Florianópolis: CONPEDI, 2023.

<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/pxt3v6m5/a6j8k6c1/b2J6ghE4ogQa7k7R.pdf>

RIBEIRO, V. H. A. S. ; LAZARETTI, I. K. ; OLSSON, G. . MOVIMENTOS SOCIAIS GLOBAIS-LOCAIS COMO RESPOSTA E ALTERNATIVA ÀS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS. In: VI Encontro Nacional do CONPEDI, 2023, Florianópolis - SC. Teorias da democracia, direitos políticos, movimentos sociais e filosofia do estado I. Florianópolis-SC: Conpedi, 2023. v. 1. p. 74-95.

2.

LAZARETTI, I. K.; OLSSON, G. . A POLÍTICA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO: UM OLHAR SOBRE SEUS AVANÇOS E DESAFIOS. In: XII ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI BUENOS AIRES ? ARGENTINA, 2023, Buenos Aires. Direitos Sociais, Políticas públicas e Seguridade II. Florianópolis-SC: Conpedi, 2023. v. 1. p. 100-116.

3.

LAZARETTI, I. K.. IMPLICAÇÕES DAS NOVAS TECNOLOGIAS NO MUNDO DO TRABALHO E A PROMOÇÃO DO PLENO EMPREGO. In: VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia, 2021, Curitiba - PR. Anais da VIII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia. Porto Alegre - RS: Fundação Fenix, 2021. v. 1. p. 519-536.

4.

LAZARETTI, I. K.. A superação das desigualdades na Agenda 2030 das Nações Unidas sob a ótica da teoria da justiça distributiva. In: I Encontro Virtual do CONPEDI, 2020, Florianópolis-SC. Teorias da justiça, da decisão e da argumentação jurídica. Florianópolis-SC: Conpedi, 2020. v. 1. p. 21-36.

5.

LAZARETTI, I. K.; BONISSONI, L. D. ; MAISONNETT, L. H. . CAMINHOS DA DIMENSÃO SOCIAL DA SUSTENTABILIDADE: A PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE FRENTE AOS DESAFIOS DA CONTEMPORANEIDADE. In: II Congresso Virtual do Conpedi, 2020, Florianópolis-SC. Anais do II Congresso Nacional do Conpedi - Direito, economia e desenvolvimento econômico sustentável I. Florianópolis-SC: Conpedi, 2020. v. 1. p. 101-116.



6.

LAZARETTI, I. K.; BONISSONI, L. D. ; MAISONNETT, L. H. . A PROBLEMÁTICA DA SAÚDE GLOBAL FRENTE AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELAS CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS. In: II Congresso Virtual do Conpedi, 2020, Florianópolis-SC. Anais do II Congresso Nacional do Conpedi - Direito, governança e novas tecnologias I. Florianópolis-SC: Conpedi, 2020. v. 1. p. 82-97.

7.

STRAPAZZON, C. L. ; LAZARETTI, I. K. . EM BUSCA DO TRABALHO DECENTE: A CONSTRUÇÃO DE UM CONCEITO JURÍDICO NO BRASIL. In: VII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia, 2020, Fortaleza. Anais da VII Jornada da Rede Interamericana de Direitos Fundamentais e Democracia. Porto Alegre - RS: Fundação Fenix, 2020. v. 1. p. 1221-1238.

01

MATTIELLO, Darléa Carine Palma; DE RÉ, Joana Alice. EXPANSÃO E VIABILIDADE DA TELEMEDICINA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL. In: VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 2024, Florianópolis. DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III. Florianópolis: Conpedi, 2024. v. 1. p. 196-215. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/v38r977z/br1mf05r/ux9HTvOFUG9eoru7.pdf>

NERY DA SILVA, Rogério Luiz; MATTIELLO, Darléa Carine Palma; DE RÉ, Joana Alice. Políticas públicas de educação inclusiva: as pessoas com deficiência e o constitucionalismo digital In: Direitos sociais e políticas públicas I.1 ed. Florianópolis: Conpedi, 2023, v.1, p. 387-405. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/4k6wgg8v/2s0lvo1a/a94T6p3aaeJ2CmDB.pdf>

NERY DA SILVA, Rogério Luiz ; MATTIELLO, Darléa Carine Palma ; BARROS, D. A. C. . Direito à alimentação, segurança alimentar e alimentação adequada: leitura brasileira às diretrizes das Nações Unidas. In: Jean Carlos Dias; Rubens Beçak. (Org.). Teoria do Direito, Teoria da Justiça e Filosofia do Estado. 1ed. Florianópolis: Conpedi, 2022, v. 1, p. 117-137. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/129by0v5/7aqxk6g9/HC7GwU386go46YK9.pdf>

NERY DA SILVA, Rogério Luiz ; MATTIELLO, Darléa Carine PALMA ; BENVENUTTI, Letícia . Jovens adultos egressos do Sistema de Acolhimento e a Política de Repúblicas Residenciais: o direito à moradia e à convivência familiar. In: Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann; Regina Vera Villas Boas; Rogerio Luiz Nery Da Silva. (Org.). Direitos sociais e políticas públicas II. 1ed. Florianópolis: Conpedi, 2022, v. 1, p. 186-206. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/906terzx/274ib22l/dfV52ys81tDYXs1J.pdf>

NERY DA SILVA, Rogério Luiz ; MATTIELLO, Darléa Carine Palma . Os direitos sociais e orçamento público no Brasil: estudo do Plano Plurianual Federal 2020-2023. In: Ivan Dias da Motta; Julia Maurmann Ximenes; Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini. (Org.). Direitos Sociais e Políticas Públicas I. 1ed. Florianópolis: Conpedi, 2021, v. 1, p. 345-360. Disponível em: <http://site.conpedi.org.br/publicacoes/276gsltp/uv843e0i/fl3Uj1rXdrN017R6.pdf>

NERY DA SILVA, Rogério Luiz ; MATTIELLO, Darléa Carine Palma . Justiça como equidade, abordagens das capacidades e direitos sociais: relações de complementariedade. In: Samyra



Haydêe Dal Farra Napolini; Julia Maurmann Ximenes; Saulo de Oliveira Pinto Coelho. (Org.).  
Direitos sociais e políticas públicas I. 1ed. Florianópolis: Conpedi, 2020, v. 1, p. 421-437.

Disponível em:

<http://site.conpedi.org.br/publicacoes/olpbq8u9/9qrdj9qh/RVmU761579gPAxSx.pdf>

A efetividade da Lei Geral de Proteção de dados pessoais como política pública regulatória.  
Conpedi - Virtual - 24 e 28 de junho de 2024.



Quantos eventos você organizou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

42 respostas

0

Nenhum.

Nenhum

3

nenhum

1.

MOLLER, G. S.; DE MARCO, C.M. ; TRESSOLDI, I. ; LAZARETTI, I. K. ; SANTOS, M. A. R. ; SANTOS, M. F. B. ; VAILATTI, N. ; TRAMONTINA, R. . Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina,. 2023. (Outro).

2.

MOLLER, G. S.; MARCO, C. M. ; VAILATTI, N. ; TRAMONTINA, R. ; GIORDANI, T. ; RIBEIRO, A. J. A. ; TRESSOLDI, I. ; ROCKEMBACK, A. C. . III Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's) do PPGD (Unoesc). 2022. (Outro).

3.

MOLLER, G. S.; RIBEIRO, A. J. A. ; TRESSOLDI, I. ; DE MARCO, C.M. ; VAILATTI, N. ; TRAMONTINA, R. . SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONEXÕES E IDEIAS EM AMARTYA SEN. 2022. (Outro).

4.

MOLLER, G. S.. XXIV Jornada Jurídica do Curso de Direito da Unoec Joaçaba. 2022. (Congresso).

5.

MOLLER, G. S.; SILVA, M. C. D. ; MARCO, C. M. . II Seminário Multidisciplinar de Direito - Unoesc Joaçaba. 2021. (Congresso).

6.

MOLLER, G. S.; FRANCA, E. P. C. ; SILVA, M. C. D. ; WECZENOVICZ, T. J. ; FREITAS, M. M. D. . XXIII Jornada Jurídica do Curso de Direito da Unoesc Joaçaba. 2021. (Congresso).

7.

MOLLER, G. S.. Os Direitos Fundamentais em Tempos de Covid-19. 2020. (Congresso).

20

Não organizei



5

1.

XXI Mostra Regional de Trabalhos Jurídicos, realizada nos dias 24 e 25 de maio de 2022. A RENÚNCIA FISCAL DE RECEITAS VINCULADAS AO FINANCIAMENTO DO REGIME GERAL E O REGIME PRÓPRIO FEDERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL?. 2022. (Seminário).

2.

XXI Mostra Regional de Trabalhos Jurídicos..?OS DIREITOS DOS IDOSOS EM TEMPO DE PANDEMIA CAUSADO PELA COVID-19: RESTRIÇÕES ÀS GARANTIAS INDIVIDUAIS E A AUSÊNCIA DE NORMAS GERAIS ESTRUTURADAS?. 2022. (Seminário).

3.

1 Congresso Internacional de Direito FAIPE. 1 Congresso Internacional de Direito CID MT - Encerramento. 2021. (Congresso).

4.

Primeiro Webinar em Direitos Humanos. SEMINÁRIO: 1º WEBINAR DE DIREITOS HUMANOS DA AMATRA23 01-09 - EIXO 1 - DIREITOS HUMANOS E DEVIDO PROCESSO LEGAL 18h30 - TEMA: A GRATUIDADE DA JUSTIÇA PÓS REFORMA TRABALHISTA Palestrante: Cláudio Brandão - Ministro do TST. / Mediadora: Dayna Lannes - Ju. 2021. (Seminário).

5.

Seminário de Pesquisa e Ezxtensão. REGIME JURÍDICO DAS FONTES ALTERNATIVAS DE RECEITAS E DA RENÚNCIA NOVOS CAMINHOS PARA ENTENDER O DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL no. 2021. (Seminário).

6.

Congresso Internacional - Os Direitos Fundamentais em tempos de Covid-19. 2020. (Congresso).

7.

Congresso Internacional - Segurança social, finanças públicas e direitos fundamentais no contexto brasileiro da calamidade sanitária. 2020. (Congresso).

Zero

Nenhum

2 - <http://lattes.cnpq.br/5910406786475583>

um

8

1. MARCO, C. M. ; TRAMONTINA, Robison. ; MOLLER, G. S. ; VAILATTI, N. ; TRESSOLDI, Irenice. . IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais - 10 anos do PPGD da Unoesc. 2023. (Outro).

2. TRAMONTINA, Robison. ; MARCO, C. M. ; TRESSOLDI, Irenice. ; MOLLER, G. S. ; VAILATTI, N. ;



GIORDANI, T. ; ROCKEMBACK, A. . III Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's) do PPGD Unoesc. 2022. (Outro).

3. TRAMONTINA, Robison. ; MARCO, C. M. ; TRESSOLDI, Irenice. ; MOLLER, G. S. ; VAILATTI, N. . SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONEXÕES E IDEIAS EM AMARTYA SEN. 2022. (Congresso).

4. TRAMONTINA, Robison. ; ROCHA, Tiago ; TRESSOLDI, Irenice. ; VAILATTI, N. ; SPEZZATTO, Tiago; BONISSONI, Lucas. IV Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's) do PPGD Unoesc. 2023. (Outro).

três

Dois.

Seminário Internacional Sobre desenvolvimento sustentável e direitos fundamentais  
V Seminário de integração dos GEPs

1. ROCKEMBACK, Ana Claudia. III Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's) do PPGD (Unoesc). 2022. (Congresso).
2. ROCKEMBACK, Ana Claudia. I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. 2022. (Congresso).
3. ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . II Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEPs) do PPGD. 2021. (Outro).
4. ROCKEMBACK, Ana Claudia; SOARES, Cristiano Ribeiro ; DUTRA, Delamar José Volpato ; GUERINI, Guilherme Luiz ; VAILATTI, Natálie ; TRAMONTINA, Robison ; ROSA, Viviane Lemes da . Congresso Nacional sobre Teorias da justiça: 50 anos de uma teoria da justiça de John Rawls. 2021. (Congresso).
5. VIEIRA, Regina Stela Corrêa ; ROCKEMBACK, Ana Claudia ; VAILATTI, Natálie . II Colóquio Internacional ?Desafios do presente e do futuro do Direito do Trabalho?. 2021. (Congresso).
6. ROCKEMBACK, Ana Claudia. Congresso Internacional - Os Direitos Fundamentais em tempos de Covid-19. 2020. (Congresso).
7. ROCKEMBACK, Ana Claudia. Mal-estar em tempos de isolamento social: pandemia e subjetividade na ótica da psicanálise. 2020. (Exposição).
8. ROCKEMBACK, Ana Claudia. I Colóquio Internacional: Desafios do presente e do futuro para o direito do trabalho. 2019. (Congresso).
9. ROCKEMBACK, Ana Claudia. Seminário Internacional Segurança Social, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais. 2019. (Congresso).

2 eventos.

1

2 eventos. I Congresso Jurídico de Lucas do Rio Verde (2022). II Congresso Jurídico de Lucas do Rio Verde (2023).

DE MARCO, C. M. ; MOLLER, G. S. ; TRESSOLDI, I. ; LAZARETTI, I. K. ; SANTOS, M. A. R. ; SANTOS, M. F. B. ; VAILATTI, N. ; TRAMONTINA, R. . IV Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina. 2023. (Congresso).



LAZARETTI, I. K.. II Colóquio Internacional: Desafios do Presente e do Futuro do Direito do Trabalho. 2021. (Congresso).

01

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

## Google Formulários





# Avaliação Geral - Egressos do Mestrado

15 respostas

[Publicar análise](#)

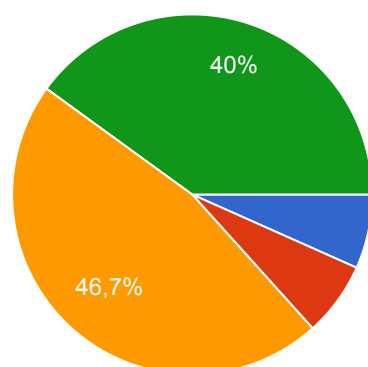
## COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD UNOESC

### Área de atuação

 Copiar

Educação Superior: Desde que concluiu seu curso de mestrado, você vem exercendo, com regularidade, alguma atividade profissional ou voluntária na Educação Superior?

15 respostas



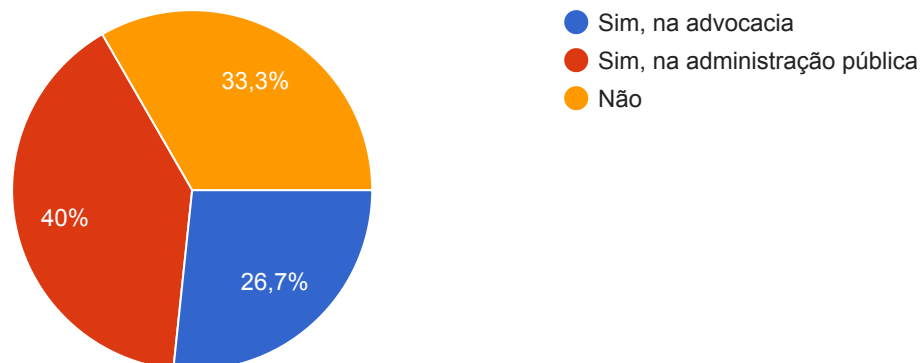
- Sim, na pós-graduação lato sensu (cursos de especialização).
- Sim, na pós-graduação stricto sensu (cursos de mestrado ou doutorado).
- Sim, na graduação.
- Não



Área de atuação: Técnico-Jurídica: Desde que concluiu seu curso de mestrado, você vem exercendo, com regularidade, alguma atividade profissional não educacional na área jurídica?

 Copiar

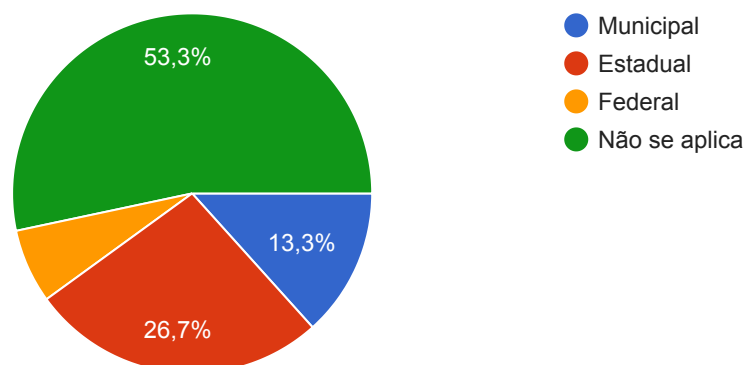
15 respostas



Qual carreira pública?

 Copiar

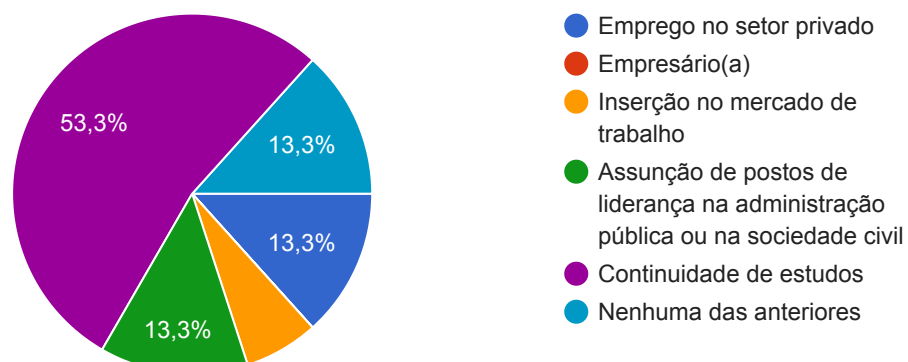
15 respostas



Desde que concluiu seu curso de mestrado, você vem exercendo, com regularidade, alguma dessas atividades abaixo?

 Copiar

15 respostas



Comente, brevemente, como seus estudos e sua pesquisa realizada no PPGD Unoesc impactaram na sua atuação profissional.

15 respostas

Trouxeram uma excelente bagagem em pesquisas.

Meus estudos e minha pesquisa realizada no PPGD permitiram a qualificação profissional atrelada a aumento de remuneração. Além disso, possibilitou a abertura de novas oportunidades de trabalho na docência no ensino superior.

O desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso, sob a orientação do Prof. Vinícius Mozetic, possibilitou a publicação de um livro que foi super bem aceito pela comunidade jurídica (área da investigação tecnológica). Com o desenvolvimento do tema, fui convidado a assumir uma importante função dentro da instituição pública a qual estou vinculado. Essa função guarda íntima relação com a pesquisa que foi desenvolvida no mestrado da UNOESC. Por esse motivo, sou muito grato a todos os professores, servidores e colaboradores da instituição de ensino.

A pesquisa colaborou para a retomada de estudos acadêmicos e acabou fortalecendo a ideia de dar sequência nesse segmento (doutorado) e, principalmente, de entrar na docência, a qual sempre foi o principal objetivo buscado quando do ingresso na pós graduação.

O mestrado ampliou minha consciência acadêmica e profissional, passei a ser mais respeitado e alavancou a minha carreira

Os estudos de mestrado trouxeram perspectivas diferentes e variadas sobre a compreensão de direitos fundamentais, o que ampliou minha capacidade de percepção, compreensão e interpretação de direitos fundamentais.

O mestrado teve um impacto significativamente positivo nas minhas funções. Na docência foi fundamental, sobretudo na orientação de trabalhos de conclusão de curso e na administração pública possibilitou ascensão na carreira.

O mestrado impactou significativamente. Foi uma importante etapa que me permitiu ingressar no doutorado. As técnicas de estudo e produção aprendidas no mestrado são libertadoras e podem/devem ser aplicadas em outras atividades.

O mestrado realizado no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Unoesc teve um impacto profundo na minha atuação tanto como advogada quanto como professora universitária. A pesquisa desenvolvida me proporcionou uma base teórica sólida e um olhar crítico sobre o Direito, permitindo que eu atuasse de forma mais analítica e estratégica na advocacia. Além disso, o mestrado ampliou minha capacidade de reflexão e argumentação, habilidades essenciais no exercício docente. Na academia, o aprofundamento nos estudos jurídicos me ajudou a oferecer aos alunos um ensino mais qualificado e atualizado, incentivando o pensamento crítico e a busca constante pelo conhecimento.



Tive uma grande evolução acadêmica após o término do mestrado e o ingresso no doutorado, além de ter a oportunidade de ingressar na docência.

Ministrei aulas durante 4 anos, após retornei para Chapecó e iniciei o Doutorado junto atuo como preposta de bancos e da azul linhas aéreas.

Contribuíram no alargamento do conhecimento e na melhoria das técnicas de pesquisa, bem como no aprofundamento teórico relacionados à área jurídica, auxiliando na capacidade em elaboração de soluções profissionais que refletem na abordagem dos problemas institucionais. O mestrado aprofundou os conhecimentos de ciência jurídica necessários para a docência do ensino superior.

A pesquisa realizada no PPGD tem impactado minha atuação profissional ao proporcionar uma compreensão mais profunda e abrangente sobre direitos fundamentais, o que se reflete na forma como abordo questões jurídicas no meu trabalho. Ainda, o rigor acadêmico contribuiu para o aprimoramento da minha capacidade de análise crítica e resolução de problemas, o que me permite adotar uma abordagem mais estruturada e fundamentada, mesmo em áreas do direito não diretamente ligadas aos temas abordados na pesquisa.

Os estudos realizados durante o Mestrado maximizaram a quantidade de oportunidades na atuação profissional. A experiência pessoal na academia (stricto sensu) progrediu para uma visão ampla e dinâmica das relações e do Direito.

## **Dimensão 9. Produção e pesquisa**



Quantos livros você publicou nos últimos 4 anos? (sozinho ou com, no máximo, 3 autores). Escreva a referência completa

15 respostas

nenhum

0

Nenhum.

1. BARBIERO, Diego Roberto. Implantação de Malwares em Investigações Complexas. Curitiba: Juruá, 2021.

1. TRAMONTINA, Robison. (Org.) ; TRESSOLDI, Irenice. (Org.) ; EPIFANIO, I. (Org.) . 50 anos de 'Uma Teoria da Justiça' de John Rawls: temas, problemas e interlocuções. 1. ed. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021. v. 1. 235p .

2. TRAMONTINA, Robison. (Org.) ; TRESSOLDI, Irenice. (Org.) ; EPIFANIO, I. (Org.) . Pensando a Justiça com Aristóteles, Martha Nussbaum, John Rawls. 1. ed. Joaçaba: Editora Unoesc, 2020. v. 1. 430p .

1

Nenhum

2 Livros. TRAMONTINA, R. (Org.) ; TRESSOLDI, I. (Org.) ; EPIFÂNIO, I. (Org.) . Pensando a Justiça com Aristóteles, Martha Nussbaum e John Rawls. 1. ed. Joaçaba: UNOESC, 2020. v. 1. 430p .

TRAMONTINA, R. (Org.) ; TRESSOLDI, I. (Org.) ; EPIFÂNIO, I. (Org.) . 50 ANOS DE 'UMA TEORIA DE JUSTIÇA' DE JOHN RAWLS: Temas, Problemas e Interlocuções. 1. ed. Joaçaba: UNOESC, 2021. v. 1. 235p .

zero

1. COSTA, Benedito Antonio da. Gestão participativa dos riscos & cidades sustentáveis, ed.1. Belo Horizonte: Fórum, 2024, p.149.

Apenas organizações:

VEIRA, R. S. C. (Org.) ; VAILATTI, N. (Org.) ; ROCKEMBACK, A. C. (Org.) . Temas emergentes de direitos sociais no Século XXI. 1ª. ed. Joaçaba: Editora Joaçaba, 2022. 176p .



Quantos capítulos de livros você publicou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

15 respostas

0

2

nenhum

1 capítulo.

Referência:

A reinterpretção do artigo 142 da Constituição Federal de 1988: uma análise pelo fenômeno da psicologia das massas. In: Handel Martins Dias; Anizio Pires Gavião Filho; Rogério Gesta Leal.. (Org.). Coletânea do VIII Seminário Internacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis. 1ed.São Paulo: Editora Dialética, 2024, v. 1, p. 299-314

1. BARBIERO, Diego Roberto. Interrupção do Processo Eleitoral. in NUNES, Diego (org.). Crimes contra o estado democrático de direito: comentários à Lei no 14.197/2021. Belo Horizonte/São Paulo: D'Plácido, 2023.

RESSENER, Cátia Regina Grando. A seletividade criminal na abordagem policial. Joaçaba: UNOESC, 2022 (artigo).

nenhum

1. TRESSOLDI, Irenice.; DUARTE, B. O enfoque das capacidades de Martha Nussbaum como uma perspectiva para superação de desigualdades de gênero e da violência doméstica contra a mulher. In: Michelle de Souza Gomes Hugill; Salete Silva Sommariva; Grazielly Alessandra Baggenstoss; Adriano Beiras; Poliana Ribeiro dos Santos. (Org.). SISTEMA DE JUSTIÇA, GÊNERO E DIVERSIDADES: Estudos e práticas sobre violências domésticas, familiares e acesso à justiça. 1ed.Florianópolis: Editora Academia Digital, 2023, v. 1, p. 337-351.

2. TRAMONTINA, Robison. ; TRESSOLDI, Irenice. . A razão pública da teoria da justiça como equidade de John Rawls como meio de conferir legitimidade social às decisões proferidas por tribunais constitucionais. In: Robison Tramontina e José Jorge Figueiredo dos Anjos. (Org.). QUESTÕES E DESAFIOS AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E AO JUDICIÁRIO NA SOCIEDADE DIGITAL: homenagem ao desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira. 1ed.São Luís: ESMAM, 2023, v. 1, p. 49-66.

3. TRESSOLDI, Irenice.; DUARTE, B. . Financeirização e acesso à moradia adequada sob a ótica dos dois princípios da justiça de John Rawls. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio. (Org.). 50 anos de 'Uma Teoria da Justiça' de John Rawls: temas, problemas e interlocuções. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 99-129.

4. TRESSOLDI, I.. A construção da dignidade humana no contexto jurídico brasileiro e a dimensão conferida pelo Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade. In: Wilson Steinmetz. (Org.). Direitos Fundamentais: estudos de teoria e dogmática. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 7-44.



5.

TRESSOLDI, I.. Diversidade das sociedades latino-americanas e consenso sobreposto na teoria da justiça como equidade de John Rawls. In: Thaís Janaina Wenczenovicz; Natálie Vailatti; Ana Cláudia Rockemback. (Org.). Desenvolvimento humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 2, p. 119-143.

6. TRESSOLDI, I.. A razão pública da Teoria da Justiça como Equidade de John Rawls como meio de conferir legitimidade social às decisões proferidas por tribunais constitucionais. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio. (Org.). Pensando a Justiça com Aristóteles, Martha Nussbaum, John Rawls. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 189-238.

7. TRESSOLDI, Irenice.; TRAMONTINA, Robison. . As políticas públicas sob o enfoque das capacidades de Amartya Sen. In: Robison Tramontina; Elda Coelho de Azevedo Bussinguer; Bruno Lorenzetto. (Org.). Direitos Fundamentais e Políticas Públicas. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2020, v. 1, p. 25-48.

Dois

A colonialidade da expressão nas redes sociais: uma leitura a partir do pensamento decolonial. Desenvolvimento Humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente: volume III. 1ed.: , 2021, v. , p. 85-106.

A aplicabilidade dos direitos fundamentais em face das políticas da comunidade no Facebook: um estudo do tratamento da liberdade de expressão na rede social. Direitos fundamentais: estudos de teoria e dogmática III. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc,, 2021, v. , p. 29-53.

5 capítulos:

1. EPIFÂNIO, I.; TRESSOLDI, I. . Presença de Mulheres em cargos de poder: uma análise da atual composição do tribunal de justiça de Mato Grosso. In: Izabelle Epifânio; Fatima Luiza Frasson da Silva Souza (et al). (Org.). Direitos Humanos e Fundamentais: Abordagens de temas emergentes. 2ed.Florianópolis: Prisma, 2024, v. 2, p. 21-35.

2.

EPIFÂNIO, I.; SILVA, V. P. . A Administração Pública e o Impedimento à nomeação de pessoas condenadas pela Lei Maria da Penha como efetivação do princípio da moralidade. In: Fatima Luiza Frasson da Silva Souza, Izabelle Epifânio; (et al). (Org.). Direitos Humanos e Fundamentais: Abordagens de temas emergentes. 1ed.Florianópolis: Prisma, 2024, v. 1, p. 124-135.

3.

EPIFÂNIO, I.; BRAGANHOL, V. V. N. S. . Do parto ao trauma: a violência obstétrica sob o panorama de violação aos direitos fundamentais das mulheres. In: Izabelle Epifânio; Fatima Luiza Frasson da Silva Souza (et al). (Org.). Direitos Humanos e Fundamentais: Abordagens de Temas Emergentes. 2ed.Florianópolis: Prisma, 2024, v. 2, p. 84-98.

4.

EPIFÂNIO, I.. Políticas afirmativas para mulheres no âmbito eleitoral e o impacto da atuação do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral. In: Wilson Antônio Steinmetz. (Org.). Direitos Fundamentais: estudos de teoria e dogmática. 1ed.Joaçaba: UNOESC, 2021, v. 1, p. 111-133.

5.



EPIFÂNIO, I.. Liberalismo político e o olhar crítico da teoria de justiça rawlsiana segundo Susan Okin. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio. (Org.). 50 ANOS DE. 1ed.Joaçaba: UNOESC, 2021, v. 1, p. 221-236.

1.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; LOCATELI, Cláudia Cinara . Democracia e desigualdade social: gênero, raça e classe como objeção à representação das mulheres na vida pública. In: Riva Sobrado de Freitas, Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Interculturalidade, intersubjetividade de gênero e personalidade. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2023, v. , p. 13-30.

2.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VIEIRA, Regina Stela Corrêa . Louise Michel: memórias, luta e cuidado na Comuna de Paris. In: Carla Benitez Martins; Flávio Roberto Batista; Gustavo Seferian. (Org.). Comuna de Paris, Estado e Direito. 1ed.BeloHorizonte: RTM, 2021, v. 1, p. 189-200.

3.

LOCATELI, Cláudia Cinara ;ROCKEMBACK, Ana Claudia. Desigualdades Coloniais: violência obstétrica pelas intersecções de gênero, raça e classe. In: Riva Sobrado de Freitas; Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Interculturalidade, identidade de gênero e personalidade. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 41-58.

4.

VAILATTI, Natálie ;

ROCKEMBACK, Ana Claudia. O Feminismo Decolonial Latino-americano: as vozes das silenciadas. In:Thais Janaina Wenczenovicz. (Org.). Desenvolvimento Humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente.1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 231-248.

5.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina . Violência doméstica e Covid-19: o retrato da mulher negra sob a ótica da interseccionalidade. In: Maria Cristina Schefer, Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Direito à educação e identidades: questões indígenas e perspectivas raciais. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 203-228.

6.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . A informalidade das mulheres negras nas relações de trabalho pela perspectiva da interseccionalidade. In: Thaís Janaina Wenczenovicz, Ana Claudia Rockemback e Natálie Vailatti. (Org.).Desenvolvimento humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente: volume II. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc,2020, v. 2, p. 241-257.

7.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . A dignidade da pessoa humana e a autonomia da parturiente: uma breve análise da inconstitucionalidade da Lei da Cesárea. In: Wilson Steinmetz. (Org.). Direitos Fundamentais: estudos de teoria e dogmática (I). 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 107-128.

8.

ROCKEMBACK, Ana Claudia

; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina ; VIEIRA, Regina Stela Corrêa . Violações a direitos fundamentais nos casos de violência obstétrica. In: Carlos L Strapazon e Regina Stela Corrêa Vieira. (Org.). Direitos fundamentais e políticas públicas no Brasil: conexões entre segurança social, trabalho decente e desenvolvimento.1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 105-110.

9.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . A licença-paternidade como ação afirmativa para oportunizar o(re)ingresso das mulheres mães no mercado de trabalho. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio.(Org.). Pensando a justiça com Aristóteles,



Martha Nussbaum, John Rawls. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 35-56.

10.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . A violência obstétrica sob o enfoque das capacidades de Martha Nussbaum. In: Robison Tramontina; Irenice Tressoldi; Izabelle Epifânio. (Org.). Pensando a justiça com Aristóteles, MarthaNussbaum, John Rawls. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2020, v. 1, p. 239-257.

11.

LOCATELI, Cláudia Cinara ;ROCKEMBACK, Ana Claudia; ARCARO, Larissa Thielle . Cuidado e maternagem: subalternização de mulheres em relações familiares pelas intersecções de gênero, raça e classe.. In: Elda Bussinguer; Patrícia Tuma Martins Bertolin; Regina Stela Corrêa Vieira. (Org.). Feminismo, Trabalho e Direitos Humanos: diálogos entre grupos de pesquisa.. 1ed.Vitória/ES: FDV, 2020, v. 1, p. 249-278.

1. COSTA, Benedito Antonio da. A família democrática de Tocqueville a Giddens: a espiritualização do conceito de família na democracia In: Estudos de Direito Civil Contemporâneo - 2020, ed.1. : Editora Lumen Juris, 2020, v.1, p. 231

VEIRA, R. S. C. ; VAILATTI, N. . Trabajo de cuidados, nuevas tecnologías y vulnerabilidad social. In: Francisco Balaguer Callejón; Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). Derechos fundamentales y democracia en el constitucionalismo digital. 1ªed.Navarra: Editorial Aranzadi, 2023, v. , p. 40-

VAILATTI, N.; ROCKEMBACK, A. C. . O Feminismo Decolonial Latino-americano: as vozes das silenciadas. In: Thais Janaina Wenczenovicz. (Org.). Desenvolvimento Humano e interculturalidade: reflexões desde a práxis discente: volume III. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. III, p. 231-248.



Periódicos: quantos artigos em periódicos você publicou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

15 respostas

0

nenhum

3 artigos.

Referência:

A necessidade de fundamentação das decisões judiciais como meio de legitimação do estado democrático de direito. CADERNOS UNIFOA (IMPRESSO), v. 17, p. 75-85, 2022.

ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DAS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS NO PROCESSO PENAL. Revista Querubim (Online), v. 04, p. 41-47, 2021.

SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIREÇÃO SOB O ASPECTO DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. Revista Eletrônica da OAB Joinville, v. 1, p. 290-302, 2021.

nenhum

20

1. TRESSOLDI, IRENICE; TRAMONTINA, ROBISON . Razão pública e amicus curiae no Supremo Tribunal Federal: análise dos argumentos utilizados na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.543. REVISTA ESPAÇO JURÍDICO, v. 23, p. 1-28, 2022.

2. CRUZ, M. A. R. C. E. ; TRAMONTINA, Robison. ; TRESSOLDI, Irenice. . Imagens Traumáticas para campanha de prevenção e controle de transmissão da Covid-19: um estudo do caso do Município de Xaxim-SC. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1039, p. 147-167, 2022.

3. TRESSOLDI, IRENICE; TRAMONTINA, ROBISON . PARALELO ENTRE A TEORIA DA JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS E A IGUALDADE DE CAPACIDADES DE AMARTYA SEN. REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, v. 9, p. 208-223, 2021.

4

Dois

O EMPREENDEDOR MORAL NAS REDES SOCIAIS: AÇÃO PERSUCUTÓRIA E LINCHAMENTOS VIRTUAIS. <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0065/2022.v8i2.9250>, v. 8, p. 22-43, 2023.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO ATUAL: A DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS. Conpedi Law Review, v. 7, p. 97-118, 2022.

zero



1. COSTA, Benedito Antonio da. Utilização da Escala de Fibonacci na avaliação de riscos: vantagens, aplicações e didática. Revista Democrática. v.5, p.277 - 307, 2019.
2. COSTA, Benedito Antonio da. CONSIDERAÇÕES SOBRE UM DIREITO FUNDAMENTAL À USUCAPIÃO ESPECIAL: INSTRUMENTOS, GOVERNANÇA E EFETIVIDADE. Artigo. Joaçaba:Editora UNOESC, 2020. (Outra produção bibliográfica)
3. COSTA, Benedito Antonio da. CRÍTICAS À ABORDAGEM UTILITARISTA DA JUSTIÇA NA GESTÃO PÚBLICA DA COVID-19. Artigo. Joaçaba:Editora UNOESC, 2020. (Outra produção bibliográfica)
4. COSTA, Benedito Antonio da. ENTRE O SER E O DEVER SER HUMANO: DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA À ALTERIDADE IGUALITÁRIA DA PESSOA. Artigo. Joaçaba:Editora Unoesc, 2020. (Outra produção bibliográfica)

Nenhum



Quantos resumos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

15 respostas

0

Nenhum

nenhum

1 resumo.

Referência:

MERCADO DE TRABALHO E TECNOLOGIA: PERSPECTIVAS SOBRE O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO E INSTITUIÇÕES: Diálogos institucionais e políticas de enfrentamento da crise, 2020, Rio de Janeiro. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO E INSTITUIÇÕES: Diálogos Institucionais e Políticas de Enfrentamento da Crise. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2020. p. 82-87

nenhum

1

1. TRESSOLDI, Irenice.; EPIFÂNIO, I. . DESIGUALDADE DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES DAS MULHERES: uma análise a partir da proposta de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

2: 1.

EPIFÂNIO, I.; TRESSOLDI, I. . Desigualdade de gênero e desenvolvimento das capacidades das mulheres: uma análise a partir da proposta de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. In: XXIX Congresso Nacional do CONPEDI Balneário Camboriu - SC, 2022, BALNEARIO CAMBORIÚ. Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities: Teorias da justiça, do direito, da decisão, da argumentação e do realismo jurídico.. Florianópolis: CONPEDI, 2022. v. 1. p. 98-114.

2.

EPIFÂNIO, I.. O Direito à imagem do professor em tempos de Covid-19. In: IX Congresso Nacional da FEPODI: Direito, Desenvolvimento e Cidadania, 2021, São Paulo. Anais do IX Congresso Nacional da FEPODI [Recurso eletrônico on-line]: Direito, Educação e Metodologias do Conhecimento., 2021. v. 1. p. 17-25.

1.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie. ; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. . Liberdade Religiosa e o uso sacramental da Ayahuasca: perspectivas em direito fundamental, práticas de culto e de crença. In: I Congresso Internacional sobre o Comum e os Commons, 2020, Caxias do Sul. Congresso Internacional sobre o Comum e os Commons. Caxias do Sul: EDUCS, 2020. v. 1. p. 57-58.

2.



ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie ; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina . Corpos, Direito e Maternidade: perspectivas e trajetórias das mulheres indígenas. In: I Congresso Internacional sobre o Comum e os Commons, 2020,Caxias do Sul. Congresso Internacional sobre o Comum e os Commons. Caxias do Sul: EDUCS, 2020. v. 1. p. 121-122.

3.

ROCKEMBACK, Ana Claudia. A informalidade das mulheres negras nas relações de trabalho pela perspectiva da interseccionalidade. In: II SIDIAL - Seminário Internacional Diálogos Interculturais na América Latina: saberes populares IV Congresso Internacional Pluralismo Jurídico, Constitucionalismo, Buen Vivir, e Justiça Ambiental na América Latina, 2020,Chapecó. Anais do II Seminário Internacional Diálogos Interculturais na América Latina: saberes populares e IV Congresso Internacional Pluralismo Jurídico, Constitucionalismo, Buen Vivir, e Justiça Ambiental na América Latina. Chapecó: Livrologia,2019. p. 929-930.

Sem publicação



Quantos trabalhos completos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos?  
Escreva a referência completa

15 respostas

0

3

nenhum

Nenhum.

nenhum

1. TRESSOLDI, Irenice.; EPIFANIO, I. . Desigualdade de gênero e desenvolvimento das capacidades das mulheres: uma análise a partir da proposta de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. In: XXIX Congresso Nacional do Conpedi: Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities, 2022, Balneário Camboriu. Teorias da justiça, do direito, da decisão, da argumentação e do realismo jurídico. Florianópolis: Conpedi, 2022. v. 1. p. 98-114.

4

Um

LIBERDADE: A EXPRESSÃO E OS FATORES DE RISCO NO DEBATE PÚBLICO DAS REDES SOCIAIS. In: XXIX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 2022, BALNEÁRIO CAMBORIU. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS I. Florianópolis: Conpedi, 2022. p. 40-61.

2

EPIFÂNIO, I.; TRESSOLDI, I. . Desigualdade de gênero e desenvolvimento das capacidades das mulheres: uma análise a partir da proposta de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen. In: XXIX Congresso Nacional do CONPEDI Balneário Camboriu - SC, 2022, BALNEARIO CAMBORIÚ. Constitucionalismo, Desenvolvimento, Sustentabilidade e Smart Cities: Teorias da justiça, do direito, da decisão, da argumentação e do realismo jurídico.. Florianópolis: CONPEDI, 2022. v. 1. p. 98-114.

2.

EPIFÂNIO, I.. O Direito à imagem do professor em tempos de Covid-19. In: IX Congresso Nacional da FEPODI: Direito, Desenvolvimento e Cidadania, 2021, São Paulo. Anais do IX Congresso Nacional da FEPODI [Recurso eletrônico on-line]: Direito, Educação e Metodologias do Conhecimento., 2021. v. 1. p. 17-25.

1.ROCKEMBACK, Ana Claudia; BOTELHO FILHO, Joao Carlos. ; EUZEBIO, Gabriela Salvan. . Uma análise sobre racismo egênero a partir do cárcere. In: VIII Congresso Brasileiro de Direito Penal, 2023, Natal. Anais do VIII Congresso Brasileiro deDireito Penal. Natal: Grupo Notorium, 2023. v. 1. p. 1175-1195.

2.

ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . Mulheres encarceradas e a violência



obstétrica a partir das intersecções de raça, sexo/gênero e classe. In: Congresso Internacional de Ciências Criminais Jurisdição Constitucional e Reformas Penais em tempos de Pandemia, 2021, Porto Alegre. Anais do II Congresso Internacional de Ciências Criminais Jurisdição Constitucional e Reformas Penais em tempos de Pandemia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020. v. 1. p. 1-15.

COSTA, Benedito Antonio da. RISCOS SISTÊMICOS AO ESTADO DE DIREITO EM AMBIENTE DE MODERNIDADE LÍQUIDA E PÓS-VERDADE In: CONPEDI, 2024, FLORIANÓPOLIS. VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI - CONSTITUIÇÃO, TEORIA CONSTITUCIONAL E DEMOCRACIA II. Florianópolis: CONPEDI, 2024,

2 (Artigo intitulado “Discurso de ódio e livre desenvolvimento da personalidade nos ambientes digitais” publicado nos anais da I Jornada de Direitos Humanos (ISBN: 978-65-272-0174-8) e Artigo intitulado “O exercício da liberdade de expressão no âmbito das novas tecnologias: uma análise sob a ótica do capitalismo de vigilância” publicado nos Anais do I Congresso Brasileiro de Direito da Faculdade de Desenvolvimento do Norte - FADENORTE)

Nenhum



Quantos eventos você organizou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

15 respostas

0

nenhum

nenhum

Nenhum.

1. Seminário de Investigação Digital. Ministério Público de Santa Catarina, 2023.

1. MARCO, C. M. ; TRAMONTINA, Robison. ; MOLLER, G. S. ; VAILATTI, N. ; TRESSOLDI, Irenice. . IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais - 10 anos do PPGD da Unoesc. 2023. (Outro).

2. TRAMONTINA, Robison. ; MARCO, C. M. ; TRESSOLDI, Irenice. ; MOLLER, G. S. ; VAILATTI, N. ; GIORDANI, T. ; ROCKEMBACK, A. . III Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's) do PPGD Unoesc. 2022. (Outro).

3. TRAMONTINA, Robison. ; MARCO, C. M. ; TRESSOLDI, Irenice. ; MOLLER, G. S. ; VAILATTI, N. . SEMINÁRIO INTERNACIONAL CONEXÕES E IDEIAS EM AMARTYA SEN. 2022. (Congresso).

4. TRAMONTINA, Robison. ; ROCHA, Thiago Satnos; TRESSOLDI, Irenice. ; MOLLER, G. S. ; VAILATTI, N. ; SPEZZATTO, Tiago; BONISSONI, Lucas Dalmora. IV Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's) do PPGD Unoesc. 2023. (Outro).

Dois

V Seminário de Integração dos GEPs

VI Seminário Internacional sobre desenvolvimento sustentável e direitos fundamentais

3. EPIFÂNIO, I.; OLIVEIRA, B. A. ; ADAMCZYK, J. C. A. . I SIMPÓSIO JURÍDICO DE DIAMANTINO. 2022. (Outro).

EPIFÂNIO, I.; OLIVEIRA, B. II SIMPÓSIO JURÍDICO DE DIAMANTINO. 2023. (Outro).

EPIFANIO, I. II SIMPOSIO JURIDICO DE DIAMANTINO (SIMJUD) ESTADO, CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA: PERSPECTIVAS DEMOCRÁTICAS NO DIREITO CONTEMPORÂNEO (2024)

1. ROCKEMBACK, Ana Claudia. III Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's) do PPGD (Unoesc).2022. (Congresso).

2. ROCKEMBACK, Ana Claudia. I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. 2022. (Congresso).

3. ROCKEMBACK, Ana Claudia; VAILATTI, Natálie . II Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEPs) doPPGD. 2021. (Outro).

4. ROCKEMBACK, Ana Claudia; SOARES, Cristiano Ribeiro ; DUTRA, Delamar José Volpato ; GUERINI, Guilherme Luiz ;VAILATTI, Natálie ; TRAMONTINA, Robison ; ROSA, Viviane Lemes da . Congresso Nacional sobre Teorias da justiça: 50 anos de uma teoria da justiça de John



Rawls. 2021. (Congresso).

5. VIEIRA, Regina Stela Corrêa ; ROCKEMBACK, Ana Claudia ; VAILATTI, Natálie . II Colóquio Internacional ?Desafios do presente e do futuro do Direito do Trabalho?. 2021. (Congresso).

6. ROCKEMBACK, Ana Claudia. Congresso Internacional - Os Direitos Fundamentais em tempos de Covid-19. 2020. (Congresso).

7. ROCKEMBACK, Ana Claudia. Mal-estar em tempos de isolamento social: pandemia e subjetividade na ótica da psicanálise. 2020. (Exposição).

8. ROCKEMBACK, Ana Claudia. I Colóquio Internacional: Desafios do presente e do futuro para o direito do trabalho. 2019. (Congresso).

9. ROCKEMBACK, Ana Claudia. Seminário Internacional Segurança Social, Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais. 2019. (Congresso).

Sem publicação

III Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisas (GEP's) do PPGD (Unoesc). 2022. (Seminário).

II Colóquio Internacional Desafios do Presente e do Futuro do Direito do Trabalho. 2021. (Congresso).

II Colóquio Internacional Desafios do Presente e do Futuro do Direito do Trabalho. Mesa 3: Trabalho, tempo e margens. 2021. (Congresso).

II Seminário de Integração de Grupos de Estudos e Pesquisa (GEP's). 2021. (Seminário).

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários





# Avaliação Geral - Egressos do Doutorado

2 respostas

[Publicar análise](#)

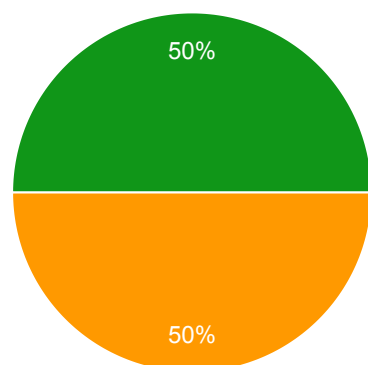
## COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD UNOESC

### Área de atuação

 Copiar

Educação Superior: Desde que concluiu seu curso de doutorado, você vem exercendo, com regularidade, alguma atividade profissional ou voluntária na Educação Superior?

2 respostas



- Sim, na pós-graduação lato sensu (cursos de especialização).
- Sim, na pós-graduação stricto sensu (cursos de mestrado ou doutorado).
- Sim, na graduação.
- Não

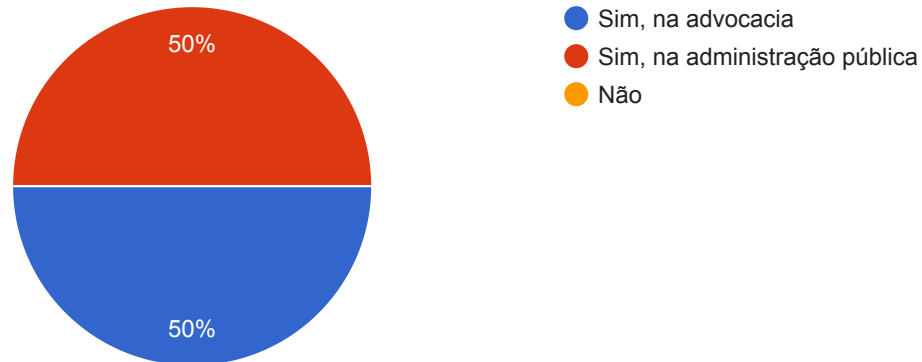


## Área de atuação

 Copiar

Técnico-Jurídica: Desde que concluiu seu curso de doutorado, você vem exercendo, com regularidade, alguma atividade profissional não educacional na área jurídica?

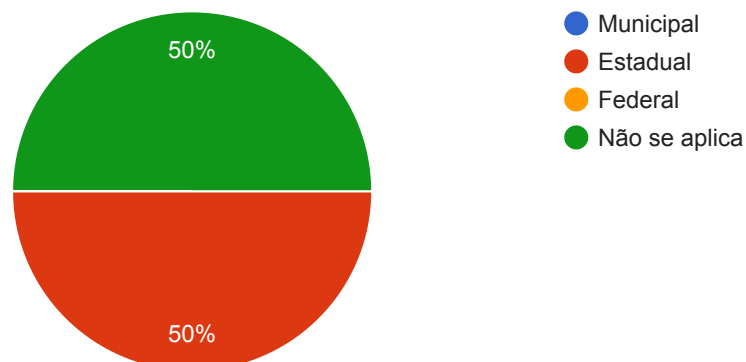
2 respostas



## Qual carreira pública?

 Copiar

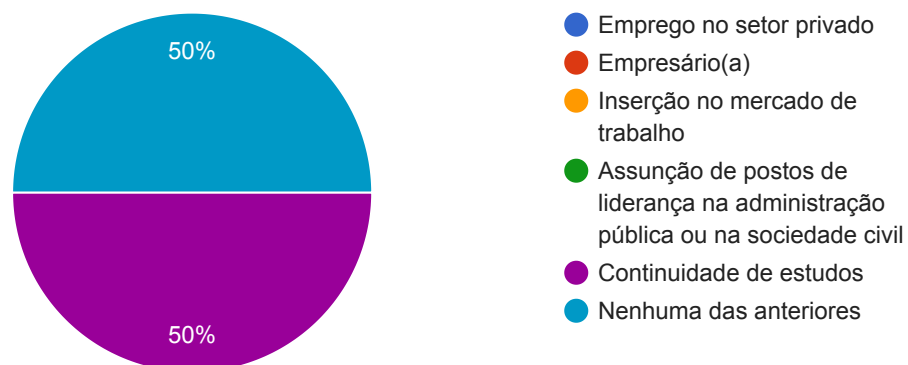
2 respostas



Desde que concluiu seu curso de doutorado, você vem exercendo, com regularidade, alguma dessas atividades abaixo?

 Copiar

2 respostas



Comente, brevemente, como seus estudos e sua pesquisa realizada no PPGD Unoesc impactaram na sua atuação profissional.

2 respostas

Novas oportunidades: docência, pós-graduação e eventos nacionais e internacionais

A pesquisa e estudos realizados no Doutorado em Direito ampliou muito meus conhecimentos e está auxiliando em ações concretas junto às escolas e ao local de trabalho como colaboradora em projetos em prol de direitos humanos fundamentais.

### **Dimensão 9. Produção e pesquisa**

Quantos livros você publicou nos últimos 4 anos? (sozinho ou com, no máximo, 3 autores). Escreva a referência completa

2 respostas

LOCATELI, Cláudia Cinara.; WENCZENOVICZ, T. J. (Org.) ; SILVA, A. C. M. (Org.) . Estado, poder e violência (s): perspectivas na sociedade pós-colonial. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2023.

Não publicado



## Quantos capítulos de livros você publicou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

2 respostas

1.

Cláudia Cinara Locateli; SANTOS, M. F. B. . ABORTO: DEBATES POLÍTICOS PRÓ-VIDA E A AMEAÇA DE RETROCESSO NOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES. In: Riva Sobrado de Freitas; Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Interculturalidade, intersubjetividade: gênero, orientação sexual, raça e etnia. 01ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2024, v. 01, p. 47-67.

2.

Cláudia Cinara Locateli. Maternagem, cuidado e autonomia. In: Iván Obando Camino. (Org.). Anuario del programa de doctorado en derecho de la Universidad de Talca. 01ed.Chile: Legal Publishing, 2024, v. 01, p. 39-56.

3.

LOCATELI, Cláudia Cinara.. Guarda e responsabilidade parental: assimetrias em perspectiva decolonial e interseccional. In: Jorge Del Pocó Rubio. (Org.). Anuario Del Programa de Doctorado en Derecho de La Universidad de Talca. 1ed.Santiago: Thomson Reuters, 2023, v. 1, p. 129-150.

4.

ROCKEMBACK, A. C. ; LOCATELI, Cláudia Cinara. . DEMOCRACIA E DESIGUALDADE SOCIAL: GÊNERO, RAÇA E CLASSE COMO OBJEÇÃO À REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA VIDA PÚBLICA. In: Riva Sobrado de Freitas, Thaís Janaina Wenczenovicz.. (Org.). Interculturalidade, intersubjetividade de gênero e personalidade. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2023, v. 1, p. 13-30.

5.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; ROCKEMBACK, A. C. . MULHERES, MATERNIDADE E CUIDADOS: COLONIALIDADES NAS TECNOLOGIAS REPRODUTIVAS. In: Riva Sobrado de Freitas; Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Interculturalidade, intersubjetividade de gênero e personalidade. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2022, v. 1, p. 89-105.

6.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; WENCZENOVICZ, T. J. . MULHERES CIENTISTAS, FEMINIZAÇÃO DA MATERNAGEM E DO CUIDADO: PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES. In: JARDIM, Giovane Rodrigues; SOUZA, Cristiéle Santos de.. (Org.). Pluralidade, mundo e política: interlúdios em tempos sombrios. 1ed.Porto Alegre: : Mundo Acadêmico, 2021, v. 1, p. 145-158.

7.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; ROCKEMBACK, A. C. . DESIGUALDADES COLONIAIS: VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA PELAS INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE. In: s Riva S. de Freitas; Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). INTERCULTURALIDADE, IDENTIDADE DE GÊNERO E PERSONALIDADE. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 41-58.

8.

LOCATELI, Cláudia Cinara.. FAMÍLIAS E FUNÇÕES PARENTAIS: A TRAVESSIA EDIPIANA COMO RESPONSABILIDADE PELO PRÓPRIO DESEJO. In: Matheus Felipe de Castro, Riva Sobrado de Freitas. (Org.). Liberdades: diálogos transversais entre direitos fundamentais e psicanálise.



1ed.Joaçaba: Unoesc, 2021, v. 1, p. 21-33.

9.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; SANTOS, A. G. . DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI, NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE CHAPECÓ (SC). In: Diego Beal; Celso Paulo Costa; Daiane Pavan; Inocencia Boita Dalbosco; Gilberto Pinzetta. (Org.). Conhecimento em pauta. 1ed.Joaçaba: Editora Unoesc, 2021, v. 1, p. 67-90.

10.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; WENCZENOVICZ, T. J. . Gênero e crise sanitária da Covid-19: objeções à condição de agente das mulheres. In: Neuro José Zambam; José Carlos Kraemer Bortoloti; Zélia Luiza Pierdoná; Janine Taís Homem Echevarria Borba. (Org.). Estudos sobre Amartya Sen: Volume 11 - Seguridade Social, Políticas Públicas e Escolhas Sociais. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2021, v. 11, p. 225-241.

11.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; PEDERIVA, Rafaela . Deveres parentais: o limite da autonomia privada da criança e do adolescente no uso das novas tecnologias. In: RESINA, Judith Solé; MOZETIC, Vinícius Almada.. (Org.). Protección de los menores de edad en la era digital. 1ed.Porto: Juruá, 2020, v. 1, p. 35-50.

12.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; PEDERIVA, Rafaela . Deveres parentais: O limite da autonomia privada da criança e do adolescente no uso das novas tecnologias. In: RESINA, Judith Solé; MOZETIC, Vinicius Almada.. (Org.). Protección de los menores de edad en la era digital. 1ed.Curitiba: Juruá, 2020, v. 1, p. 35-50.

13.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; ABREU, B. . DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS REFUGIADAS. In: s Riva S. de Freitas; Thaís Janaina Wenczenovicz. (Org.). Interculturalidade, identidade de gênero e personalidade. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2020, v. 1, p. 67-88.

14.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; ROCKEMBACK, A. C. ; ARCARO, L. T. . CUIDADO E MATERNAGEM: SUBALTERNIZAÇÃO DE MULHERES EM RELAÇÕES FAMILIARES PELAS INTERSECÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE. In: ELDA BUSSINGUER PATRICIA TUMA MARTINS BERTOLIN REGINA STELA CÔRREA VIEIRA. (Org.). FEMINISMO, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS: DIÁLOGOS ENTRE GRUPOS DE PESQUISA. 1ed.Vitória - ES: FDV Publicações, 2020, v. 1, p. 249-278.

15.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; MOZETIC, Vinícius Almada. . Inclusão digital: cuidado e proteção integral no tratamento de dados pessoais de crianças na primeira infância. In: TRAMONTINA, Robinson; AZEVEDO, Elda Coelho de; LORENZETTO, bruno.. (Org.). Direitos Fundamentais e Políticas Públicas. 1ed.Joaçaba: Unoesc, 2020, v. 1, p. 149-170.

Não publicado



Periódicos: quantos artigos em periódicos você publicou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

2 respostas

1.

WENCZENOVICZ, THAIS JANAINA ; LOCATELI, CLAUDIA CINARA ; ROSA, FERNANDA . Corpos, coletivos femininos e importunação sexual no transporte público de Chapecó-SC: reflexões interdisciplinares. CADERNO PEDAGÓGICO (LAJEADO. ONLINE), v. 21, p. e7260, 2024.

2.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; WENCZENOVICZ, T. J. . COLONIALIDADES E INCLUSÃO DIGITAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA. REVISTA QUAESTIO IURIS, v. 1, p. 428-443, 2023.

3.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; WENCZENOVICZ, T. J. . BEM VIVER E GÊNERO: APROXIMAÇÕES E REFLEXÕES DECOLONIAIS. REVISTA VIDERE (ON LINE), v. 13, p. 445-464, 2021.

4.

WENCZENOVICZ, T. J. ; LOCATELI, Cláudia Cinara. . GÊNERO E EQUIDADE: DIÁLOGOS COM A TEORIA DA JUSTIÇA DE RALWS E DA CONDIÇÃO DE AGENTE DE SEN. Revista de Teorias da Justiça, da decisão e da argumentação jurídica, v. 7, p. 42-57, 2021.

Não publicado

Quantos resumos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

2 respostas

1.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; ROSA, S. A. . MULHERES IMIGRANTES: O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL EM IGUALDADE DE GÊNERO. In: Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento: inteligência artificial: a nova fronteira da ciência brasileira, 2020, Chapecó. Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento: inteligência artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Joaçaba: Unoesc, 2020. v. 1. p. 0-0.

2.

LOCATELI, Cláudia Cinara.; MENEGAZZO, L. . RESPONSABILIDADE PARENTAL: O CUIDADO DIGITAL COMO DEVER DE PROTEÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. In: Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento: inteligência artificial: a nova fronteira da ciência brasileira, 2020, Chapecó. Circuito Regional de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento: inteligência artificial: a nova fronteira da ciência brasileira. Joaçaba: Unoesc, 2020. v. 1. p. 0-0.

Alguns



Quantos trabalhos completos você publicou em anais de eventos nos últimos 4 anos?  
Escreva a referência completa

2 respostas

1.

WENCZENOVICZ, T. J. ; LOCATELI, Cláudia Cinara. . Bem viver, gênero e sustentabilidade social: reflexões decoloniais. In: Seminário Internacional de Direitos Humanos - CEDIMI, 2020, Lorena - SP. Anais do VI Seminário Internacional de Direitos Humanos. Desenvolvimento global e concretização dos direitos humanos na sociedade contemporânea: vulnerabilidade. Volta Redonda -RJ: Jurismestre,, 2020. v. 1. p. 647-663.

Alguns

Quantos eventos você organizou nos últimos 4 anos? Escreva a referência completa

2 respostas

1.

TRAMONTINA, Robison ; BEAL, Diego. ; LOCATELI, Cláudia Cinara. . Aula Inaugural do Curso de Direito 2020/1. 2020. (Outro).

Não organizado

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários





# Avaliação Geral - Docentes

15 respostas

[Publicar análise](#)

## COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD UNOESC

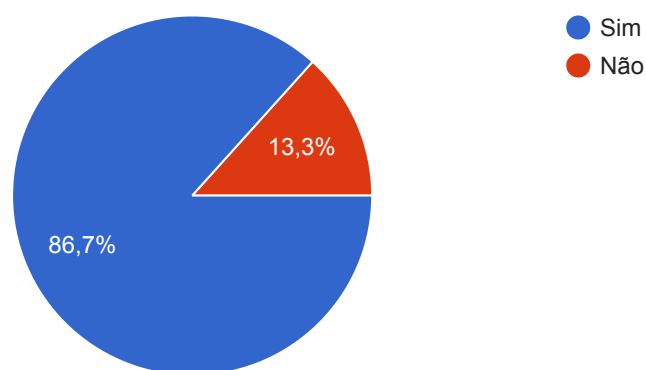
### Dimensão 1 - AUTOAVALIAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação (PPG) tem política de avaliação adequada para :

Avaliar a realização do planejamento do PPG?

 Copiar

15 respostas



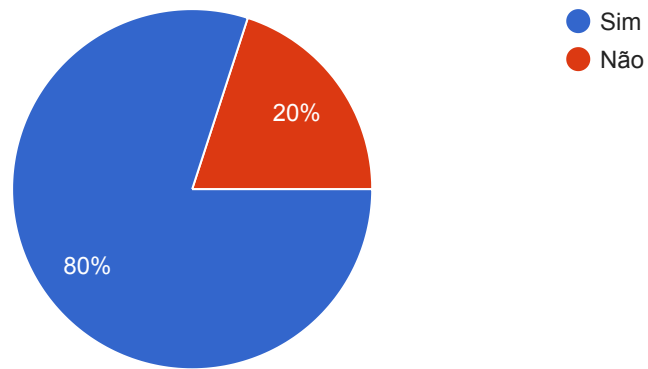
### Dimensão 4. Proposta do Programa



O PPG tem adequada e suficiente definição de perfil desejado de egresso na proposta do programa ?

 Copiar

15 respostas



Descreva, brevemente, qual é o perfil desejado de egresso do PPGD em termos de conhecimentos, habilidades e experiências que o Programa vem se empenhando em desenvolver nos mestrandos.

15 respostas

Busca pelo processo de Iniciação ou consolidação à docência, experiência em pesquisa e aprimoramento profissional da área jurídica.

Revelar conhecimentos avançados sobre direitos fundamentais, além de técnicas de pesquisa teórica, dogmática e/ou empírica que correspondam aos objetivos formativos do PPGD.

De início, o foco do PPGD estava na aplicação prática dos conteúdos. Com a mudança da matriz do mestrado e a criação do doutorado, incluímos conteúdos de Direitos Humanos aos de Direitos Fundamentais, mas, não ficou claro o foco da proposta, nem quais são os "mecanismos" de efetivação dos DDFF e DDHH. Entendo que os mecanismos enfatizados poderiam ser epistêmicos/teóricos, ou práticos de intervenção social, ou práticos com foco em políticas públicas, ou ainda, práticos com foco na estudo de jurisprudência.

O egresso deve ser capaz de (a) dominar o estado da arte, identificar lacunas e formular problemas reais e relevantes em áreas de normação, interpretação e aplicação de direitos fundamentais; (b) dominar satisfatoriamente a linguagem e os conceitos-chave no campo da teoria e dogmática dos direitos fundamentais; (c) formular propostas de solução para problemas de efetividade de direitos fundamentais, especialmente no âmbito regional.

Demarca o mestrado a ampliação dos horizontes do conhecimento, introduzindo aos alunos o senso crítico a partir da dogmática dos direitos humanos e fundamentais, oportunizando com isso o trabalho científico da pesquisa de qualidade, construindo assim habilidades de pesquisa, ensino e extensão com o aprofundamento de conhecimentos científicos, muito diferente do que ocorre com a prática profissional. Pelo fator de impacto dimensionado pelo Mestrado e Doutorado, o conjunto de todas as disciplinas, e as atividades de pesquisas dos GEPS somadas às pesquisas individuais e as diversas atividades coletivas do mestrando ou doutorando acabam servindo para a formação profissional futura e presente, assim lhes desenvolvendo novos conhecimentos, experiências e habilidades na pesquisa e em suas atividades profissionais.

Perfil de egresso: professores e pesquisadores com habilidades excepcionais em ensino, pesquisa e extensão, para promover continuamente novas abordagens na construção de conhecimento, na solução de conflitos e na efetivação dos direitos humanos e fundamentais.

O curso de Mestrado pretende:

a) formar em mestres aptos a atuar em qualquer projeto de investigação científica e a publicar trabalhos de elevada qualidade científica,

b) a lecionar e a orientar trabalhos de pesquisa na graduação e pós-graduação lato sensu,

c) a lecionar no ensino superior nas áreas de sua especialidade e a avaliar trabalhos especializados em direitos fundamentais;



d) a atuar como profissional comprometido com novas formas de pensar a eficácia dos direitos fundamentais civis e sociais e a atuar na sua vida profissional e acadêmica de modo comprometido com a cultura dos direitos humanos e direitos fundamentais.

Conhecimentos e habilidade de reflexão em teoria dos Direitos Fundamentais e da Democracia e habilidade de aplicação a situações concretas e problemas práticos do Direito a eles relacionados. Por Direitos Fundamentais, há conceito amplo, envolvendo direitos individuais, sociais, novos direitos, direitos e grupos (população indígena, PCDs, etc.), assim como políticas públicas relacionadas à sua garantia, proteção e promoção, não apenas no direito nacional.

Formação profissional de pessoal de alta qualificação jurídica regional, não necessariamente docente

Pesquisadoras e pesquisadores capazes de identificar e aplicar conceitos avançados de direitos fundamentais em temas específicos relevantes para o desenvolvimento social, com ênfase na realidade local.

Perfil Desejado do Egresso do PPGD - Mestrado (Resolução 1/2020 e Regimento Interno)  
O PPGD-Unoesc busca formar mestres em Direito com conhecimentos avançados sobre direitos fundamentais, capazes de realizar pesquisas originais e relevantes, com domínio de métodos e técnicas de pesquisa teórica, dogmática e/ou empírica. O Programa espera que seus egressos tenham a capacidade de:

- Formular problemas de pesquisa relevantes e originais no âmbito dos direitos fundamentais.
- Desenvolver projetos de pesquisa com rigor metodológico e análise crítica da literatura especializada.
- Coletar, analisar e sistematizar informações relevantes para a pesquisa.
- Redigir dissertações de mestrado bem fundamentadas, criativas e que respondam ao problema de pesquisa.
- Apresentar e defender os resultados da pesquisa de forma clara e concisa.

Habilidades Desenvolvidas:

- Compreensão dos direitos fundamentais no contexto nacional e internacional.
- Domínio de técnicas de pesquisa e métodos de análise de dados.
- Capacidade de comunicação oral e escrita em nível acadêmico.
- Experiência em pesquisa e produção de conhecimento original.
- Participação em grupos de pesquisa e atividades acadêmicas.

O egresso do PPGD deve ser capaz de conhecer as matrizes dos direitos fundamentais aplicadas ao tema pesquisado, de sorte que seja hábil a utilizar esse conhecimento não apenas do ponto de vista exclusivamente teórico, e sim com capacidade de despertar problemas identificados na sociedade. Ainda que não seja capaz de propor soluções, deseje-se que o egresso tenha condições de formular questionamentos baseados em premissas de direitos fundamentais.

Formar profissionais - docentes, magistrados, pesquisadores - com habilidades educacionais e profissionais que buscam aprofundar seus conhecimentos em direitos humanos e fundamentais.



O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) tem por objetivo formar mestres com conhecimentos teóricos e metodológicos em Direito, capacitados para a formulação de análise crítica e interdisciplinar em Direitos Fundamentais e sua eficácia material. Espera-se que o egresso domine habilidades de pesquisa avançada, interpretação jurídica e produção acadêmica qualificada, de forma a contribuir para o desenvolvimento social e para as ciências jurídicas. De outra parte, o programa procura valorizar experiências onde haja o envolvimento com questões contemporâneas, buscando dessa forma profissionais preparados para atuar no ensino e na pesquisa.

Conhecimentos atualizados em temas de direitos fundamentais, habilidades básicas de pesquisa normativa, bibliográfica e jurisprudencial, e redação de textos acadêmicos com perfil jurídico.



Descreva, brevemente, qual é o perfil desejado de egresso do PPGD-Unoesc em termos de conhecimentos, habilidades e experiências que o Programa vem se empenhando em desenvolver nos doutorandos.

15 respostas

Melhoria na atuação laboral na área jurídica e aprimoramento na pesquisa. Estima-se também que tenha capacidade de propor, conduzir e realizar reflexões que busquem redesenhar e redefinir um novo pacto social e estejam comprometidos com a produção de conhecimento e com a docência jurídica de qualidade, em nível de graduação e de pós-graduação lato sensu.

Deve evidenciar conhecimentos avançados sobre direitos fundamentais e/ou direitos humanos, além de técnicas de pesquisa teórica, dogmática e/ou empírica que correspondam aos objetivos formativos do PPGD.

Respondido no item anterior.

O egresso deve ser capaz de (a) dominar o estado da arte, identificar lacunas e formular problemas reais e relevantes em áreas de normação, interpretação e aplicação de direitos fundamentais; (b) dominar em nível de excelência a linguagem, os conceitos-chave e as principais teorias no campo da teoria e dogmática dos direitos fundamentais; (c) formular propostas de solução para problemas de efetividade de direitos fundamentais, especialmente no âmbito regional; (d) liderar pesquisas de impacto científico e social sobre direitos fundamentais; (e) formar novos recursos humanos.

Já o doutorado em direitos fundamentais e humanos acaba tendo ao doutorando impacto direto em suas pesquisas, gestão de projetos, trabalho coletivo (internamente nos GEPS e externamente nas cooperações com Redes) e na docência voltada ao ensino, extensão e pesquisa, sendo que, por meio dos seminários avançados de pesquisa e das disciplinas em forma de seminários, ambos acabam por introduzir ao doutorando temas científicos apregoados ao conhecimento aprofundado, aplicados e dimensionados a pesquisas que lhes exigem inovação aos problemas de pesquisa ou desenvolvimento do senso crítico ou analítico aplicados. Detém crucial relevância o Doutorado para o desenvolvimento conhecimentos, habilidades e experiências.

Perfil de egresso: profissionais comprometidos com a efetividade dos Direitos Fundamentais Cíveis e Sociais, analisando legislações, práticas administrativas e decisões judiciais, buscando avaliar como as políticas e ferramentas atuais respondem às demandas desses direitos, visando contribuir para seu aprimoramento e aplicação eficaz

O Curso de Doutorado pretende:

a) formar doutores com perfil investigativo, analítico e crítico, com competências e habilidades para atuar em todos os níveis de ensino (graduação e pós-graduação stricto sensu) e para planejar e executar projetos de pesquisa que produzam conhecimentos e proposições práticas relevantes científica e socialmente na área dos direitos fundamentais civis e sociais.

b) formar doutores que tenham iniciativa e liderança para a criação e consolidação de grupos de Pesquisa e para o desenvolvimento de atividades de cooperação entre áreas afins de ensino e pesquisa dentro de uma mesma instituição de ensino superior e em parceria entre



diferentes instituições nacionais e internacionais.

c) formar doutores política e socialmente comprometidos com a efetivação dos direitos fundamentais civis e sociais

Desconheço.

A questão é sobre as expectativas do Programa, institucionalmente. Portanto, não posso dar uma resposta pessoal. Embora essa questão possa ser debatida mais internamente no COPEA, ela não tem sido debatida em foros mais amplos e frequentes que tornem a compreensão dessas finalidades compartilhada por todos, de modo que a considero prejudicada.

Pesquisadoras e pesquisadores capazes de identificar, aplicar e desenvolver conceitos avançados de direitos fundamentais em situações epistemológica, dogmática e/ou socialmente complexas.

Perfil Desejado do Egresso do PPGD - Doutorado (Resolução 1/2021 e Regimento Interno).

O PPGD-Unoesc visa formar doutores em Direito com expertise em direitos fundamentais e/ou direitos humanos, aptos a conduzir pesquisas aprofundadas e inovadoras, com foco na resolução de problemas e geração de conhecimento original. O Programa espera que seus egressos do doutorado:

- Sejam capazes de formular problemas de pesquisa relevantes no âmbito dos direitos fundamentais e/ou direitos humanos.
- Demonstrem domínio de métodos e técnicas de pesquisa, incluindo o uso de fontes primárias e análise crítica da literatura especializada.
- Realizem pesquisas originais que contribuam significativamente para o avanço do conhecimento na área.
- Elaborem teses de doutorado com rigor científico, consistência argumentativa e reflexões críticas sobre o tema.
- Disseminem os resultados de suas pesquisas em publicações e eventos acadêmicos.

Habilidades Desenvolvidas:

- Capacidade de liderança em pesquisa e desenvolvimento de projetos inovadores.
- Domínio de métodos de pesquisa avançados e análise crítica de dados.
- Habilidade de comunicação e colaboração em redes de pesquisa.
- Experiência em publicação e apresentação de trabalhos científicos.
- Contribuição para o desenvolvimento da área de direitos fundamentais e/ou direitos humanos no cenário nacional e internacional.

O egresso do PPGD deve comprovar a sua capacidade de pesquisa de temas relacionados aos direitos fundamentais, com habilidade para explorar potenciais problemas e propor possíveis soluções. O impacto da Academia na sociedade depende da habilidade do egresso de dialogar, a partir de um sólido aparato teórico e por meio da pesquisa, com os atores sociais envolvidos nos temas e problemas a serem investigados. A capacidade de formular hipóteses jurídica que atendam a um contexto social, econômico, histórico e político é uma das habilidades essenciais do egresso do PPGD.

Formar profissionais capazes de analisar e contribuir nas diversas esferas dos Direitos Fundamentais Civis e Sociais, aprofundando sua atuação acadêmica e profissional através de conhecimentos contemporâneos.



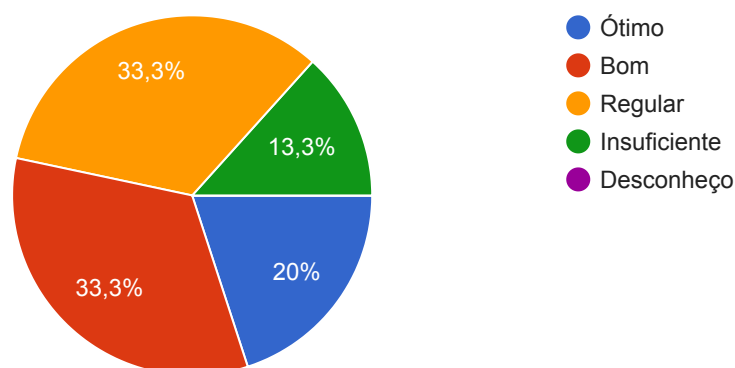
O PPGD-Unoesc tem por objetivo a formação de doutores com um sólido conhecimento acerca dos fundamentos teóricos, assim como das metodologias jurídicas, de modo a poder construir soluções transformadoras para a superação de desafios contemporâneos de alta complexidade. Busca também, de outra parte, a formação de um egresso com capacidade analítica e crítica aprimoradas, sendo capaz de produzir pesquisas originais e de alto impacto. O programa também fomenta a capacidade docente e a aplicação prática do Direito, incentivando a experiência em pesquisa interdisciplinar e em atividades que aproximem o doutorando de realidades jurídicas nacionais e internacionais

Conhecimentos avançados em temas de direitos fundamentais, habilidades avançadas de pesquisa normativa, bibliográfica e jurisprudencial, e redação avançada de textos acadêmicos com perfil jurídico.

Como você avalia o alinhamento de ideias e o grau de consenso entre docentes sobre os conhecimentos, as habilidades mínimas e as experiências que devem ser desenvolvidas para que o PPG realize o perfil desejado de egresso previsto na proposta do PPG?

 Copiar

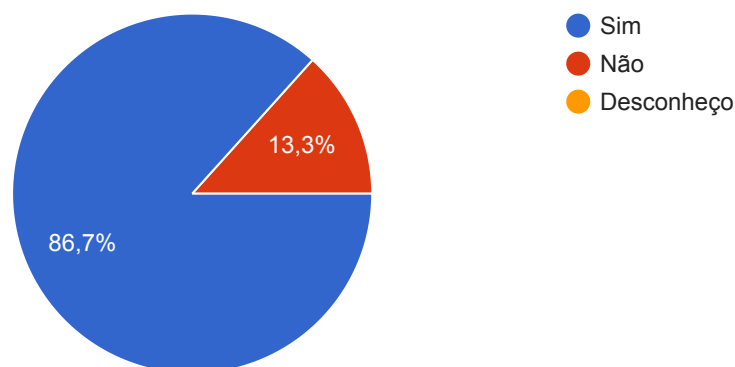
15 respostas



A descrição de foco e escopo da Área de Concentração permanece atual?

 Copiar

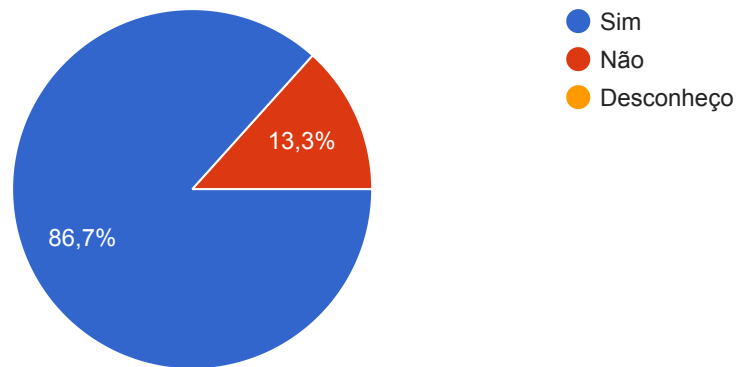
15 respostas



A descrição de foco e escopo das linhas de pesquisa do PPGD permanece atual?

 Copiar

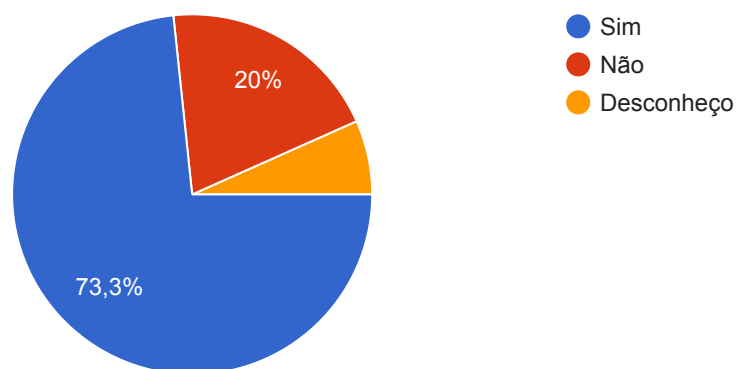
15 respostas



As linhas de pesquisa atuais são suficientes para realizar os objetivos e o potencial do PPGD?

 Copiar

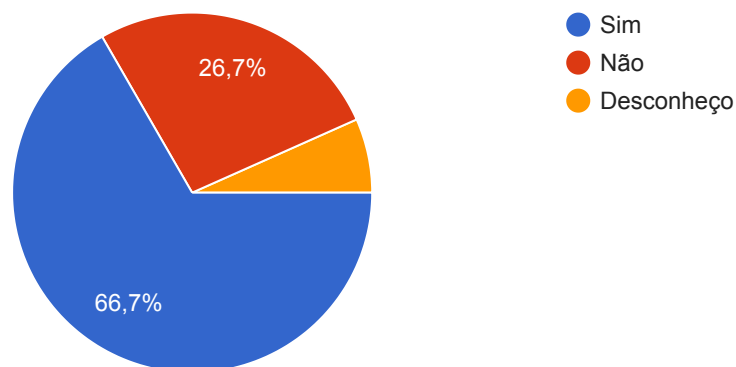
15 respostas



O PPGD tem diretrizes para a institucionalização de grupos de pesquisa?

 Copiar

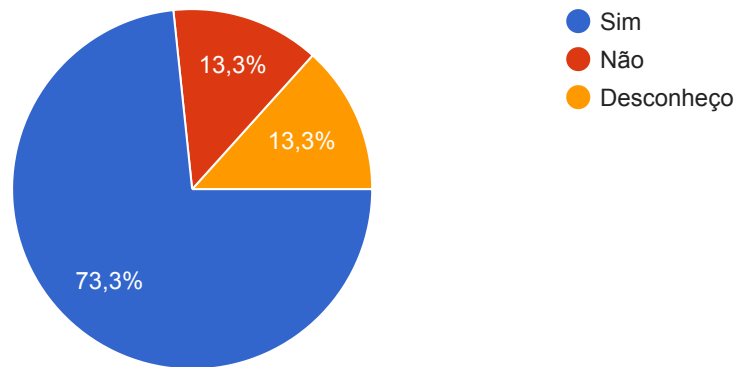
15 respostas



Os projetos de pesquisa do PPGD estão bem alinhados com objetivos de área e de linhas de pesquisa?

 Copiar

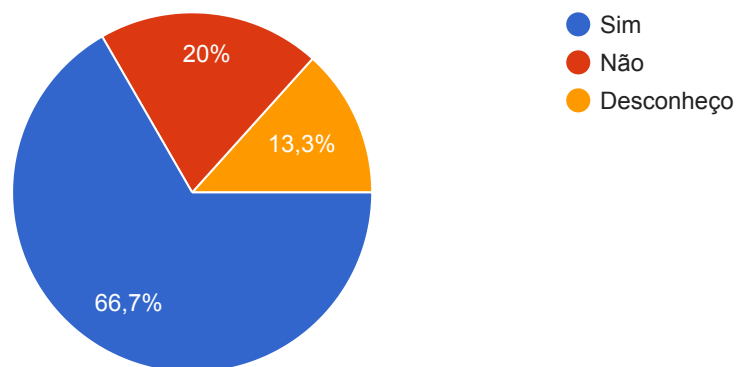
15 respostas



Os projetos de pesquisa em andamento no PPGD são coletivos e refletem o esforço conjunto de docentes na investigação científica?

 Copiar

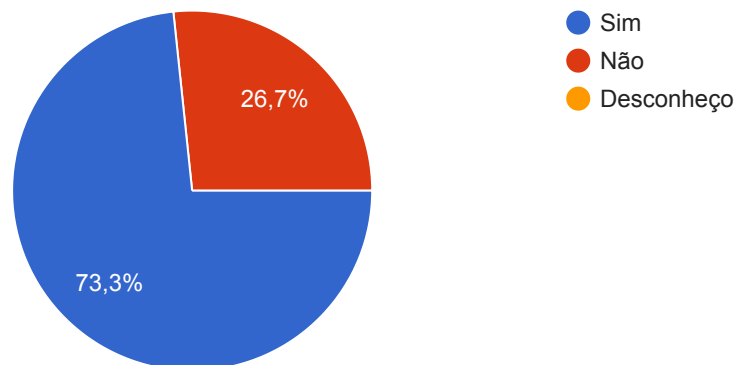
15 respostas



A atual composição da estrutura curricular é suficiente para realizar os objetivos formativos do PPGD?

 Copiar

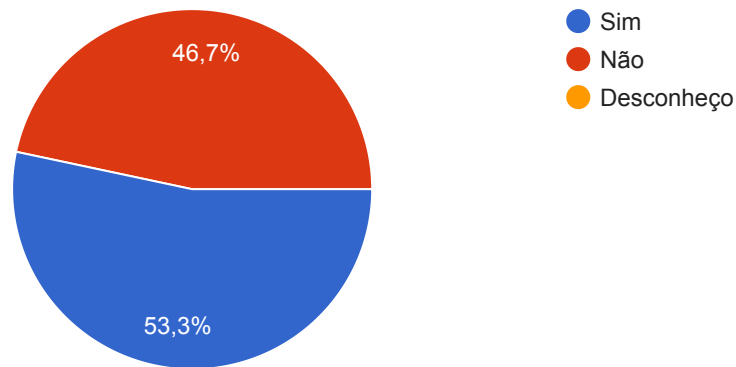
15 respostas



A estrutura curricular vigente permanece atual para realizar os objetivos formativos do PPGD?

 Copiar

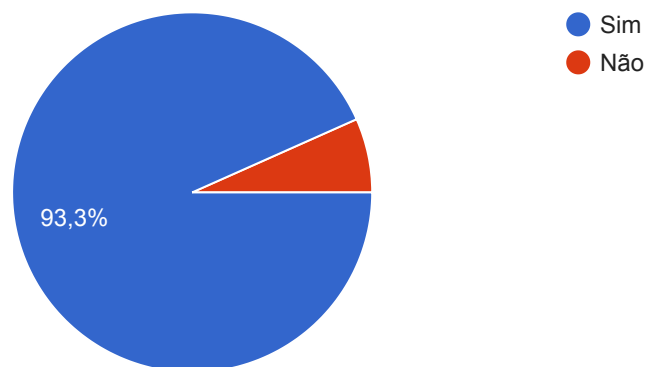
15 respostas



A carga horária da atual estrutura curricular é suficiente para realizar os objetivos do PPGD?

 Copiar

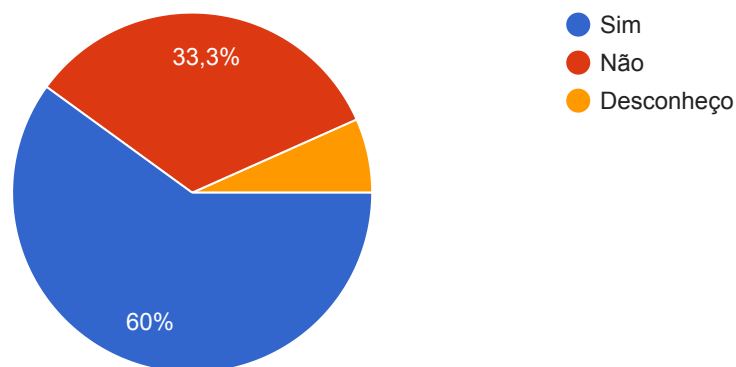
15 respostas



A atual estrutura curricular é suficientemente especializada para realizar os objetivos do PPGD?

 Copiar

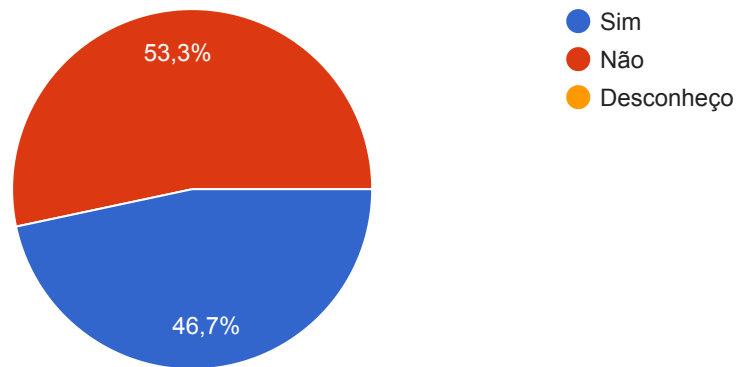
15 respostas



A atual estrutura curricular é suficientemente flexível para realizar os objetivos do PPGD?

 Copiar

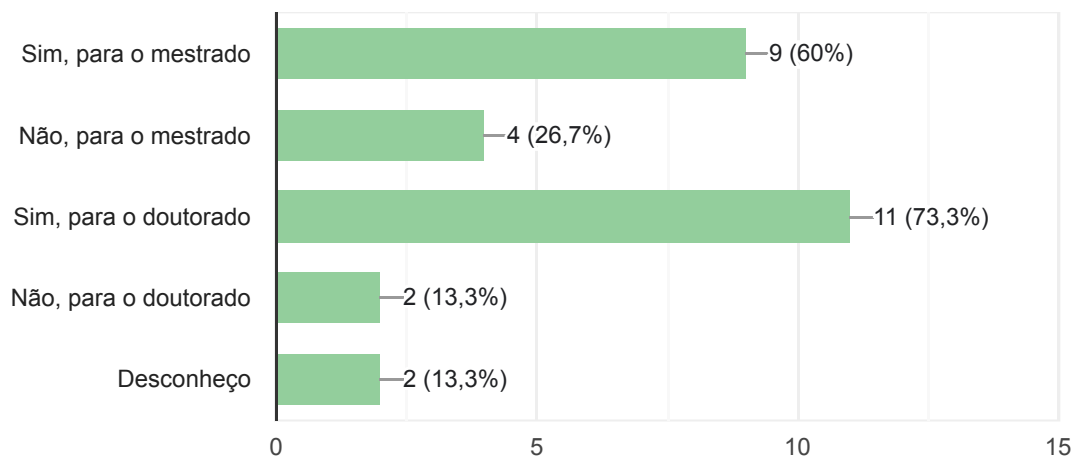
15 respostas



A atual estrutura curricular cobre todas as necessidades de ensino da linha de pesquisa em direitos fundamentais sociais?

 Copiar

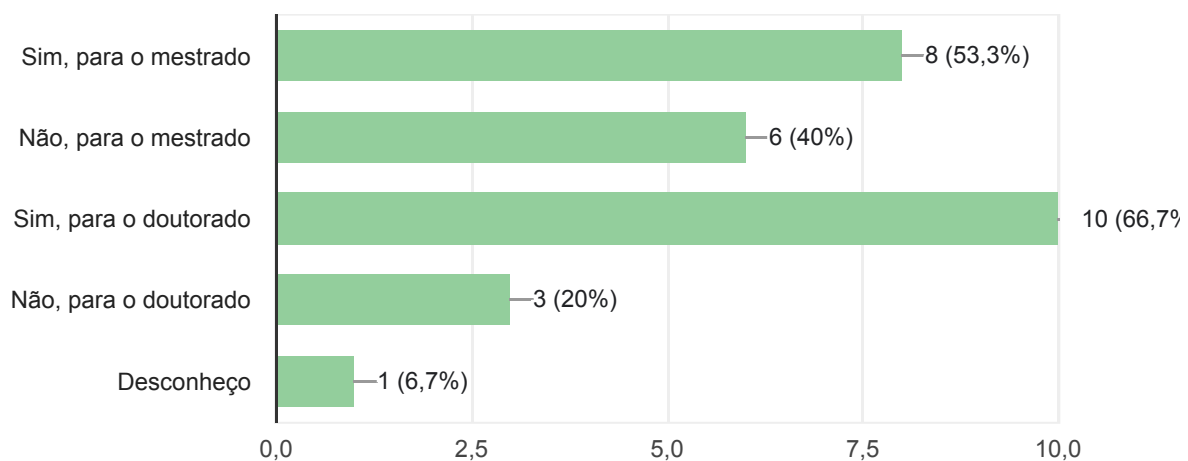
15 respostas



A atual estrutura curricular cobre todas as necessidades de ensino da linha de pesquisa em direitos fundamentais civis?

 Copiar

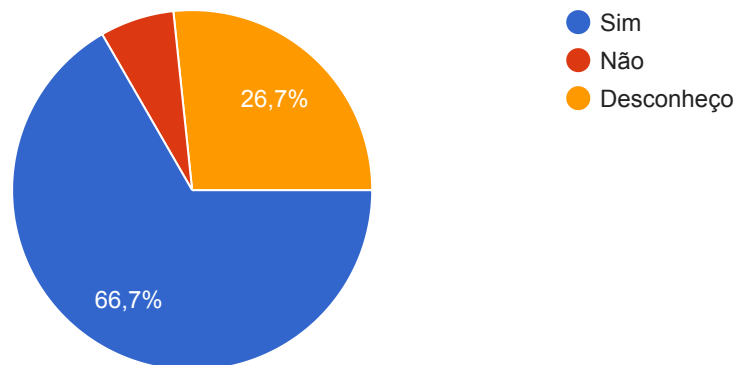
15 respostas



A seu ver, a bibliografia das disciplinas evidencia a evolução mais recente do conhecimento no campo de estudos, em termos nacionais e internacionais?

 Copiar

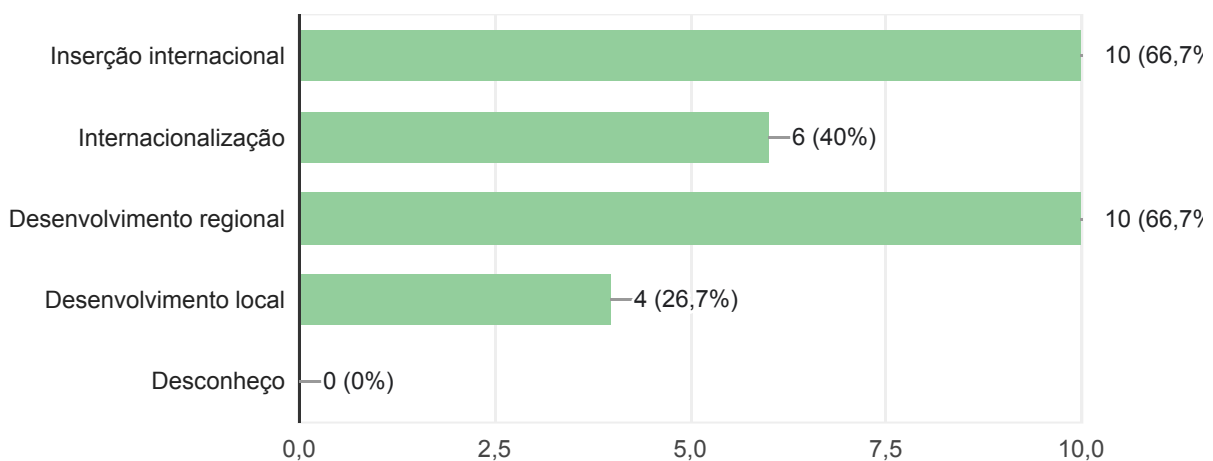
15 respostas



A seu ver, qual é o posicionamento estratégico adotado pelo planejamento do PPG para desenvolver suas ações prioritárias de pesquisa e formação?

 Copiar

15 respostas



### Dimensão 3. GOVERNANÇA E INFRAESTRUTURA

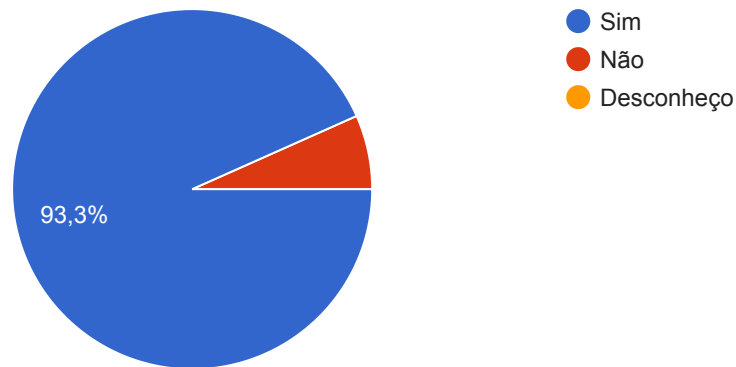
#### Coordenação e Secretaria Administrativa



As Competências e composição da **Coordenação** do Programa estão previstas em regimento?

 Copiar

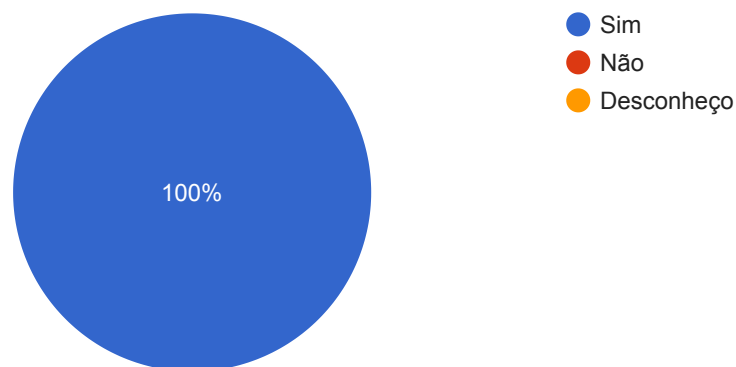
15 respostas



As instalações administrativas da **Coordenação** do Programa são adequadas?

 Copiar

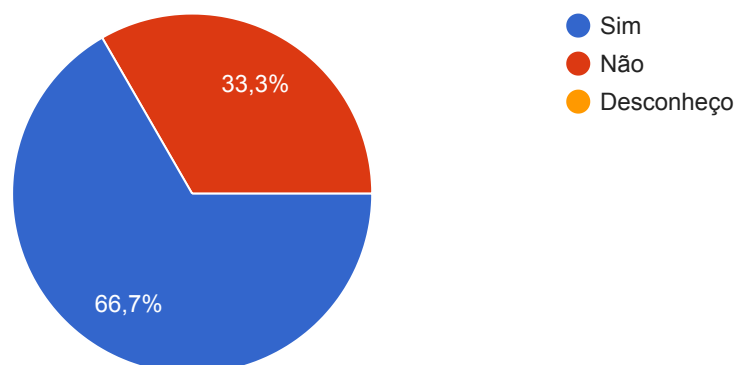
15 respostas



A **equipe de apoio administrativo** é suficiente?

 Copiar

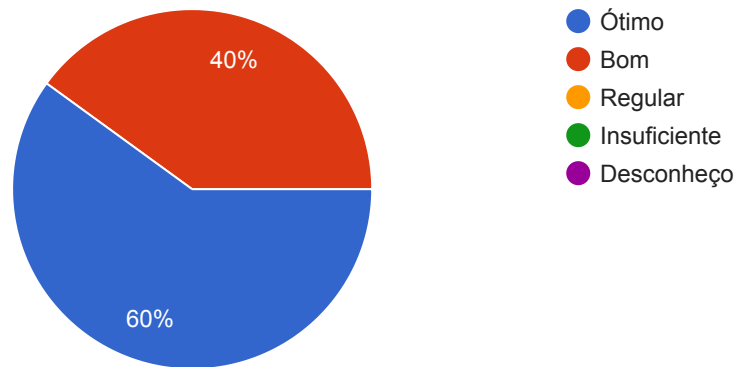
15 respostas



A **equipe de apoio administrativo** é qualificada para as funções do programa?

 Copiar

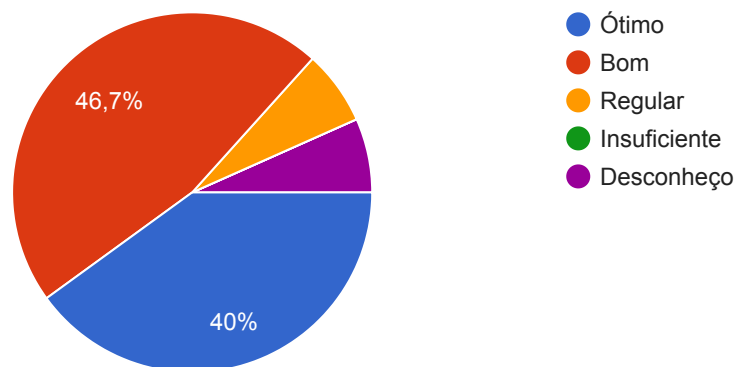
15 respostas



As instalações administrativas da **Secretaria Administrativa** são adequadas?

 Copiar

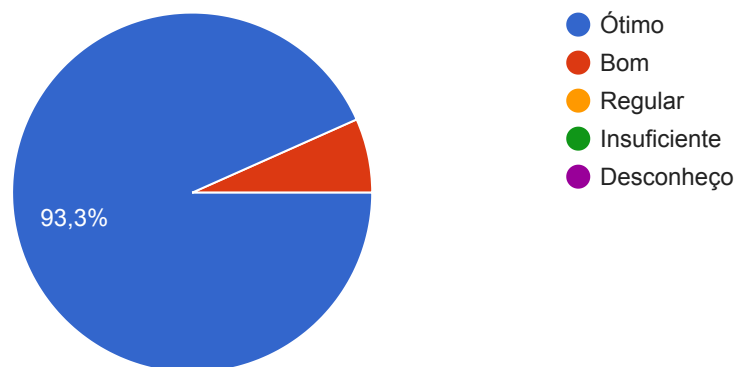
15 respostas



Como você avalia a eficiência do modelo atual de agendamentos e atendimentos da **Coordenação**?

 Copiar

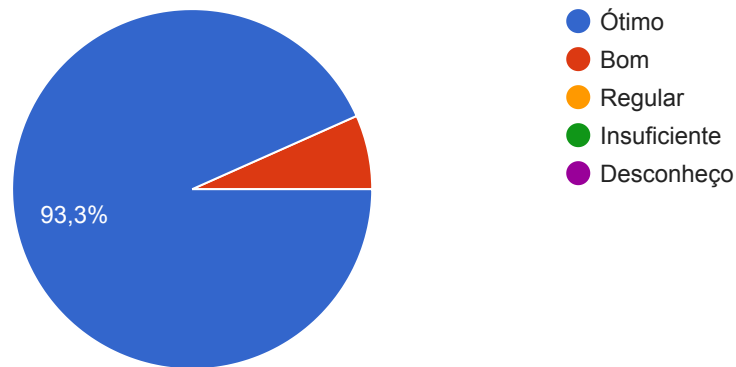
15 respostas



Como você avalia a celeridade, adequação e objetividade dos encaminhamentos da **Coordenação**?

 Copiar

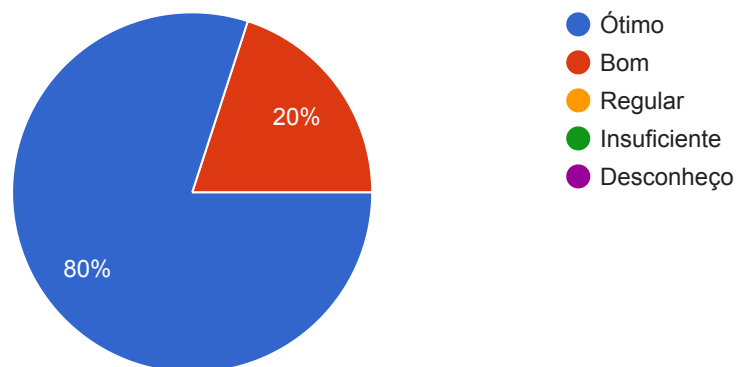
15 respostas



Como você avalia a eficiência do modelo atual de agendamentos e atendimentos da **Secretaria Administrativa**?

 Copiar

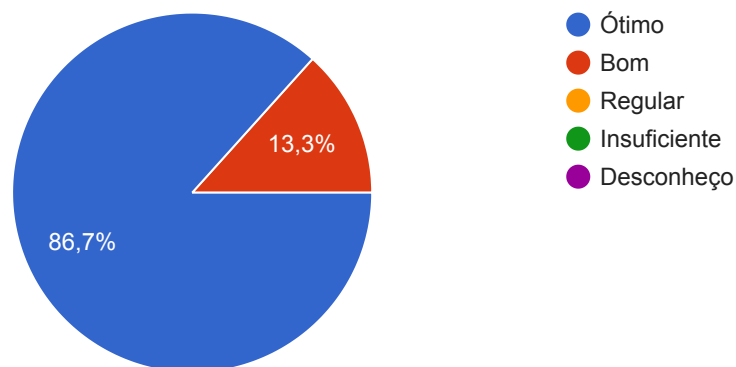
15 respostas



Como você avalia a celeridade, adequação e objetividade dos encaminhamentos da **Secretaria Administrativa**?

 Copiar

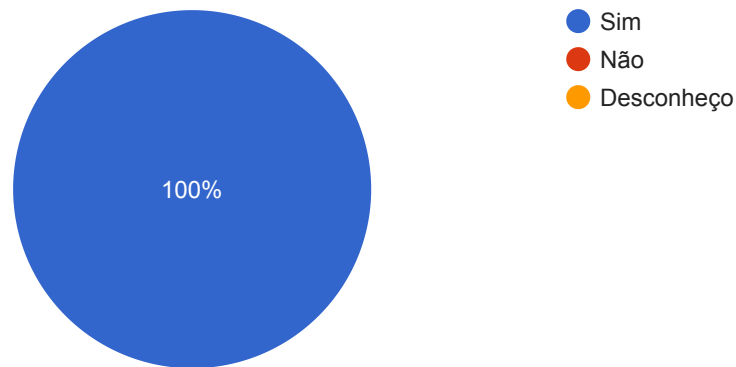
15 respostas



A Coordenação conta com **Comissões de apoio** ao planejamento e autoavaliação?

 Copiar

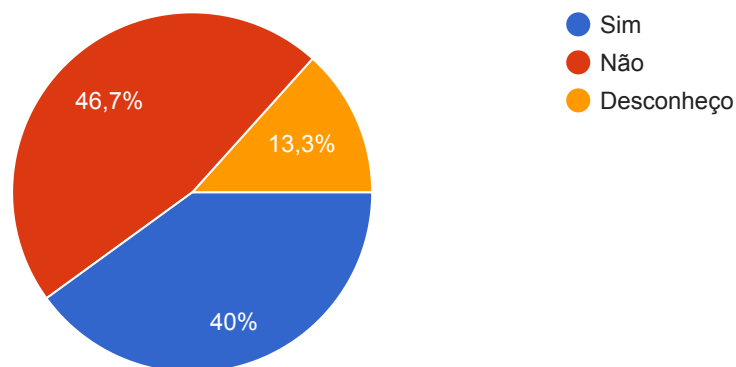
15 respostas



As competências e composição das **Comissões de apoio** estão previstas em regimento?

 Copiar

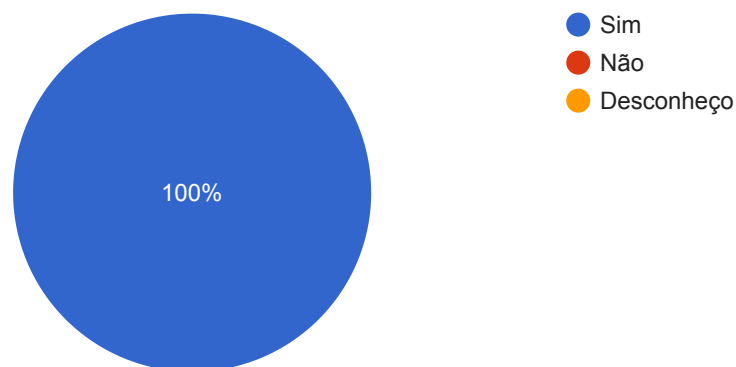
15 respostas



A **CAA - Comissão de Autoavaliação** tem participação de todos os atores avaliados?

 Copiar

15 respostas



## Dimensão 8. FORMAÇÃO E EGRESSOS

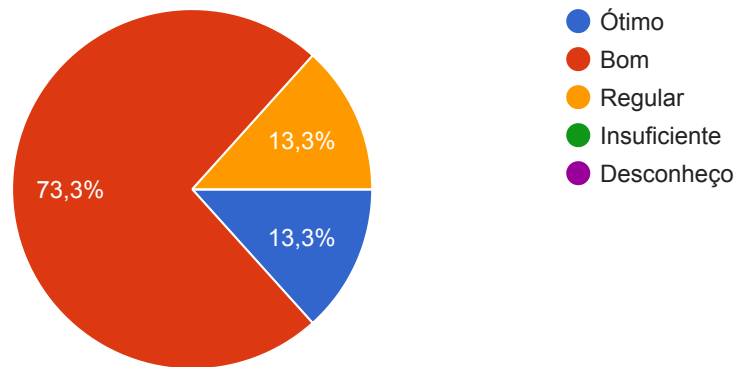
**AULAS.** Qual é o conceito que você atribui para:



O comprometimento dos **estudantes do doutorado** na realização das atividades propostas em **aulas (seminários avançados)**?

 Copiar

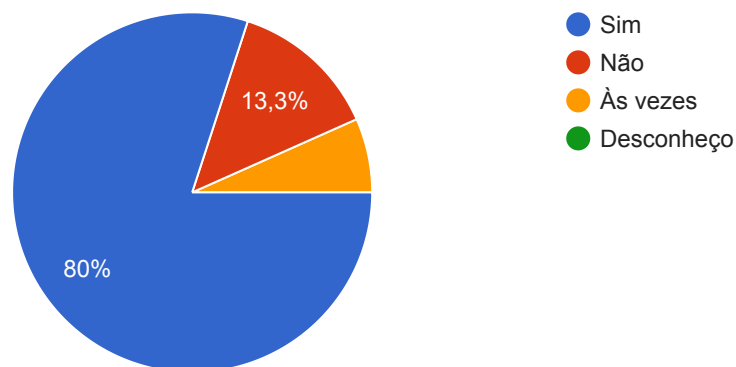
15 respostas



Os seminários avançados de doutorado que você conduz são em parceria com outro colega do PPGD?

 Copiar

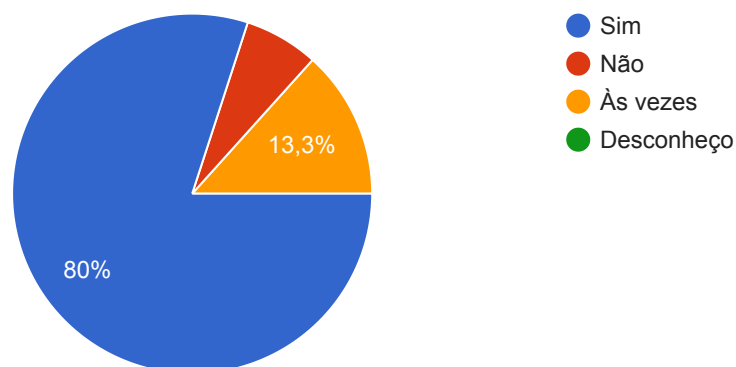
15 respostas



Nos **seminários avançados de doutorado** que você conduz todos os estudantes fazem pesquisa e apresentam resultados em forma de seminários científicos durante os encontros?

 Copiar

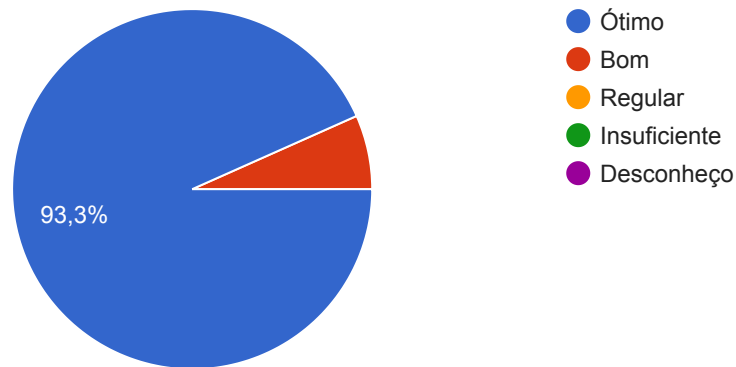
15 respostas



O ambiente de respeito e trato pessoal durante as **aulas** (seminários avançados) no **curso de Doutorado**?

 Copiar

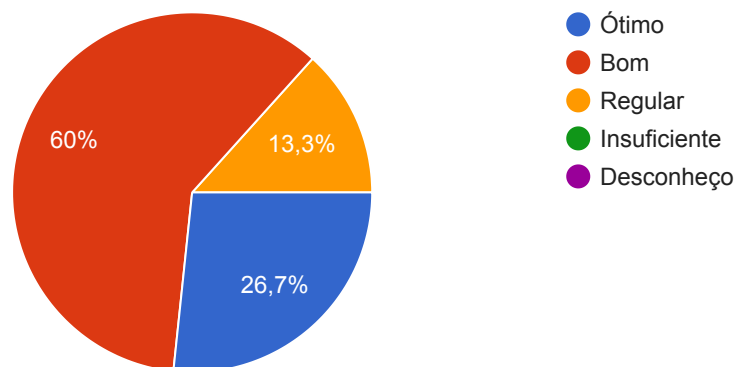
15 respostas



Resultados de aprendizagem nas **aulas** (seminários avançados) do **curso de Doutorado**?

 Copiar

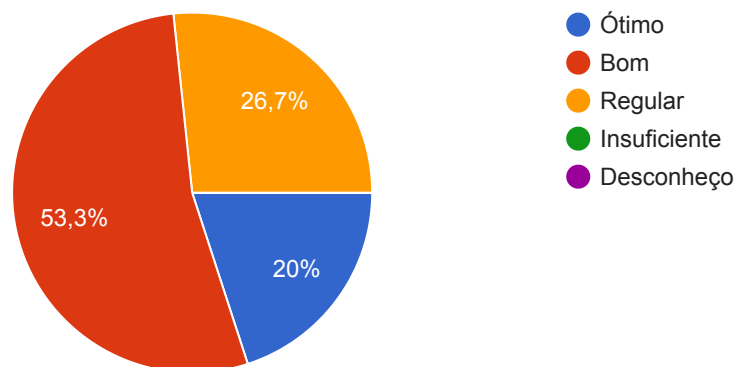
15 respostas



O comprometimento dos **estudantes do mestrado** na realização das atividades propostas?

 Copiar

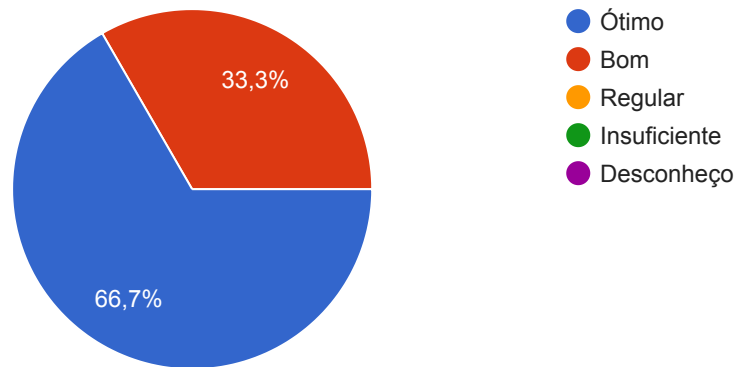
15 respostas



O ambiente de respeito e trato pessoal durante as aulas no **curso de Mestrado?**

 Copiar

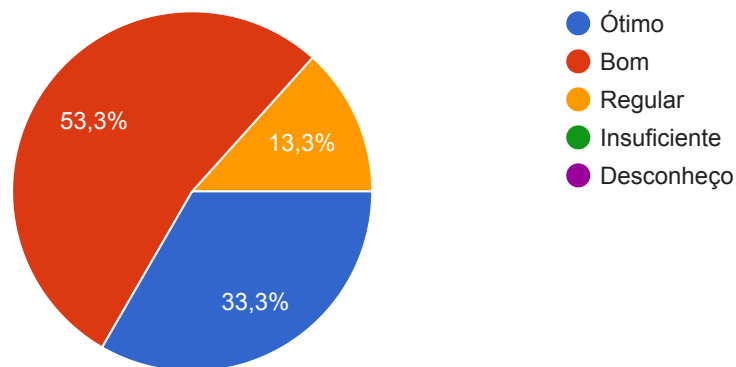
15 respostas



Resultados de aprendizagem nas aulas do **curso de Mestrado?**

 Copiar

15 respostas

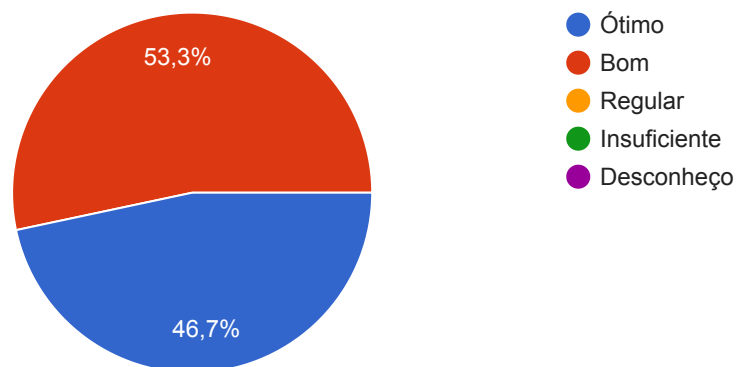


**Orientações: Qual é o conceito que você atribui para**

A comunicação interpessoal com seus/suas orientando(a)?

 Copiar

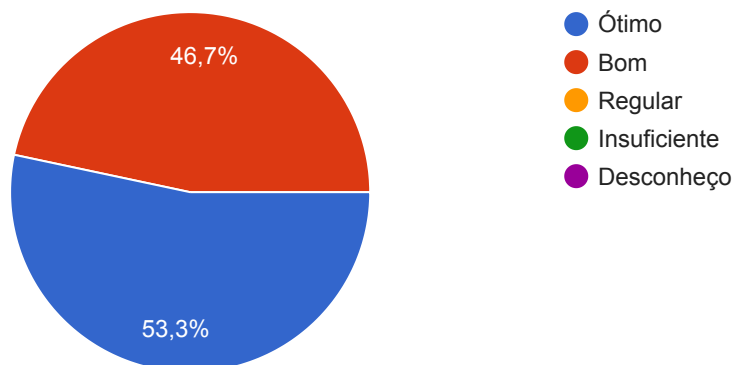
15 respostas



A frequência que você oferece orientações e acompanhamento do(a) seu(sua) orientador(a)

 Copiar

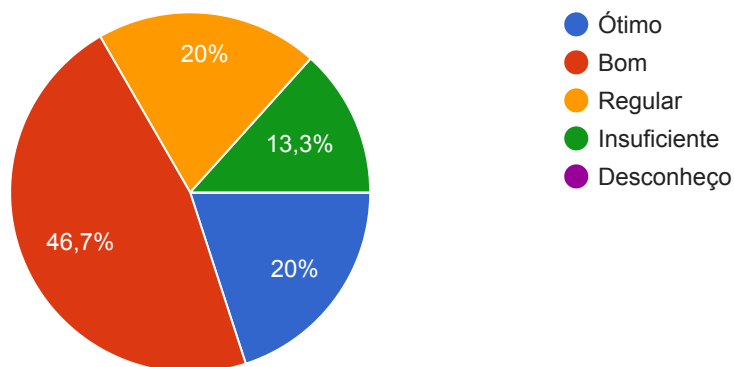
15 respostas



A frequência que você recebe pedido de orientações do(a) seu/sua orientando(a)?

 Copiar

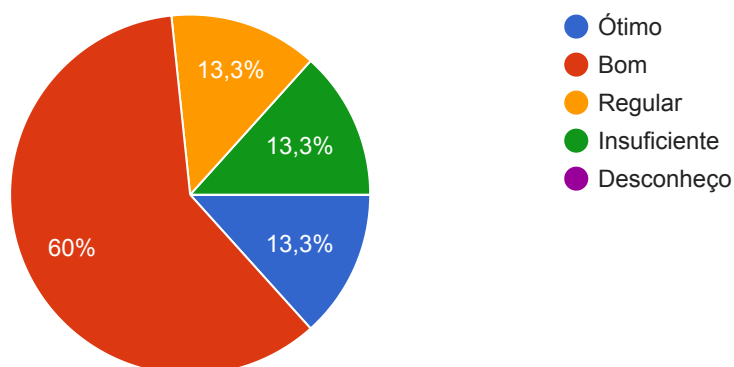
15 respostas



O comprometimento de seu/sua orientando(a) com o desenvolvimento de estudos recomendados?

 Copiar

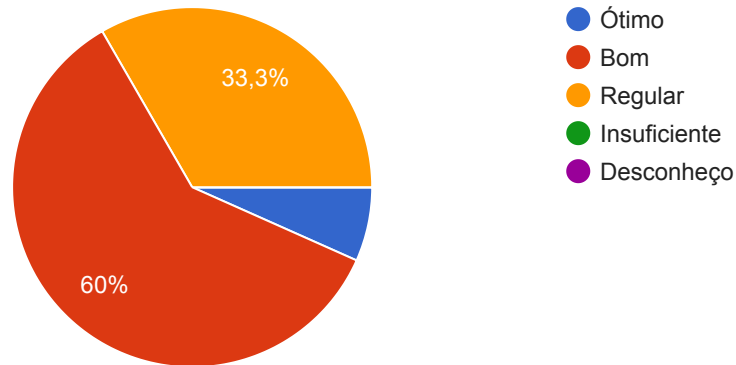
15 respostas



A qualidade das participações de orientandos(as) em seu Grupo de Pesquisa?

 Copiar

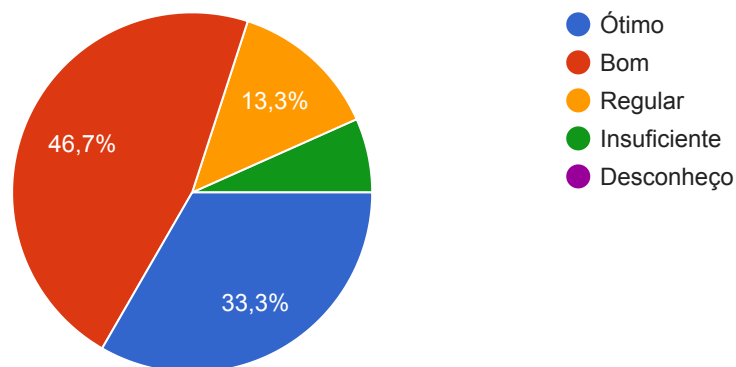
15 respostas



O domínio de seu/sua orientando(a), na fase final de orientação, sobre o tema pesquisado?

 Copiar

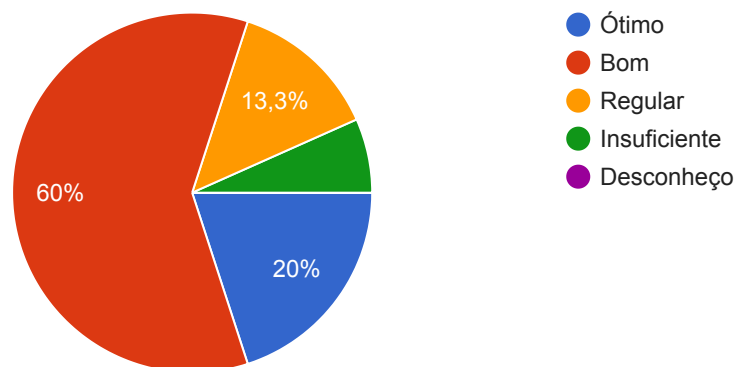
15 respostas



A relação do **tema de dissertações** de seus orientandos(as) com o **desenvolvimento regional**?

 Copiar

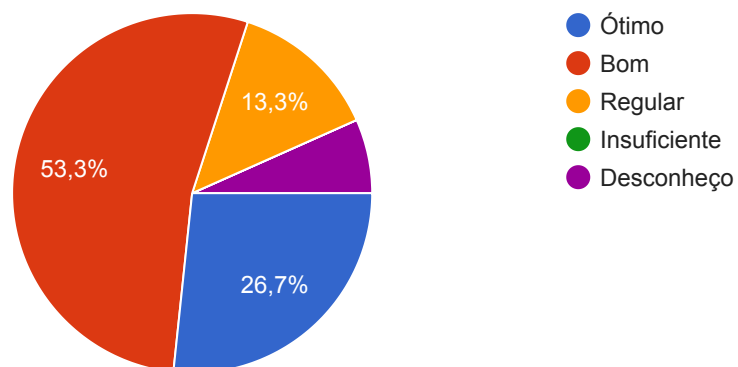
15 respostas



A relação do **tema de teses** de seus orientandos(as) com o **desenvolvimento regional?**

 Copiar

15 respostas



### Dimensão 9. PRODUÇÃO INTELECTUAL E PESQUISA



Produção bibliográfica de discentes no quadriênio:

Qual é o volume total da produção bibliográfica de estudantes sob sua orientação, entre 2021 a 2024? (Escreva apenas o número - dado quantitativo)

15 respostas

25

Não tenho este controle.

58

15

33

Ingressei no programa recentemente, então os estudantes sob minha orientação ainda não apresentaram produções bibliográficas sob minha orientação

16

Desconheço (houve orientações em andamento que assumi).

Não tenho controle sobre quantitativo de publicações de orientados. Venho sugerindo há tempos que o cumprimento de atividades curriculares e extracurriculares seja controlado pela secretaria, como ocorre em outros programas, até para maior efetividade e conhecimento dos dados gerais, inclusive para autoavaliação.

4

Não fiz este controle

Ingressei há um ano. De que tenho conhecimento, quatro produções.

04

32 publicações é o volume total de publicações entre: artigos em periódicos, capítulos de livros e anais de congresso.

11

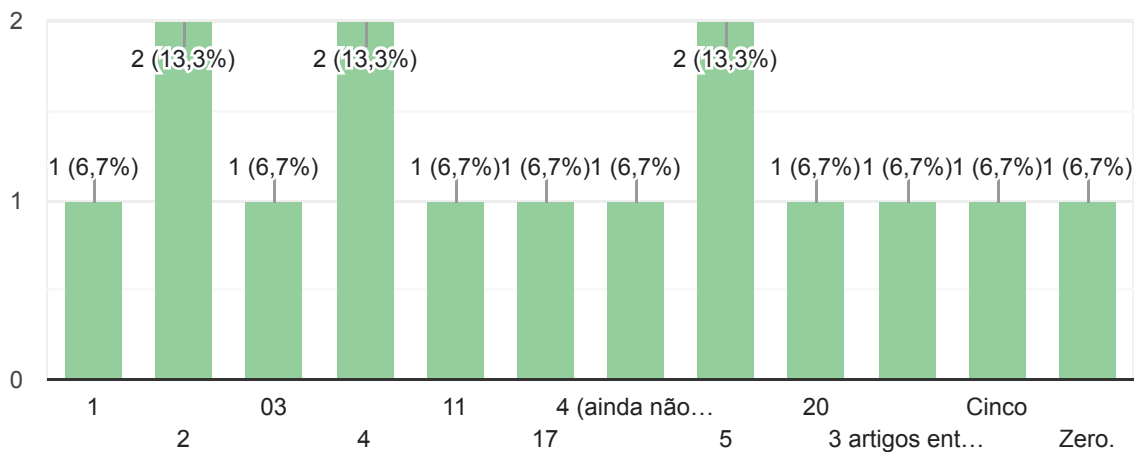
**PRODUÇÃO DOCENTE - Índice de equilíbrio da produção docente**



# Entre 2021 e 2024, quantos trabalhos você publicou na forma de Artigos em Periódicos

 Copiar

15 respostas



Entre 2021 e 2024, quantos trabalhos você publicou em periódicos:

A1 (Dado quantitativo)

A2 (Dado quantitativo)

A3 (Dado quantitativo)

A4 (Dado quantitativo)

15 respostas

3

8

A1 (2)

A2 (4)

A4 (1)

B1 (1)

A2 (2)

A3 (2)

Sem qualis (1) (periódico do Conpedi)

4

A1 = 1; A4 = 1

4 artigos em A2

Zero

A1 (3) A2 (2)

0

Nenhum

A1 - 01 ARTIGO / A2 - 01 ARTIGO

A3 (Dado quantitativo)1 (2022)

A4 (Dado quantitativo)1(2021) ; 1(2022)

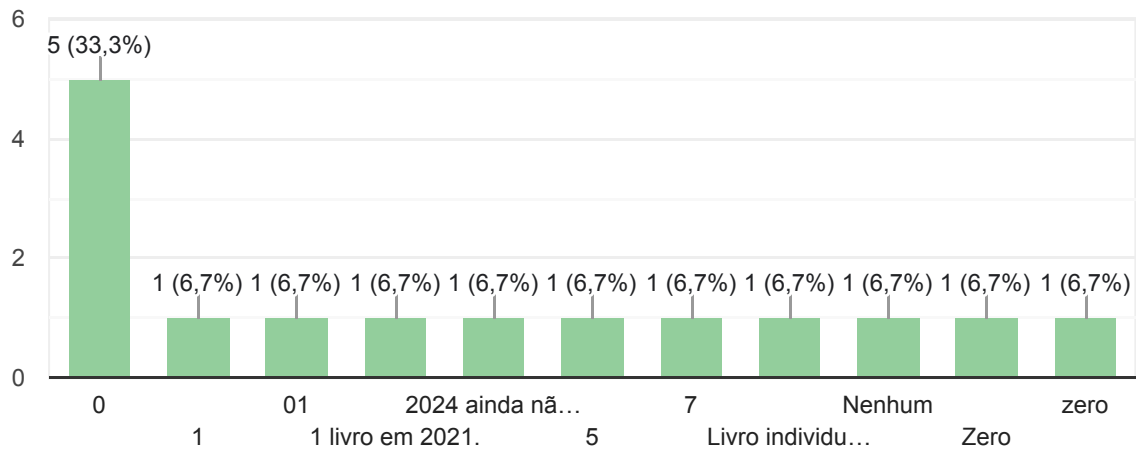
A1 - 2



Entre 2021 e 2024, quantos trabalhos você publicou na forma de livro individual?

 Copiar

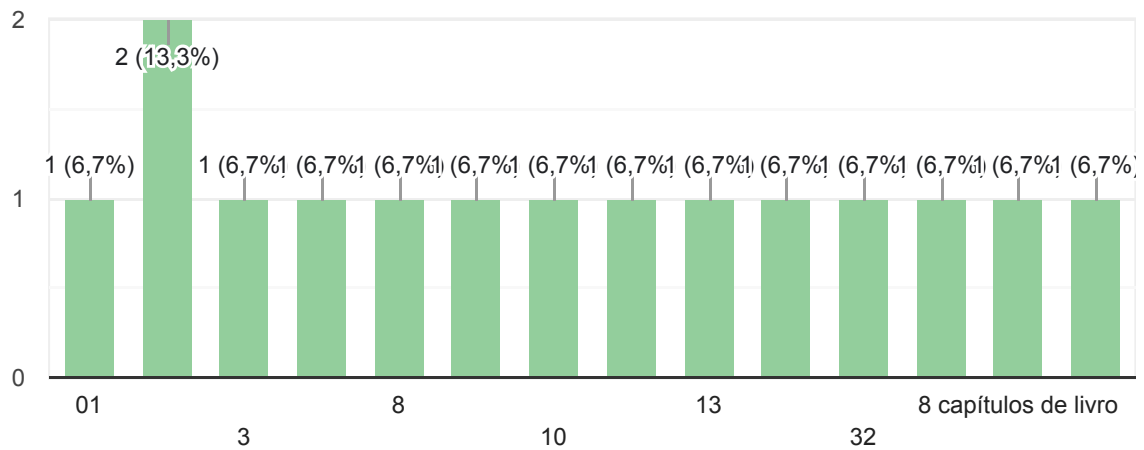
15 respostas



Entre 2021 e 2024, quantos trabalhos você publicou na forma de Capítulo de livros?

 Copiar

15 respostas



Entre 2021 e 2024, quantos trabalhos você publicou na forma de produção técnica ?

Responda assim:

Exemplo:

Evento organizado: 3

Tradução: 2

Nota: A Área do Direito considera, para fins de avaliação no quadriênio, os seguintes produtos técnicos/tecnológicos:

1- produto bibliográfico (artigo publicado em revista técnica; artigo publicado em jornal ou revista de divulgação; resenha ou crítica literária); 2- curso de formação profissional (organização, criação ou realização de atividade docente de capacitação em diferentes níveis);

3- produto de editoração (organização de livro, coletânea, dicionário e enciclopédia; participação como editor ou integrante do corpo editorial de revista científica ou de anais de eventos científicos);

4- software/aplicativo (programa de computador); 5- norma ou marco regulatório;

6- relatório técnico conclusivo;

7- evento organizado;

8- tradução;

9- produto de comunicação;

10- apresentação de trabalho.

15 respostas

18

Evento Orgazinado: 2 | Produto de Editoração: 6 | Curso de curta duração ministrado na Universidad de Granada: 1 | Pareceres sobre artigos/textos científicos: 13.

Avaliação de Artigos para Revistas e projetos- 40

Organização de Eventos - 14

Produto de editoração: 4 número de periódico A2 (EJL)

1 - Produto Bibliográfico

Artigo Científico: 0

2 - Curso de Formação Profissional:

Organização: 0

3 - Produção de Editoração:

Organização de Livro: 11

Organização de Coletânea: 11

Editor de Revista: 2

Pareceres: 13



5 - Norma ou Marco Regulatório: 3

7 - Eventos Organizados: 12

10 - Apresentação de Trabalho: 2

Tradução: 1

Seguindo as orientações:

Produto bibliográfico: 0

Cursos de formação profissional: 2

Produto de editoração: 11

Evento organizado: 10

Apresentação de trabalho: 9

2 - Curso de Formação: 02

3 - Equipe Executiva de Revista - 01

7 - Evento Organizado - 02

4 artigos publicados em jornal ou revista de divulgação

7 livros organizados

22 avaliações de artigos científicos

Produtos de editoração: 3

Eventos organizados: 3

Tradução: 1

Apresentações de trabalho: 12

32

2- curso de formação profissional (organização, criação ou realização de atividade docente de capacitação em diferentes níveis): 11

3- produto de editoração (organização de livro, coletânea, dicionário e enciclopédia; participação como editor ou integrante do corpo editorial de revista científica ou de anais de eventos científicos): 2

7- evento organizado: 1

9- produto de comunicação: 9

10- apresentação de trabalho: 4

Artigo publicado em jornal: 02

Curso de formação profissional: 05

Organização de livro: 01

Membro de corpo editorial: 03



Organização de eventos: 07

Apresentação de trabalho: 03

8 organizações de livro; 2 participações em corpo editorial; 11 apresentações de trabalho em Congressos: Nacionais e Internacionais.

1- produto bibliográfico (artigo publicado em revista técnica; artigo publicado em jornal ou revista de divulgação; resenha ou crítica literária): 8

2- Curso de formação profissional (organização, criação ou realização de atividade docente de capacitação em diferentes níveis): 3

3- Organização de livro, coletânea: 2

4. participação como editor ou integrante do corpo editorial de revista científica ou de anais de eventos científicos: 5

4- software/aplicativo (programa de computador): 0

5- norma ou marco regulatório: 0

6- relatório técnico conclusivo: 6

7- evento organizado: 8

8- tradução: 0

9- produto de comunicação: 0

10- apresentação de trabalho: 2



Entre 2021 e 2024, quantos cursos livres você realizou como docente principal?

Escreva o nome do curso, horas e o local.

Ex:

Curso de direito constitucional e meio ambiente, 14 horas, Universidade de New York, US

15 respostas

0

Epistemologias do Sul e Cultura Jurídica, 10 horas, Red de Constitucionalismo Crítico de América Latina -RedCCAL, Bogotá, Colômbia.

Universidad de Granada: IA generativa y datos personales. 2024.

1. Paulo Junior Trindade dos Santos, Por uma epistemologia da alteridade e a pedagogia da norma e o reconhecimento de novos direitos no Sul Global e suas projeções e experiências, 4 horas, IV CONGRESSO HISPANO-BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL;
2. Paulo Junior Trindade dos Santos, Cidades Inteligentes e Sustentáveis: e as ressignificações da propriedade privada em uma sociedade complexa, 4 horas, IV Congreso de Derecho Transnacional CONDITRANS;

Nenhum

El Estado de Derecho y las transformaciones digitales - 2h - Universidade de Talca (Chile)  
El Estado de Derecho y la protección de los derechos - 2h - Universidade de Granada (Granada)

zero

1. IA generativa y datos personales. 2024. Universidad de Granada, 2h
2. "Explorando a Legislação e Política de Proteção de Dados da UE e do Brasil: Desafios e Sinergias". 2024. Unoesc e Nova School of Law. 15h.

Combate à Discriminação no Trabalho, 8 horas, Escola Nacional da Inspeção do Trabalho  
<https://ead.sit.trabalho.gov.br/mod/book/view.php?id=311>

1. Proteção de Dados: LGPD & GDPR e outra em: Direito Digital, Cibersegurança e Inteligência Artificial, 03 dias, Universidade da Bacia do Prata, 2023
2. Constitucionalismo digital, 01 dia, Universidade de Sevilla, 2023
3. Empresas e Direitos Humanos na era digital, 2 dias, Sociedade Tcheca de Direito Internacional e Charles University, 2023
4. LA PROTECCIÓN DE LAS NIÑAS Y NIÑOS EN ENTORNOS DIGITALES, 01 dias, México, 2023
5. Artificial Intelligence to the Right to Education, 05 dias, Universidade de Stirling, 2023

1-CURSO DE CURTA DURAÇÃO NA FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UFSC) S.C.  
01 de junho de 2023 das: 14 às 18 horas PRESENCIAL( 2023). PÓS-GRADUAÇÃO



"TEORIAS PSICANALÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DA SUBALTERNIDADE DA MULHER: M. FOUCAULT; JUDITH BUTLER; SIMONE DE BEAUVOIR"

2- CURSO DE CURTA DURAÇÃO NA FACULDADE DE DIREITO DA PUC DE GOIÁS – GOIÂNIA  
CIÊNCIA EM CASA 11 de abril de 2024, das 18 às 22 horas (online) graduação e pós-graduação

" LIBERDADE DE EXPRESSÃO E AS NOVAS FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO QUE IMPACTAM A REALIDADE CONTEMPORÂNEA".

3- CURSO DE CURTA DURAÇÃO NA FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UFSC) S.C.  
18 de junho de 2024: das 14 às 18 horas PRESENCIAL ( 2024).

"O COLAPSO DA DEMOCRACIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POLÍTICA INTERNACIONAL".

4- CURSO DE CURTA DURAÇÃO JUNTO À ESCOLA JUDICIAL DA MAGISTRATURA DO TRABALHO – TRT DA 2ª. REGIÃO –EJUD (2024) 4 horas SÃO PAULO –S.P. em 19 DE MARÇO DE 2024 : DAS 16:30 ÀS 20:30

" Liberdade de expressão: alcance e limites" e "Privacidade e segurança no uso das redes sociais"

5- CURSO DE CURTA DURAÇÃO JUNTO À ESCOLA JUDICIAL DE MAGISTRATURA DO TRABALHO- TRT

DA 2ª. REGIÃO- EJUD, DE 22 A 24 DE MAIO DE 2023 ( 9 horas de duração em 3 dias)

"Liberdade de expressão e seus possíveis limites – o ódio e a perversão dos laços sociais no Brasil contemporâneo"

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ

Tema: Direito Constitucional brasileiro do meio ambiente

Duração: 8 horas

Quando: 03 e 09.05.2024

Evento: Master in Diritto dell'Ambiente (II livello)

Local: Università di Roma, La Sapienza

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ

Tema: Estado social digital brasileiro: a estratégia,

Duração: 4h

Quando: jan.2024.

Evento: Curso de Aperfeiçoamento: Direito constitucional e Inteligência Artificial

Local: Universidade de Granada; Cidade: Granada, Espanha;

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ

Tema: Estado social digital

Duração: 4h

Quando: 16.11.2023,

Evento: Curso para o Doutorado em Direito: "Desarrollo sustentable, nuevas tecnologías y derechos fundamentales",

Local: Universidad de Talca, Chile.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ

Tema: Marco regulatorio de las finanzas sustentables de Brasil,

Duração: 4h

Quando: 17.11.2023,



Evento: Curso para o Doutorado em Direito: “Desarrollo sustentable, nuevas tecnologías y derechos fundamentales”

Local: Universidad de Talca, Chile.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ

Tema: Algoritmos e o Estado Social Digital,

Duração: 3h

Quando: 26.01.2023

Evento: Curso Superior de Especialización “La constitución del algoritmo: Inteligencia Artificial y Derecho”

Local: Universidade de Granada (UG), Espanha

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ

Tema: Curso de Direito Constitucional do Brasil

Duração: 16 horas.

Quando: De 30.03.24 a 06.04.23

Evento: Curso de Pós-Graduação - Especialização

Local: FEMPAR - Fundação Escola do Ministério Público do Paraná

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ

Tema: FUNDEB E A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Duração: 16 horas.

Quando: 08 a 10.01.2021.

Evento: Curso de aperfeiçoamento profissional para 62 servidores públicos.

Local: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE-SC



Entre 2021 e 2024, quantas palestras você realizou como expositor(a) principal?  
Escreva apenas o número

15 respostas

2

12

29

8

Ainda necessito registrar.

24

palestra: 1

7

zero

9 nove

## PRODUÇÃO DESTACADA



### Produção bibliográfica destacada 1:

Indique a sua produção e depois justifique a importância para o PPGD:

Exemplo:

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.

Justifique, detalhadamente, a vinculação e a importância dessa produção destacada para o desenvolvimento das linhas de pesquisa de seu grupo de pesquisa na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

15 respostas

Curso de Extensão: Vídeo Documentário.

Título: Vozes que ecoam: um diálogo ancestral sobre o Projeto Colonial e a resistência Indígena

Trata-se de práticas fílmicas resultantes de atividades de ensino e pesquisa no decorrer de 36 meses junto à Comunidade Indígena Tabajaras e kaingang. Após esse processo inicia-se as três novas fases: (preparação, filmagem e montagem) e posteriormente o lançamento e disponibilização do produto final nominado Vídeo Documentário Temático. A condição fundamental para a realização de um filme documentário de exploração é a inserção profunda das/os proponentes no meio que será observado e, conseqüentemente, sua adesão e interação pelo mesmo. O grupo por meio do Plano de Trabalho desenvolveu atividades formação na temática, precedida de leitura, escrita de textos e participação em Seminários tendo como eixo central as Populações Indígenas no Brasil. Posteriormente escolheu-se a etnia Tabajara localizada em Conde, próximo do município de João Pessoa. Após a elaboração do roteiro de visitas foram realizadas as entrevistas e filmagens para elaboração do documentário. Na fase final, realizaram-se entrevistas com organizações com atuação em Territórios Indígenas, a exemplo do Conselho Indigenista Missionário/CIMI Região Sul. A preparação da filmagem desse documentário ocorreu em um processo de imersão e interação de docentes e discentes de três Instituições de Ensino: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Universidade do Oeste de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em Direito e Universidade Federal de João Pessoa/Pró-reitoria de Extensão no território indígena. Os tabajaras são um povo indígena que habita o litoral do Brasil no trecho entre a ilha de Itamaracá e a foz do rio Paraíba, além de territórios em Piri-piri e em Lagoa de São Francisco, no Piauí.

Resultados: o filme documentário foi apresentado para o público de Graduação e Pós-Graduação em quatro Instituições (UERGS, UNOESC, UFFS e UFPB). Dentre os Cursos de Graduação estão a Licenciatura em Pedagogia, Bacharelado em Direito, Bacharelado em Psicologia, Bacharelado em Administração e Gestão Ambiental. Em nível de Pós-Graduação o filme esteve presente no Curso de Mestrado Interdisciplinar de Ciências Humanas/UFFS, Mestrado Profissional em Educação/UERGS e Mestrado-Doutorado em Direito UNOESC



(inserido na Programa do Seminário de Grupos de Estudos e Pesquisa). Em outubro de 2023 o vídeo foi parte da programação do VI Congresso Iberoamericano de filosofia Practica, Universidade de la Plata, Argentina, Universidade Nova de Lisboa e Universidad Libre, Colômbia. Estima-se um público assistente de 650 pessoas ao total)

O produto está entrelaçado com o percurso de pesquisa da docente e discentes orientados, bem como a Linha de Pesquisa, Grupo de Estudos e Pesquisa e Componentes Curriculares ofertados no decorrer dos últimos 4 anos.

BOLZAN DE MORAIS, J. L. ; CUNHA E CRUZ, M. A. R. ; PIMENTEL, A. F. ; GUZANSKY, B. C. P. T. ; TEIXEIRA, B. C. ; BAHIA, C. J. A. ; DIAS, F. V. ; PINHEIRO, F. C. ; MORAIS, F. M. B. B. ; BASTOS, J. C. R. ; SACRAMENTO, M. P. ; MOREIRA, N. C. ; PADUA, T. P. . Missão de Observação Eleitoral (MOE) TSE | FDV. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/1539>. 2023

A Missão de Observação Eleitoral da FDV (TSE): O controle, pela Justiça Eleitoral, do uso e impacto das redes sociais no processo eleitoral foi credenciada pelo art. 1º, inc. V, da Portaria TSE nº 651 de 13 de julho de 2022, com o Projeto "O controle, pela Justiça Eleitoral, do uso e impacto das redes sociais no processo eleitoral". A MOE foi iniciativa da Coordenação do Grupo de Pesquisa Estado e Constituição (GEPE&C), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV), no âmbito do Observatório Democracia e Tecnologia, coordenado pelo Prof. Jose Luis Bolzan de Moraes.

O objeto desta MOE Nacional foi a observação da atuação prática do Sistema de Justiça Eleitoral brasileira (SJE) no desempenho de suas atribuições normativas, administrativas e jurisdicionais de enfrentamento à desinformação no uso das redes sociais como meio para a propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/1997, arts. 36, caput, e 57-A e Res.-TSE nº 23.610/19, arts. 2º e 27) durante o processo eleitoral de 2022 para escolha do Chefe do Executivo federal.

Houve a participação de pesquisadores de 9 universidades: (1) Universidade Católica de Pernambuco; (2) Faculdade de Direito de Vitória; (3) Instituto Toledo de Ensino de Bauru; (4) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; (5) Atitus Educação; (6) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; (7) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; (8) Universidade do Oeste de Santa Catarina; (9) Universidade de Itaúna.

A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à liberdade de expressão (art. 5º, IV, art. 220, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

MOLLER, G. S. ; DE MARCO, Cristhian Magnus . O paradigma da transição justa (OIT) e a importância para a América Latina e Caribe (ALC): sustentabilidade, ecologização e emprego verde para não deixar ninguém para trás. REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL, v. 113, p. 163, 2024.

O texto foi publicado em 2024, em revista Qualis A1 e reflete as discussões e preocupações do GEP(ETHOS) - Desenvolvimento Local & Cidadania Participativa, especialmente na Linha de pesquisa sobre Direito à Cidade: moradia, mobilidade e sustentabilidade. O foco central do texto está no paradigma da sustentabilidade a ser perseguido de acordo com a Agenda 2030 e seus indicadores. O texto representa também uma importante sinergia das disciplinas que compõem a linha de pesquisa em Direitos Sociais (Trabalho, Segurança e Moradia). Trata-se de importante revisão bibliográfica e análise qualitativa dos limites e possibilidades do paradigma da transição justa.



SANTOS, M. F. B.; STEINMETZ, W. A. Princípio da laicidade do Estado, direito fundamental à liberdade religiosa e atuação normativa municipal no enfrentamento da pandemia na Covid-19: estudo de casos. In: Iván Obando Camino. (Org.). Anuario del Programa de Doctorado en Derecho de la Universidad de Talca (2021-2022). 1ed. Santiago (Chile): Thomson Reuters, 2023, v. , p. 315-336.

JUSTIFICATIVA: produção com aderência à linha de pesquisa de Direitos Fundamentais Civis do PPGD e ao grupo de pesquisa Teoria dos Direitos Fundamentais e da Justiça (CNPq). Publicação em Anuário de programa de doutorado de universidade chilena parceira do PPGD-Unoesc. Tem por objeto controvérsia jurídica e social relevante no âmbito de medidas normativas municipais de enfrentamento da pandemia da covid-19 considerando-se a laicidade do Estado brasileiro e o direito fundamental à liberdade religiosa.

1. TRINDADE DOS SANTOS, P.J.; CARNIATO, D. L. . Juridicização dos fenômenos conflituais frente ao modelo de Estado Ativo-Responsivo e deslocamento da jurisdição ao processo. Revista eletrônica de direito processual, v. 25, p. 476-499, 2024.

O artigo científico adere-se a proteção dos direitos fundamentais cíveis a partir dos conflitos sociais assim juridicizados, observando assim a necessidade de um deslocamento da jurisdição ao processo, o qual passa a exigir uma nova configuração do Estado junto a resolução de conflitos que exijam a proteção constitucional e dos direitos fundamentais, frisa-se, que o artigo também preocupa-se em demarcar um novo modelo de direito processual, distinto daquele aplicado na prática ou aderido pelo senso comum. Observe-se que o atual cenário para a ampla proteção dos direitos fundamentais civis nas relações privados precisa ter como base semântica e hermenêutica as garantias constitucionais dos processos.

Frente à isso, o artigo é fruto de estudos contemporâneos e adequa-se a linha de pesquisa de direitos fundamentais civis, também ajustando-se ao GEPS - "Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa", aderindo aspectos relevantes dimensionados aos temas das políticas públicas e eficácia/proteção dos direitos fundamentais por meio dos processos estruturais ou dos processos de modelo democrático participativo.

2021

LORA, Deise Helena Krantz; CASTRO, Matheus Felipe. Imparcialidade judicial: os juízes partisans e os precedentes das cortes locais e internacionais de direitos humanos. REVISTA DA AJURIS - ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL , v.1, p.29-58 - 29, 2021.

Justificativa: trata-se de uma produção que discute a igualdade entre os sujeitos processuais, bem como a atual orientação de tribunais internacionais a respeito. O objetivo principal foi avaliar se há equilíbrio entre os elementos mínimos a uma prestação jurisdicional legítima que ofereça proteção de direitos fundamentais. Identificou-se que a legislação brasileira é insuficiente à garantia de imparcialidade (igualdade no processo) e que os procedimentos locais não permitem a isenção judicial, pois remetem o magistrado a uma postura ativa e não apenas decisória. Importante para o GEP porque é uma publicação conjunta de dois docentes do grupo.

TRAMONTINA, Robison. O Enfoque das Capacidades como uma Teoria Geral dos Direitos Humanos: uma proposta a partir de Martha Nussbaum. In: Robison Tramontina,. (Org.). Direitos Fundamentais: experiências, perspectivas teóricas e possibilidades futuras. 1ed. Joaçaba/SC: Editora Unoesc, 2023, v. 1, p. 279-306.



A publicação insere-se adequadamente na Área de Concentração do Programa considerando que “O programa de Pós-Graduação em Direito da Unoesc está concentrado no estudo e na pesquisa de teorias, problemas e mecanismos de efetivação de direitos fundamentais” Nela, a Teoria das Capacidades de Martha Nussbaum é interpretada como uma teoria geral dos direitos humanos que possibilita superar alguns limites da perspectiva dos direitos hegemônica.

O artigo localiza-se na linha de Direitos Fundamentais Sociais que pesquisa e estuda temas, problemas e interpretações que envolvem direitos humanos e direitos fundamentais sociais.

O texto é resultado de discussões desenvolvidas junto ao Grupos de Estudos e Pesquisa “Teorias dos Direitos Fundamentais e da Justiça” na linha Teorias da Justiça e Direitos Fundamentais, o qual desenvolve projetos direcionados à reflexão sobre a relação entre as Teorias da Justiça e os direitos humanos. Pergunta e tenta responder, conceitualmente, pelos fundamentos filosóficos adequados para sustentar uma visão razoável de direitos humanos. Centra seus estudos especificamente nas teorias contemporâneas liberais da justiça.

Não houve.

Carla Fernanda Fritsch Martins; Matheus Felipe de Castro. Standards probatórios para ingresso em domicílio sem autorização judicial: entendimento fixado pelo stj no hc nº. 598.051/sp.in: Revista do Tribunal Regional Federal da Sexta Região Volume 1 – Número 1 - 2023, pp. 142-157

Trata-se de artrigo publicado na Revista do TRF da 6a Região. A pesquisa sobre standards probatórios para ingresso em domicílio sem autorização judicial está correlacionada com o objetivo do projeto de pesquisa "Direito Fundamental à Prova Justa", desenvolvido pelo pesquisador no interior do GEP Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle.

SARLET, I. W. ; ROCHA, T. S. . Direito à Renda Básica Familiar (art. 6o, parágrafo único). In: Gilmar Mendes; José Joaquim Gomes Canotilho; Ingo Wolfgang Sarlet; Lenio Luiz Streck; Léio Ferreira Leony. (Org.). Comentários à Constituição do Brasil. 3ed.São Paulo: SaraivaJur; Almedina; IDP, 2023, v. , p. 539-545.

Capítulo publicado em obra que é referência de consulta em Direito Constitucional, sobre tema atual em direitos fundamentais sociais. Por se tratar de comentário a dispositivo recentemente introduzido no texto constitucional (art. 6o, parágrafo único), há potencial para influência no debate nacional sobre tema diretamente relacionado à Linha de Pesquisa "Segurança de renda e finanças sustentáveis", do Grupo de Pesquisa REDESS - Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável.

2023

BOLZAN DE MORAIS, J. L. ; CUNHA E CRUZ, M. A. R. ; PIMENTEL, A. F. ; GUZANSKY, B. C. P. T. ; TEIXEIRA, B. C. ; BAHIA, C. J. A. ; DIAS, F. V. ; PINHEIRO, F. C. ; MORAIS, F. M. B. B. ; BASTOS, J. C. R. ; SACRAMENTO, M. P. ; MOREIRA, N. C. ; PADUA, T. P. . Missão de Observação Eleitoral (MOE) TSE | FDV. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/1539>. 2023

A Missão de Observação Eleitoral da FDV (TSE): O controle, pela Justiça Eleitoral, do uso e



impacto das redes sociais no processo eleitoral foi credenciada pelo art. 1º, inc. V, da Portaria TSE nº 651 de 13 de julho de 2022, com o Projeto “O controle, pela Justiça Eleitoral, do uso e impacto das redes sociais no processo eleitoral”. A MOE foi iniciativa da Coordenação do Grupo de Pesquisa Estado e Constituição (GEPE&C), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV), no âmbito do Observatório Democracia e Tecnologia, coordenado pelo Prof. Jose Luis Bolzan de Moraes.

O objeto desta MOE Nacional foi a observação da atuação prática do Sistema de Justiça Eleitoral brasileira (SJE) no desempenho de suas atribuições normativas, administrativas e jurisdicionais de enfrentamento à desinformação no uso das redes sociais como meio para a propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/1997, arts. 36, caput, e 57-A e Res.-TSE nº 23.610/19, arts. 2º e 27) durante o processo eleitoral de 2022 para escolha do Chefe do Executivo federal.

Houve a participação de pesquisadores de 9 universidades: (1) Universidade Católica de Pernambuco; (2) Faculdade de Direito de Vitória; (3) Instituto Toledo de Ensino de Bauru; (4) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; (5) Atitus Educação; (6) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; (7) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; (8) Universidade do Oeste de Santa Catarina; (9) Universidade de Itaúna.

A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à liberdade de expressão (art. 5º, IV, art. 220, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa “Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle” na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

Montanhana, B. C., & Costa, S. M. de B. (2022). DIGNIDADE HUMANA E INCLUSÃO SOCIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO. *Revista De Direitos Fundamentais Nas Relações Do Trabalho, Sociais E Empresariais*, 7(2), 21–42. <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-009X/2021.v7i2.8172>

A publicação traz precisamente o questionamento sobre a superação da exclusão social como um primado constitucional. O Grupo REDESS visa à pesquisa de regulação social sustentável, e nas relações de trabalho essa regulação depende essencialmente da responsabilidade das empresas pela inclusão social e dignidade no trabalho. O papel das políticas públicas do Estado é relevante e jamais olvidado. Contudo, as políticas públicas não são exclusividade da atuação estatal; ensejam em seu bojo a participação ativa de atores sociais envolvidos na relação sociojurídica em questão. Nesse contexto, a dignidade perpassa as referências da sociedade (econômicas, políticas, jurídicas, sociais).

LIVRO PUBLICADO EM LINGUA INGLESIA:

“ BODY AND IDENTITY: (RE) DEFINITION OF DECISION-MAKING AUTONOMY IN THE CONSTRUCTION OF THE RIGHT TO OWN BODY”

Freitas, Riva Sobrado de, Zilio, Daniela . *Body and identity: (re)definition of decision-making autonomy in the construction of the right to own body*. 1. ed. Joaçaba-SC: Editora Unoesc, 2021. v. 1. 181p .

Trata-se de livro em língua inglesa, contendo trabalhos relativos à Autonomia Privada Decisória, que constitui base teórica da linha de pesquisa: “LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE: GÊNERO, ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO SOCIAL” . São artigos desenvolvidos, a partir do nosso GEP, já publicados e citados em linha portuguesa, e que acabaram por se tornar referencial teórico de teses de



doutorado e de várias dissertações de mestrado a partir do nosso Grupo de Pesquisa. Também foram discutidos em países como Polônia e República Tcheca, para além de Portugal, Uruguai e Argentina em artigos apresentados em congressos e palestras. Essa publicação teve como objetivo internacionalizar nossos estudos sobre o tema: AUTONOMIA PRIVADA DECISÓRIA, de modo a facilitar a internacionalização das discussões dessas teorias, tão necessárias à compreensão dos processos de subjetivação contemporâneos em questão de gênero, etnia e orientação sexual. Dessa forma buscamos, com essa publicação atender aos objetivos do nosso Programa de Pós – Graduação, no que se refere a uma produção acadêmica qualificada, aproximando o mestrando e o doutorando de realidades jurídicas nacionais e internacionais.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Direito humano a segurança social: uma nota introdutória à C102 da OIT In: Anuário del Programa de Doctorado en Derecho de la Universidad de Talca, Chile, ed.1. Santiago, Chile: Thomson Reuters, 2024, p. 465 - 480.

Palavras-chave: Segurança Social, OIT, Direitos humanos

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais: Brasil/Bretão.

Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9789564005126

Justificativa: Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre o direito a segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). O estudo publicado no Chile é um trabalho de pesquisa em rede internacional sobre o sistema brasileiro e o sistema chileno de seguridade social e políticas sociais, em colaboração com a Universidade de Talca, no Chile. A tradução do texto normativo da OIT – inédito em português – foi publicada no Anuário do Programa de Doutorado em Direito da UTalca, o que é indicativo do impacto da pesquisa em andamento no grupo REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc) nos estudos de programa de doutorado dessa universidade chilena. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo consolidação das ações de internacionalização da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.



## Produção bibliográfica destacada 2:

Indique a sua produção e depois justifique a importância para o PPGD:

Exemplo:

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.

Justifique, detalhadamente, a vinculação e a importância dessa produção destacada para o desenvolvimento das linhas de pesquisa de seu grupo de pesquisa na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

15 respostas

WENCZENOVICZ, THAÍS JANAINA; LOCATELI, CLÁUDIA CINARA . Colonialidades e inclusão digital na primeira infância. *REVISTA QUAESTIO IURIS*, v. 16, p. 428-443, 2023.

Produção com discente do Doutorado. O destaque para esse produto resulta de pesquisa empírica realizada com a Linha de Pesquisa da docente. O texto adere sistematicamente e integralmente, vinculando-se peremptoriamente ao Grupo de Pesquisa registrados no Lattes e DGP-CNPQ, assim como ao GEP registrado no DGP-CNPQ. É uma produção interdisciplinar, razão pela qual optou-se pela escolha do periódico

CUNHA E CRUZ, M. A. R.; FESTUGATTO, A. M. F. ; TESSARO, G. R. L. . O conceito de desinformação no controle judicial do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC): análise dos julgados das eleições de 2022. *ESTUDOS ELEITORAIS*, v. 17, p. 202-228, 2023.

A questão de pesquisa deste texto é: qual conceito (ou critério argumentativo) foi utilizado para o controle judicial da desinformação pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) nas Eleições 2022? O objetivo é descrevê-lo, com base em seus julgamentos. A metodologia partiu de uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando-se recursos bibliográficos e documentais para analisar as decisões judiciais resultantes da consulta pública feita com os critérios das palavras-chave: fake news e/ou notícias sabidamente inverídicas e/ou desinformação;. Nas 12 Ações de Investigação Judicial Eleitoral, não foram identificadas demandas aderentes. 15 Reclamações e duas Ações de Direito de Resposta foram decididas no mérito. A principal conclusão é que o conceito de controle judicial de desinformação nas eleições de 2022 no Judiciário Eleitoral de Santa Catarina utilizou o significado jurídico de conteúdo/fato sabidamente inverídico, restringindo sua análise quanto à flagrante inveracidade dos conteúdos impugnados. Os juízes embasaram-se, principalmente, na legislação regulamentar da Justiça Eleitoral, com prevalência da liberdade de expressão. A potencial contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à liberdade de expressão (art. 5º, IV, art. 220, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na



Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

MÖLLER, GABRIELA SAMRSLA ; MAGNUS DE MARCO, CRISTHIAN . Podemos falar em Crise da democracia brasileira? Das possíveis causas e propostas para o fortalecimento democrático. REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA, v. 11, p. e13529, 2023.

Artigo publicado em 2023, Qualis A2. Artigo conectado especialmente com a linha de pesquisa do GEPETHOS que trata de: Acesso à Justiça e Desenvolvimento: processualidades, cidadania e proteção adequada de direitos fundamentais no Sul Global. A participação democrática é uma preocupação central para o acesso à justiça e o direito à cidade.

MARQUES, GABRIEL MANZANO DIAS ; MOREIRA, FELIPE KAUÊ LIMA ; STEINMETZ, WILSON ANTÔNIO . Liberdade de expressão e profissionais civis da segurança pública: estudo da decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 734. REVISTA ESPAÇO JURÍDICO, v. 24, p. 341-348, 2024

JUSTIFICATIVA: produção com aderência à linha de pesquisa de Direitos Fundamentais Civis do PPGD e ao grupo de pesquisa Teoria dos Direitos Fundamentais e da Justiça (CNPq). Tem por objeto tema sensível: a liberdade de expressão dos profissionais civis de segurança pública. Realizou-se um estudo analítico e crítico da decisão do Supremo Tribunal Federal (ADPF 734) que se tornou referência jurisprudencial para o tema.

2. TRINDADE DOS SANTOS, P.J.. Constitucionalismo Pós-Moderno e (co)relação com o Direito Internacional dos Direitos Humanos. RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENÊUTICA E TEORIA DO DIREITO , v. 13, p. 1-18, 2022.

O artigo científico detém vinculação a linha de direitos fundamentais civis, o qual adere-se plenamente com a disciplina "", e ainda, aproxima a sua semântica ao GEPS - "Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa", observando neste estudo o direito global e internacional preocupado com a proteção dos direitos fundamentais nas relações privadas, e neste âmbito internacional e global, tem-se a preocupação de evidenciar a aproximação de diversos sistemas jurídicos, formando assim uma rede, a partir da soft law dimensionada pelos pressupostos constitucionais dos direitos fundamentais nas relações privadas e a partir das relações privadas.

2022/2021

LORA, Deise Helena Krantz; CAZABONET, Brunna L.

Juízo cautelar oral: uma digressão entre a experiência chilena e a letargia processual brasileira In: Derecho procesal penal: una mirada a 20 años dereformas en Chile y Brasil.. 1 ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021, p. 208-228.

Justificativa: trata-se de produção internacional, capítulo de livro publicado no Chile e no Brasil, para comparar a legislação processual penal dos dois países e avaliar as alterações recentes em cada um e na América Latina. A pesquisa é importante para o GEP porque apresenta um importante elemento de internacionalização, aliando o direito local e regional (América Latina).

CRUZ, M. A. R. C. E. ; TRAMONTINA, Robison ; TRESSOLDI, I. . Imagens traumáticas para a campanha de prevenção e controle de transmissão da covid-19: um estudo de caso do município de Xaxim-SC. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1039, p. 147-



A publicação insere-se adequadamente na Área de Concentração do Programa considerando que “O programa de Pós-Graduação em Direito da Unoesc está concentrado no estudo e na pesquisa de teorias, problemas e mecanismos de efetivação de direitos fundamentais”. Foi investigado o uso de imagens traumáticas de pessoas associadas a frases pelo Município de Xaxim-SC, em campanha de prevenção e controle da transmissão da Covid-19. As imagens de pessoas, algumas intubadas, foram acompanhadas de frases que tentavam traçar a relação de causa e efeito entre a situação hospitalar com a não adoção dos cuidados sanitários recomendados pela Organização Mundial da Saúde para prevenção da doença. O texto responde a seguinte questão de pesquisa: houve violação ao direito fundamental à própria imagem das pessoas retratadas na campanha realizada pelo Município de Xaxim-SC, publicadas na página oficial do Instagram da municipalidade entre 10 de fevereiro e 23 de abril de 2021? Sustenta-se a hipótese de que não se identifica a violação ao direito fundamental à própria imagem dos retratados.

O texto é resultado de discussões desenvolvidas junto ao Grupos de Estudos e Pesquisa “Teorias dos Direitos Fundamentais e da Justiça” na linha Teorias da Justiça e Direitos Fundamentais. Ele foi submetido para o componente curricular “A proteção constitucional da Privacidade.

O texto discute um direito fundamental, a imagem, e tem como foco um município da região. Trata-se de uma pesquisa que investiga a proteção do direito à imagem na região oeste de Santa Catarina.

Não houve

Castro, Matheus Felipe de; Hoffmann, Luísa Tramarin. Submetendo a igualdade à prova: a natureza ambivalente do acordo de não persecução penal e o discurso ideológico da paridade de armas no processo penal. REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL - UFRGS. VOL. 9, N.º 2, 2021 , pp. 47-74. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/redppc/article/view/117408m>:

Trata-se de artigo publicado na Revista Eletrônica de Direito penal e Política Criminal da UFRGS. A pesquisa sobre Paridade de Armas no Processo Penal está correlacionada com o objetivo do projeto de pesquisa “Direito Fundamental à Prova Justa”, desenvolvido pelo pesquisador no interior do GEP Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle.

SARLET, I. W. ; ROCHA, T. S. . El papel del derecho humano y fundamental a la renta básica universal en la sociedad tecnológica. In: Francisco Balaguer Callejón; Ingo Wolfgang Sarlet. (Org.). Derechos fundamentales y democracia en el constitucionalismo digital. 1ed.: Thomson Reuters Aranzadi, 2023, v. , p. 879-894.

Capítulo publicado em língua estrangeira, em obra internacional produzida por editora de prestígio, sobre tema atual em direitos fundamentais sociais, diretamente relacionado à Linha de Pesquisa “Segurança de renda e finanças sustentáveis”, do Grupo de Pesquisa REDESS - Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável.



2023.

CUNHA E CRUZ, M. A. R.; FESTUGATTO, A. M. F. ; TESSARO, G. R. L. . O conceito de desinformação no controle judicial do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC): análise dos julgados das eleições de 2022. ESTUDOS ELEITORAIS, v. 17, p. 202-228, 2023. A questão de pesquisa deste texto é: qual conceito (ou critério argumentativo) foi utilizado para o controle judicial da desinformação pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/-SC) nas Eleições 2022? O objetivo é descrevê-lo, com base em seus julgamentos. A metodologia partiu de uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando-se recursos bibliográficos e documentais para analisar as decisões judiciais resultantes da consulta pública feita com os critérios das palavras-chave: fake news e/ou notícias sabidamente inverídicas e/ou desinformação;. Nas 12 Ações de Investigação Judicial Eleitoral, não foram identificadas demandas aderentes. 15 Reclamações e duas Ações de Direito de Resposta foram decididas no mérito. A principal conclusão é que o conceito de controle judicial de desinformação nas eleições de 2022 no Judiciário Eleitoral de Santa Catarina utilizou o significado jurídico de conteúdo/fato sabidamente inverídico, restringindo sua análise quanto à flagrante inveracidade dos conteúdos impugnados. Os juízes embasaram-se, principalmente, na legislação regulamentar da Justiça Eleitoral, com prevalência da liberdade de expressão. A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à liberdade de expressão (art. 5º, IV, art. 220, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

ARTIGO EM PERIÓDICO:

"LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO ATUAL: A DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS"

SPEZZATTO, TIAGO OLYMPIO ; ZILIO, DANIELA ; SOBRADO DE FREITAS, RIVA . LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO ATUAL: A DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS. *Conpedi Law Review*, v. 7, p. 97-118, 2022.

Trata-se de mais um artigo versando sobre Liberdade de Expressão e seus limites, construído pelo nosso GEP, e nessa oportunidade, procurando ir um pouco mais além, numa perspectiva de buscar entender o efeito da desinformação não apenas no desenvolvimento da personalidade e identidade pessoal, mas também o seu impacto na Democracia ocidental contemporânea.

É importante ressaltar a relevância desse tema, na trajetória e nas discussões do nosso GEP, sobretudo na linha de pesquisa: LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO, ETNIA, ORIENTAÇÃO SEXUAL E INCLUSÃO SOCIAL, na medida em que , o comprometimento da Liberdade de Expressão, ou mesmo a desinformação, quando veiculada em redes sociais impacta profundamente as escolhas individuais e o livre desenvolvimento da personalidade nos processos de subjetivação. Dessa forma nosso Gep, desde que foi instituído tem pesquisado e elaborado dissertações para além de projeto de Doutorado, já aprovado sobre esse tema.

Certamente esse foi um dos motivos que nos levou ao reconhecimento como uma das



docentes mais citadas do PPGD, no WORLD SCIENTIST AND UNIVERSITY RANKINGS 2023.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Welfare State Digitale: la trasformazione digitale dei servizi sociali. La cittadinanza europea: rivista di studi e documentazione sull'integrazione europea. v.1, p.283 - 296, 2023.

Palavras-chave: Estado digital, Estado social

Áreas do conhecimento: Direito

Home page: [<https://www.lceonline.eu/the-journal/previous-issues/>]. Publicado em número especial do volume de 2023

JUSTIFICATIVA: Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre o direito a segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). O estudo foi publicado na Itália e também na Espanha (STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Estado de bienestar digital: la transformación digital de los servicios sociales In: Derechos fundamentales y democracia en el constitucionalismo digital, ed.1. Navarra, Espanha: Editorial Aranzadi, 2023, v.1, p. 657 - 678) sob a coordenação editorial do Programa de Doutorado em direito da Universidade de Granada, Espanha, o que é indicativo do impacto da pesquisa em andamento no grupo REDESS nos estudos de programa de doutorado dessa universidade espanhola. É um trabalho de pesquisa em rede internacional sobre inteligência artificial e direitos fundamentais, envolvendo também a PUCRS, a Universidade de Granada (Espanha) e o IDP-DF. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo consolidação das ações de internacionalização da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.



### Produção bibliográfica destacada 3:

Indique a sua produção e depois justifique a importância para o PPGD:

Exemplo:

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.

Justifique, detalhadamente, a vinculação e a importância dessa produção destacada para o desenvolvimento das linhas de pesquisa de seu grupo de pesquisa na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

15 respostas

Curso de Extensão: Epistemologias do Sul e Cultura Jurídica: teoria e metodologias o projeto buscou entrevistar ativistas, docentes, e pesquisadores que possuem adesão ou aproximação com as Epistemologias do Sul e a Cultura Jurídica. Para tanto, foram contatadas/os profissionais com adesão aos dois eixos e de formação básica ampliada, dentre elas: Antropologia, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais, Direito, Economia, Educação, História, Politólogos e Sociologia com o objetivo de ampliar o rol de temas.

As Epistemologias do Sul são uma proposta epistemológica que pretende identificar, validar os conhecimentos nascidos de demandas coletivas, lutas sociais contra a opressão que, na época moderna, foram fundamentalmente assentadas na modernidade, no ideário do colonialismo, no capitalismo e no sistema-mundo ou mundo abissal de acordo com Boaventura de Sousa Santos. Esse processo trouxe como pilares fundantes os marcadores sociais de poder e dominação: classe, gênero, raça e trabalho. Eixos que centrarão os processos de diálogos nesse Projeto.

Ao total são 15 entrevistas que se transformaram em um curso com certificação de 30 horas via Plataforma e-learning, gratuito e integralizando os processos de ensino e inovação. O Curso tem até agosto de 2024 550 concluintes das cinco regiões do Brasil e 4 países da América Latina.

CUNHA E CRUZ, M. A. R.; TRAMONTINA, R. ; TRESSOLDI, I. . Imagens traumáticas para campanha de prevenção e controle de transmissão da Covid-19: um estudo do caso do município de Xaxim-SC. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1039, p. 147-167, 2022.

Objetiva-se investigar o uso de imagens traumáticas de pessoas associadas a frases pelo município de Xaxim-SC, em campanha de prevenção e controle da transmissão da Covid-19. As imagens de pessoas, algumas intubadas, foram acompanhadas de frases que tentavam traçar a relação de causa e efeito entre a situação hospitalar com a não adoção dos cuidados sanitários recomendados pela Organização Mundial da Saúde para prevenção da doença. A questão que orienta a pesquisa é a seguinte: houve violação ao direito fundamental à própria imagem das pessoas retratadas na campanha realizada pelo município de Xaxim-SC,



publicadas na página oficial do Instagram da municipalidade entre 10 de fevereiro e 23 de abril de 2021? A pesquisa de natureza qualitativa utiliza recursos bibliográficos e documentais, com levantamento de dados por meio da técnica de documentação indireta. As principais conclusões destacam que as imagens foram divulgadas no contexto exclusivo de uma campanha para prevenção e controle da transmissão de uma doença grave, com suporte em orientações oriundas da Organização Mundial da Saúde, de duração compatível com o aumento local da crise sanitária, na extensão territorial limitada à circunscrição municipal, as maioria das pessoas retratadas não são reconhecíveis, com um alcance de conteúdo limitado à finalidade destinada. Diante disso, sustenta-se a tese de que não se identifica a violação ao direito fundamental à própria imagem dos retratados.

A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à própria imagem (art. 5º, X, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à liberdade de expressão (art. 5º, IV, art. 220, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

DE MARCO, Cristhian Magnus; BATTIROLA, ANE MICHELINA DALBOSCO . Programa habitacional Casa Verde e Amarela: uma análise sobre a importância do debate nas esferas públicas para a construção do espaço público. DIREITO DA CIDADE, v. 13, p. 1855-1877, 2021.

Artigo publicado em 2021, em revista Qualis A2. Vinculado à linha de pesquisa: Direito à Cidade: moradia, mobilidade e sustentabilidade. O texto retrata por meio de revisão bibliográfica e análise da legislação brasileira, os problemas da redução do espaço público para a definição dos contornos de uma política pública, cujo objetivo é a implementação de um direito fundamental tão essencial, como a habitação.

OLIVEIRA JUNIOR, J. ; STEINMETZ, W. A. . A negociação por meio de acordos de não persecução penal e cível nos ilícitos de corrupção. In: XII Encontro Internacional do CONPEDI Buenos Aires, Florianópolis: Conpedi, 2023. v. 1. p. 88-109.

JUSTIFICATIVA: produção com aderência à linha de pesquisa de Direitos Fundamentais Civis do PPGD e ao grupo de pesquisa Teoria dos Direitos Fundamentais e da Justiça (CNPq). Publicação em encontro internacional. O estudo enfrenta o tema da negociação por meio de acordos de não persecução penal e cível nos ilícitos de corrupção afetando direitos e princípios sensíveis como autonomia privada, devido processo legal e renúncia a direitos fundamentais.

3. TRINDADE DOS SANTOS, P.J.. O reconhecimento dos contratos conexos no caso concreto: a proteção dos direitos humanos nos negócios jurídicos. Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva, v. 9, p. 1-16, 2023.

O referido artigo científico nasceu da análise de diversos casos práticos ocorridos, assim demonstrando que os contratos conexos de compra e venda de imóveis juntamente com os contratos de corretagem violariam os direitos fundamentais cíveis decorrentes das relações privadas, assim houve a necessidade de estabelecer diretrizes a partir dos direitos humanos nos negócios jurídicos, implementando assim crítica ao direito contratual, necessitando plena revisão, para que não venha a existir em negócios imobiliários violações da dignidade da pessoa humana, solidariedade e igualdade, ambos dimensionados as cláusulas gerais do direito privado, sendo elas, assimetria contratual, boa-fé e função social do contrato.



Portanto, o artigo adequa-se plenamente a linha de direitos fundamentais civis nas relações privadas, ajustando-se plenamente com os conteúdos estudados na disciplina do mestrado “Propriedade Privada e Liberdade Contratual na Sociedade da Informação” e no GEPS - “Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa”, aderindo aspectos relevantes e aproximando os temas das cidades sustentáveis e o direito privado, nos eixos de contratos e propriedade, dimensionados os temas nas preocupações das políticas públicas e eficácia/proteção dos direitos fundamentais por meio dos processos estruturais.

2023

LORA, Deise Helena Krantz; CELESTINO, Bruno; HAMMERSCHMIDT, D.

Código de Processo Penal Comentado. Curitiba: Juruá, 2023, v.1. p.1616.

Justificativa: Capítulo de livro nacional, produção coletiva que envolve vários autores de relevância nacional. O capítulo discorre sobre competência e juiz natural enquanto direito fundamental). A publicação é importante para o GEP porque possui relevância nacional, em termos da análise de importantes elementos sobre o juiz natural, com noções bailares para a compreensão desse direito fundamental.

TRESSOLDI, I. ; TRAMONTINA, Robison . Razão pública e amicus curiae no Supremo Tribunal Federal: análise dos argumentos utilizados na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.543. REVISTA ESPAÇO JURÍDICO, p. 1-28, 2022. Qualis (ISSN: 2179-7943)2020: A2

O texto aborda a participação da sociedade em fóruns públicos para formar a razão pública do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.543, que avalia a inconstitucionalidade de atos normativos que vedam a doação de sangue por homens que se relacionem sexualmente com outros homens e suas parceiras. Busca-se responder o problema: o debate público promovido pela atuação de amici curiae perante o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 5.543 conferiu legitimação e representou um suporte democrático à razão pública do Tribunal? Analisa-se criticamente os argumentos utilizados nos votos dos Ministros e Ministras à luz da razão pública rawlsiana, a fim de identificar a contribuição da sociedade para construir a razão de decidir. Inferiu-se a tese que atuação de amici curiae foi significativa e positiva para formar a razão pública do Supremo Tribunal Federal no caso analisado.

A pesquisa se conecta com a área de concentração e linha de pesquisa, pois explora a eficácia dos direitos fundamentais, como o direito à igualdade e à não discriminação, além de investigar o papel de atores sociais na formulação de políticas públicas e na construção de decisões judiciais que impactam diretamente a saúde e a cidadania. A relevância de amici curiae para a formação da razão pública do Tribunal alinha-se ao estudo de teorias e práticas que buscam a efetivação de direitos, bem como ao desenvolvimento de um sistema jurídico que promove o bem-estar social e um ambiente mais democrático e participativo.

A investigação dialoga diretamente com as preocupações do grupo de pesquisa em explorar teorias e esquemas interpretativo-argumentativos que aprofundem a conexão entre direitos fundamentais e justiça, ao mesmo tempo que aborda criticamente como esses direitos são interpretados e aplicados em um contexto jurídico-institucional específico.

Não houve



LORA, Deise Helena Krantz; CASTRO, Matheus Felipe de. Imparcialidade judicial: os juízes partisans e os precedentes das cortes locais e internacionais de direitos humanos. In: Revista da AJURIS – Porto Alegre, v. 48, n. 150, Junho, 2021, pp. 29-58.

Trata-se de artigo publicado na Revista da AJURIS. A pesquisa sobre imparcialidade judicial está correlacionada com o objetivo do projeto de pesquisa "Direito Fundamental à Prova Justa", desenvolvido pelo pesquisador no interior do GEP Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle.

N.A.

2022

CUNHA E CRUZ, M. A. R.; TRAMONTINA, R. ; TRESSOLDI, I. . Imagens traumáticas para campanha de prevenção e controle de transmissão da Covid-19: um estudo do caso do município de Xaxim-SC. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1039, p. 147-167, 2022.

Objetiva-se investigar o uso de imagens traumáticas de pessoas associadas a frases pelo município de Xaxim-SC, em campanha de prevenção e controle da transmissão da Covid-19. As imagens de pessoas, algumas intubadas, foram acompanhadas de frases que tentavam traçar a relação de causa e efeito entre a situação hospitalar com a não adoção dos cuidados sanitários recomendados pela Organização Mundial da Saúde para prevenção da doença. A questão que orienta a pesquisa é a seguinte: houve violação ao direito fundamental à própria imagem das pessoas retratadas na campanha realizada pelo município de Xaxim-SC, publicadas na página oficial do Instagram da municipalidade entre 10 de fevereiro e 23 de abril de 2021? A pesquisa de natureza qualitativa utiliza recursos bibliográficos e documentais, com levantamento de dados por meio da técnica de documentação indireta. As principais conclusões destacam que as imagens foram divulgadas no contexto exclusivo de uma campanha para prevenção e controle da transmissão de uma doença grave, com suporte em orientações oriundas da Organização Mundial da Saúde, de duração compatível com o aumento local da crise sanitária, na extensão territorial limitada à circunscrição municipal, as maioria das pessoas retratadas não são reconhecíveis, com um alcance de conteúdo limitado à finalidade destinada. Diante disso, sustenta-se a tese de que não se identifica a violação ao direito fundamental à própria imagem dos retratados.

A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à própria imagem (art. 5º, X, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à liberdade de expressão (art. 5º, IV, art. 220, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

ARTIGO EM PERIÓDICO:

"O CASO ALAIN COCQ: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, PRIVACIDADE E AUTONOMIA DECISÓRIA NO PROCESSO DE MORTE À LUZ DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO".

ZILIO, DANIELA; SOBRADO DE FREITAS, RIVA . O CASO ALAIN COCQ: LIBERDADE DE EXPRESSÃO, PRIVACIDADE E AUTONOMIA DECISÓRIA NO PROCESSO DE MORTE À LUZ DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Revista de Biodireito e Direito dos Animais, v. 8, p. 53-72, 2022



Nesse artigo, nossa preocupação foi a de testarmos o caso concreto “O CASO ALAIN COCQ” em dois produtos teóricos construídos a partir de reflexões do nosso GEP, que envolvem: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, e, de outra parte, a AUTONOMIA PRIVADA DECISÓRIA, procurando compreender a importância e o impacto da informação para a formulação das escolhas subjetivas e para a construção da identidade pessoal em situações de final de vida. Sem dúvida trata-se de questão de extrema relevância, para os nossos estudos, examinar novos casos concretos que envolvem temas polêmicos atuais, não apenas pelo impacto social que eles promovem, mas sobretudo pela aproximação de realidades jurídicas singulares, que oportunizam aos doutorandos e mestrandos os desafios necessários as suas produções acadêmicas, atendendo dessa forma os objetivos do nosso Programa de Pós-Graduação em Direito.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Comentários a dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil: Comentários a dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil: Art. 49, Inc. XVIII, p. 1099-1100; Art. 84, Inc. XXVIII, p. 1338-1339; Art. 167-A a 167-G, p.1874-1880; Art. 193 e § ún., p. 1983; Art. 194, § ún., p. 1985-1988; Art. 195 e §§, p. 1989-1991; Art. 201 a 204, p. 2031-2038; EC 103/2019, Art. 15 a 19, Art. 22, Art. 23, Art. 25, Art. 27, Art. 28, Art. 29, Art. 32, Art. 33; p. 2507-2520; EC 109/2021, Art. 3º e 5º. p. 2533-2542.

Palavras-chave: Direito Constitucional, Constituição do Brasil

Áreas do conhecimento: Direito, Ciência Política

Publicado em: Comentários a dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil.

Organização de José Joaquim Gomes Canotilho, Gilmar Ferreira Mendes, Ingo Wolfgang Sarlet et ali, ed.3. São Paulo: SaraivaJur, 2023, p. 1099 - 2542.

ISBN: 9786553625044

Home page: <https://www.amazon.com.br/Coment%C3%A1rios-Constitui%C3%A7%C3%A3o-Brasil-S%C3%A9rie-edi%C3%A7%C3%A3o/dp/6553625034>

JUSTIFICATIVA. Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre direitos sociais e segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). Esta é minha segunda participação nesta obra que agora chega à terceira edição, pela Editora Saraiva, como coletânea de comentários a artigos da Constituição da República. Minha participação gerou 9 textos comentando mais de 15 artigos, uma das maiores participações individuais na obra. Os comentários correspondem a um trabalho de pesquisa de impacto internacional e nacional pois foi organizado por constitucionalistas que estão no seleto grupo dos mais influentes dos últimos 30 anos de produção doutrinária no campo do direito constitucional de Portugal e do Brasil. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo de reconhecimento – pela doutrina mais importante do Brasil – da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.



#### Produção bibliográfica destacada 4:

Indique a sua produção e depois justifique a importância para o PPGD:

Exemplo:

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 07-20, 2002.

Justifique, detalhadamente, a vinculação e a importância dessa produção destacada para o desenvolvimento das linhas de pesquisa de seu grupo de pesquisa na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

15 respostas

WENCZENOVICZ, THAÍS JANAINA. À escuta da aldeia: marcadores sociais e a memória nas comunidades indígenas no Brasil Meridional ? 2. ed. revisada e ampliada.. 2. ed. Joaçaba/SC: Editora UNOESC, 2023. v. 1. 176p .

O destaque para esse produto resulta de pesquisa empírica realizada nos anos de 2019 até 2023 com a Linha de Pesquisa do PPGD e o Grupo de Estudos e Pesquisa que a docente integra. O texto adere sistematicamente e integralmente, vinculando-se peremptoriamente ao Grupo de Pesquisa registrados no Lattes e DGP-CNPQ, assim como ao GEP registrado no DGP-CNPQ. É uma produção interdisciplinar, razão pela qual optou-se pela escolha da versão ampliada. O produto apresenta resultados de pesquisa com o uso de procedimentos metodológicos interdisciplinar e dialoga com a realidade nacional e para os problemas e tensões regionais que circundam as Comunidades Indígenas no Sul do Brasil.

O Livro compõe o rol de leitura obrigatória de dois Cursos de Graduação de Universidade Pública do Rio Grande do Sul e dois Programas de Pós-Graduação (Mestrado em educação e Interdisciplinar em Ciências Humanas).

CUNHA E CRUZ, M. A. R.; CAMARGO, L. H. K. . O direito fundamental à proteção de dados pessoais e as condições de precedência em três medidas não farmacológicas adotadas pelo Brasil no enfrentamento da COVID-19. REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA UFSM, v. 16, p. e48479, 2021.

Este artigo objetiva analisar três medidas não farmacológicas adotadas pelo Poder Público brasileiro para o enfrentamento da Covid-19: 1) o repasse de informações pelas operadoras de telecomunicação sobre a circulação de pessoas; 2) o compartilhamento de dados pessoais para a implantação de teleatendimento pelo Ministério da Saúde; 3) o compartilhamento de dados ao IBGE de todos os consumidores de empresas de telecomunicações. Tais medidas tematizam questionamentos sobre a afetação e a possível violação do direito à proteção de dados pessoais. A metodologia aplicada é a analítica. O problema é resolvido por intermédio de levantamento bibliográfico e documental em três etapas: defenderemos o direito à proteção de dados pessoais como direito fundamental; descreveremos as três medidas objeto de análise; estabeleceremos as relações de precedência condicionada aplicáveis a cada uma



das medidas. Concluímos que as medidas 1 e 2 podem ser adotadas desde que observadas condições específicas; e que a medida 3 representa violação do direito à privacidade e uma vigilância indevida.

A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à saúde (art. 6º; art. 196, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

SANTOS, P. J. T. ; DE MARCO, Cristhian Magnus ; MÖLLER, GABRIELA SAMRSLA . IMPACTOS DA PANDEMIA NO DIREITO À MORADIA E PROPOSTAS PARA A PROTEÇÃO DESSE DIREITO EM TEMPOS DE CRISE: DA URGÊNCIA DE SE REPENSAR A MORADIA PARA ALÉM DE UM OBJETO DE CONSUMO. DIREITO DA CIDADE, v. 13, p. 775-819, 2021.

Artigo publicado em 2021, em revista Qualis A2. Escolhido por sua aderência com a linha de pesquisa: Direito à Cidade: moradia, mobilidade e sustentabilidade. Trata-se de análise crítica do direito humano e fundamental à moradia, num cenário de gentrificação e financeirização desse direito.

OLIVEIRA JUNIOR, J.; STEINMETZ, W. A. A vedação de alterações no projeto de lei do plano diretor pela câmara municipal sem a participação popular. In: XXIX Congresso Nacional do Conpedi, 2022, Balneário Camboriú. Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade II. Florianópolis: Conpedi, 2022. v. 1. p. 106-124.

JUSTIFICATIVA: produção com aderência à linha de pesquisa de Direitos Fundamentais Civis do PPGD e ao grupo de pesquisa Teoria dos Direitos Fundamentais e da Justiça (CNPq). Publicação em Congresso Nacional na área do Direito. O estudo enfrenta o tema da afetação de direitos fundamentais, especialmente políticos (direitos de participação na vontade do Estado), em alterações de plano diretor sem a participação popular.

4. TRINDADE DOS SANTOS, P.J.; MARCO, C. M. (Org.) ; MATTEUCCI, S. (Org.) . Liberdade, contrato e propriedade: por um direito privado contemporâneo frente à complexidade social e a experiência jurídica. 1. ed. Joaçaba - SC: Editora Unoesc, 2022. v. 2. 418p .

Á obra está estritamente vincula-se à disciplina do Mestrado, intitulada "Propriedade Privada e Liberdade Contratual na Sociedade da Informação", e ainda, contempla os estudos realizados junto ao GEPS - "Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa", aderindo aspectos relevantes e aproximando os temas das cidades sustentáveis e o direito privado, nos eixos de contratos e propriedade, dimensionados os temas nas preocupações das políticas públicas e eficácia/proteção dos direitos fundamentais por meio dos processos estruturais.

Além disso, cabe destacar, que a obra é aderida a linha de pesquisa dos direitos fundamentais civis, preocupada com a proteção dos direitos fundamentais nas relações privadas.

Por fim, já contam com diversos volumes a referida obra, assim aproximando atores ou colaboradores internacionais em cada uma de suas edições, somando-se ainda, aos estudos da Rede Internacional de Pesquisa Nexus Scientia.



Produção destacada 4:

LORA, Deise Helena Krantz. Direitos Fundamentais e crimes do colarinho branco: a desinformação e o paradoxo do poder penal. Revista de Direitos e Grantias Fundamentais. v. 25 (no prelo)

Justificativa: artigo aceito para publicação que discute filosofia, direitos fundamentias e necropolítica no contexto da tipificação criminal de condutas relacionadas a novas tecnologias comunicativas. É importante para o GEP pois reúne duas linhas de pesquisa, resultando em reflexões sobre criminalização de novas tecnologias.

TRAMONTINA, Robison. Direitos Fundamentais: experiências, perspectivas teóricas e possibilidades futuras. 1. ed. Joaçaba/SC: Editora Unoesc, 2023. v. 1. 412p .

Obra em comemoração aos 10 anos do PPGD. Reune o resultado das principais pesquisas realizadas pelos docentes nos seus grupos de pesquisa nos últimos anos no Programa.

Não houve

JUNGES, Lisiane; CASTRO, Matheus. Proteger ou punir? O depoimento especial de crianças e adolescentes e os dilemas de proteção integral. EM TEMPO ISSN – 1984-7858 DIGITAL v. 21 n. 01, pp. 48-67.

Trata-se de artrigo publicado na Revista Em Tempo. A pesquisa sobre depoimento especial de crianças e adolescentes e os dilemas da proteção integral está correlacionada com o objetivo do projeto de pesquisa "Direito Fundamental à Prova Justa", desenvolvido pelo pesquisador no interior do GEP Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle.

N.A.

2021

CUNHA E CRUZ, M. A. R.; CAMARGO, L. H. K. . O direito fundamental à proteção de dados pessoais e as condições de precedência em três medidas não farmacológicas adotadas pelo Brasil no enfrentamento da COVID-19. REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA UFSM, v. 16, p. e48479, 2021.

Este artigo objetiva analisar três medidas não farmacológicas adotadas pelo Poder Público brasileiro para o enfrentamento da Covid-19: 1) o repasse de informações pelas operadoras de telecomunicação sobre a circulação de pessoas; 2) o compartilhamento de dados pessoais para a implantação de teleatendimento pelo Ministério da Saúde; 3) o compartilhamento de dados ao IBGE de todos os consumidores de empresas de telecomunicações. Tais medidas tematizam questionamentos sobre a afetação e a possível violação do direito à proteção de dados pessoais. A metodologia aplicada é a analítica. O problema é resolvido por intermédio de levantamento bibliográfico e documental em três etapas: defenderemos o direito à proteção de dados pessoais como direito fundamental; descreveremos as três medidas objeto de análise; estabeleceremos as relações de precedência condicionada aplicáveis a cada uma das medidas. Concluímos que as medidas 1 e 2 podem ser adotadas desde que observadas condições específicas; e que a medida 3 representa violação do direito à privacidade e uma vigilância indevida.

A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à saúde (art. 6º; art. 196, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento



das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

MOZETIC, Vinícius Almada; BARBIERO, Diego R.. SURVEILLANCE E A TEORIA DA PONDERAÇÃO: O CONFLITO ENTRE DIREITO A PRIVACIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL. Revista Argumentum. v.23, p.223 - 243, 2022.

MOZETIC, Vinícius Almada; MORAIS, J. L. B.; FESTUGATTO, Adriana M. F.. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: O fenômeno das fake news e o "marketplace of ideas", de Oliver Holmes Jr. DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA. v.14, p.331 - 356, 2021.

MOZETIC, Vinícius Almada; MORAIS, J. L. B.; FESTUGATTO, A. M. F.. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL. O FENÔMENO DAS FAKE NEWS E O "MARKETPLACE OF IDEAS", DE OLIVER HOLMES JR. In: Direitos fundamentais: experiências, perspectivas teóricas e possibilidades futuras, ed.1. Joaçaba: Unoesc, 2023, v.1, p. 367 - 396.

VILBERT, JEAN; MOZETIC, Vinícius Almada. OS DIREITOS HUMANOS COM ALCANCE UNIVERSAL: UMA REALIDADE TANGÍVEL OU UMA UTOPIA INALCANÇÁVEL? In: Questões e desafios aos Direitos Fundamentais e ao Judiciário na Sociedade Digital: homenagem ao Desembargador Paulo Sérgio Pereira Velten, ed.1. São Luís: ESMAM, 2023, v.1, p. 131 - 156.

A produção acadêmica destacada, representada pelos artigos "SURVEILLANCE E A TEORIA DA PONDERAÇÃO: O CONFLITO ENTRE DIREITO A PRIVACIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL" e "LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO NA ERA DIGITAL: O FENÔMENO DAS FAKE NEWS E O 'MARKETPLACE OF IDEAS', DE OLIVER HOLMES JR." está fortemente vinculada aos eixos centrais das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC, especialmente no que concerne à interação entre direitos fundamentais, novas tecnologias e a regulação da informação na era digital.

O primeiro artigo aborda uma questão de alta relevância contemporânea: o conflito entre o direito à privacidade e a necessidade de segurança pública no Brasil. Esse tema dialoga diretamente com as preocupações formativas do PPGD, que busca capacitar pesquisadores e profissionais para compreenderem as dinâmicas de proteção dos direitos fundamentais em um cenário tecnológico em constante evolução. Através da teoria da ponderação, o estudo oferece uma base teórica robusta para o enfrentamento de desafios práticos relacionados à vigilância estatal e à proteção da privacidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de soluções que conciliem a preservação dos direitos humanos com a eficiência das políticas públicas de segurança.

O segundo artigo trata de uma das questões mais urgentes da atualidade: a liberdade de expressão e o direito à informação em um ambiente digital marcado pela disseminação de notícias falsas (fake news). Ao explorar o conceito de "marketplace of ideas", proposto por Oliver Holmes Jr., o estudo analisa criticamente como o fluxo de informações nas plataformas digitais pode impactar tanto a esfera pública quanto a individual. Essa análise se alinha diretamente aos objetivos formativos do PPGD da UNOESC, que visam promover uma compreensão crítica e multidisciplinar dos direitos fundamentais na era digital. A pesquisa contribui não apenas para o campo teórico, mas também para a prática jurídica, oferecendo insights valiosos sobre a regulação das plataformas de mídia e a proteção dos processos democráticos em um contexto de alta volatilidade informacional.



A última produção aborda um tema muito atual, tendo impacto no MINTER.

Além disso, a importância dessas produções acadêmicas para o desenvolvimento das linhas de pesquisa da UNOESC reside na sua capacidade de gerar diálogos interdisciplinares e fomentar o avanço do conhecimento em áreas de vanguarda do Direito. Ambos os artigos contribuem para os objetivos maiores do PPGD, que incluem a formação de um corpo de pesquisadores comprometidos com a defesa e promoção dos direitos fundamentais em um contexto de transformação tecnológica e social acelerada.

Portanto, essas publicações são essenciais não apenas para o avanço das pesquisas individuais, mas também para o fortalecimento das linhas de pesquisa do grupo como um todo, ao integrarem discussões relevantes e atuais que envolvem a intersecção de tecnologia, direitos humanos e regulação jurídica no Brasil e no cenário internacional.

ARTIGO EM PERIÓDICO:

“ A INTERNET : INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO E FOMENTO DA AUTONOMIA DECISÓRIA? ZILIO, DANIELA; Freitas, Riva Sobrado de . A INTERNET: INSTRUMENTO DE SOCIALIZAÇÃO E FOMENTO DA AUTONOMIA DECISÓRIA?. Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência, v. 7, p. 38-58, 2021.

A internet é um poderoso instrumento de socialização e fomento da autonomia decisória, na medida em que repercute nas escolhas pessoais e impacta profundamente as dinâmicas sociais e jurídicas. Ao ampliar o acesso à informação e permitir trocas interativas, a internet fortalece a capacidade dos indivíduos de exercerem escolhas informadas e conscientes. Reflexões dessa natureza em trabalhos acadêmicos são essenciais para o Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC, pois estimula a análise crítica sobre como o ambiente digital influencia a eficácia material dos direitos Fundamentais (individuais e coletivos), para além de promover um entendimento mais inclusivo e inovador sobre os Direitos Fundamentais nos dias atuais. Pesquisas dessa qualidade é o que esperamos dos nossos mestrandos e doutorandos, no PPGD de UNOESC.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. FUNDEB E POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, 2021. Desenvolvimento de material didático ou instrucional.

Palavras-chave: FUNDEB, Educação básica, Políticas públicas, Direitos Sociais

Áreas do conhecimento: Direito, Ciência Política, Finanças Públicas Internas

Referências adicionais: Brasil/Português.

TÍTULO: FUNDEB E POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, 54 p. Material instrucional do curso técnico, de 8h, realizado entre 8 e 10.06.2021, ON LINE, para 62 servidores do TCE-SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

JUSTIFICATIVA. Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre direitos sociais e segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). O trabalho foi publicado pelo TCE-SC, como documento técnico de formação de pessoal sobre a interpretação da Emenda Constitucional 108/2020 na política pública de educação básica. É um trabalho de pesquisa de impacto estadual e regional, pois foi utilizado na atuação técnica do TCE na orientação a municípios, além de qualificar o processo de monitoramento. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo de reconhecimento – por entidades que controlam políticas públicas – da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.

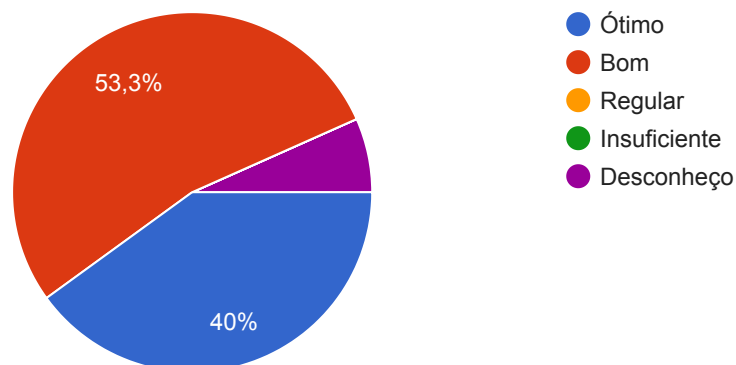


Quanto ao sistema de avaliação de desempenho de estudantes em dissertações e teses:

 Copiar

Está bem definido por resolução e planejamento?

15 respostas

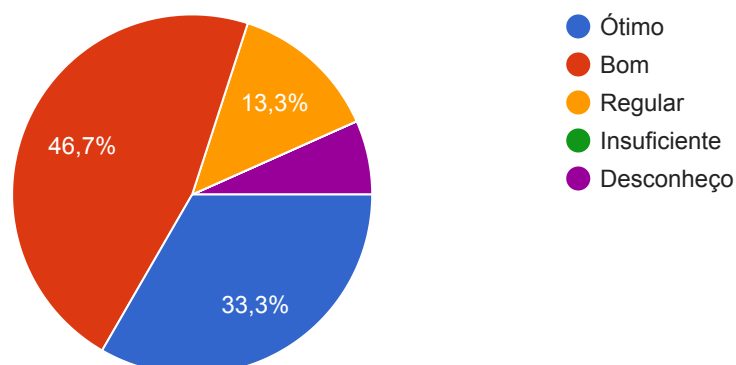


Quanto ao sistema de avaliação de desempenho de estudantes em dissertações e teses:

 Copiar

É adequado e suficiente para assegurar a realização do perfil desejado de egresso?

15 respostas

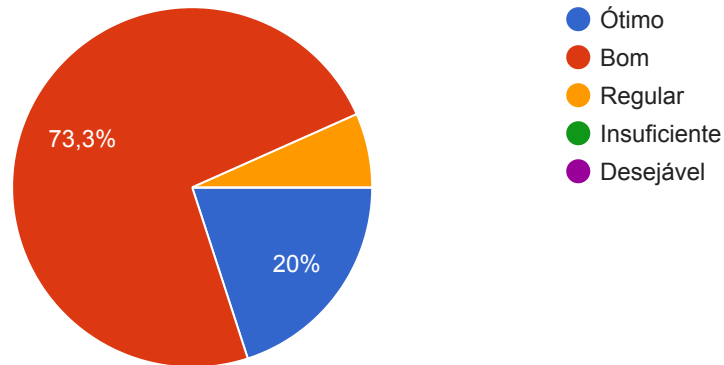


Quanto ao sistema de avaliação de desempenho de estudantes em dissertações e teses:

 Copiar

Como você avalia o regime definido de composição e deliberação de bancas finais de avaliação, em termos de garantia de imparcialidade, especialidade e diversidade dos integrantes das comissões avaliadoras?

15 respostas



## Dimensão 10. IMPACTO E DISSEMINAÇÃO

### Prêmios e distinções recebidas



Quais **prêmios** ou distinções foram atribuídos a produções do programa (teses, dissertações, livros, artigos etc.) por sociedades científicas internacionais ou nacionais a você, suas orientandas, orientandos ou egressos?

15 respostas

0

Não houve

Indicação Interna Prêmio CAPES Tese.

Não houve.

Desconheço.

1. Moção de aplausos da Câmara Municipal de Ponte Serrada - SC, pela produção acadêmica destacada à nível nacional e internacional.

Prêmio Individual.

Link de acesso notícia:

<https://www.camaraponteserrada.sc.gov.br/imprensa/noticias/0/1/2023/409>

2. Moção de Aplauso Da Câmara Municipal de Joaçaba ao Curso de Direito da Unoesc, Campus de Joaçaba/SC, pela conquista do "Selo de Qualidade OAB Recomenda; Prêmio Coletivo e Membro do NDE.

Link de acesso notícia:

<https://www.camarajoacaba.sc.gov.br/assinatura/assinado/2024/09/2409101459595CC19.pdf?vh=a4a4a44>

Em razão do ingresso recente no programa, ainda não houve tempo para tal indicativo

Não recebemos prêmios e nem distinções foram atribuídas às produções do nosso GEP.

Prêmio 2o lugar em distinção de dissertações do IBCCrim para o Mestrando André Luis Aparecido dos Santos

Zero

RIVA SOBRADO DE FREITAS:

WORLD SCIENTIST AND UNIVERSITY RANKINGS 2023

( uma das docentes mais citadas no PPGD da UNOESC)

DANIELA ZILIO:

2024

Indicação da JCI São Miguel do Oeste para Participação no Prêmio TOYP (Ten Outstanding



Young Persons) JCI Brasil 2024 na Categoria "Liderança e/ou Realização acadêmica"., Junior Chamber International (JCI).

Nenhuma

### **Transferência de conhecimento**



## Extensão universitária

- a) Grupo de Pesquisa organizador
- b) Comissão organizadora
- c) Quantidade de atividades de extensão do Grupo
- d) Local, regional, nacional, internacional
- e) Financiamento externo
- f) Agência e valores
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural

15 respostas

Projetos de Extensão: 02

1) Título da Atividade/Projeto: Curso de Extensão: Epistemologias do Sul e Cultura Jurídica: teoria e metodologias (nacional, com financiamento externo - CNPq e FAPERGs = Bolsas de IC).

2) Curso de Extensão: Vídeo Documentário Vozes que ecoam: um diálogo ancestral sobre o Projeto Colonial e a resistência Indígena (nacional, com financiamento externo - CNPq e FAPERGs = Bolsas de IC).

Na Unoesc não há política de atuação dos PPGs na extensão.

1) Organização do Grupo de Pesquisa (GEPETHOS)

2) Organização de Ciclo de Palestras na Câmara de Vereadores de Joaçaba (com docentes do PPGD, do PPGEd e do PPGA).

3) Fundação da rede de pesquisa NEXUX SCIENTIA, juntamente com outros colegas.

5) Participação em importantes colegiados, tais como NDE do Curso de Direito de Joaçaba, Conselho da Cidade do Município de Joaçaba, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, Conselheiro do 7º Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SC, Presidente da Comissão para os ODS's na OAB, subseção de Joaçaba.

0

1. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) 3; d) Local; e) Não; f) Unoesc; g) Política de Inovação;

2. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) 3; d) Local; e) Não; f) Unoesc; g) Mecanismos de Proteção da Inovação e Tecnologia;

3. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de



Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) 3; d) Local; e) Não; f) Unoesc; g) Desenvolvimento da Personalidade Jurídica do Parque Tecnológico e da Cidade Tecnológica;

Não possuo ainda

Não realizei atividade de extensão universitária.

Não houve

Não participo de Grupo de Extensão

N.A.

Nos atos normativos da Unoesc não há política, carga horária ou obrigação de inclusão de docentes do PPGD em extensão universitária.

1. Explorando Visões do GDPR: Experiências de Aprendizagem Mútua UE-Brasil
2. NOVAS PERSPECTIVAS DA DIGNIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PROPRIEDADE, BIOÉTICA E LIBERDADE CIENTÍFICA
3. Desafíos Normativos y Perspectiva Jurídica de la Gestación por Sustitución en el Cono Sur: Un Análisis Comparativo entre Argentina, Brasil y Paraguay

1-CURSO DE CURTA DURAÇÃO NA FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UFSC) S.C. 01 de junho de 2023 das: 14 às 18 horas PRESENCIAL( 2023). PÓS-GRADUAÇÃO

“TEORIAS PSICANALÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DA SUBALTERNIDADE DA MULHER: M. FOUCAULT; JUDITH BUTLER; SIMONE DE BEAUVOIR”

COMISSÃO ORGANIZADORA: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – UFSC

QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO GRUPO ( 4 HORAS)

2- CURSO DE CURTA DURAÇÃO NA FACULDADE DE DIREITO DA PUC DE GOIÁS – GOIÂNIA

CIÊNCIA EM CASA 11 de abril de 2024, das 18 às 22 horas (online) graduação e pós-graduação

“ LIBERDADE DE EXPRESSÃO E AS NOVAS FORMAS DE SUBJETIVAÇÃO QUE IMPACTAM A REALIDADE CONTEMPORÂNEA”.

COMISSÃO ORGANIZADORA: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (REITORIA)  
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO GRUPO ( 4 HORAS) EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE ALCANCE NACIONAL

3- CURSO DE CURTA DURAÇÃO NA FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UFSC) S.C. 18 de junho de 2024: das 14 às 18 horas PRESENCIAL ( 2024).



“O COLAPSO DA DEMOCRACIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POLÍTICA INTERNACIONAL”.

COMISSÃO ORGANIZADORA: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais – UFSC

QUANTIDADE DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO GRUPO ( 4 HORAS)

4- CURSO DE CURTA DURAÇÃO JUNTO À ESCOLA JUDICIAL DA MAGISTRATURA DO TRABALHO – TRT DA 2ª. REGIÃO –EJUD (2024) 4 horas SÃO PAULO –S.P. em 19 DE MARÇO DE 2024 : DAS 16:30 ÀS 20:30

“Liberdade de expressão: alcance e limites” e “Privacidade e segurança no uso das redes sociais”

COMISSÃO ORGANIZADORA: EJUD (Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região)

QUANTIDADES DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO GRUPO : 1 DIA- 4 HORAS

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE ALCANCE NACIONAL

5- CURSO DE CURTA DURAÇÃO JUNTO À ESCOLA JUDICIAL DE MAGISTRATURA DO TRABALHO- TRT DA 2ª. REGIÃO- EJUD, DE 22 A 24 DE MAIO DE 2023 ( 9 horas de duração em 3 dias)

“Liberdade de expressão e seus possíveis limites – o ódio e a perversão dos laços sociais no Brasil contemporâneo”.

COMISSÃO ORGANIZADORA: EJUD (Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região)

QUANTIDADES DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO GRUPO: 3 DIAS 9 HORAS

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DE ALCANCE NACIONAL

Nenhuma atividade de extensão



## Produção técnica ou tecnológica

- a) Grupo de Pesquisa organizador
- b) Comissão organizadora
- c) Quantidade de produção do Grupo
- d) Local, regional, nacional, internacional
- e) Financiamento externo
- f) Agência e valores
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural

15 respostas

0

-

A Missão de Observação Eleitoral da FDV (TSE): O controle, pela Justiça Eleitoral, do uso e impacto das redes sociais no processo eleitoral foi credenciada pelo art. 1º, inc. V, da Portaria TSE nº 651 de 13 de julho de 2022, com o Projeto “O controle, pela Justiça Eleitoral, do uso e impacto das redes sociais no processo eleitoral”.

O relatório está disponível:

BOLZAN DE MORAIS, J. L. ; CUNHA E CRUZ, M. A. R. ; PIMENTEL, A. F. ; GUZANSKY, B. C. P. T. ; TEIXEIRA, B. C. ; BAHIA, C. J. A. ; DIAS, F. V. ; PINHEIRO, F. C. ; MORAIS, F. M. B. B. ; BASTOS, J. C. R. ; SACRAMENTO, M. P. ; MOREIRA, N. C. ; PADUA, T. P. . Missão de Observação Eleitoral (MOE) TSE | FDV. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/1539>. 2023

1. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) 3; d) Local; e) Não; f) Unoesc; g) Política de Inovação;

2. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) 3; d) Local; e) Não; f) Unoesc; g) Mecanismos de Proteção da Inovação e Tecnologia;

3. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) 3; d) Local; e) Não; f) Unoesc; g) Desenvolvimento da Personalidade Jurídica do Parque Tecnológico e da Cidade Tecnológica;

Não possui ainda

Não houve

Não aplicável ao caso



Participação em Grupo de Pesquisa externo:

1.

a) Grupo de Pesquisa organizador Los retos de la inteligencia artificial para el Estado social y democrático de Derecho (RETINA-DER). Universidad de Oviedo.

b) Comissão organizadora

Integrantes: Thiago Santos Rocha - Integrante / Miguel Ángel Presno Linera - Coordenador / Ingo Wolfgang Sarlet - Integrante / María Josefa Ridaura Martínez - Integrante / Patricia García Majado - Integrante / Elena Beatriz Fernández Castejón - Integrante / Alba Soriano Arnanz - Integrante / María Amparo González Rúa - Integrante / Anne Meuwese - Integrante / Ivan Salvadori - Integrante / Giovanni de Gregorio - Integrante / David San Martín Segura - Integrante / María Núria Borràs Andrés - Integrante / Noelia Rico Pachón - Integrante / Nicolás Bárcena Suárez - Integrante.

c) Quantidade de produção do Grupo

d) Âmbito: Internacional

e) Financiamento externo

Total de recursos: 45.000 euros

f) Financiadora: Ministerio de Ciencia e Innovación (España)

g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural  
O objetivo geral deste projeto é realizar um estudo jurídico global, com a ajuda de outros ramos do conhecimento, como ciência da computação e inteligência artificial, medicina, ciências do trabalho e filologia, sobre como enfrentar os grandes desafios que o projeto, o desenvolvimento e a crescente aplicação da IA representam para os Estados sociais e democráticos regidos pelo Estado de Direito e, em particular, para a Espanha. Projeto financiado pelo Ministério da Ciência e Inovação (Espanha) na Convocatória de Projetos de Geração de Conhecimento 2022 (PID2022-136548NB-I00).

Situação: Em andamento.

---

2.

Basic Income Experiments – UBIEXP. Universidade do Minho, Portugal.

<https://ubiexperiments.weebly.com> Projeto. Início: 2018.

Função: Pesquisador colaborador

Fonte: Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal). (PTDC/FER-FIL/28078/2017).

Total de recursos: 196.029.25 euros

Início: 2018

Fim: 2024

BOLZAN DE MORAIS, J. L. ; CUNHA E CRUZ, M. A. R. ; PIMENTEL, A. F. ; GUZANSKY, B. C. P. T. ; TEIXEIRA, B. C. ; BAHIA, C. J. A. ; DIAS, F. V. ; PINHEIRO, F. C. ; MORAIS, F. M. B. B. ; BASTOS, J.



1. Explorando Visões do GDPR: Experiências de Aprendizagem Mútua UE-Brasil
2. Desafíos Normativos y Perspectiva Jurídica de la Gestión por Sustitución en el Cono Sur: Un Análisis Comparativo entre Argentina, Brasil y Paraguay

/

- a) Grupo de Pesquisa organizador: REDESS – Regulação do desenvolvimento social sustentável
- b) Comissão organizadora: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE
- c) Quantidade de produção do Grupo: 2
- d) Local, regional, nacional, internacional: Regional e Internacional
- e) Financiamento externo: Sim
- f) Agência e valores: não houve financiamento por agência de fomento
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural: Curso e Desenvolvimento de material didático ou instrucional. TÍTULO: FUNDEB E POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, 54 p. Material instrucional do curso técnico, de 8h, realizado entre 8 e 10.06.2021, ON LINE, para 62 servidores do TCE-SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

JUSTIFICATIVA. Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre direitos sociais e segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). O trabalho foi publicado pelo TCE-SC, como documento técnico de formação de pessoal sobre a interpretação da Emenda Constitucional 108/2020 na política pública de educação básica. É um trabalho de pesquisa de impacto estadual e regional, pois foi utilizado na atuação técnica do TCE na orientação a municípios, além de qualificar o processo de monitoramento. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo de reconhecimento – por entidades que controlam políticas públicas – da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.

g.1 - STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Parecer técnico - Informe Tesis Doctoral, 2022

Palavras-chave: Pesquisa Científica em Direito, Segurança Social, Renda básica universal  
Áreas do conhecimento: Direito

Fui solicitado, em conformidade com o disposto no art. 29 do Acordo de 20 de julho de 2018, do Conselho de Administração da Universidade de Oviedo, que aprova o Regulamento de Estudos de Doutorado, a emitir um relatório sobre a tese intitulada "Derecho a la renta básica universal y estado social: Una análise de derecho constitucional comparado entre España e Brasil", do doutorando THIAGO SANTOS ROCHA.



## Convênios, acordos de cooperação e instrumentos afins, voltados para a capacitação de pessoas para demandas jurídicas

- a) Grupo de Pesquisa organizador
- b) Comissão organizadora
- c) Quantidade de termos assinados por iniciativa do Grupo
- d) Local, regional, nacional, internacional
- e) Financiamento externo
- f) Agência e valores
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural

15 respostas

0

-

"Explorando a Legislação e Política de Proteção de Dados da UE e do Brasil: Desafios e Sinergias" atingiu seu objetivo de integrar profissionais, acadêmicos e estudantes em torno da temática da proteção de dados pessoais. Houve uma troca significativa de conhecimentos entre as universidades participantes, fortalecendo as parcerias internacionais, em especial com a NOVA School of Law de Lisboa. Além disso, o evento proporcionou uma ampla discussão sobre as sinergias entre o GDPR da União Europeia e a LGPD brasileira, com foco nas estratégias de governança de dados.

Rede de pesquisa NEXUS SCIENTIA

1. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internacional Nexus Scientia; c) 19; d) Internacional; e) Sim; f) Acafe; g) criação da Rede Internacional de Pesquisa Nexus Scientia;

2. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internacional Nexus Scientia; c) 19; d) Internacional; e) Sim; f) Acafe; g) criação de Revista Internacional e de Projeto de Pesquisa em Comum entre os Atores Nacionais e Internacionais da Rede de Pesquisa;

Participação da professora Graça Canto Moniz em pesquisa do GEP sobre criminalização de condutas relacionadas à deepfakes.

Não houve

prejudicado

Convenio de Colaboração entre Unoesc e Universidad de Oviedo



1. Nome da universidade parceira: Universidad de Oviedo (UNIOVI)

2. Local: Oviedo, Asturias, Espanha.

3. Logo: [https://www.uniovi.es/conocenos/uniovi/identidad\\*](https://www.uniovi.es/conocenos/uniovi/identidad*)

4. Site: [https://www.uniovi.es\\*](https://www.uniovi.es*)

5. Redes sociais:

<https://www.linkedin.com/school/uniovi>

[https://www.instagram.com/universidad\\_de\\_oviedo/](https://www.instagram.com/universidad_de_oviedo/)

<https://www.facebook.com/UniversidadOviedo>

[https://twitter.com/uniovi\\_info](https://twitter.com/uniovi_info)

<https://www.youtube.com/user/uniovi>

<https://www.tiktok.com/@uniovi>

6. Como funciona a parceria:

Está em tramitação a assinatura de convênio de colaboração que tem por objeto facilitar e promover a colaboração entre a Universidade de Oviedo e a Universidade do Oeste de Santa Catarina, com o propósito de desenvolver as seguintes atividades:

- a. Intercâmbio acadêmico de pessoal docente e pesquisador, estudantes e PTGAS.
- b. Projetos de pesquisa conjunta.
- c. Estadias sabáticas.
- d. Desenvolvimento conjunto e troca de materiais para pesquisa e ensino.
- e. Organização de conferências, seminários e outras atividades similares.
- f. Outras formas de colaboração em áreas de interesse para ambas as instituições.

7. Pesquisas em andamento e/ou trabalho recentes

A. Organização, em parceria, do VI Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais: Diálogos Hispano-Brasileiros. Tal evento conta com financiamento da FAPESC e ocorrerá nos dias 12 e 13.9.2024 em Chapecó/SC, e contará com a participação de 6 pesquisadores/as da UNIOVI, 3 dos quais estarão presencialmente. <https://www.unoesc.edu.br/eventos/vi-seminario-internacional-sobre-desenvolvimento-sustentavel-e-direitos-fundamentais-dialogos-hispano-brasileiros/>

B. Participação de professor do PPGD UNOESC, Thiago Rocha, de atividades dirigidas pela UNIOVI:

- a. membro da equipe de trabalho do recém-criado Centro de Estudos do Impacto Social da Inteligência Artificial (CEISA);
- b. membro da equipe de trabalho do projeto “Os desafios da inteligência artificial para o Estado Social e Democrático de Direito (RETINA-DER)”, financiado pela “Convocatória 2022 – Projetos de Geração de Conhecimento” do Ministério da Ciência e Inovação da Espanha;
- c. pesquisador colaborador da Cátedra Concepción Arenal sobre a Agenda 2030.

C. Desenvolvimento de plano de trabalho para receber egresso da UNIOVI para período de pesquisa pós-doutorado no PPGD UNOESC, em Chapecó, sob orientação do Prof. Dr. Thiago Santos Rocha.



D. Desenvolvimento de proposta de evento de organização conjunta, a ocorrer em 2025 em Oviedo (Espanha).

Nos atos normativos da Unesco não há política, carga horária ou obrigação de inclusão de docentes do PPGD em convênios, acordos de cooperação e instrumentos afins, voltados para a capacitação de pessoas para demandas jurídicas além dos objetivos de ensino do PPGD.

1. Explorando Visões do GDPR: Experiências de Aprendizagem Mútua UE-Brasil
2. Desafíos Normativos y Perspectiva Jurídica de la Gestión por Sustitución en el Cono Sur: Un Análisis Comparativo entre Argentina, Brasil y Paraguay

/

- a) Grupo de Pesquisa organizador: REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável
- b) Comissão organizadora: Carlos Luiz Strapazzon; Robison Tramontina
- c) Quantidade de termos assinados por iniciativa do Grupo: 1
- d) Local, regional, nacional, internacional: Internacional
- e) Financiamento externo: sim, porém eventual, dado que se trata de projeto de duração continuada.
- f) Agência e valores: Governo do Chile.
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural: Cursos, seminários, palestras, aulas com Facultad de Derecho da Universidad de Talca, Chile



## Atuação de docentes na formação continuada de carreiras jurídicas

- a) Grupo de Pesquisa organizador
- b) Comissão organizadora
- c) Quantidade de atuações do Grupo
- d) Local, regional, nacional, internacional
- e) Financiamento externo
- f) Agência e valores
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural

15 respostas

0

-

Na Unoesc não há política de atuação dos PPG para este objetivo além dos formativos do próprio PPGD.

1) 22 anos do estatuto da cidade. O direito fundamental à cidade sustentável e os desafios de sua eficácia: análise do Estatuto da Cidade. 2023. (Palestra no encontro promovido pela OAB/SC).

2) Aulas na Pós Lato Sensu

1. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos; c) diversas; d) Local e Regional; e) Não; f) Inova Unoesc; g) Desenvolvimento e estruturação da Nova Política de Propriedade Intelectual: Atores, Percentuais e Distribuição;

2. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos; c) diversas; d) Local e Regional; e) Não; f) Núcleo de Prática Jurídica e formação de Advogados - Joaçaba; g) Aplicação Prática e Compreensão das tutelas provisórias urgência e evidência);

3. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos; c) diversas; d) Local e Regional; e) Não; f) Núcleo de Prática Jurídica e formação de Advogados - Videira; g) Da construção e desenvolvimento das habilidades (soft skills e hard skills) contemporâneas - aplicação de estratégias jurídicas e da análise econômica do direito na prática profissional;

Não possuo ainda

Não houve

não entendi a pergunta



N.A.

Nos atos normativos da Unoesc não há política, carga horária ou obrigação de inclusão de docentes do PPGD para atuação de docentes na formação continuada de carreiras jurídicas, além dos objetivos de ensino do PPGD.

1. Explorando Visões do GDPR: Experiências de Aprendizagem Mútua UE-Brasil
2. Desafíos Normativos y Perspectiva Jurídica de la Gestión por Sustitución en el Cono Sur: Un Análisis Comparativo entre Argentina, Brasil y Paraguay

/

- a) Grupo de Pesquisa organizador: REDESS-Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável
- b) Comissão organizadora: externas
- c) Quantidade de atuações do Grupo: 2
- d) Local, regional, nacional, internacional: locais
- e) Financiamento externo: sim
- f) Agência e valores: as próprias entidades.
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural: cursos de formação, como descritos a seguir:

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Curso de Direito Constitucional do Brasil, na forma de curso de Especialização (pós-graduação lato sensu), para estudantes da FEMPAR-Curitiba, Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, 16 horas.

Curso realizado entre 30 de março e 06 de abril de 2023, presencial

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Curso sobre Poder Legislativo Municipal e implementação de políticas públicas, na forma de curso de aperfeiçoamento profissional para vereadores e servidores da Câmara de Vereadores no município de Joaçaba, Santa Catarina.

Videoconferência realizada em 28.10.2021, 17h30-20h30, sob a coordenação do Vereador Diego Bairros, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Joaçaba, SC. Evento: Ciclo de palestras da Câmara de Vereadores de Joaçaba, SC; Inst. promotora/financiadora: Câmara de Vereadores de Joaçaba, SC



## Atividades de divulgação de conhecimento por meios jornalísticos, televisivos e outros tipos de mídia

- a) Grupo de Pesquisa organizador
- b) Comissão organizadora
- c) Quantidade de atividades do docente
- d) Local, regional, nacional, internacional
- e) Financiamento externo
- f) Agência e valores
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural

15 respostas

0

-

Não houve e não há política na Unoesc que preveja que PPGs realizem divulgação de conhecimento por meios jornalísticos, televisivos e outros tipos de mídia.

1) Participação no podcast sobre o selo OAB Recomenda.

1. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) I Congresso Repensar o Direito;

Link entrevista:

[https://www.academia.edu/115502366/Notícia\\_Congresso\\_Repensar\\_paradigmas\\_do\\_Direito\\_a\\_partir\\_da\\_inovação\\_tecnologia\\_e\\_economia](https://www.academia.edu/115502366/Notícia_Congresso_Repensar_paradigmas_do_Direito_a_partir_da_inovação_tecnologia_e_economia)

2. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) II Congresso Repensar o Direito;

3. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) Seminários Internacionais Integrados Rede Nexus Scientia;

Link notícia:

[https://www.academia.edu/115502212/Notícia\\_Seminários\\_Internacionais\\_Integrados\\_Rede\\_Nexus\\_Scientia](https://www.academia.edu/115502212/Notícia_Seminários_Internacionais_Integrados_Rede_Nexus_Scientia)

4. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores institucionais; c) diversas; d) Regional; e) Não; f) Unoesc; g) VídeoCast - Curso de Direito Joaçaba, recebe o premio OAB Recomenda;



Link video: <https://www.youtube.com/watch?v=ah8ueaMNIrM>

5. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos; c) diversas; d) Regional; e) Sim; f) Câmara Municipal de Ponte Serrada - SC; g) Moção de aplausos da Câmara Municipal de Ponte Serrada - SC, pela produção acadêmica destacada à nível nacional e internacional.

Lin notícia:

[https://www.academia.edu/122232172/Notícia\\_Moção\\_de\\_aplausos\\_a\\_ponteserradense\\_doutor\\_em\\_Direito\\_é\\_apresentada\\_por\\_Nara\\_e\\_Milena](https://www.academia.edu/122232172/Notícia_Moção_de_aplausos_a_ponteserradense_doutor_em_Direito_é_apresentada_por_Nara_e_Milena)

Não possuo ainda

Não houve

prejudicado

N.A.

Nos atos normativos da Unoesc não há política, carga horária ou obrigação de inclusão de docentes do PPGD em atividades de divulgação de conhecimento por meios jornalísticos, televisivos e outros tipos de mídia, além da participação em eventos científicos.

.

/

a) Grupo de Pesquisa organizador: REDESS-Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável

b) Comissão organizadora: Grupo Bandeirantes de Comunicação

c) Quantidade de atividades do docente: 8

d) Local, regional, nacional, internacional: nacional

e) Financiamento externo: não

f) Agência e valores: Não

g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural: Colunas de opinião "Transição Sustentável", publicadas no Portal Paraná, mensalmente - <https://www.paranaportal.com/>



## Organização de evento de difusão de pesquisas e estudos o público especializado em direito

- a) Grupo de Pesquisa organizador
- b) Comissão organizadora
- c) Quantidade de eventos organizados pelo(a) docente
- d) Local, regional, nacional, internacional
- e) Financiamento externo
- f) Agência e valores
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural

15 respostas

CURSO/DIPLOMA DE FORMAÇÃO AVANÇADA JUSTIÇA CONSTITUCIONAL E MULHERES EM ABYA YALA: Educação gratuita, popular e informal. 120 HORAS DE AULAS NA PLATAFORMA YOUTUBE E ASSÍNCRONAS COM LEITURAS E VÍDEOS TEMÁTICOS.

A Rede do Constitucionalismo Crítico de América Latina (RedCCAL) é um projeto acadêmico que reúne estudiosos do direito constitucional, poder, justiça transicional e Estado, com uma abordagem crítica, comparada, interdisciplinar e pluralista. A rede visa promover a visibilidade das publicações de seus membros, organizar eventos acadêmicos, seminários e congressos, além de oferecer cursos informais em parceria com instituições educacionais.

Em 2023 o curso "Explorando a Legislação e Política de Proteção de Dados da UE e do Brasil: Desafios e Sinergias" com a NOVA School of Law de Lisboa. O evento proporcionou uma ampla discussão sobre as sinergias entre o GDPR da União Europeia e a LGPD brasileira, com foco nas estratégias de governança de dados.

- 1) Organização de 3 edições dos Seminários dos GEPS
- 2) Organização de 2 edições do Congresso Repensar os Paradigmas do Direito

0

1. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) I Congresso Repensar o Direito;

Link entrevista:

[https://www.academia.edu/115502366/Notícia\\_Congresso\\_Repensar\\_paradigmas\\_do\\_Direito\\_a\\_partir\\_da\\_inovação\\_tecnologia\\_e\\_economia](https://www.academia.edu/115502366/Notícia_Congresso_Repensar_paradigmas_do_Direito_a_partir_da_inovação_tecnologia_e_economia)

2. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) II Congresso Repensar o Direito;

Link do evento: <https://www.nexuscientia.com.br>

3. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos



Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) Seminários Internacionais Integrados Rede Nexus Scientia;

Link notícia:

[https://www.academia.edu/115502212/Notícia\\_Seminários\\_Internacionais\\_Integrados\\_Redde\\_Nexus\\_Scientia](https://www.academia.edu/115502212/Notícia_Seminários_Internacionais_Integrados_Redde_Nexus_Scientia)

4. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) Revista de Derecho, Cultura y Proceso: de la complejidad social a la experiencia jurídica; Link revista: <https://independent.academia.edu/DCPRevista>

Não possuo ainda

I Congresso Nacional sobre Teorias da Justiça: 50 anos de ?Uma Teoria da Justiça? de John Rawls. 2021

- a) GEP: Teorias dos Direitos Fundamentais e da Justiça
- b) Robison Tramontina, Irenice Tressoldi, Guilherme Luiz Guerini, Izabelle Epifânio.
- c) Sem financiamento externo.

II Colóquio Internacional Desafios do Presente e do Futuro do Direito do Trabalho. 2021.

- a) Robison Tramontina e Regina Stela Correa Vieira
- b) Financiamento: CAPES - 25.000,00
- c) Produto gerado: e-book

V Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais: 10 anos do PPGD. 2023.

- a) Carlos Luiz Strapazon e Robison Tramontina
- b) Financiamento: FAPESC - 50.000,00
- c) Produto gerado: e-book

Programa Internacional de Professores Visitantes. 2024

- a) Carlos Luiz Strapazon e Robison Tramontina
- b) Financiamento: PROAP/ CAPES - 20.000,00
- c) Produtos gerados: projeto de pesquisa

Não houve

prejudicado



1. V Seminário de Integração dos Grupos de Estudos e Pesquisas do PPGD Unoesca) Grupo de Pesquisa organizador: REDESS

b) Comissão organizadora: 1. Thiago Santos Rocha

(UNOESC, docente PPGD)

2. Robison Tramontina

(UNOESC, docente PPGD)

3. Carlos Luiz Strapazzon

(UNOESC, docente PPGD)

4. Natálie Vaillatti

(UNOESC, discente PPGD)

5. Tiago Spezzato

(UNOESC, discente PPGD)

6. Émelyn Linhares

(UNOESC, discente PPGD)

7. Lucas Dalmora Bonissoni

(UNOESC, discente PPGD)

8. Irenice Tressoldi

(UNOESC, discente PPGD)

10. Lucas Bonissoni

(UNOESC, discente PPGD)

11. Ana Claudia Rockemback

(UNOESC, discente PPGD)

c) Quantidade de eventos organizados pelo(a) docente: 1

d) Nacional

e) Financiamento externo: N.A.

f) Agência e valores: N.A.

g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural: publicação de ebook com resumos (em andamento)

2. VI Seminário Internacional Sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais) Grupo de Pesquisa organizador: REDESS

b) Comissão organizadora: 1. Thiago Santos Rocha

(UNOESC, docente PPGD)

2. Robison Tramontina

(UNOESC, docente PPGD)

3. Carlos Luiz Strapazzon

(UNOESC, docente PPGD)

4. Natálie Vaillatti

(UNOESC, discente PPGD)

5. Tiago Spezzato

(UNOESC, discente PPGD)

6. Émelyn Linhares

(UNOESC, discente PPGD)

7. Lucas Dalmora Bonissoni

(UNOESC, discente PPGD)

8. Marlone Rosa

(UNOESC, discente PPGD)

9. Mileni Valente

(UNOESC, discente PPGD)

10. Lucas Bonissoni



(UNOESC, discente PPGD)

11. Ana Claudia Rockemback

(UNOESC, discente PPGD)

12. Jorge Eduardo Braz de Amorim

(UNIOVI, doutorando em Direito)

c) Quantidade de eventos organizados pelo(a) docente: 1

d) Internacional

e) Financiamento externo: sim

f) Agência e valores: FAPESC, R\$ 50 mil

g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural: publicação de ebook com resumos e trabalhos (em andamento)

Curso "Explorando a Legislação e Política de Proteção de Dados da UE e do Brasil: Desafios e Sinergias" com a participação de pesquisadores da Unoesc e da Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Law).

I Seminário Internacional - Conexões e Ideias em Amartya Sen

/

TRAMONTINA, ROBISON; STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. (Org. Semin. Intl\_Brasil-Chile) V Seminário Intl Direitos Fundamentais e Desenvolvimento Sustentável, 2023

Palavras-chave: Direitos fundamentais, Desenvolvimento Sustentável

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico

Referências adicionais: Brasil/Português.

Coorganizador do Seminário Internacional, realizado entre 08 a 10.03.2023

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.. (Org. Semin. Intl. Br-Chile) II Seminário Internacional de Teses de Doutorado, 2023

Palavras-chave: Direitos fundamentais

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico

Referências adicionais: Brasil/Português.

Seminário realizado em 22 e 23 de junho de 2023, manhã e tarde, por teleconferência.

BUSSINGER, E. C. A.; STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. (CEISAL 2022, Finlândia) Organização de Painel no 10.º Congresso Internacional do CEISAL (Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina), 2022

Palavras-chave: Segurança Social, Proteção social, América Latina

Referências adicionais: Brasil/Português.

10.º Congresso Internacional de CEISAL (Consejo Europeo de Investigaciones Sociales de América Latina) - CEISAL2022 – realizado em Helsinkí, Finlândia, de 13-15 de Junho 2022.

PROGRAMA DO SIMPÓSIO 04.02 - Proteção social na América Latina e os desafios da garantia dos direitos fundamentais. Coordenadores: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (PPGD/FDV)

Carlos Luiz Strapazzon (PPGD/UNOESC/UP). Terça-feira 14/06 – de 10:30 às 13:00 (horário de Helsinkí) 10:30 – 11:00 – Abertura dos trabalhos – Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo



Bussinguer 11:00 – 11:15 – Evangelina Martich - Desigualdad y salud en América Latina: impactos del COVID19 11:15 – 11:30 – Andoni Bello Lanestosa - Proposta comunitária de inclusão laboral das pessoas trans e non binarias na Cidade do México. 11:30 – 11:45 – Merita Mesiäislehto - Child support in extended-family households: an international perspective 11:45 – 12:00 – Meika Sternkopf - Global actors in Latin America: International organisations' influence on health and long-term care in Uruguay 12:00 – 12:15 – Bruna Karoline Rodrigues - Documentário autobiográfico sobre a trajetória de vida de meninas em prestação de serviços à comunidade 12:15 – 13:00 – Perguntas e discussão

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.. (Seminário Internacional) Organização do Seminário Internacional sobre Segurança social e transformações tecnológicas, 2022

Palavras-chave: Tecnologia, Welfare State Digital, Segurança Social, Desenvolvimento Sustentável

Áreas do conhecimento: Direito, Economia de Tecnologia, Políticas Públicas

Setores de atividade: Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde

Referências adicionais: Chile/Espanhol. Meio de divulgação: Meio digital

SEMINÁRIO INTERNACIONAL: Segurança social e transformações digitais. Formato On Line.

Datas: 25 e 26.08.2022 Promoção: PPGD UNOESC - Programa de Pós-Graduação em Direito

(Mestrado e Doutorado) e UTalca - Universidad de Talca. Participação e apoio: PPGD FDV - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado); PPGD PUCRS - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado); PPGD UNIFOR - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado).

Programa: La seguridad social de los trabajadores vía plataformas digitales Prof. Dr. Rodrigo Palomo (Utalca, Chile) Cuidado digital e o Futuro do cuidado Prof. Dr. Ana Virgínia Moreira Moreira Gomes (UNIFOR, Brasil)

Tecnologias disruptivas, mundo do trabalho e proteção social Regina Stella Correa Vieira

(UNOESC, Brasil) El acceso a la salud de la población por medios remotos: lecciones y

desafíos recientes Prof. Dr. Ivan Obando Camino (Utalca, Chile) LGPD e a construção de

políticas públicas em saúde Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (FDV, Brasil) Proteção Social

dos vulneráveis e Auxílio Brasil: riscos da priorização da tecnologia de informação e da

centralização da gestão Prof. Dr. Eduardo Rocha Dias (UNIFOR, Brasil) Seguridad no

desemprego da era digital: acentuamento do caráter solidário do custeio da seguridade

Natercia Sampaio Siqueira (UNIFOR, Brasil) Plataformas digitales y gestión de la migración

Fabíola Vergara (Utalca, Chile) Estado Social Digital: transformações digitais nos serviços e

pagamentos sociais Carlos Luiz Strapazzon (UNOESC, UP, Brasil) O direito a renda básica e

seu papel na sociedade tecnológica Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS, Brasil)

Financiamento da Seguridade Social e IA Prof. Dr. Paulo Caliendo (PUCRS, Brasil)

CALLEJON, Francisco Ballaguer; STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. (UNOESC - Org. - Brasil-Espanha) Colóquio Internacional 'Democracia e cultura constitucional na era digital', 2022

Palavras-chave: Direito Constitucional, Democracia, Transformações digitais

Áreas do conhecimento: Direito

Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários

Organizador do Colóquio Internacional realizado em 17/06/2022, 10h, por teleconferência.

Promoção do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Direito da Unoesc. O

convidado foi o Professor doutor Francisco Balaguer Callejón, Catedrático de Direito

Constitucional da Universidade de Granada, na Espanha. O evento teve como tema

"Democracia e Cultura Constitucional na Era Digital". O objetivo do encontro foi discutir

trabalhos recentes do convidado sobre teoria da democracia e dos direitos fundamentais no

contexto das transformações digitais. O Colóquio teve a participação e o apoio dos seguintes

programas de Pós-graduação em Direito: PPGD da PUCRS, PPGD do IDP-DF, PPGD da UTalca,



Chile.

30. STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.. (UNOESC/UTALCA - Org. Brasil-Chile) Seminário Internacional Estado Social Digital: transformações digitais nos serviços e pagamentos sociais, 2022

Palavras-chave: Welfare State, Estado social digital, Políticas sociais

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico, Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais: Brasil/Português.

Organização do SEMINÁRIO INTERNACIONAL: Segurança social e transformações digitais.

Formato On Line. Datas: 25 e 26.08.2022 Promoção: PPGD UNOESC - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) e UTalca - Universidad de Talca. Participação e apoio: PPGD FDV - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado); PPGD PUCRS - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) e PPGD UNIFOR - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado). Programa: La seguridad social de los trabajadores vía plataformas digitales Prof. Dr. Rodrigo Palomo (Utalca, Chile) Cuidado digital e o Futuro do cuidado Prof. Dr. Ana Virgínia Moreira Gomes (UNIFOR, Brasil) Tecnologias disruptivas, mundo do trabalho e proteção social Regina Stella Correa Vieira (UNOESC, Brasil) El acceso a la salud de la población por medios remotos: lecciones y desafíos recientes Prof. Dr. Ivan Obando Camino (Utalca, Chile) LGPD e a construção de políticas públicas em saúde Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (FDV, Brasil) Proteção Social dos vulneráveis e Auxílio Brasil: riscos da priorização da tecnologia de informação e da centralização da gestão Prof. Dr. Eduardo Rocha Dias (UNIFOR, Brasil) Seguridade no desemprego da era digital: acentuamento do caráter solidário do custeio da seguridade Natércia Sampaio Siqueira (UNIFOR, Brasil) Plataformas digitales y gestión de la migración Fabíola Vergara (Utalca, Chile) Estado Social Digital: transformações digitais nos serviços e pagamentos sociais Carlos Luiz Strapazzon (UNOESC, UP, Brasil) O direito a renda básica e seu papel na sociedade tecnológica Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS, Brasil) Financiamento da Seguridade Social e IA Prof. Dr. Paulo Caliendo (PUCRS, Brasil)

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.

Organização II Seminário Internacional de Teses de Doutorado, 2023 – PPGD Unoesc e Doutorado em Direito da Universidade de Talca, Chile.

Seminário realizado em 22 e 23 de junho de 2023, manhã e tarde, por teleconferência.

O curso de Doutorado em Direito do PPGD da Unoesc realiza o segundo seminário internacional de pesquisa de teses com o Programa de Doutorado em Direito da Universidade de Talca, do Chile. Participam 9 (nove) estudantes do curso de doutorado da universidade chilena e 9 (nove) da Unoesc. Ao todo são 18 painéis de 40 minutos, nos quais os estudantes apresentam projetos de pesquisa de tese e discutem os projetos de seus pares internacionais. Os orientadores e líderes de grupos de pesquisa acompanham e participam dos diálogos. A experiência de pesquisa internacional em rede é uma inovação metodológica destinada a aprimorar o processo de qualificação teórica, metodológica e finalística da pesquisa realizada no nível de doutorado das duas universidades. A cooperação técnica e científica com a UTalca tem 10 anos e vem gerando valiosas experiências de ensino e pesquisa para docentes e estudantes, além de publicações na área do direito constitucional, das políticas públicas e dos direitos humanos. Coordenação: Prof. Dr. Ivan Obando Camino – Utalca Prof. Dr. Carlos Luiz Strapazzon - Unoesc

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.

Organização I Seminário Internacional de Teses de Doutorado, 2021 – PPGD Unoesc e Doutorado em Direito da Universidade de Talca, Chile.



SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA DE TESE | 04 e 05.11.2021 O curso de Doutorado em Direito do PPGD da Unoesc realiza o primeiro seminário internacional de pesquisa de teses com o Programa de Doutorado em Direito da Universidade de Talca, do Chile. Participam 9 (nove) estudantes do curso de doutorado da universidade chilena e 9 (nove) da Unoesc. Ao todo são 18 painéis de 40 minutos, nos quais os estudantes apresentam projetos de pesquisa de tese e discutem os projetos de seus pares internacionais. Os orientadores e líderes de grupos de pesquisa acompanham e participam dos diálogos. A experiência de pesquisa internacional em rede é uma inovação metodológica destinada a aprimorar o processo de qualificação teórica, metodológica e finalística da pesquisa realizada no nível de doutorado das duas universidades. A cooperação técnica e científica com a UTalca tem 10 anos e vem gerando valiosas experiências de ensino e pesquisa para docentes e estudantes, além de publicações na área do direito constitucional, das políticas públicas e dos direitos humanos. Coordenação: Prof. Dr. Ivan Obando Camino – Utalca Prof. Dr. Carlos Luiz Strapazzon - Unoesc



## Organização de evento de difusão de pesquisas e estudos para o público em geral:

- a) Grupo de Pesquisa organizador
- b) Comissão organizadora
- c) Quantidade de eventos organizados pelo(a) docente
- d) Local, regional, nacional, internacional
- e) Financiamento externo
- f) Agência e valores
- g) Produtos e outros resultados que caracterizam impacto social, econômico ou cultural

15 respostas

0

-

Não houve e não há política na Unoesc que preveja que PPGs realizem de evento de difusão de pesquisas e estudos para o público em geral

1. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) I Congresso Repensar o Direito;

Link entrevista:

[https://www.academia.edu/115502366/Notícia\\_Congresso\\_Repensar\\_paradigmas\\_do\\_Direito\\_a\\_partir\\_da\\_inovação\\_tecnologia\\_e\\_economia](https://www.academia.edu/115502366/Notícia_Congresso_Repensar_paradigmas_do_Direito_a_partir_da_inovação_tecnologia_e_economia)

2. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) II Congresso Repensar o Direito;

Link do evento: <https://www.nexuscientia.com.br>

3. a) Gepethos: Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa; b) Paulo Junior Trindade dos Santos, Cristhian Magnus de Marco e outros atores de instituições da ACAFE e Rede de Pesquisa Internancional Nexus Scientia; c) diversas; d) Nacional e Internacional; e) Sim; f) FAPESC; g) Seminários Internacionais Integrados Rede Nexus Scientia;

Link notícia:

[https://www.academia.edu/115502212/Notícia\\_Seminários\\_Internacionais\\_Integrados\\_Rede\\_Nexus\\_Scientia](https://www.academia.edu/115502212/Notícia_Seminários_Internacionais_Integrados_Rede_Nexus_Scientia)

Não possui ainda

Não houve

prejudicado



N.A.

SIGEPs, Curso "Explorando a Legislação e Política de Proteção de Dados da UE e do Brasil: Desafios e Sinergias" com a participação de pesquisadores da Unoesc e da Universidade Nova de Lisboa (Nova School of Law) e o VI Seminário internacional sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos Fundamentais.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM EDUCAÇÃO

/

não houve

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários





# Avaliação Geral - Líderes de GEP

7 respostas

[Publicar análise](#)

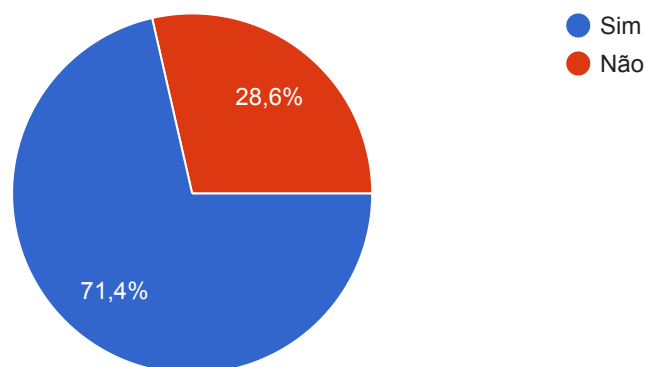
## COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD UNOESC

 Copiar

### 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Projetos de Pesquisa: Todos os pesquisadores do Grupo de Pesquisa têm projetos de pesquisa formais, com clara definição de problema, objetivos, revisão de literatura e resultados esperados?

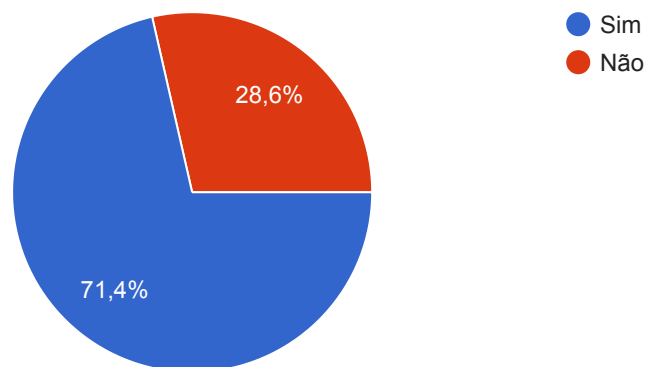
7 respostas



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Projetos de Pesquisa: Todos os estudantes do Grupo de Pesquisa desenvolvem projetos de pesquisa formais, com clara definição de problema, objetivos, revisão de literatura e resultados esperados?

7 respostas



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Produtividade: Cinco produtos principais do Grupo de pesquisa, ao menos 1 para cada ano, nos últimos 4 anos (Justifique sua resposta considerando alinhamento da produção intelectual com objetivos de área e de linha de pesquisa do PPG; geração de impacto potencial e efetivo na comunidade externa, mensurável de modo a que se possa verificar externalidades positivas.)

7 respostas

Sugestão: melhor que a indicação ocorra no fim de ano.

Livro -

A) SOBRADO DE FREITAS, RIVA; WENCZENOVICZ, T. J. (Org.) . INTERCULTURALIDADE, INTERSUBJETIVIDADE DE GÊNERO E PERSONALIDADE. 1. ed. Joaçaba: UNOESC, 2023. Vol. 1 (Livro organizado pela coordenadora e co-coordenadora do GEP com os resultados de pesquisa das duas linhas do grupo.

Trata-se publicação em obra coletiva de discentes do nosso GEP . Os trabalhos foram objeto de intensas discussões, em ambas linhas de pesquisa, com temas debatidos em sala de aula e reuniões com a presença de alunos, docentes membros do nosso grupo de pesquisa e convidados externos em palestras proferidas em nossas reuniões de Gep,em 2023. Tivemos como propósito ampliar o debate sobre interculturalidade, e a construção do sujeito de direito nas relações intersubjetivas para além do nosso PPGD, direcionando esse debate também para os alunos da Graduação do Curso de Direito. Nossa proposta sempre foi a de produzir reflexões sobre as subalternidades e exclusão social, de maneira geral

B) FREITAS, R. S. (Org.) ; WENCZENOVICZ, THAÍS JANAINA (Org.) . Interculturalidade, intersubjetividade: gênero, orientação sexual, raça e etnia Vol. 2. 1. ed. Joaçaba: Editora UNOESC, 2024. v. 2. 146p ((Livro organizado pela coordenadora e co-coordenadora do GEP com os resultados de pesquisa das duas linhas do grupo)

C) FREITAS, R. S. (Org.) ; WENCZENOVICZ, T. J. (Org.) . Interculturalidade, intersubjetividade: gênero, orientação sexual, raça e etnia. 1. ed. Joaçaba: Editora UNOESC, 2024. v. 2. 251p ((Livro organizado pela coordenadora e co-coordenadora do GEP com os resultados de pesquisa das duas linhas do grupo)

Trata-se publicação em obra coletiva de discentes do nosso GEP e dessa vez desdobrada em dois volumes, considerando o grande número de artigos . Também, nessa oportunidade os trabalhos obedeceram ao mesmo procedimento para a sua elaboração. Foram objeto orientação e discussão, em ambas linhas de pesquisa, os temas foram debatidos em sala de aula e reuniões com a presença de discentes, docentes, membros do nosso grupo de pesquisa e convidados externos em palestras proferidas em nossas reuniões de Gep,em 2024. Tivemos como propósito ampliar o debate, que foi aberto a toda a comunidade acadêmica sobre interculturalidade e relações intersubjetivas. Nessa oportunidade tbm trabalhamos textos relativos à teoria psicanalítica, considerando os atravessamentos sociais na construção do sujeito contemporâneo de direito. Nossa proposta continuou sendo a de produzir reflexões



sobre as subalternidades e exclusões sociais para a sociedade, de maneira geral.

A) SPEZZATTO, TIAGO OLYMPIO ; ZILIO, DANIELA ; SOBRADO DE FREITAS, RIVA . LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIREITO À INFORMAÇÃO NO CONTEXTO DEMOCRÁTICO ATUAL: A DESINFORMAÇÃO NAS REDES SOCIAIS. *Conpedi Law Review*, v. 7, p. 97, 2022. (Artigo produzido entre discente e orientadora a partir da linha de pesquisa O LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE: IDENTIDADE DE GÊNERO E INCLUSÃO SOCIAL que visa debater fenômenos atuais que implicam sobre a personalidade e identidade do indivíduo em estados democráticos)

Trata-se de mais um artigo versando sobre Liberdade de Expressão e seus limites, construído pelo nosso GEP, e nessa oportunidade, procurando ir um pouco mais além, numa perspectiva de buscar entender o efeito da desinformação não apenas no desenvolvimento da personalidade e identidade pessoal, mas também o seu impacto na Democracia ocidental contemporânea.

É importante ressaltar a relevância desse tema, na trajetória e nas discussões do nosso GEP, sobretudo na linha de pesquisa: GÊNERO, LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE RAÇA E INCLUSÃO SOCIAL, na medida em que , o comprometimento da Liberdade de Expressão, ou mesmo a desinformação, quando veiculada em redes sociais impacta profundamente as escolhas individuais e o livre desenvolvimento da personalidade nos processos de subjetivação. Dessa forma nosso Gep, desde que foi instituído tem pesquisado e elaborado dissertações para além de projeto de Doutorado, já aprovado sobre esse tema. Certamente esse foi um dos motivos que nos levou ao reconhecimento como uma das docentes mais citadas do PPGD, no WORLD SCIENTIST AND UNIVERSITY RANKINGS 2023. Também a pesquisa e a produção desse conhecimento levou essa docente e o próprio GEP, a ministrar 2 cursos sobre o referido tema na Escola de Magistratura do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo, 1) "Liberdade de expressão: alcance e limites" e "Privacidade e segurança no uso das redes sociais" Escola Judicial - TRT da 2a Região EJUD 2024 com 4 horas; 2) Liberdade de expressão e seus possíveis limites – o ódio e a perversão dos laços sociais no Brasil contemporâneo – 2023 TRT da 2a Região EJUD com 9 horas

#### Documentário

A) Documentário Vozes que ecoam: um diálogo ancestral sobre o Projeto Colonial e a resistência Indígena (Vídeo produzido pela co-cordenadora Thais Janaina Wenczenovicz do GEP em consonância com os debates aferidos no grupo e o desenvolvimento da pesquisa. O impacto social diz respeito a atividade que é resultante de ensino e pesquisa no decorrer de 36 meses junto à Comunidade Indígena Tabajaras e kaingang.)

1) SANTOS, P. J. T. ; DE MARCO, Cristhian Magnus ; MÖLLER, GABRIELA SAMRSLA . IMPACTOS DA PANDEMIA NO DIREITO À MORADIA E PROPOSTAS PARA A PROTEÇÃO DESSE DIREITO EM TEMPOS DE CRISE: DA URGÊNCIA DE SE REPENSAR A MORADIA PARA ALÉM DE UM OBJETO DE CONSUMO. *DIREITO DA CIDADE*, v. 13, p. 775-819, 2021.

Qualis A1

2) TRINDADE DOS SANTOS, P.J.. Constitucionalismo Pós-Moderno e (co)relação com o Direito Internacional dos Direitos Humanos. *RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENÊUTICA E TEORIA DO DIREITO*, v. 13, p. 1-18, 2022.

Qualis A1

3) MOLLER, GABRIELA SAMRSLA ; DOS SANTOS, PAULO JUNIOR TRINDADE ; DE MARCO,



Cristhian Magnus . DO ESTADO DE DIREITO SOCIAL SUSTENTÁVEL PARA UMA DEFESA E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS. DIREITOS FUNDAMENTAIS & JUSTIÇA, v. 15, p. 247-275, 2022

Qualis A2

4) DE MARCO, Cristhian Magnus; SANTOS, P. J. T. ; MOLLER, GABRIELA SAMRSLA . A filosofia do direito processual civil e o direito fundamental ao processo justo: Justiça pelo processo civil. In: Robison Tramontina; José Jorge Figueiredo dos Anjos. (Org.). Questões e desafios aos Direitos Fundamentais e ao Judiciário na Sociedade Digital : homenagem ao Desembargador Paulo Sérgio Pereira Velten. 1ed.São Luis: ESMAN, 2023, v. , p. 269-283.

5) MOLLER, G. S. ; DE MARCO, Cristhian Magnus . O paradigma da transição justa (OIT) e a importância para a América Latina e Caribe (ALC): sustentabilidade, ecologização e emprego verde para não deixar ninguém para trás. REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL, v. 113, p. 163, 2024.

As produções acima, em razão dos seus focos temáticos, revelam aderência com a área de concentração do PPGD e com as linhas de pesquisa. O artigos publicados em periódicos são todos A1 ou A2, o que evidencia o valor extrínseco da produção. O artigo inserido na Coletânea publicada pela ESMAN confere ao GEP sua inserção nas atividades conjuntas do PPGD e o alcance para além da província.

Artigo publicado na Revista do Tribunal Superior do Trabalho - Tema 1.046 do STF o direito fundamental ambiental do trabalho e a impossibilidade de prevalência de negociação coletiva restritiva sobre adicional de insalubridade frente à Súmula 448 do TST

<https://doi.org/10.70405/rtst.v90i1.42>

O alcance da produção entre operadores de Direito permite que haja maior integração entre pesquisa acadêmica e prática jurídica. No caso em tela, assegurar condições de trabalho saudáveis e seguras corresponde ao ODS 8 da Agenda 2030. Até a data de hoje (02/10/2024), a publicação foi acessada por 32 vezes.

Artigo publicado na Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho - AGENDA DO TRABALHO DIGNO, UMA PRIORIDADE NO DIREITO LABORAL BRASILEIRO

<https://revistaenit.trabalho.gov.br/index.php/RevistaEnit/article/view/195>

A publicação visou trazer a importância da sustentabilidade nas relações de trabalho, tema fundamental do grupo REDESS. Destinada ao público em geral, mas focada para a carreira da Auditoria-Fiscal do Trabalho, a publicação traz o olhar para a promoção de políticas públicas voltadas para o trabalho decente. Não foi possível mensurar o acesso à publicação.

Apresentação de trabalho no VIII Congresso da Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da UFMG - O ESPAÇO PRIVADO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA ÀS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS SUBMETIDAS A CONDIÇÕES ANÁLOGAS ÀS DE ESCRAVIZADA

A promoção do trabalho decente perpassa várias formas de contratação de trabalho, muitas delas ainda carentes de reconhecimento socioeconômico, como o trabalho doméstico. A apresentação do trabalho no Congresso veio reforçar a vocação do Grupo REDESS de disseminação do produto de pesquisas e, mais ainda, despertar discussões técnico-jurídicas de transformação social. A aplicação da Lei Maria da Penha, reconhecida mais pelo viés



penal, é estudada pelo Grupo como um instrumento de prevenção e de assistência social às mulheres vítimas de violência doméstica.

2021

LORA, Deise Helena Krantz; CASTRO, Matheus Felipe de. Imparcialidade judicial: os juízes partisans e os precedentes das cortes locais e internacionais de direitos humanos. *Revista da Ajuris*. V. 48, pp. 29-58, 2021. O presente artigo é desdobramento de outro, publicado anteriormente pelo segundo autor e designado "O Martelo Moro: a Operação Lava Jato e o surgimento dos juízes partisans no Brasil", na *RBCCrim*, v. 25, pp. 293-319, 2017, em associação com as pesquisas de doutorado da primeira autora sobre imparcialidade judicial no Brasil. O enfoque do trabalho no livre convencimento motivado e no ativismo judicial estão vinculados ao GEP Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle, onde ambos autores estão vinculados como pesquisadores. A imparcialidade judicial, já se disse, é o primeiro dos direitos fundamentais dos acusados no processo penal, aquele do qual depende a integridade de todos os demais, se localizando na intersecção entre as liberdades, o estado de inocência e o controle estatal legítimo. A pesquisa sobre as deturpações da imparcialidade, do livre convencimento motivado e de um ativismo que de alguma forma modificou profundamente o sentido da inércia da jurisdição colocam desafios para a compreensão do esgotamento da separação de poderes e necessidade de desenvolvimento de novos modelos mais objetivos para a produção qualitativa de elementos auditáveis que confirmem segurança e confiabilidade à tarefa do Estado quando da conversão do estado de inocência em estado de culpa pelo trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

2022

CASTRO, Matheus Felipe de. Freud: da perversão à pulsão de morte um percurso criminológico. *Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos*, Florianópolis, v. 43, n. 90, p. 1–38, 2022. DOI: 10.5007/2177-7055.2022.e87182. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/87182>.

O texto se alinha aos objetivos da área de concentração "Dimensões materiais e eficacias dos direitos fundamentais" e da linha de pesquisa "Direitos Fundamentais Civis (liberdades)" do PPGD-Uoesc. Explora a base conceitual da liberdade ao analisar a obra de Freud, pois investiga os fundamentos da liberdade individual e suas implicações na sociedade, aprofundando a compreensão sobre a complexa relação entre liberdade e pulsões. Apresenta a psicanálise como uma ruptura do método cientificista do século XIX, oferecendo à criminologia, então dominada pelo paradigma etiológico e pelos saberes médicos, o "approach" subversivo do sujeito, de modo que, com Freud, se possa postular uma criminologia das subjetividades, psicanaliticamente apoiada, explicativa tanto de dimensões individuais quanto de dimensões interativas do crime e da criminalização. O escrito contribui para a geração de conhecimento original ao proceder a análise da pulsão de morte como um obstáculo à efetivação da liberdade individual e, por consequência, dos direitos fundamentais. É um avanço da pesquisa acadêmica do autor, pois, a análise aprofundada da obra de Freud e sua aplicação ao campo do direito fomenta a problematização da liberdade e dos direitos fundamentais, ao oferecer uma nova perspectiva sobre os desafios na garantia da liberdade e no desenvolvimento de medidas eficazes para sua promoção.

2023

BOLZAN DE MORAIS, J. L. ; CUNHA E CRUZ, M. A. R. ; PIMENTEL, A. F. ; GUZANSKY, B. C. P. T. ; TEIXEIRA, B. C. ; BAHIA, C. J. A. ; DIAS, F. V. ; PINHEIRO, F. C. ; MORAIS, F. M. B. B. ; BASTOS, J. C. R. ; SACRAMENTO, M. P. ; MOREIRA, N. C. ; PADUA, T. P. . Missão de Observação Eleitoral (MOE) TSE | FDV. Disponível em: <http://191.252.194.60:8080/handle/fdv/1539>. 2023

A Missão de Observação Eleitoral da FDV (TSE): O controle, pela Justiça Eleitoral, do uso e impacto das redes sociais no processo eleitoral foi credenciada pelo art. 1º, inc. V, da Portaria



TSE nº 651 de 13 de julho de 2022, com o Projeto "O controle, pela Justiça Eleitoral, do uso e impacto das redes sociais no processo eleitoral". A MOE foi iniciativa da Coordenação do Grupo de Pesquisa Estado e Constituição (GEPE&C), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Vitória (PPGD-FDV), no âmbito do Observatório Democracia e Tecnologia, coordenado pelo Prof. Jose Luis Bolzan de Moraes.

O objeto desta MOE Nacional foi a observação da atuação prática do Sistema de Justiça Eleitoral brasileira (SJE) no desempenho de suas atribuições normativas, administrativas e jurisdicionais de enfrentamento à desinformação no uso das redes sociais como meio para a propaganda eleitoral (Lei nº 9.504/1997, arts. 36, caput, e 57-A e Res.-TSE nº 23.610/19, arts. 2º e 27) durante o processo eleitoral de 2022 para escolha do Chefe do Executivo federal.

Houve a participação de pesquisadores de 9 universidades: (1) Universidade Católica de Pernambuco; (2) Faculdade de Direito de Vitória; (3) Instituto Toledo de Ensino de Bauru; (4) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; (5) Atitus Educação; (6) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; (7) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; (8) Universidade do Oeste de Santa Catarina; (9) Universidade de Itaúna.

A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à liberdade de expressão (art. 5º, IV, art. 220, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

## 2023

CUNHA E CRUZ, M. A. R.; FESTUGATTO, A. M. F.; TESSARO, G. R. L. . O conceito de desinformação no controle judicial do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC): análise dos julgados das eleições de 2022. ESTUDOS ELEITORAIS, v. 17, p. 202-228, 2023. Este artigo é um desdobramento do material colhido para a Missão de Observação Eleitoral (MOE) TSE | FDV (2022). A questão de pesquisa deste texto é: qual conceito (ou critério argumentativo) foi utilizado para o controle judicial da desinformação pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/-SC) nas Eleições 2022? O objetivo é descrevê-lo, com base em seus julgamentos. A metodologia partiu de uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando-se recursos bibliográficos e documentais para analisar as decisões judiciais resultantes da consulta pública feita com os critérios das palavras-chave: fake news e/ou notícias sabidamente inverídicas e/ou desinformação;. Nas 12 Ações de Investigação Judicial Eleitoral, não foram identificadas demandas aderentes. 15 Reclamações e duas Ações de Direito de Resposta foram decididas no mérito. A principal conclusão é que o conceito de controle judicial de desinformação nas eleições de 2022 no Judiciário Eleitoral de Santa Catarina utilizou o significado jurídico de conteúdo/fato sabidamente inverídico, restringindo sua análise quanto à flagrante inveracidade dos conteúdos impugnados. Os juízes embasaram-se, principalmente, na legislação regulamentar da Justiça Eleitoral, com prevalência da liberdade de expressão.

A potencial de contribuição deste projeto ao tema da afetação dos direitos fundamentais à proteção de dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88), à informação (art. 5º, XIV, art. 220, §1º, CF/88) e à liberdade de expressão (art. 5º, IV, art. 220, CF/88) justifica a aderência estrita para o desenvolvimento das linhas de pesquisa do grupo de pesquisa "Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle" na UNOESC, considerando todos os objetivos formativos e de pesquisa do PPGD UNOESC.

## 2024

RESSENER, Cátia Regina Grando. Busca pessoal como meio de prova na jurisprudência do STJ e os direitos fundamentais da privacidade, intimidade e liberdade. Dissertação de Mestrado. PPGD/UNOESC. 2024. Prof. Orientador: Dr. Matheus Felipe de Castro.



Trata-se de dissertação de mestrado desenvolvida na área de concentração Dimensões Materiais e Eficaciais dos Direitos Fundamentais, Linha de Pesquisa Direitos Fundamentais Cíveis (privacidade, intimidade, liberdade). Ademais, a pesquisadora estava vinculada ao GEP Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle e ao Projeto de Pesquisa “Direito Fundamental à Prova Justa” no processo penal, desenvolvido por seu orientador. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça vem sofrendo grande aprofundamento e refinamento em matéria de direitos fundamentais nos últimos 10 anos, de modo que o Direito Processual Penal foi impactado com uma mudança nos rumos de suas decisões, com uma maior valorização dos impactos da CF/88 nos institutos definidos no Código de Processo Penal de 1941. O estudo do direito fundamental às provas justas está inserido na perspectiva da elaboração de modelos de constatação probatória e de tomada de decisão judicial que possam responder a critérios mais objetivos que os abertos pelo campo da livre convicção, ainda que motivada. Compreende-se o princípio do estado de inocência como um direito matriz no entorno do qual foram articulados um cinturão de princípios protetores (contraditório, ampla defesa, plenitude de defesa no júri, dentre outros) que servem de anteparo à privação ou restrição legal àquele. A produção probatória no processo, principalmente a partir da adoção no Brasil da cross examination, atende à concretização prática do contraditório e à produção qualitativa de elementos auditáveis que confirmam segurança e confiabilidade à tarefa do Estado quando da conversão do estado de inocência em estado de culpa pelo trânsito em julgado da sentença penal condenatória. A dissertação ora apresentada se insere neste contexto, tendo se aprofundado na jurisprudência mais recente do STJ em torno dos limites impostos pelos direitos fundamentais às buscas pessoais operadas por forças policiais ou congêneres.

2024 - Inclusão Digital e Deliberação Democrática: Uma Análise à Luz da Teoria da Ação Comunicativa e da Esfera Pública de Habermas

2024 - Inteligência Artificial, Argumentação e Ação Comunicativa: Potencialidades e Desafios com a Crescente Judicialização

2023 - A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO USO DAS TECNOLOGIAS APLICADA NO ACESSO À JUSTIÇA NO DIREITO DE FAMÍLIA

2022 - O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA PARA AUTISTAS: O PAPEL DO ESTADO DO MARANHÃO NA CONCRETIZAÇÃO DESSA POLÍTICA PÚBLICA

2021 - A MEDIAÇÃO DIGITAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA AUTOCOMPOSITIVA DE ACESSO À JUSTIÇA

Produções fortemente vinculada aos eixos centrais das linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da UNOESC, especialmente no que concerne à interação entre direitos fundamentais, novas tecnologias e a regulação da informação na era digital, essenciais não apenas para o avanço das pesquisas individuais, mas também para o fortalecimento das linhas de pesquisa do grupo como um todo, ao integrarem discussões relevantes e atuais que envolvem a intersecção de tecnologia, direitos humanos e regulação jurídica no Brasil e no cenário internacional.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Direito humano a segurança social: uma nota introdutória à C102 da OIT In: Anuário del Programa de Doctorado en Derecho de la Universidad de Talca, Chile, ed.1. Santiago, Chile: Thomson Reuters, 2024, p. 465 - 480.

Palavras-chave: Segurança Social, OIT, Direitos humanos

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social

Referências adicionais: Brasil/Bretão.

Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9789564005126

Justificativa: Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre o direito a



segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). O estudo publicado no Chile é um trabalho de pesquisa em rede internacional sobre o sistema brasileiro e o sistema chileno de seguridade social e políticas sociais, em colaboração com a Universidade de Talca, no Chile. A tradução do texto normativo da OIT – inédito em português – foi publicada no Anuário do Programa de Doutorado em Direito da UTalca, o que é indicativo do impacto da pesquisa em andamento no grupo REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc) nos estudos de programa de doutorado dessa universidade chilena. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo consolidação das ações de internacionalização da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Welfare State Digitale: la trasformazione digitale dei servizi sociali. La cittadinanza europea: rivista di studi e documentazione sull'integrazione europea. v.1, p.283 - 296, 2023.

Palavras-chave: Estado digital, Estado social

Áreas do conhecimento: Direito

Home page: [<https://www.lceonline.eu/the-journal/previous-issues/>]. Publicado em número especial do volume de 2023

JUSTIFICATIVA: Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre o direito a segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). O estudo foi publicado na Itália e também na Espanha (STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Estado de bienestar digital: la transformación digital de los servicios sociales In: Derechos fundamentales y democracia en el constitucionalismo digital, ed.1. Navarra, Espanha: Editorial Aranzadi, 2023, v.1, p. 657 - 678) sob a coordenação editorial do Programa de Doutorado em direito da Universidade de Granada, Espanha, o que é indicativo do impacto da pesquisa em andamento no grupo REDESS nos estudos de programa de doutorado dessa universidade espanhola. É um trabalho de pesquisa em rede internacional sobre inteligência artificial e direitos fundamentais, envolvendo também a PUCRS, a Universidade de Granada (Espanha) e o IDP-DF. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo consolidação das ações de internacionalização da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. FUNDEB E POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, 2021. Desenvolvimento de material didático ou instrucional.

Palavras-chave: FUNDEB, Educação básica, Políticas públicas, Direitos Sociais

Áreas do conhecimento: Direito, Ciência Política, Finanças Públicas Internas

Referências adicionais: Brasil/Português.

TÍTULO: FUNDEB E POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL, 54 p. Material instrucional do curso técnico, de 8h, realizado entre 8 e 10.06.2021, ON LINE, para 62 servidores do TCE-SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

JUSTIFICATIVA. Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre direitos sociais e segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). O trabalho foi publicado pelo TCE-SC, como documento técnico de formação de pessoal sobre a interpretação da Emenda Constitucional 108/2020 na política pública de educação básica. É um trabalho de pesquisa de impacto estadual e regional, pois foi utilizado na atuação técnica do TCE na orientação a municípios, além de qualificar o processo de monitoramento. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo de reconhecimento – por entidades que controlam políticas públicas – da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.

HABERLE, Peter; CALLEJON, Francisco Ballaguer; SARLET, Ingo Wolfgang; STRAPAZZON,



CARLOS LUIZ; CALAHORO, A. A. (Org.) Derechos fundamentales, desarrollo y crisis del constitucionalismo multinivel, ed.1. Pamplona, Espanha: Editorial Aranzadi - Thompson Reuters, 2020, v.1., p.937.

Palavras-chave: Direitos fundamentais, Desenvolvimento

Áreas do conhecimento: Direito Constitucional, Política e Planejamento Governamentais

Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico

JUSTIFICATIVA: Este trabalho é mais um resultado da pesquisa em andamento sobre o direito a segurança social no grupo pesquisa REDESS – Regulação do Desenvolvimento Social Sustentável (PPGD Unoesc). O livro foi publicado na Espanha como primeiro produto do primeiro congresso internacional da rede internacional sobre direitos fundamentais, envolvendo também a PUCRS, a Universidade de Granada (Espanha) e o IDP-DF como coorganizadores. O livro é indicativo do impacto da pesquisa em andamento no grupo REDESS nos estudos de programa de doutorado dessa universidade espanhola e das demais instituições envolvidas no desenvolvimento da rede. Além da originalidade temática, é uma publicação importante para o processo consolidação das ações de internacionalização da pesquisa em direitos sociais realizada no PPGD da Unoesc.

## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Internacionalização, inserção (local, regional, nacional: Quantos docentes estão envolvidos em projetos de colaboração internacional?

7 respostas

2

6 docentes - Riva Sobrado de Freitas, Thais Janaina Wenczenovicz, Orides Mezzaroba, Regina Stela Corrêa Vieira, José Querino Tavares Neto e Silvana Beline Tavares

Em andamento, elaboração de artigo com pós-doutorando Marcelo Tassitano, na área de Saúde e Segurança do Trabalho. Programa de pós-doutorado realizado na Universidade do Minho. O estudo versa sobre análise de contratação de obras de transporte público sobre trilhos e a devida diligência da Administração Pública no acompanhamento da execução das obras no que tange à proteção da saúde e segurança do trabalhador.

Marco Aurélio - Módulo Jean Monnet com a Universidade Nova de Lisboa

16



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Internacionalização, inserção (local, regional, nacional: Quais Grupos de Pesquisa estão representados em projetos de colaboração internacional?)

7 respostas

No PPGD, 3.

INTERCULTURALIDADE E INTERSUBJETIVIDADE: GÊNERO, ORIENTAÇÃO SEXUAL, RAÇA E ETNIA.

GRUPO DE PESQUISA EM ESTUDOS ESTRAGÉTICOS E POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA - GEPPIC/UFSC

CAPIBARIBA - Coletivo de Pesquisa em Direitos Sociais, Trabalho e Subalternidades

GEPETHOS - Desenvolvimento Local e Cidadania Participativa

Proteção das Liberdades na Sociedade do Controle.

1. Explorando Visões do GDPR: Experiências de Aprendizagem Mútua UE-Brasil
2. NOVAS PERSPECTIVAS DA DIGNIDADE NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: PROPRIEDADE, BIOÉTICA E LIBERDADE CIENTÍFICA
3. Desafíos Normativos y Perspectiva Jurídica de la Gestación por Sustitución en el Cono Sur: Un Análisis Comparativo entre Argentina, Brasil y Paraguay

O Grupo Redess está.



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Internacionalização, inserção (local, regional, nacional: Quais Projetos de Pesquisa estão representados?

7 respostas

Os pressupostos filosóficos e jurídicos do Estado Direito: análise teórica e prática

Projeto 1 - LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DO ÓDIO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A COMPREENSÃO DO DISCURSO DO ÓDIO EM MÍDIAS SOCIAIS COM O PROPÓSITO DE ESTABELECEER LIMITES JURÍDICOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Projeto 2 – DIREITOS FUNDAMENTAIS, COLETIVOS SUBALTERNIZADOS, POVOS INDÍGENAS/ORIGINÁRIOS E EPPSTEMOLOGIAS DO SUL.

Projeto: "Repensar os paradigmas do direito a partir da inovação, tecnologia e economia."

"Explorando a Legislação e Política de Proteção de Dados da UE e do Brasil: Desafios e Sinergias"

1. Projeto Explorando Visões do GDPR: Experiências de Aprendizagem Mútua UE-Brasil
2. Proyecto de Investigación UCP-UNIDA e UNOESC Desafíos Normativos y Perspectiva Jurídica de la Gestión por Sustitución en el Cono Sur: Un Análisis Comparativo entre Argentina, Brasil y Paraguay

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS SOCIAIS; POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA SOCIAL;



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Projetos pesquisa com instituições estrangeiras: Quantos docentes desenvolvem projetos de pesquisa com instituições estrangeiras?

7 respostas

2

No PPGD: 2 docentes

No GEP: 0 docente

2 professoras - Riva Sobrado de Freitas e Thais Janaina Wenczenovicz

Nenhum

1 (Marco Aurélio)

01



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Projetos pesquisa com instituições estrangeiras: Quais linhas de pesquisa do GEP estão representadas em projetos de pesquisa com instituições estrangeiras?

7 respostas

Linha de pesquisa: Teorias da Justiça, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais

Linha - O LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE: IDENTIDADE DE GÊNERO E INCLUSÃO SOCIAL

Linha - DIREITOS HUMANOS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E EPISTEMOLOGIAS DO SUL

1) Acesso à Justiça e Desenvolvimento: processualidades, cidadania e proteção adequada de direitos fundamentais no Sul Global.

2) Direito privado contemporâneo visto pelos Direitos Fundamentais: entre a regulação e a regulamentação.

3) Direito à Cidade: moradia, mobilidade e sustentabilidade.

Direitos Humanos, Novas Tecnologias e Privacidade.

Dignidade da pessoa humana, família e sociedade contemporânea

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA SOCIAL;



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Projetos pesquisa com instituições estrangeiras: Quais Projetos de Pesquisa estão representados em projetos de pesquisa com instituições estrangeiras?

7 respostas

Os pressupostos filosóficos e jurídicos do Estado Direito: análise teórica e prática

to 1 - LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DISCURSO DO ÓDIO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA A COMPREENSÃO DO DISCURSO DO ÓDIO EM MÍDIAS SOCIAIS COM O PROPÓSITO DE ESTABELECEER LIMITES JURÍDICOS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Projeto 2 – DIREITOS FUNDAMENTAIS, COLETIVOS SUBALTERNIZADOS, POVOS INDÍGENAS/ORIGINÁRIOS E EPPSTEMOLOGIAS

Repensar os paradigmas do direito a partir da inovação, tecnologia e economia.

Nenhum, por enquanto.

1. Projeto Explorando Visões do GDPR: Experiências de Aprendizagem Mútua UE-Brasil
2. Proyecto de Investigación UCP-UNIDA e UNOESC Desafíos Normativos y Perspectiva Jurídica de la Gestación por Sustitución en el Cono Sur: Un Análisis Comparativo entre Argentina, Brasil y Paraguay

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS SOCIAIS; POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA SOCIAL; GESTÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA EM ORGANIZAÇÕES



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Projetos pesquisa com instituições estrangeiras: Docentes estrangeiros estão registrados no DGP-CNPq do PPG?

7 respostas

No GEP, não.

Não

Não.

Não, pois vinculados ao GEP do Prof. Vinícius Mozetic.

03

sim



## 1. PROPOSTA DO PROGRAMA

Projetos pesquisa com instituições estrangeiras: Relate produtos e outros resultados de acordos de cooperação com instituições estrangeiras que caracterizam impacto social, econômico ou cultural

7 respostas

Não há produtos ou outros resultados no GEP que coordeno.

No projeto 1 - o mesmo teve início em meio de 2024 e a cooperação visa manter laços de pesquisa com a Universidade de Coimbra. Logo, os produtos dessa cooperação: artigos, eventos e outras parcerias terão resultados no próximo quadriênio. O impacto que se visa nesse projeto é a construção de uma área de estudo em língua portuguesa sobre a temática da identidade, dos direitos humanos, do discurso do ódio, dos ataques as democracias e das alternativas sociais e jurídicas para buscar ultrapassar esses problemas.

Projeto 2 –

Comitê Internacional Global Alliance on Media and Gender (GAMAG) – UNESCO

Impacto: Proporcionar maior visibilidade internacional à produção científica e cultural de temas convergentes os eixos do Grupo de estudos e Pesquisa.

Rede de Pesquisa DECLEN Decolonizing and Comparing Legal Experiences Network

Produtos: mediação de palestra e participação em banca

Impacto: Incentivar a cooperação entre pesquisadores e docentes de alto nível oriundos de instituições de pesquisa e ensino de Pós Graduação no Brasil e seus pares na América Latina e Europa.

ESCUELA DE ALTA FORMACIÓN DE LA RED DE CONSTITUCIONALISMO CRÍTICO DE AMÉRICA LATINA - REDCCAL GRATUITO, POPULAR E INFORMAL

De febrero a noviembre de 2024

Impacto: Contribuir para o estabelecimento e manutenção do intercâmbio científico por meio da atuação dos docentes e pesquisadores de alto nível da Rede na Linha e Grupo de Pesquisa = elaborações dos Cursos de Formação Continuada

Ampliar o nível de colaboração e de publicações conjuntas entre pesquisadores que atuam no Brasil e na América Latina, por meio do fomento à execução de atividades conjuntas = publicação do Livro Mulheres em Abya Ayla; participação em bancas.

O Gepethos faz parte da Rede Internacional de Pesquisa Nexus Scientia e, por meio da rede, possui acordos de cooperação com: Universidad de Montevideo - Uruguai, Bournemouth University – Inglaterra, Observatorio de Relaciones Internacionales – Fundación Victoria – Argentina e Red de Constitucionalismo Crítico de América Latina –RedCCAL.

Como resultados, podemos apontar:

- 1) I Congresso Repensar os Paradigmas do Direito a partir da Inovação, Tecnologia e Economia.
- 2) II Congresso Repensar os Paradigmas do Direito a partir da Inovação, Tecnologia e Economia (em andamento) ([www.nexusscientia.com.br](http://www.nexusscientia.com.br))



3) Seminários Internacionais Integrados (7 seminários)

([https://www.academia.edu/115502212/Not%C3%ADcia\\_Semin%C3%A1rios\\_Internacionais\\_Integrados\\_Rede\\_Nexus\\_Scientia](https://www.academia.edu/115502212/Not%C3%ADcia_Semin%C3%A1rios_Internacionais_Integrados_Rede_Nexus_Scientia))

4) Revista de Derecho, Cultura y Proceso: entre la complejidad social y la experiencia jurídica.

(<https://www.nexuscientia.com.br/revistadcp>)

O seminário "Explorando a Legislação e Política de Proteção de Dados da UE e do Brasil: Desafios e Sinergias" atingiu seu objetivo de integrar profissionais, acadêmicos e estudantes em torno da temática da proteção de dados pessoais. Houve uma troca significativa de conhecimentos entre as universidades participantes, fortalecendo as parcerias internacionais, em especial com a NOVA School of Law de Lisboa. Além disso, o evento proporcionou uma ampla discussão sobre as sinergias entre o GDPR da União Europeia e a LGPD brasileira, com foco nas estratégias de governança de dados. Impacto Social: Aumento da conscientização sobre a importância da proteção de dados pessoais na sociedade e entre profissionais do direito. Formação do Estudante: Desenvolvimento de habilidades críticas sobre proteção de dados, promovendo maior engajamento com temas jurídicos contemporâneos.

Membro do Proyecto de Investigación UCP-UNIDA e UNOESC Desafíos Normativos y Perspectiva Jurídica de la Gestión por Sustitución en el Cono Sur: Un Análisis Comparativo entre Argentina, Brasil y Paraguay.

Coordenador do Projeto ERASMUS - Explorando Visões do GDPR: Experiências de Aprendizagem Mútua UE-Brasil

NOVA School of Law:

- Membro do Observatório para a Proteção de Dados Pessoais;
- Membro do grupo de pesquisa The Jean Monnet Module on European Union Data Protection Law in Portugal DataporEU do CEDIS - Centro de Investigação Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade, linha de pesquisa Proteção de Dados, desde janeiro de 2023;
- Professor visitante;
- Palestra ministrada: A proteção dos dados como um direito fundamental, 2023;
- Palestra ministrada: Protegendo Crianças Online: O Papel da Proteção de Dados, 2023

Vrije Universiteit Brussel (Brussels Privacy Hub)

- Membro da Rede Científica da Brussels Privacy Hub desde 2023

University of Milan

- Membro do Information Society Law Center (ISLC) (Centro de Direito da Sociedade da Informação)

Charles University

- Professor visitante (Departamento de Direito Internacional).
- Palestra ministrada: Desafios e perspectivas dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos na era digital, 2023;
- Curso ministrado: Empresas e Direitos Humanos na era digital, 2023.

Cardinal Stefan Wyszyński University

- Professor visitante;
- Palestra ministrada: Human Rights and New Technologies, 2023;
- Palestra ministrada: Provisions for People with Disabilities in Brazilian Education: From



Schools to Distance Learning, 2023.

Universitat Autònoma de Barcelona

- Professor visitante;
- Membro do grupo de pesquisa - per l'actualització del dret de la persona i familiar.
- Palestra ministrada: Proteção de Dados de Crianças: Desafios e Perspectivas para o Século XXI, 2023.

Universidad de Burgos

- Palestra ministrada: Filosofía Jurídica y Tecnologías Emergentes: Una Reflexión sobre los Desafíos Legales del Siglo XXI, 2023.

Universidad de Sevilla

- Palestra ministrada: Constitucionalismo digital: desafíos y perspectivas para el siglo XXI, 2023.

Universidad de la Cuenca del Plata

- Palestra ministrada: A UNOESC como Protagonista na Educação Superior da América Latina, 2023;
- Palestra ministrada: El Derecho Internacional Privado en la legislación de Brasil y la participación en los Tratados Internacionales, 2022;
- Palestra ministrada: Nuevos paradigmas de la filiación fundados en la democratización de las familias no receptados por el ordenamiento jurídico argentino, 2022.

Universidad Rey Juan Carlos

- Palestra ministrada: Resolución y Disputas Online en Brasil: Avances y Desafíos en la Era Digital, 2023.

Peoples Friendship University

- Professor visitante.

University of Stirling

- Palestra ministrada: The Contribution of Artificial Intelligence to the Right to Education in Brazil: Challenges and Opportunities in a New Educational Paradigm, 2023;
- Curso ministrado: Artificial Intelligence to the Right to Education, 2023.

Max Planck Institute

- Palestra ministrada: Resolución y Disputas Online en Brasil: Avances y Desafíos en la Era Digital, 2023.

Palacký University Olomouc

- Professor visitante.



STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. Direito humano a segurança social: uma nota introdutória à C102 da OIT In: Anuário del Programa de Doctorado en Derecho de la Universidad de Talca, Chile, ed.1. Santiago, Chile: Thomson Reuters, 2024, p. 465 - 480.

Palavras-chave: Segurança Social, OIT, Direitos humanos

Áreas do conhecimento: Direito

Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social

Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9789564005126

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. (Chile, UTalca) Financiamento da previdência social e a expansão da previdência privada no Brasil, 2024. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Previdência Social, seguro social, Seguro privado de renda, Finanças Públicas

Seminário Internacional realizado em 15 e 16.11.2024, na Universidad de Talca, Chile.; Local:

Facultad de Derecho; Cidade: Talca, Chile; Evento: Democracia y derechos fundamentales: el

Estado de Derecho y la Protección de los derechos fundamentales;

Inst.promotora/financiadora: Universidade de Talca, Chile

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; COSTA, C. P.. Brasil sem olhos para o futuro: por que

abandonamos a política nacional de ciência, tecnologia e inovação? In: (Chile) Anuario del Programa de Doctorado en Derecho de la Universidad de Talca, ed.1. Santiago, Chile: Legal Publishing Chile - Thompson Reuters, 2023, v.1, p. 407 - 452.

Palavras-chave: Políticas públicas, Ciência e Tecnologia

Áreas do conhecimento: Direito, Ciência Política

Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico

Meio de divulgação: Impresso, ISBN: 9789564003344

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.. (Org. Semin. Intl. Br-Chile) II Seminário

Internacional de Teses de Doutorado entre PPGD Unoesc e Programa de Doutorado da UTalca, Chile. Seminário realizado em 22 e 23 de junho de 2023, manhã e tarde, por teleconferência.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. (UNIFOR, Fortaleza, CE) Estado Social e Desenvolvimento Nacional no Brasil: instituições e programas, 2022. (Seminário, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Segurança Social, Estado social

Home page: <https://unifor.br/web/pos-graduacao/-/seminario-internacional-discute-o-futuro-da-protecao-social-no-brasil>

Seminário Internacional - Lições da Pandemia para o Futuro da Proteção Social no Brasil:

Garantia de Renda e Trabalho Decente Data: 17 e 18 de novembro Horário: 8h às 18h Local:

Auditório A3, Bloco A Organização: Programa de Mestrado e Doutorado em Direito

Constitucional da Universidade de Fortaleza (Unifor), Núcleo de Estudos sobre Direito do

Trabalho e da Seguridade Social (Unifor/NEDTS) e Grupo Internacional de Pesquisa

Desenvolvimento Humano e Segurança Social na América Latina. Apoio: Universidade de

Fortaleza (Unifor) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes),

por meio do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP) - Edital nº 6/2022 Programação 17

de novembro de 2022 8h30 - Recepção dos alunos e palestrantes 9h00 - Palestra de abertura

– Ivan Obando Camino – Universidade de Talca (Chile): Política social no Chile para o século

XXI: lições da pandemia e da Assembleia Nacional Constituinte 10h - Intervalo 10h15 - Carlos

Luiz Strapazzon – Unoesc: Riscos emergentes para sistemas de segurança social depois da

pandemia 11h15 - Antonio Pérez Miras – Universidade de Granada (Espanha): Perspectivas

para o Estado Social na Espanha: lições da pandemia 12h15 - Intervalo 14h30 - Apresentação

das comunicações selecionadas 8h30 - Zélia Luiza Pierdoná - Universidade Presbiteriana

Mackenzie: Lições do auxílio emergencial para o futuro da proteção social no Brasil 9h30 - Ar

Virgínia Moreira Gomes - Unifor: Pandemia e suas consequências para o presente (e futuro?)



do direito do trabalho 10h30 - Intervalo 10h45 - Eduardo Rocha Dias - Unifor: Pandemia e proteção social dos trabalhadores informais: a Emenda 114/2021 e a renda básica familiar 11h45 - Regina Stela Corrêa Vieira – Unoesc: Direitos Humanos e o trabalho de cuidados na pandemia ; Local: UNIFOR - Universidade de Fortaleza; Cidade: Fortaleza, Ceará; Evento: (Unifor-Ceará, Br) Seminário Internacional Lições da Pandemia para o Futuro da Proteção Social no Brasil: Garantia de Renda e Trabalho Decente; Inst.promotora/financiadora: UNIFOR - Universidade de Fortaleza

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. (UNOESC, Semin. Intl, SC, Brasil) Welfare State Digital: seguridade social no contexto do Estado Digital, 2022. (Comunicação, Apresentação de Trabalho)

Palavras-chave: Segurança Social, Direitos Sociais, E-Gov, Welfare State Digital

Áreas do conhecimento: Direito, Ciência da Informação, Sociedade digital e direito

Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico, Administração pública, defesa e seguridade social

Comunicação realizada em 24.03.2022, das 14h30 às 16h30. SEMINÁRIO INTERNACIONAL:

Segurança social e transformações digitais. Formato On Line. Datas: 25 e 26.08.2022

Promoção: PPGD UNOESC - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) e

UTalca - Universidad de Talca. Participação e apoio: PPGD FDV - Programa de Pós-Graduação

em Direito (Mestrado e Doutorado); PPGD PUCRS - Programa de Pós-Graduação em Direito

(Mestrado e Doutorado) e PPGD UNIFOR - Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e

Doutorado). Programa: La seguridad social de los trabajadores vía plataformas digitales Prof.

Dr. Rodrigo Palomo (Utalca, Chile) Cuidado digital e o Futuro do cuidado Prof. Dr. Ana Virgínia

Moreira Moreira Gomes (UNIFOR, Brasil) Tecnologias disruptivas, mundo do trabalho e

proteção social Regina Stella Correa Vieira (UNOESC, Brasil) El acceso a la salud de la

población por medios remotos: lecciones y desafíos recientes Prof. Dr. Ivan Obando Camino

(Utalca, Chile) LGPD e a construção de políticas públicas em saúde Elda Coelho de Azevedo

Bussinguer (FDV, Brasil) Proteção Social dos vulneráveis e Auxílio Brasil: riscos da priorização

da tecnologia de informação e da centralização da gestão Prof. Dr. Eduardo Rocha Dias

(UNIFOR, Brasil) Seguridade no desemprego da era digital: acentuamento do caráter solidário

do custeio da seguridade Natércia Sampaio Siqueira (UNIFOR, Brasil) Plataformas digitales y

gestión de la migración Fabíola Vergara (Utalca, Chile) Estado Social Digital: transformações

digitais nos serviços e pagamentos sociais Carlos Luiz Strapazzon (UNOESC, UP, Brasil) O

direito a renda básica e seu papel na sociedade tecnológica Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet

(PUCRS, Brasil) Financiamento da Seguridade Social e IA Prof. Dr. Paulo Caliendo (PUCRS,

Brasil); Local: Teleconferência; Cidade: Fortaleza, Ceará; Evento: Reunião ordinária do Grupo de

Pesquisa em Direito do Trabalho e Seguridade Social;

Inst.promotora/financiadora: PPGD-Unifor, Universidade de Fortaleza

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.. (Seminário Internacional) Organização do

Seminário Internacional sobre Segurança social e transformações tecnológicas, 2022

SEMINÁRIO INTERNACIONAL: Segurança social e transformações digitais. Formato On Line.

Datas: 25 e 26.08.2022 Promoção: PPGD UNOESC - Programa de Pós-Graduação em Direito

(Mestrado e Doutorado) e UTalca - Universidad de Talca. Participação e apoio: PPGD FDV -

Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado); PPGD PUCRS - Programa de

Pós-Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado) e PPGD UNIFOR - Programa de Pós-

Graduação em Direito (Mestrado e Doutorado). Programa: La seguridad social de los

trabajadores vía plataformas digitales Prof. Dr. Rodrigo Palomo (Utalca, Chile) Cuidado digital

e o Futuro do cuidado Prof. Dr. Ana Virgínia Moreira Moreira Gomes (UNIFOR, Brasil)

Tecnologias disruptivas, mundo do trabalho e proteção social Regina Stella Correa Vieira

(UNOESC, Brasil) El acceso a la salud de la población por medios remotos: lecciones y



desafios recientes Prof. Dr. Ivan Obando Camino (Utalca, Chile) LGPD e a construção de políticas públicas em saúde Elda Coelho de Azevedo Bussinguer (FDV, Brasil) Proteção Social dos vulneráveis e Auxílio Brasil: riscos da priorização da tecnologia de informação e da centralização da gestão Prof. Dr. Eduardo Rocha Dias (UNIFOR, Brasil) Seguridade no desemprego da era digital: acentuamento do caráter solidário do custeio da seguridade Natércia Sampaio Siqueira (UNIFOR, Brasil) Plataformas digitales y gestión de la migración Fabíola Vergara (Utalca, Chile) Estado Social Digital: transformações digitais nos serviços e pagamentos sociais Carlos Luiz Strapazzon (UNOESC, UP, Brasil) O direito a renda básica e seu papel na sociedade tecnológica Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet (PUCRS, Brasil) Financiamento da Seguridade Social e IA Prof. Dr. Paulo Caliendo (PUCRS, Brasil)

CALLEJON, Francisco Ballaguer; STRAPAZZON, CARLOS LUIZ. (UNOESC - Org. - Brasil-Espanha) Colóquio Internacional 'Democracia e cultura constitucional na era digital', 2022 Organizador do Colóquio Internacional realizado em 17/06/2022, 10h, por teleconferência. Promoção do Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Direito da Unoesc. O convidado foi o Professor doutor Francisco Balaguer Callejón, Catedrático de Direito Constitucional da Universidade de Granada, na Espanha. O evento teve como tema "Democracia e Cultura Constitucional na Era Digital". O objetivo do encontro foi discutir trabalhos recentes do convidado sobre teoria da democracia e dos direitos fundamentais no contexto das transformações digitais. O Colóquio teve a participação e o apoio dos seguintes programas de Pós-graduação em Direito: PPGD da PUCRS, PPGD do IDP-DF, PPGD da UTalca, Chile.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.. (UTalca) Organização de Seminario Internacional "Seguridad Social, Salud y COVID 19: ¿Luz al final del túnel?, 2021 En Talca, Chile, a 4 de junio de 2021, se deja constancia que el Dr. Carlos Luis Strapazzon, fue Coordinador del Seminario Internacional "Seguridad Social, Salud y COVID 19: ¿Luz al final del túnel?, celebrado los días 27 de mayo y 4 de junio de 2021 en la ciudad de Talca, Chile, el que fue organizado por la Red sobre Seguridad Social y Desarrollo Sustentable, el Departamento de Derecho Público de la Universidad de Talca y el Programa de Postgrado (Maestría y Doctorado) en Derechos Fundamentales de la Universidad del Oeste de Santa Catarina (UNOESC-Chapecó)

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ; CAMINO, I. O.. (UTalca-UNOESC) Organização de Seminario Internacional de Pesquisa de Teses, 2021 SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA DE TESE | 04 e 05.11.2021 O curso de Doutorado em Direito do PPGD da Unoesc realiza o primeiro seminário internacional de pesquisa de teses com o Programa de Doutorado em Direito da Universidade de Talca, do Chile. Participam 9 (nove) estudantes do curso de doutorado da universidade chilena e 9 (nove) da Unoesc. Ao todo são 18 painéis de 40 minutos, nos quais os estudantes apresentam projetos de pesquisa de tese e discutem os projetos de seus pares internacionais. Os orientadores e líderes de grupos de pesquisa acompanham e participam dos diálogos. A experiência de pesquisa internacional em rede é uma inovação metodológica destinada a aprimorar o processo de qualificação teórica, metodológica e finalística da pesquisa realizada no nível de doutorado das duas universidades. A cooperação técnica e científica com a UTalca tem mais de 5 anos e vem gerando valiosas experiências de ensino e pesquisa para docentes e estudantes, além de publicações na área do direito constitucional, das políticas públicas e dos direitos humanos. Coordenação: Prof. Dr. Ivan Obando Camino – Utalca Prof. Dr. Carlos Luiz Strapazzon - Unoesc

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ (Chile, UTalca) Estado social digital, 2023. (Outro, Curso de curta duração ministrado). Em Talca, Chile, em 20 de novembro de 2023, o Dr. CARLOS LUIZ STRAPAZZON, participou como professor convidado do curso "Desenvolvimento sustentável,



novas tecnologias e direitos fundamentais”, do Doutorado em Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Talca. Nesse curso, ministrou uma palestra sobre o “Estado Social Digital”, nos dias 16 e 17 de novembro de 2023.

STRAPAZZON, CARLOS LUIZ (Chile, UTalca) Marco regulatório das finanças sustentáveis do Brasil, 2023. (Outro, Curso de curta duração ministrado)

Em Talca, Chile, em 20 de novembro de 2023, o Dr. CARLOS LUIZ STRAPAZZON, participou como professor convidado do curso “Desenvolvimento sustentável, novas tecnologias e direitos fundamentais”, do Doutorado em Direito da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade de Talca. Nesse curso, ele ministrou uma palestra sobre o “Marco regulatório para finanças sustentáveis no Brasil”, nos dias 16 e 17 de novembro de 2023.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários





## Declaração


Eu, Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), venho por meio desta declarar que atuei como observadora externa do processo de autoavaliação do PPGD da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

No exercício dessa função, em dezembro de 2024, tive a oportunidade de receber um relatório detalhado dos resultados de autoavaliação, contendo 218 páginas. Participei da reunião de apresentação dos resultados, realizada na manhã do dia 06 de dezembro de 2024, coordenada pela Comissão de Autoavaliação (CAA) do PPGD.

Durante a sessão, observei a presença de autoridades acadêmicas externas ao PPGD, além de estudantes de mestrado e doutorado. Notei também que a CAA do PPGD UNOESC conta com a participação de docentes, discentes e equipe técnico-administrativa.

Acompanhei as quatro horas de apresentação dos resultados e discussões, tendo a oportunidade de me manifestar sobre o planejamento, o processo avaliativo e os resultados obtidos. Manifesto meu entendimento de que o PPGD UNOESC possui um modelo consistente de política e de processos autoavaliativos, abrangente e detalhado, o que proporcionou ricas e detalhadas informações sobre o desempenho do PPGD durante o quadriênio de 2021 a 2024.

Teço elogios ao PPGD UNOESC, entendendo que, com base nos resultados apresentados, o programa encontra-se em um momento de maturidade e consolidação notável, com um corpo docente experiente, participativo e crítico, além de um modelo de planejamento e gestão sólido e baseado em evidências.

Documento assinado digitalmente  
 ELDA COELHO DE AZEVEDO BUSSINGUER  
Data: 20/03/2025 10:05:38-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Coordenadora do PPGD

Faculdade de Direito de Vitória (FDV)

À Comissão de Autoavaliação do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD)

## **DECLARAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO PPGD**

Eu, Camila Michelin, Presidenta da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unoesc, nomeada pela Portaria Nº84/UNOESC-R/2023, atuei como observadora externa do processo de autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unoesc.


Em minha função, participei de diversas reuniões técnicas da Comissão de Autoavaliação (CAA) do PPGD Unoesc, com o objetivo de definir o acesso aos microdados de avaliações anteriores conduzidas pela CPA, estabelecer a infraestrutura tecnológica necessária para a coleta e análise de dados e determinar diretrizes para o alinhamento dos processos autoavaliativos de todos os Programas de Pós-Graduação (PPGs) da Unoesc em consonância com a autoavaliação institucional.

Em dezembro de 2024, tive a oportunidade de receber um relatório detalhado dos resultados da autoavaliação, composto por 218 páginas. Além disso, participei da reunião de apresentação dos resultados, realizada na manhã do dia 06 de dezembro de 2024. A sessão foi coordenada pela Comissão de Autoavaliação do PPGD e contou com a presença de autoridades acadêmicas externas ao PPGD, estudantes de mestrado e doutorado, e outra observadora externa, a Professora Elda Coelho de Azevedo Bussinger, coordenadora do PPGD da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), com sede no Espírito Santo.

Observei que a CAA do PPGD Unoesc é composta por docentes, discentes, equipe técnica e administrativa, demonstrando um envolvimento amplo e diversificado no processo avaliativo. Acompanhei a apresentação dos resultados e as discussões, tendo a oportunidade de me manifestar sobre o planejamento, o processo avaliativo e os resultados durante as várias reuniões realizadas com a CAA e a Coordenação do PPGD.

Manifestei meu entendimento de que o PPGD Unoesc possui um modelo consistente de política e processos autoavaliativos, abrangente e detalhado, o que proporcionou ricas e detalhadas informações sobre o desempenho do programa durante o quadriênio de 2021 a 2024. Teço elogios ao PPGD Unoesc, pois, com base nos resultados apresentados, entendo que o programa se encontra em um momento de maturidade e consolidação notável.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente  
 **CAMILA MICHELON**  
Data: 20/03/2025 10:30:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Camila Michelin  
Presidenta da CPA - Unoesc



## Universidade do Oeste de Santa Catarina<sup>(B2)</sup>

(Credenciada: Decreto Presidencial de 14/08/1996 (DOU: 15/08/1996). Recredenciada: Portaria n. 1.384 de 19/12/2018 (DOU: 20/12/2018, seção 1, pág. 126))  
(Recredenciada para oferta de cursos na modalidade a distância pela Portaria n. 1.036 de 17/12/2021 (DOU: 20/12/2021, seção 1, página 178))

### COMUNICADO 11/PPGD/UNOESC/2023

O Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), no uso de suas atribuições, de acordo com o Art. 12 do Regimento Interno, **COMUNICA** a Instituição da Política de Autoavaliação do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), junto com diretrizes de metodologia, procedimentos e instrumentos avaliativos para instruir o trabalho da Comissão de Autoavaliação.

**Art. 1º.** A avaliação do **Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)** é um processo permanente de diagnóstico coletivo de autoconhecimento, coordenado pela Comissão de Autoavaliação (CAA), com a finalidade de analisar aspectos quantitativos e qualitativos do Programa e auxiliar na definição de estratégias, metas, objetivos, alinhamento de trajetória e aperfeiçoamento.

**Art. 2º.** A designação da CAA observará os seguintes princípios:

- I. Representação de todas as partes avaliadas;
- II. Coordenação por docente permanente;
- III. Alternância dos integrantes, ao menos, a cada 2 anos;
- IV. Alternância de Coordenação da Comissão, ao menos, a cada 4 anos.

**Art. 3º.** O processo de autoavaliação observará os seguintes princípios:

- I. **Clareza de objetivos:** avaliar o progresso em relação aos objetivos estratégicos indicados no planejamento;
- II. **Envolvimento das partes interessadas:** envolver todas as partes interessadas relevantes;
- III. **Confiabilidade:** coletar dados precisos, relevantes e confiáveis;
- IV. **Transparência e Comunicação:** Compartilhar os resultados de maneira clara e compreensível com todas as partes interessadas;
- V. **Avaliação de impacto:** analisar como as mudanças implementadas com base na autoavaliação estão afetando o PPGD;



## Universidade do Oeste de Santa Catarina<sup>(B2)</sup>

(Credenciada: Decreto Presidencial de 14/08/1996 (DOU: 15/08/1996). Recredenciada: Portaria n. 1.384 de 19/12/2018 (DOU: 20/12/2018, seção 1, pág. 126))  
(Recredenciada para oferta de cursos na modalidade a distância pela Portaria n. 1.036 de 17/12/2021 (DOU: 20/12/2021, seção 1, página 178))

- VI. **Melhoria contínua:** Utilizar os resultados para impulsionar a melhoria contínua;
- VII. **Aprendizado organizacional:** Fomentar uma cultura de aprendizado, encorajando todas as partes interessadas a aprender com os resultados da autoavaliação e a aplicar esse conhecimento para melhorar processos, produtos e serviços;
- VIII. **Metodologia adequada:**
  - a. **Coleta de dados:** utilizar métodos variados de coleta de dados, como entrevistas, questionários, observações e análises documentais para obter uma visão completa da realização do planejamento;
  - b. **Análise e interpretação de dados:** Analisar dados e resultados de forma a gerar informações significativas, com uso de ferramentas e técnicas estatísticas, quando apropriado, transformando dados brutos em *insights* valiosos para a tomada de decisões;
  - c. **Comparação e benchmarking:** Comparar resultados internos com médias e outros padrões de desempenho de Programas da região sul e de outras regiões com conceitos iguais ou superiores.

### Art. 4º. – Os indicadores da autoavaliação devem incorporar:

- I. Objetivos e metas do planejamento estratégico do programa;
- II. Diretrizes da IES para o desenvolvimento de programas de pós-graduação;
- III. Diretrizes de políticas públicas aplicáveis à avaliação de pós-graduação;
- IV. As melhores práticas de pares.

### Art. 5º. – Dimensões no Planejamento Estratégico e da Autoavaliação:

**I. ORGÂNICA E PROCESSUAL:** a dimensão orgânica e processual da avaliação desdobra-se em:

- a. **Meta-avaliação:** corresponde à avaliação do processo de avaliação;
- b. **Governança e Infraestrutura:** corresponde à avaliação da organização e de fluxos decisórios internos;
- c. **Formação e Egressos:** corresponde à avaliação dos processos formativos e avaliativos adotados para realizar objetivos institucionalizados.



**Universidade do Oeste de Santa Catarina<sup>(82)</sup>**

(Credenciada: Decreto Presidencial de 14/08/1996 (DOU: 15/08/1996). Recredenciada: Portaria n. 1.384 de 19/12/2018 (DOU: 20/12/2018, seção 1, pág. 126))  
(Recredenciada para oferta de cursos na modalidade a distância pela Portaria n. 1.036 de 17/12/2021 (DOU: 20/12/2021, seção 1, página 178))

**II. PROGRAMÁTICA:** a dimensão programática da avaliação desdobra-se em:

- a. **Proposta do Programa:** corresponde à avaliação das soluções institucionalizadas para realizar objetivos de ensino, pesquisa e extensão do programa;
- b. **Políticas e planejamento do quadriênio:** corresponde à análise das linhas prioritárias de ação programática.

**III. PESSOAL:** a dimensão pessoal da avaliação desdobra-se em:

- a. **Docentes:** corresponde à avaliação do perfil e desempenho funcional de docentes;
- b. **Técnicos:** corresponde à avaliação do perfil e desempenho funcional de equipe técnica de apoio;
- c. **Coordenadoria:** corresponde à avaliação do perfil e desempenho funcional de coordenadores;
- d. **Estudantes:** corresponde à avaliação do perfil e desempenho acadêmico de estudantes.

**IV. AMBIENTAL:** a dimensão ambiental da avaliação desdobra-se em:

- a. **Ambiente de trabalho:** corresponde à avaliação da percepção das condições do ambiente de trabalho a partir dos critérios de excelência mais amplamente adotados por organizações universitárias ou semelhantes.

**V. COMPARATIVA:** a dimensão comparativa da avaliação desdobra-se em:

- a. **Avaliação comparativa externa:** corresponde à avaliação dos resultados internos baseada em padrões observados entre pares externos;
- b. **Avaliação comparativa interna:** corresponde à avaliação dos resultados internos baseada em padrões observados em avaliações anteriores.

**VI. PRODUTIVA:** a dimensão produtiva da avaliação desdobra-se em:

- a. **Produção intelectual e pesquisa:** corresponde à avaliação dos produtos da criação intelectual do programa;
- b. **Impacto e disseminação:** corresponde à avaliação dos impactos atuais e potenciais dos produtos da criação intelectual do programa.

**Art. 6º. ETAPAS AVALIATIVAS:** A autoavaliação do PPGD será realizada a partir das seguintes etapas:



## Universidade do Oeste de Santa Catarina<sup>(B2)</sup>

(Credenciada: Decreto Presidencial de 14/08/1996 (DOU: 15/08/1996). Recredenciada: Portaria n. 1.384 de 19/12/2018 (DOU: 20/12/2018, seção 1, pág. 126))  
(Recredenciada para oferta de cursos na modalidade a distância pela Portaria n. 1.036 de 17/12/2021 (DOU: 20/12/2021, seção 1, página 178))

### **§1º.** No primeiro quadrimestre (janeiro a abril):

- I. Planejamento e Divulgação de resultados;
- II. Formação da Comissão de Autoavaliação, salvo motivos de força maior;
- III. Ajustes de calendário de atividades prevista para o ano;
- IV. Divulgação de resultados do ano anterior.

### **§2º.** No segundo quadrimestre (maio a agosto):

- I. Ajustes metodológicos;
- II. Preparação de instrumentos avaliativos.

### **§3º.** No terceiro quadrimestre (setembro a dezembro):

- I. Aplicação dos instrumentos de avaliação;
- II. Estruturação de calendário de atividades para o ano seguinte.

### **Art. 7º.** – Os padrões de respostas para os instrumentos de avaliação são os seguintes:

- I. **Percepção de qualidade:** – Muito bom (MB), Bom (B), Regular (R), Insuficiente (I), Fraco (F), e (D) Desconheço;
- II. **Requisitos** (legais, da Área de Avaliação da CAPES, de Regimento e de Planejamento do PPGD): Sim, Não;
- III. **Dado quantitativo:** algarismo arábico na forma decimal;
- IV. **Descrição de opiniões:** abertas para texto escrito.

### **Art. 8º.** A CAA deve elaborar relatório parcial do processo de autoavaliação, destacando especialmente:

- I. Potencialidades e fragilidades evidenciadas;
- II. Elenco de possíveis ações futuras de melhoria;
- III. Ações imediatas;
- IV. Metas futuras.

**§1º.** A consolidação dos resultados deverá apresentar implicações para o desenvolvimento do programa para o próximo período de 2 e 4 anos a partir dos resultados obtidos a cada ciclo de 2 anos de auto avaliação.



**Universidade do Oeste de Santa Catarina<sup>(B2)</sup>**

(Credenciada: Decreto Presidencial de 14/08/1996 (DOU: 15/08/1996). Recredenciada: Portaria n. 1.384 de 19/12/2018 (DOU: 20/12/2018, seção 1, pág. 126))  
(Recredenciada para oferta de cursos na modalidade a distância pela Portaria n. 1.036 de 17/12/2021 (DOU: 20/12/2021, seção 1, página 17B))

**§ 2º.** Os resultados da autoavaliação devem ser consolidados a cada ciclo de 2, 4, 6 e 8 anos de forma regular e consistente.

**Art. 9º.** Os resultados devem ser amplamente comunicados dentro da IES por meio de seminário integrador.

*Parágrafo único.* Docentes, discentes e técnicos participam de assembleia para análise do relatório parcial com vistas e ajustar e aprovar as medidas a serem tomadas para melhoria institucional, proposições de ações e traçado de metas futuras.

**Art. 10. – O Plano Estratégico da Autoavaliação do PPGD tem a estrutura de indicadores do Anexo I.**

**Art. 11. – Revogam-se as disposições em contrário.**

Chapecó, 15 agosto de 2023.

**Robison Tramontina**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)  
Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc)

